

NEILAINÉ RAMOS ROCHA DE LIMA

**CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN:
a construção de um debate político sob a concepção basilar
da dinâmica da história**

ASSIS

2017

NEILAINÉ RAMOS ROCHA DE LIMA

**CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN:
a construção de um debate político sob a concepção basilar
da dinâmica da história**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Claudinei Magno Magre Mendes

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

- | | |
|-------|--|
| L732c | <p>Lima, Neilaine Ramos Rocha de.
Celso Furtado x Eugênio Gudín : a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história / Neilaine Ramos Rocha de Lima. - Assis, 2017.
194 f.</p> <p>Orientador: Claudinei Magno Mendes.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. História - Tese. 2. Debate - Tese. 3. Eugênio Gudín - Tese. 4. Celso Furtado - Tese. I. Mendes, Claudinei Magno. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p> |
|-------|--|


NEILAINÉ RAMOS ROCHA DE LIMA

CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN: a construção de um debate
político sob a concepção basilar da dinâmica da história

Tese apresentada à Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Ciências e Letras, Assis, para
obtenção do título de Doutora em
HISTÓRIA (Área de Conhecimento:
HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 29/05/2017

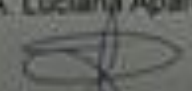
COMISSÃO EXAMINADORA


PRESIDENTE: PROF. DR. Claudio Magre Mendes - UNESP/ASSIS


MEMBROS: PROF. DR. Aureo Busetto - UNESP/ASSIS


PROF. DR. Milton Carlos Costa - UNESP/ASSIS


PROF. DR. Moacyr José da Silva - UEMMARINGA


PROFA. DRA. Luciana Aparecida Bastos - UNESPAR/CAMPO MOURÃO

AGRADECIMENTOS

Em uma jornada de quase quatro anos, não seria possível a finalização desse trabalho sem muitos atores que, atrás das cortinas, fizeram o espetáculo ter sentido, e à essas pessoas devo o meu agradecimento.

Aos meus pais, Ariovaldo e Noemi, que sempre me incentivaram a priorizar a educação. À minha irmã Ariane, que em suas palavras sempre me encorajou a não desistir.

Ao meu esposo Rodrigo, agradeço o enorme esforço em cada detalhe para que eu pudesse concluir essa missão. E ao meu filho Pedro, que nasceu e cresceu junto com esse trabalho, e que por muitos momentos dividiu a atenção de sua mãe com livros e textos, conhecendo museus, arquivos ainda tão jovem.

Agradeço a amigos, como Pr. Emerson e Pr. Aldi, que em muitos momentos foram colunas em minha vida.

Aos queridos: Itamar Flávio, Moacir, Karla Maria, Leandro, Suelen, João Paulo, Renata, Nataly, que em muitos momentos foram auxiliares, na busca por compreensão do ofício do historiador.

Também preciso ressaltar a contribuição do meu orientador Claudinei, que me deu a honra de ouvir seus conselhos e suas orientações, que me foram imensamente valiosos.

Ainda me lembro da importância da instituição Unesp, que me acolheu e me ensinou tantas lições, que me fizeram sentir-me em casa.

Também agradeço a UEM, que me concedeu o afastamento, valorizando a capacitação de seus docentes e respeitando esse tempo tão importante na vida de um pesquisador.

E, por último, porém mais especial, agradeço à Deus pela vida, pela força e pela coragem para aceitar os desafios que o passado impõe àqueles que dele querem extrair mais do que apenas fatos, mas história.

Muito obrigada.

*Todo poder corrompe,
e o poder absoluto corrompe de maneira absoluta.*

Lord Acton

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. **CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN: a construção de um debate político sob a concepção basilar da dinâmica da história.** 2017. 194 f. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho”, Assis, 2017.

RESUMO

O objetivo central de nossa pesquisa de doutorado é analisar as diferentes concepções da dinâmica da História, contidas nos ideários que caracterizaram o debate teórico entre desenvolvimentistas e liberais nas décadas de 1950 e 1960. Tal debate cristalizou-se na produção intelectual de dois grandes nomes da história do pensamento econômico do Brasil: Celso Furtado e Eugênio Gudin. A análise implica salientar as diferentes concepções de História contidas nas teorias desenvolvimentista e liberal, concepções essas intimamente ligadas aos projetos e soluções propostas por esses intelectuais para o problema da falta de desenvolvimento econômico que o Brasil vivia no contexto em questão. O debate entre as ideias pode ser visualizado em grande parte da produção intelectual dos autores, tais como: livros, artigos, entrevistas e estudos encomendados pelo próprio Estado. Essas fontes fornecem-nos os elementos fundamentais das divergências entre essas ideias, sinalizando, assim, duas distintas teorias que imbricam economia, Estado, sociedade, indivíduo, riqueza, progresso e política. A hipótese central da pesquisa é de que essas diferenças conceituais estariam ligadas à grande matriz do antagonismo que daria vida ao debate, qual seja, a concepção de História, da ação do homem e de seus resultados ao longo dos anos, o que geraria ou não o desenvolvimento. É nossa intenção com essa pesquisa, portanto, demonstrar que o debate teórico acerca do desenvolvimento econômico, observado nas décadas de 1950 e 1960, é fonte histórica para compreendermos que diferentes concepções sobre a História fundamentaram projetos distintos, por meio dos quais se buscavam soluções concretas para a superação da atonia econômica e política que o Brasil vivenciava.

Palavras-chave: História. Debate. Eugênio Gudin. Celso Furtado.

LIMA, Neilaine Ramos Rocha de. CELSO FURTADO X EUGÊNIO GUDIN: the construction of a political debate under the basic conception of the dynamics of history. 2017. 194 f. Thesis (Ph.D in History) – College of Letters and Science, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

ABSTRACT

The central objective of our doctoral research is to analyze the different conceptions of the dynamics of history, contained in the ideas that characterized the theoretical debate between developmentalists and liberals in the 1950s and 1960s. This debate crystallized in the intellectual production of two great names of History of economic thought in Brazil: Celso Furtado and Eugênio Gudin. The analysis implies highlighting the different conceptions of history contained in the developmental and liberal theories, concepts closely linked to the projects and solutions proposed by these intellectuals for the problem of the lack of economic development that Brazil lived in the context in question. The debate between the ideas can be seen in great part of the intellectual production of the authors, such as: books, articles, interviews, studies commissioned by the State itself. These sources provide us with the fundamental elements of the divergences between these ideas, thus signaling two distinct theories that intertwine economy, state, society, individual, wealth, progress, and politics. The central hypothesis of the research is that these conceptual differences would be linked to the great matrix of antagonism that would give life to the debate, that is, the conception of History, the action of man and his results over the years, which would or would not generate the development. It is our intention with this research, therefore, to demonstrate that the theoretical debate about the economic development, observed in the decades of 1950 and 1960, is historical source to understand that different conceptions on History based different projects, by means of which concrete solutions were sought to overcome the economic and political atony that Brazil experienced.

Keywords: History. Debate. Eugênio Gudin. Celso Furtado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 Temática da Tese	11
1.1 O Debate no Tempo.....	15
1.2 Fontes e Recorte Temporal.....	17
1.2.1 Eugênio Gudín (1886-1986).....	19
1.2.2 Celso Furtado (1920-2004): o intelectual em ação.....	23
1.3 Base Teórica e Metodológica do Problema.....	25
1.4 Roteiro da Tese.....	29
2 Capítulo 1 -Desenvolvimento e História	31
2.1 Economia, História e Desenvolvimento	32
2.2 Teorias do Desenvolvimento: a contribuição de Schumpeter e a revolução de Keynes ...	34
2.3 Arqueologia do Debate: teorias do desenvolvimento.....	41
2.4 Subdesenvolvimento e Atraso	42
3 Capítulo 2- O Pensamento de Celso Furtado	47
3.1 O Pensamento de Furtado e a Historiografia.....	47
3.2 O Conceito de História e a Análise Furtadiana do Passado	49
3.3 Subdesenvolvimento e Desenvolvimento: uma perspectiva do presente	63
3.3.1 Furtado: o intérprete da Cepal no Brasil.....	64
3.4 Estado e Planejamento.....	76
3.4.1 O Plano Trienal: a materialização da teoria.....	81
3.5 Celso Furtado: passado, presente e futuro	83
4 Capítulo 3- O Pensamento de Gudín	91
4.1 O Pensamento de Gudín e a historiografia	91
4.2 Eugênio Gudín: 100 anos de história.....	93
4.3 Capitalismo e Sua Evolução	98
4.4 Crise Econômica e Equilíbrio.....	104
4.5 O Pós-Guerra e o Novo Conceito do Liberalismo.....	105
4.6 O Monetarismo e a Economia	112

4.7 O Clássico Debate com Roberto Simonsen.....	114
4.8 Inflação, Crédito e Desenvolvimento	120
4.9 Economia e Política: os anos do <i>Jornal O GLOBO</i>	122
4.10 Análises dos Problemas Econômicos	125
4.11 Análise dos Problemas Políticos	130
4.12 Castello Branco e Costa e Silva.....	135
4.13 O Poder Moderador	138
5 Capítulo 4- O Debate em Perspectiva	144
5.1 Debate e a Historiografia.....	144
5.2 As Personagens e o Cenário: os intelectuais e o espaço de sociabilidade.....	147
5.3 Cenários do Debate.....	149
5.4 Temáticas do Debate	154
5.4.1 A inflação em debate	155
5.4.2 Planejamento e protecionismo.....	158
5.5 Concepções da Dinâmica da História.....	167
5.5.1 A leitura de Gudín da dinâmica da história: a evolução cultural.....	167
5.5.2 Celso Furtado e a concepção histórico estrutural	175
5.6 Duas concepções da dinâmica da história em dois projetos políticos	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
FONTES.....	187
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento das pesquisas realizadas na Iniciação Científica e no Mestrado. Na Iniciação Científica, nos anos de 2004 e 2005, desenvolvemos os seguintes projetos, respectivamente: “O nacional-desenvolvimentismo brasileiro na visão de Eugênio Gudin (1958-1964)” e “A crítica de Eugênio Gudin ao nacional-desenvolvimentismo”. Nessa oportunidade, analisamos o pensamento de Eugênio Gudin entre os anos de 1958-1964, focalizando sua visão acerca do governo de Juscelino Kubitschek e os anos de crise política e econômica que antecederam ao Golpe Militar de 1964. Algumas questões levantadas na realização desses projetos de Iniciação Científica foram aprofundadas na dissertação de Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – Maringá, no período de 2006 a 2008. Nessa fase, analisamos o pensamento de Gudin e seu espaço no debate político e econômico das décadas de 1950 e 1960.

Para a tese de doutorado, observamos o contexto em que se desenvolve o debate entre Gudin e Furtado e situamos, entre fatos e ideias, nossa hipótese de trabalho: a de que existiria uma relação fundamental entre o conceito da dinâmica da história e a constituição dos diferentes programas políticos propostos por Furtado e Gudin.

Nossa proposta, portanto, é examinar esse debate, partindo das teorias da história contidas, respectivamente, nos discursos do desenvolvimentista Furtado e do liberal Gudin, as quais seriam basilares para o desenvolvimento de suas propostas políticas e para a formatação de um debate teórico que marca a história política brasileira.

Os ideários podem sobreviver séculos, mas a maneira como os homens se apropriam deles está intimamente atrelada ao seu contexto, ao seu tempo. Antes de Furtado ser um desenvolvimentista, um estruturalista, e Gudin, um liberal, eles eram homens de seu tempo. Estavam inseridos em um contexto histórico, cujos acontecimentos e desdobramentos, nacionais e internacionais, fizeram-nos refletir sobre seu tempo com base em seus pressupostos teóricos.

Aqui se encontra o objeto de nossa pesquisa: as ideias de homens intelectualmente relevantes para a história do Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, ou seja, em um contexto de crises econômicas e políticas. De nossa perspectiva, esse contexto consolida as divergências entre esses homens, entre suas ideias, entre a forma como observam o Brasil.

Um dos problemas do trabalho se desdobra no debate entre duas correntes de pensamento representadas por Furtado e Gudin. Esse debate seria uma amostra das ideias que elucidaram as ações e reações dos homens no Brasil. Ele evidencia a preocupação desses

homens em entender a dinâmica da história, o motor do desenvolvimento econômico ao longo do tempo. A hipótese é a de que, mais do que proferir um discurso político ou propagar uma teoria econômica, esses intelectuais buscavam entender a razão da história, sua mola propulsora, procuravam respostas para o atraso e a estagnação econômica do Brasil, tendo em vista as nações desenvolvidas.

Ao longo da década de 1950, o Brasil viveu um cenário de insatisfações, de todos os lados. As análises mostram-se negativas, a imagem de um país atrasado já estava consolidada, de forma que as soluções para esse problema decorreriam desses ideários que tinha como bandeiras trazer a modernidade, acelerar o tempo e tirar o Brasil da condição de pobreza.

A questão não era nova: debates acerca do desenvolvimento e do atraso já existiam no Brasil desde o século XIX¹, mas as teorias do desenvolvimento se alastraram principalmente após a crise de 1929. Entender a dinâmica do capitalismo em face de um de seus maiores abalos tornou-se preocupação de vários estudiosos no mundo todo. Porém, mais que um debate das ideias, o que vemos entre Furtado e Gudin é uma amostra de um embate político que se cristalizou em 1964: entre o reformismo e o liberalismo.

O que culminou na crise política em 31 de março de 1964 foi um fato, mas existe uma trajetória anterior, um caminho de debates e divergências quanto ao rumo político e econômico que o país haveria de tomar. O chamado “Golpe de 1964” torna-se a ponta do iceberg, em cuja base, submerso nas águas do tempo, encontra-se um grande debate acerca da dinâmica da história, da chave para o progresso. Nesse contexto, observamos que a divergência teórica entre Gudin e Furtado e examinamos sua importância para o momento histórico.

Portanto, nosso objetivo principal com este trabalho é mergulhar no oceano que nos separa do que vemos, as pontas de icebergs, e do que não vemos, as estruturas subjacentes aos fatos. Pensar nas bases do debate também é pensar nas estruturas da ação, pois entendemos que as ideias orquestram os fatos: visitá-las nos traz maiores subsídios para entendermos a História. É importante avaliarmos as idiossincrasias de Furtado e Gudin, não apenas rotulá-los como teóricos desta ou daquela corrente, mas perceber o que elaboraram a partir de seus referenciais teóricos. Por meio desse exercício, podemos pensar o liberalismo e o desenvolvimentismo em um contexto, a partir das perspectivas dos autores. Se pensarmos no conceito de motor da

¹ A crise econômica no Brasil nos anos de 1880 suscita o debate de ideias entre os que buscavam compreender a realidade nacional e transformá-la. De um lado, intelectuais já preconizavam a questão da industrialização, como é o caso de Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa, defensores da industrialização como arma contra os efeitos das crises; de outro, os que defendiam o pensamento liberal clássico e a defesa do livre mercado como solução para a superação dos efeitos da crise, dentre os quais se destacou Joaquim Murinho. (Cf LUZ, 1978; PELAEZ, 1981).

história ou dinâmica da história podemos encontrar elementos relevantes não só do debate, mas também das possibilidades que se apresentaram em 1964.

1 Temática da Tese

Examinar o debate entre Gudin e Furtado é, antes de tudo, pensar o debate político no Brasil. A atualidade política brasileira mostra-nos que a intelectualidade abandonou a política; os argumentos utilizados nos “debates”, se é que podemos chamá-los assim, não se fundamentam mais em teorias, mas em adjetivos de ataque aos oponentes. Não há propostas de projetos que visem o tão sonhado desenvolvimento, mas apenas promessas de solução para problemas ocasionais e não para questões estruturais.

Estudar o debate Gudin *versus* Furtado não significa apenas pensar o passado, mas acima de tudo o nosso presente, que se apresenta confuso e crítico. A grave crise econômica, que vem se estendendo no tempo, nada mais é que o resultado da crença exacerbada na ação intervencionista do Estado.

A grande questão é que o desenvolvimentismo brasileiro não levou nenhum governo a assumir um projeto de transformação estrutural. O que se observa é que os governos se apoderaram do discurso de crença e de necessidade da intervenção estatal e buscaram incessantemente fazer uma política que respondesse aos anseios de curto prazo e lhes desse mais poder e consolidação nas próximas eleições.

Assim, lembrar o embate entre Gudin e Furtado é resgatar o contexto da ação desses intelectuais e entender suas ideias na discussão de alguns aspectos. Como fazer o Brasil? Como construir um país melhor? Como vencer o subdesenvolvimento? Abordando esse tema guardado pelo passado, analisando-o por meio da História, temos a oportunidade de revirar as gavetas da memória e, assim, pensar: quando foi que deixamos de acreditar em desenvolvimento; quando foi que as questões se reduziram a conter a crise até as próximas eleições?

Tais respostas não serão dadas por nossa pesquisa, mas esta nos fará ter saudades do tempo em que os debates políticos eram respaldados por teorias profundas e preocupações legítimas com o futuro do Brasil. O que podemos constatar acerca da situação atual é que sofremos de um subdesenvolvimento das ideias.

Assim, começamos nosso trabalho pensando na importância de estudarmos o tema do debate político, tendo como ponto de partida nossas carências atuais. O presente é sempre o ponto de partida para pensarmos o passado. O historiador pode navegar nas águas do passado, mas sua âncora sempre estará no presente.

Consideramos dois aspectos importantes de nossa discussão das duas propostas de desenvolvimento contidas nos discursos de Gudin e de Furtado. De um lado, a proposta que vê

no indivíduo e na liberdade os elementos-chave para o florescer das boas ideias que desenvolveriam as potencialidades produtivas da nação. De outro lado, a defesa da reforma institucional como forma de correção do passado, cujo o norte seria dado pela figura de um Estado forte e intervencionista.

A crise econômica que o Brasil vive hoje é fruto de políticas econômicas que buscaram “corrigir” o passado pela via de projetos de distribuição de renda, do assistencialismo, do aumento de crédito e de um total descontrole das contas públicas, ignorando os efeitos que essas ações teriam sobre a moeda. Essa política de crença no intervencionismo gerou desemprego, inflação, queda do nível de vida dos mais pobres e da classe média, afetando o consumo e, portanto, a produção.

Esse pensamento, de crença na “razão do Estado”, levou o Brasil a uma situação de atraso que o mantém amarrado ao passado. Essa realidade é evidente quando saímos de nosso país: nossos olhos se abrem nos países desenvolvidos, onde nos deparamos com sociedades desenvolvidas em todas as áreas: saúde, tecnologia, educação, etc. Esse sentimento de atraso é o mesmo que Furtado e Gudin sentiram ao se deparar com realidades distintas da nossa.

Pensar o que nos distancia tanto desse “futuro”, desse “desenvolvimento”, é pensar a dinâmica da História, do seu processo. São essas questões que tanto Gudin quanto Furtado buscaram entender: as razões para o atraso. Porém, acreditando na correção dessa História, Furtado defendia a intervenção motivada por um senso racional do Estado reformador. Gudin, por sua vez, não concebia que um grupo de homens pudesse ter uma razão tão elaborada que superasse os interesses individuais de toda uma sociedade.

Outro aspecto importante de nosso estudo é o resgate do grande intelectual e economista que foi Eugênio Gudin. Sua história foi marginalizada em gavetas conceituais que desmerecem sua real importância: “o conservador”; “o reacionário”; “o defensor das elites”, foram alguns dos sinônimos que, nesses anos de estudos, fomos postos a ouvir. A ineficiência da historiografia brasileira, revestida, em sua maioria, de uma “mentalidade anticapitalista”, produziu um contexto em que os estudos acerca de pensadores liberais são praticamente inexistentes e, quando existem, são utilizados com uma proposta de ataque, desrespeitando a teoria liberal e o contexto em que esses liberais se inseriram.

Nosso estudo do pensamento de Gudin é mais uma tentativa de análise da profundidade das ideias do autor e de seu papel para o próprio desenvolvimento da ciência econômica no Brasil. Buscamos resgatar a imagem do economista, retirá-la das gavetas conceituais e posicioná-la nas estantes da História, da mesma forma que se deve fazer com a figura de Furtado, que tem lugar de destaque no rol de intelectuais brasileiros. Resgatar Gudin é fazer

lembrar que a liberdade individual e o desenvolvimento da educação ainda são elementos importantes para a superação da crise econômica e política em que nos encontramos.

São várias as obras que colocam o pensamento de Furtado como atual, no que, realmente, essas obras estão corretas. O pensamento do autor é muito atual, pois ainda está em pauta o ideário de crença absoluta na capacidade do Estado para governar as vidas dos indivíduos. No entanto, esse pensamento nos levou ao fracasso, à desilusão com o Estado e, por essa razão, o pensamento de Gudin, da crença na liberdade individual, aparece como esperança para o futuro. Se o intervencionista é atual, o liberal precisa ser conhecido, pois seu pensamento resume nossa atualidade: o Brasil ainda precisa ser um lugar em que nós, indivíduos, sejamos livres do Estado e de seus tentáculos.

Observamos que o debate ocorre em um cenário de discussão dos rumos da História. Principalmente para Furtado, o Brasil não atingiria a modernidade se não passasse por uma análise de seu passado, de sua História. Desenvolver-se significava atingir o futuro, o lugar que países de primeiro mundo, ou os chamados países desenvolvidos, já desfrutavam. Gudin, por sua vez, não desmerecia o passado. Esse economista também visualizava os problemas do passado que levaram o Brasil a um contexto de atraso, mas sua postura no debate demonstrou que ele estava mais interessado no presente, nas medidas que poderiam ser tomadas para que se alcançasse o futuro.

Assim se configura o debate entre Furtado e Gudin: posicionamentos distintos e soluções diferentes para um mesmo problema, uma mesma preocupação, ou seja, o atraso brasileiro. Ambos buscaram na História o instrumento ou a ferramenta para entender o presente.

No contexto dessa disputa de ideias, não há como analisar o conceito de desenvolvimento sem atrelá-lo ao vislumbre de um objetivo maior, de um avanço técnico das forças produtivas da nação. O que fica latente nas falas de ambos os intelectuais é a busca de uma solução, de uma superação do atraso temporal em que o Brasil estava, o que seria perceptível à medida que o mesmo fosse comparado com outras realidades, com as grandes potências econômicas, como a Inglaterra e, principalmente, os Estados Unidos.

Furtado comparou o Brasil com as nações industrializadas e o qualificou como dependente e subserviente, já que mantinha as mesmas condições coloniais agrárias exportadoras, sem condições tecnológicas de abastecimento de seu mercado interno.

Gudin, por sua vez, em razão de sua formação teórica, que valorizava a iniciativa privada e a democracia liberal, visualizou a Inglaterra como nação desenvolvida historicamente. Respeitando a lógica clássica apontada por A. Smith de que o capital excedente do campo subsidiaria a indústria, ele pensou na especialidade do Brasil. Nos termos de A. Smith, isso se

verificaria com o tempo e não era uma possibilidade concreta e necessária para o desenvolvimento, já que acreditava na lógica da divisão internacional do trabalho e na lei das vantagens comparativas de Ricardo.

Segundo Gudin, o atraso brasileiro seria resultado da falta de elementos motivadores para que o empreendedorismo agisse de forma livre e providenciasse, desde o campo até a indústria, o capital necessário para as transformações econômicas. Sua ligação com os teóricos clássicos o fez pensar a dinâmica da História como um processo natural e espontâneo, em condições apropriadas para o desenvolvimento. Essas condições apropriadas não existiam no Brasil e sobre elas Gudin dissertou exaustivamente.

O atraso existe para Furtado e para Gudin. Os dois pensadores percebem essa situação nacional e a consideram um fator histórico, já que observam claramente a necessidade de superação desse estado sempre em uma perspectiva de processo. Furtado deixa sua tendência, a análise processual explícita, para fazer uma espécie de “longa duração” da História do Brasil, na tentativa de descobrir as falhas do processo. Já Gudin, fazendo uma análise caracteristicamente conjectural, não deixa de revestir sua visão da questão do atraso com um perfil processual, pois ele resgata fatos históricos como pontos de observação.

A visão moderna de História processual, progressiva, está em ambos os autores. A constatação do estágio de atraso brasileiro, nessa esteira da História da humanidade, parte da interpretação tanto de Gudin quanto de Furtado. Porém, existe uma diferença nos olhares que eles lançam para esse processo da história no Brasil. Furtado não concebe o processo de etapas nas realidades dos países subdesenvolvidos: o subdesenvolvimento não seria uma etapa a se esperar passar, deveria ser superado por uma ação imediata, racional, planejada. A teoria do subdesenvolvimento fundamenta-se na ideia de que, em países desenvolvidos como a Inglaterra, essas etapas existiram por condições históricas que não tinham existido na América Latina, principalmente em virtude da condição de colônia e de dependência que se arrastou por séculos nesse continente.

Por sua vez, Gudin faz uma árdua defesa da valorização da agricultura no Brasil. Sua lógica não se distancia da lógica dos clássicos economistas, como Quesnay e Adam Smith, os quais observavam a importância do capital oriundo da agricultura até mesmo para a manutenção e o desenvolvimento da indústria. Para Smith, existia um progresso natural da riqueza, o que tinha sido possível no contexto de liberdade e de segurança da propriedade privada. A possibilidade da acumulação no campo trouxe o capital para a cidade, alterando a produção da manufatura, que se desenvolveu e se especializou com base na divisão do trabalho, aumentando

a produtividade e a riqueza da nação. Com seu esforço e motivado por seus interesses pessoais, o indivíduo modificava a história de forma espontânea.

Assim, cabe uma pergunta, que corresponde a uma hipótese para a presente tese: que elemento basilar dos discursos dos intelectuais Gudin e Furtado tinha sido preponderante para a formatação do debate de ideias acerca de projetos políticos para a superação do atraso?

A tese central a ser sustentada no presente trabalho é de que ambos partem da mesma tradição conceitual moderna de História, mas, em seus discursos, prepondera um elemento que delimita o lugar de incongruência de suas ideias acerca da noção da dinâmica da história e que possibilita a própria existência do debate. Esse elemento refere-se à noção do que chamamos de “motor da História” e que buscamos entender como o causador da dinâmica, do movimento, da ação na História, o agente promotor da História, elaborador do desenvolvimento. É nesse momento que as concepções se distanciam, gerando o embate das ideias e também calcando projetos políticos distintos para o Brasil.

Nesse debate, ambos perderam: o que há de se ganhar em um país no qual se sonha viver a liberdade que se espera dolorosamente por décadas e não se a vê? Ou, o que há de se ganhar com a eterna esperança das reformas institucionais, canceladas e adiadas para um futuro que não chegou? Traídos pela esperança nas teorias, mas aceitos pelas linhas da História.

1.1 O Debate no Tempo

Como consideração preliminar, é necessário destacar o conceito de debate, que a presente pesquisa contempla. Apenas parte da historiografia apontou um debate específico entre Gudin e Furtado. (BORGES, 1996; SCALÉRCIO e ALMEIDA, 2012). Grande parte da historiografia, observou a existência do grande debate entre liberais e desenvolvimentistas. (BIELSCHOWSKY, 1995). Nesse contexto, cabe ressaltar o debate que ficou conhecido como controvérsia do planejamento, o que caracterizou um debate pontual entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen (SIMONSE e GUDIN, 2010). O debate em questão, que ganhou a característica de ser conhecido como: controvérsia, tem a peculiaridade de ter ocorrido sistematicamente, quando cada autor responde as propostas do outro, em um tempo e espaço, sobre uma temática específica.

O que ocorre no caso de Gudin e Furtado, não fora uma controvérsia, não houve um enfrentamento de ideias em um momento específico e uma única temática, mas em duas décadas encontramos determinados momentos em que os intelectuais se enfrentam, tendo em vista as grandes questões teóricas que envolviam o debate liberalismo vs desenvolvimentismo.

O conceito de debate considerado nesse trabalho, parte da noção de uma discussão entre duas pessoas, ou correntes teóricas distintas, que possuem o objetivo de expor suas interpretações e ideias, que utilizam o espaço do debate para argumentação e contestação de seus ideários. Esse conceito é a síntese do que se convencionou chamar de debate, com base na literatura especializada. Sendo o conceito de debate, também um conceito polissêmico, que permite nossa apropriação, ao passo que verificamos o antagonismo teórico entre Furtado e Gudin, podemos concebe-lo como um debate, que possuiu suas idiossincrasias, que serão observadas ao longo do texto.

Para um estudo do debate entre Gudin e Furtado, é importante uma breve análise do contexto das ideias que se formatavam no Brasil a partir da década de 1940, ou seja, do novo ciclo ideológico que surgia com o desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 1995).

O conceito de desenvolvimentismo está inserido em um contexto em que o Brasil começava a empreender avanços econômicos, porém a existência de muita pobreza, ainda era uma realidade. Sendo um país agroexportador, estava alheio às crises internacionais, por ser uma nação dependente do mercado externo. A concepção que se criara no momento seria a de que somente com a industrialização o Brasil venceria o atraso. Assim, o desenvolvimentismo nada mais foi do que um projeto de industrialização formatado pelo Estado. O projeto desenvolvimentista, ao ser apresentado e defendido, gerava uma mobilização, principalmente no meio daqueles que não acreditavam que a ação pensada do Estado na economia pudesse ser benéfica. Teoricamente, os liberais foram os mais atingidos com o surgimento do desenvolvimentismo.

Assim, surgiu uma era de debates acerca dos rumos da economia brasileira. Como a industrialização deveria acontecer, de um lado, estavam os defensores do intervencionismo estatal e, de outro, os convictos da potencialidade da ação da iniciativa privada.

Nesse contexto, era necessária a compreensão das causas dessa insuficiência econômica, era preciso formular teorias, esquemas ou equações que explicassem essa realidade, pois o entendimento daria vazão à busca de soluções. Cristalizavam-se ideias, teorias eram defendidas por grupos de intelectuais que usavam de diferentes canais para expor seus pensamentos. Duas das ideias que dominaram o palco de discussões acerca do subdesenvolvimento brasileiro foram o desenvolvimentismo e o liberalismo (cf. ROCHA, 2008).

De acordo com Mantega (1987), a explicação teórica para esse contexto foi padronizada no início do século XX no pensamento nacional-desenvolvimentista. Os interlocutores da teoria do subdesenvolvimento procuraram demonstrar que as relações de troca mundiais impunham aos países desenvolvidos um crescimento dependente e desequilibrado. Para obter o equilíbrio,

a solução era encorajar a indústria local, impondo barreiras tarifárias contra as importações. A substituição das importações foi conseguida principalmente pela intervenção do Estado na economia, o qual passou a ser também um agente regulador da instabilidade econômica e social. A prática do planejamento foi incorporada pelo poder público e tornou-se um componente paulatinamente mais necessário ao Estado. O desenvolvimento econômico tinha um caráter de responsabilidade política.

O nacional-desenvolvimentismo teve em Celso Furtado um de seus grandes representantes no Brasil. O economista foi um dos ministros do governo de Juscelino Kubitschek (doravante governo JK), participando ativamente na elaboração de projetos para os fins da modernização. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) teve destacada atuação ao longo do governo JK como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promovendo cursos, conferências, seminários e pesquisas.

Segundo Loureiro (1997), Furtado tornou-se agente político principalmente a partir da década de 1950, período da história do Brasil em que se observa uma espécie de tecnocracia, na qual os técnicos assumiam o poder e a ciência econômica saía da teoria para a prática. Tal característica estende-se ao longo da década de 1960, mesmo depois do Golpe Militar: observamos que economistas ligados à Fundação Getúlio Vargas (FGV) assumiram cargos importantes nos primeiros anos do regime militar, como foi o caso de Roberto Campos.

O debate entre os projetos políticos liberais e desenvolvimentistas surgiu em um momento marcante para a história das ideias no Brasil, ou seja, entre as décadas de 1930 e 1960. Dele fizeram parte debates pontuais entre determinados intelectuais, muitas vezes citados pela historiografia.

Um dos debates mais conhecidos e analisados pela historiografia foi o que se deu entre o empresário Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudin. A discussão concentrou-se na questão da necessidade de incentivo estatal à industrialização no Brasil, constituindo-se em um dos cerne da teoria cepalina, que acreditava que a industrialização seria o elemento essencial ao desenvolvimento. Essa é uma fatia do grande debate entre os divergentes modelos de desenvolvimento que foram insistentemente observados pela historiografia (cf. LIMA, 1978; ABRAHÃO, 1998; e BIELSCHOWSKY, 1995; TEIXEIRA et al., 2010).

O debate entre Eugênio Gudin e Celso Furtado é outra amostra que precisa ser estudada melhor. Muitos trabalhos citaram as divergências entre os intelectuais, contudo, não se debruçaram sobre a questão específica do debate entre os dois economistas, nem visualizaram o conceito de dinâmica da história como pano de fundo.

1.2 Fontes e Recorte Temporal

O objeto central de nossa pesquisa são as ideias em debate e os conceitos que as fundamentam. No entanto, não temos as ideias em sua forma total, temos a parcela delas que está cristalizada em palavras, nos textos que os intelectuais deixaram. Parte deles serviu-nos para entender os conceitos e os argumentos do debate; a outra parte desses escritos expressa diretamente o debate. No conjunto, compõem fontes históricas essenciais para a compreensão de nosso problema e, portanto, para a sustentação da hipótese em questão.

Dois tipos de materiais foram analisados ao longo da pesquisa: os artigos e as obras teóricas dos autores. Os artigos demonstram o debate mais evidente, são a materialização das teorias, o local onde observamos as citações direcionadas, as críticas de Gudin a Furtado e as críticas de Furtado a Gudin. As obras teóricas, por sua vez, têm como característica a sistematização das ideias, e, de forma mais completa, dos argumentos que são utilizados nos debates. Isso explica que o maior número de obras teóricas seja de Furtado, cujos argumentos tinham uma característica mais teórica. Por sua vez, Gudin produziu mais artigos e, como, em determinados períodos, publicava de dois a três artigos por semana no jornal **O Globo**, seus textos são mais pontuais. Embora não deixassem de ter um teor teórico, continham temas mais voltados para os acontecimentos do presente do autor.

Acerca do pensamento de Eugênio Gudin, as fontes foram encontradas no arquivo pessoal de Gudin (CPDOC- FGV), em periódicos, em artigos do jornal **O Globo** das décadas de 1950 e 1960 e em obras do autor escritas nesse período.

O ideário de Celso Furtado foi buscado no arquivo pessoal do autor (CPDOC - FGV), em periódicos, em obras do autor escritas nas décadas de 1950 e 1960 e no acervo documental do Centro Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento (Rio de Janeiro).

Quanto ao recorte temporal, a análise concentrou-se no período entre 1950 e 1964. Esse período também serviu de recorte para outras pesquisas sobre o tema porque cristaliza um momento em que se fazia necessário escolher um projeto político para o Brasil, o que suscitou um debate claro e substancial.

Uma das principais obras de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, foi escrita em 1958 e publicada em 1959 e, logo após sua publicação, tornou-se, de acordo com Coutinho (2008), leitura essencial para todo cientista social. Nessa obra se encontra tanto a exposição da teoria acerca da história econômica do Brasil quanto a posição teórica do autor. Cumpre destacar que, ao longo dos anos, houve outras publicações em que Furtado expressou seu pensamento.

Essa década foi essencial na produção intelectual de Gudin e demarca um dos momentos mais interessantes do debate: o da crítica de Gudin ao nacional-desenvolvimentismo apregoado no contexto do governo JK, com a participação teórica e política direta de Furtado.

A pesquisa se estende à década de 1960, englobando os fatos econômicos que se sucederam, a exemplo da grande crise econômica de 1963 e a da formatação do “Plano Trienal” de Furtado, apresentado como uma solução para a crise. Todavia, em virtude do Golpe Civil Militar de 1964, o “Plano Trienal” não foi colocado em prática, mas foi combatido por Gudin.

Os anos seguintes ao do golpe são de suma importância para a compreensão de alguns conceitos de Gudin, um liberal que admitia perder a liberdade política, apoiando o golpe militar em prol da manutenção e da segurança da propriedade privada. Seus escritos desse momento trazem à tona muitos conceitos essenciais para o entendimento da questão colocada nesse trabalho. Os conceitos de democracia, de história política do Brasil e de desenvolvimento de instituições políticas são fundamentais para compreendermos a teoria histórica que Gudin compartilhava e que era base para seu discurso nesse debate.

A década de 1960 também expõe um período fértil da produção intelectual de Furtado. Em 1964, por meio do Ato Institucional N.1, ele foi considerado cassado, perdendo seus direitos políticos por uma década.

Observamos vários artigos escritos entre as décadas de 1950 e 1960, nos quais Gudin e Furtado se reportam um ao outro como oponentes, justificando suas ideias e criticando as do adversário teórico. Não foram encontrados trabalhos científicos que, utilizando esses documentos, analisem o debate direto entre os autores. Portanto, tais documentos ainda precisam ser explorados sob a ótica proposta. Finalizamos esta justificativa, apontando a relevância teórica e historiográfica da presente pesquisa.

1.2.1 Eugênio Gudin (1886-1986)

Eugênio Gudin Filho nasceu no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1886. Tendo trabalhado como engenheiro civil desde 1905, sua experiência de vida na iniciativa privada o levou a se envolver com a economia, o que ocorreu desde a década de 1920, quando já publicava seus primeiros artigos sobre temas econômicos. Por quase trinta anos, foi diretor geral da Great Western of Brazil Railway, uma companhia inglesa que construíra ferrovias no Brasil.

Na profissão de engenheiro, teve seu nome relacionado à construção da grande barragem do Ceará em 1911, atuou como diretor da Pernambuco Tramways and Power e da Great Western Railway and Co. Em função da gestão de negócio de grande

vulto, fez freqüentes viagens à França e Inglaterra, recebendo assim forte influência da vida cultural européia, cujos desdobramentos seriam sentidos em sua vida pública posterior. Em sua longa trajetória, Gudin foi professor de economia, engenheiro, homem de empresa e ocupou vários cargos públicos [...] (ABRAHÃO, 1995, p. 119).

A crise de 1929 fez com que muitos economistas reavaliassem o capitalismo. Várias teorias e linhas explicativas surgiram e Gudin se colocou no cenário dos debates, da discussão das ideias econômicas e políticas do contexto nacional, uma vez que o momento favorecia a própria ciência econômica.

Havia ele (Gudin) atingido a plena maturidade intelectual, quando seu espírito se voltou para os problemas econômicos, dramaticamente postos em foco pela crise de 1929-33. As graves repercussões que ela teve durante a década de 30 levantaram em todas as consciências sérias dúvidas quanto ao valor dos meios tentados para debelá-la. Impôs-se assim ao mundo inteiro o dever de uma revisão das teorias econômicas até então aceitas (CARNEIRO *apud* KAFKA, 1979, p. 4).

Borges (1996) mostra que, em uma aula inaugural proferida em 1956, Gudin relatou que se tornou economista por sua vocação humanista. O autor ressalta que Gudin dava importância à economia para o entendimento dos problemas nacionais.

O que me encaminhou para a rota difícil, complexa e não raro árida, do estudo de Ciências Econômicas, foi um sentido de espírito público e de dever cívico muito mais do que de vocação. Porque eu sentia, há 30 anos atrás, quando comecei a enveredar pelo estudo deste ramo de conhecimentos humanos, que era preciso que alguns brasileiros se dedicassem, seriamente ao estudo de uma matéria que tão grande influência e tantas repercussões podia ter sobre o padrão de vida, ainda tão lamentavelmente baixo, do povo brasileiro. Foi esse sentimento de solidariedade humana que me orientou para os estudos econômicos. O meu caso aliás não é singular. Para só citar outro exemplo, em plano muito mais elevado, mencionarei a referência que se encontra na biografia do grande Alfred Marshall, escrita por Lord Keynes. [...] Marshal, refer Keynes, foi elevado aos estudos econômicos pelo generoso impulso para colaborar na grande tarefa de aliviar a miséria e a degradação das classes na Inglaterra (GUDIN, 1956 *apud* BORGES, 1996, p. 252).

Desde a década de 1920, seu pensamento já era esboçado em artigos sobre o câmbio e o café, estabilização, orçamento estatal e inflação. A concepção de capitalismo naturalista² apareceu de forma concreta apenas na segunda metade da década de 1930. No entanto, muitas das questões centrais do pensamento de Gudin, como o capital estrangeiro e a dinâmica do mercado interno com a realidade comercial externa, foram desenvolvidas principalmente ao longo dos debates com os desenvolvimentistas.

² BORGES, Maria Angelica. **Eugênio Gudin**: capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Educ, 1996.

Assim, o surgimento do desenvolvimentismo, desencadeando o próprio debate, marcou até mesmo o progresso teórico de Gudin. Seu nome foi sublinhado na historiografia, principalmente em virtude do debate clássico que travou com Roberto Simonsen, um dos grandes teóricos do desenvolvimentismo brasileiro. Esse debate sintetiza o grande confronto de ideias que norteava a agenda intelectual da década de 1940. Representantes de diferentes vertentes de pensamento acerca do processo de industrialização destacaram-se em órgãos governamentais, como o Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão de Política Industrial e Comércio e a Comissão de Planejamento.

Realmente, a década de 1940 foi marcante para a trajetória de Gudin. Em 1943, ele publicou *Princípios de Economia Monetária*, em dois volumes, nos quais apresentou teorias que serviram de base para as escolas de economia no Brasil; em 1944, participou do processo de institucionalização do curso de Economia no Brasil; no mesmo ano, participou, em Bretton Woods, da Conferência monetária internacional, como delegado representante do Brasil. Nessa ocasião, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Em 1954, ocupou um cargo público de grande responsabilidade: o de Ministro da Fazenda no governo de Café Filho. Nos meses em que ficou no poder, combateu a forte crise cambial, emitindo a Instrução 113 da SUMOC³ (Superintendência da Moeda e Crédito), cuja finalidade foi promover maior abertura cambial e facilitar os investimentos de empresas estrangeiras. Essa medida foi importante para algumas ações que o governo JK tomaria no âmbito da política externa. É importante observar que, nos poucos meses que Gudin esteve de fato em um cargo no governo, implantou ações que reverberavam suas ideias e a economia política clássica (ROCHA, 2008).

Gudin, engenheiro, empresário, professor, jornalista ou economista, foi sempre um pensador defensor da economia política clássica; sua trajetória foi em defesa da liberdade econômica em todos os cenários em que viveu. Como jornalista, foi um grande crítico do intervencionismo dos governos de Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros e de João Goulart, não deixando criticar o intervencionismo nos governos militares. Os artigos jornalísticos foram o canal para sua luta, especialmente para sua insistência em afirmar que a valorização da educação era uma das prioridades para se alcançar o desenvolvimento.

Nesse contexto, é visível o debate travado com Furtado, já que este intelectual não só teorizou parte do pensamento desenvolvimentista brasileiro, mas também participou dos

³ Para aprofundamento da questão, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, adotando medidas como o plano de metas e o plano trienal, que não chegou a ser executado.

Gudin dirigiu o Instituto Brasileiro de Economia ao longo da década de 1950. Duas revistas foram produzidas nesse contexto: *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, espaço das ideias liberais. Segundo Borges (1995), foi iniciativa de Gudin a criação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, cujo intuito era coordenar pesquisas que orientassem a política econômica na busca de métodos que pudessem ser aplicados.

O cenário do início da década de 1960 foi de grande crise econômica. O Plano Trienal tinha a finalidade de conter essa crise, que gerava altos índices de inflação, mas não foi aplicado, já que a crise política também se tornava mais agressiva.

Com a instauração do governo socialista em Cuba em 1959 e com a articulação de setores sociais, como o Partido Comunista e os sindicatos, com os interesses do então presidente João Goulart, criou-se uma conjuntura de crítica ao pensamento socialista e a uma possível revolução da esquerda. Grande parte dos intelectuais liberais se posicionou defendendo a ação militar, vendo nela uma solução para cessar o avanço do movimento ideológico socialista, que tomava vigor em grande parte da América Latina.

Foi Eugênio Gudin um dos mais destacados pregadores da revolução de 31 de março de 1964. Os artigos que escreveu sobre a situação em que se achava então o país exerceram forte influência na opinião pública, alarmada com a desordem que dia a dia se acentuava. Os índices de uma inflação galopante e a indisciplina generalizada levaram-no a apoiar a instituição de um governo militar... (KAFKA *apud* CARNEIRO, 1979, p. 15-16).

Para Gudin, a iminência de uma revolução socialista era real, o “perigo era real”. Assim começou seu ataque ao ideário socialista e conclamou uma intervenção militar.

Em 1969, em um de seus artigos, Gudin fez uma retrospectiva de seus anteriores e concluiu:

Numa idade em que as aspirações já não existem, digo, pois, sem falsa modéstia, que não me arrependo um só instante da violenta campanha jornalística com que nos anos de 62, 63 e 64 procurei conclamar as Forças Armadas à Revolução que ora comemora seu 5º aniversário (GUDIN, 1970, p. 106).

[...] Em artigos que se prolongaram de 1962 a março de 1964, procurei alertar a Nação, em linguagem contundente e angustiada, para o abismo em que ela se projetava. Exemplo: em 3 de janeiro de 1964, eu escrevi:

Temos tido governantes inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na república ou no império, um governo

tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado (GUDIN, 1970, p. 108).

Gudin acreditava na necessidade da democracia, mas não acreditava que o Brasil já a tinha vivido de forma real. Defendia que a base das liberdades políticas seria a liberdade econômica, pois, sem ela, a democracia nunca poderia existir de fato. Assim, tornou-se um defensor do governo militar, principalmente em seus primeiros anos. Esse fato revela a postura liberal que ele adotou diante de um contexto que, para ele, se tornava perigoso, mas traz também para sua imagem a herança que esse regime militar deixou: ele é interpretado como um defensor dos abusos do poder que esse regime desenvolveu ao longo dos anos.

Esse tipo de interpretação da historiografia, sem levar em conta as características do contexto e desmerecendo as fortes críticas que o mesmo Gudín fez a vários governos militares, denunciando o abuso do poder, angariou-lhe o título de conservador e reacionário.

A questão é que, para Gudín, uma ditadura de esquerda aboliria tanto a democracia quanto a liberdade econômica, ou seja, defender uma intervenção militar seria um mal necessário para uma democracia no futuro.

Não pode haver liberdades civis nem democracia onde o governo é economicamente onipotente. Capitalismo, diz muito bem o articulista, é apenas o nome de um sistema de liberdade econômica. Em regime predominantemente socialista, não pode haver liberdade econômica, nem liberdade política (GUDIN, 1970, p. 19).

Gudin escreveu sobre a economia e a política do Brasil. Morreu no Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1986, aos 100 anos, deixando não só inúmeros alunos, mas também muitos admiradores de sua conduta intelectual sempre rígida em defesa do liberalismo.

1.2.2 Celso Furtado (1920-2004): o intelectual em ação

As informações contidas nesta breve exposição de dados biográficos de Celso Furtado foram retiradas, em sua maioria, de sua obra autobiográfica, publicada em 1997. Cabe salientar que, neste momento, apresentamos dados pontuais porque essa obra é uma das fontes do trabalho. Além disso, como se trata de uma obra autobiográfica, sua vida e sua trajetória são apresentadas de sua própria perspectiva e, em nosso caso, cada fase da vida do autor tem como base suas próprias análises. Bordieu (2006) faz um alerta para que o pesquisador não considere uma trajetória intelectual como um conjunto de fatos “coerentes e orientados”, o que nos faz

refletir que nenhuma trajetória intelectual se dá em uma ordem determinada, mas é fruto de seu contexto, fruto da História.

Nascido em Pombal, no sertão da Paraíba, em 26 de julho de 1920, no berço de uma família de proprietários de terra e magistrados, Furtado ingressou nos estudos ainda na Paraíba em 1932. Fez os estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano em Recife. Em 1972, em artigo intitulado “*Aventuras de um economista brasileiro*”, produção que surgiu após um pedido da UNESCO para que escrevesse seu perfil intelectual, Furtado relata sua infância no Nordeste, sua formação intelectual autodidata e ressalta o contexto político do coronelismo, da Revolução de 1930 e do Estado Novo. Nesse artigo, ele traça sua memória, observando que a grande biblioteca do pai, que era juiz, o ajudou a ter contato com diferentes leituras e também com seu primeiro amor intelectual, ainda aos catorze anos: a História. Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, um ano depois, ingressou na Faculdade Nacional de Direito e iniciou seu trabalho de jornalista na *Revista da Semana*.

Furtado conta que, até os 30 anos, sua paixão pela literatura o fez pensar que sua vocação estaria nessa área. Aos 25 anos, teve o seu livro de contos publicado, mas foi em seu trabalho no serviço público, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1943, que observou um despertar para as questões sociais.

Em 1944, concluiu a Faculdade de Direito e entrou para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que o enviou como aspirante oficial para servir junto ao exército americano que estava na Itália. No mesmo ano, por conta de um ferimento, retornou ao Brasil. Em 1948, finalizou seu doutorado em Economia pela Universidade de Paris Sorbonne e produziu sua tese acerca da História Colonial do Brasil. Esta tese deu origem a um de seus principais trabalhos, *Formação econômica do Brasil*, que o consagrou como um dos maiores intelectuais brasileiros. No mesmo ano, Furtado retornou ao Brasil e voltou a trabalhar no DASP em Niterói. Mais tarde, ainda em 1948, juntou-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas e trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, juntamente com Eugênio Gudín. Em 1949, ingressou no grupo de economistas da recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), cuja sede era em Santiago. A criação desse órgão foi uma iniciativa das Nações Unidas e tinha como seu primeiro objetivo levantar dados e estudos acerca da economia dos países latino-americanos (FURTADO, 1997).

Em suma, a teoria desenvolvida pela CEPAL, da qual, dentre outros, fizeram parte os economistas Raul Prebisch e Milic Kybal, focou as desvantagens que teriam os países periféricos na dinâmica do mercado externo. A principal razão dessa desvantagem seria a falta de industrialização desses países. O manifesto da CEPAL, texto que ficou conhecido assim,

denunciava a grave situação econômica da América Latina relacionando-a à possível falha da teoria clássica de que o mercado se nortearia de forma espontânea. Sobre o texto, Furtado diz:

O texto não comportava propriamente uma crítica à teoria clássica (ou neoclássica) do comércio internacional. Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a ‘repartir-se com equanimidade’ entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia (FURTADO, 1997, p. 154).

Portador e norteador da versão da teoria nacional desenvolvimentista, o economista relata a ativa participação na elaboração de projetos para os fins da modernização no governo JK. Em virtude de sua ligação intelectual com a CEPAL, desde 1949, órgão que representava o pensamento desenvolvimentista na América Latina, Furtado difundiu as ideias desse órgão no Brasil e participou da criação de um grupo de estudos específicos sobre Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Em 1951, ele visitou universidades dos Estados Unidos em busca de informações sobre o debate – que marcaria a década de 1950 e, nesse momento, estava começando– acerca dos aspectos teóricos do desenvolvimento. Nesse período, intensificaram-se as publicações de Furtado em vários periódicos de circulação nacional e internacional. Também publicou obras importantes, como *A economia brasileira* (1954); *Uma economia dependente* (1956); *Perspectivas da economia brasileira* (1958), fruto de uma série de palestras proferidas em 1957, além de sua obra mais conhecida e citada, *Formação econômica do Brasil* (1959), resultado da junção de suas principais teses elaboradas desde 1948 e aperfeiçoadas após um ano de estudos no King’s College, Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Voltou ao Brasil em 1958, desligando-se da CEPAL e assumindo uma diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE). Nesse novo momento, suas ideias se cristalizavam com sua participação no governo. O então presidente da república, Juscelino Kubitschek, o nomeou para participar do Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e, em 1960, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Também teve uma participação importante na formulação do Plano de Metas, plano central do governo de Kubitschek. No governo do presidente João Goulart, em 1962, assumiu o Ministério do Planejamento, elaborando o Plano Trienal.

Após 31 de março de 1964, por meio do Ato Institucional nº.1, foi cassado em seus direitos políticos, mudando-se para o Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para

Estudos de Desenvolvimento (ILPES). Depois de um tempo no Chile, morou em vários países, dentre os quais Estados Unidos e França, retornando ao Brasil em 1979. Fez viagens em missão de agências das Nações Unidas para África, Ásia e América Latina; lecionou em Cambridge, Inglaterra, e também em Nova York.

Em 1985, a convite do recém-presidente Tancredo Neves, tornou-se Embaixador do Brasil em Bruxelas; em 1986, foi nomeado Ministro da Cultura, no governo de José Sarney. Sua participação ativa e produtiva nos anos seguintes o fez participar de comissões de estudos, ganhar prêmios e obter um grande reconhecimento intelectual; em 1997, foi eleito para um lugar na Academia Brasileira de Letras. Em 20 de novembro de 2004, faleceu no Rio de Janeiro, deixando para a história uma série de obras que servem até hoje para estudos que se concentram no entendimento da História do Brasil. Isso, não só por estudar a História, mas por fazer parte de uma geração de intelectuais que fizeram de suas ideias ferramentas de um debate, mais que teórico, político. Buscou incessantemente entender os problemas do Nordeste, os quais estiveram presentes em sua infância, de modo a se propor a decifrar os enigmas da história do Brasil e as razões do subdesenvolvimento nacional (cf. FURTADO, 1997).

1.3 Base Teórica e Metodológica do Problema

A história das ideias fornece-nos diferentes caminhos para a teorização e a metodologia de pesquisa. Dentre esses caminhos, alguns se destacam como alternativas produtivas para os fins desta pesquisa, dos quais consideramos necessário ressaltar duas questões.

Primeiramente, não excluimos a possibilidade de um casamento entre a História das ideias e a História intelectual. Nosso objeto se constitui de ideias, mas portadas por homens, intelectuais; não concebemos as ideias fora de um lugar contextual e de uma construção individual. Gudin tem uma interpretação única do liberalismo no Brasil: apesar de ser um expoente da corrente em questão, possui uma visão individual. Furtado, por sua vez, foi conhecido por trazer novos elementos à interpretação cepalina e, embora seguisse uma linha de explicação partilhada por outros, deixou sua contribuição original para esse ideário. Assim, ideias e indivíduo não se podem dividir, pois o conceito de motor da História, tanto em Gudin quanto em Furtado, não é simplesmente uma concepção pronta da teoria que ambos acreditam. É também um conceito formatado em um tempo e um lugar, em que a trajetória pessoal de ambos é de suma importância para a elaboração desse conceito.

Para pensar o debate, é indispensável entendê-lo como algo construído por pensadores que existem, por homens que se destacam na sociedade, que buscam respostas para os

problemas sociais que visualizam. Assim, um conceito fundamental da pesquisa é o de “intelectuais”. Gudin e Furtado configuram-se também como parte desse objeto, não só suas ideias, mas também suas figuras e representações no cenário político no contexto em questão. Dessa forma, recorrer à noção de “intelectual” e aos estudos da história dos intelectuais torna-se relevante e necessário.

Segundo Sirinelli (2003), a chamada história dos intelectuais trilhou uma trajetória longa até se legitimar. Antes da década de 1970, concebia-se a história dos intelectuais com base em uma série de preconceitos e elementos que desqualificavam o seu objeto; ela era vista como história dos engajamentos individuais; também poderia ser tratada como biografia; se considerada no âmbito coletivo, atrelava-se à história social. Portanto, era multifacetada e, por isso, foi necessário um longo trajeto para ser compreendida e se esquivar de preconceitos correntes. Além disso, lembra Sirinelli (2003), a história dos intelectuais teria grande influência de questões ideológicas, elemento esse extremamente perigoso para o pesquisador, já que, por sua característica ideológica, estaria muito ligada ao tempo presente. O estudo dos intelectuais não se mostrava atraente e legítimo e uma das causas desse esquecimento ou até mesmo de sua transformação em “subobjeto” era a valorização atribuída pelos historiadores ao estudo das massas. Assim, a elite seria algo do passado positivista e, dessa forma, os intelectuais eram tratados como componentes da elite. Porém, na segunda metade da década de 1970, com o surgimento de uma nova história política, cujas ferramentas metodológicas eram eficazes para o estudo da história recente, a história dos intelectuais passou a ganhar legitimidade e espaço entre os historiadores.

O que seria um intelectual? Na atualidade, muitos se consideram intelectuais, porém poucos são dignos de estudo. A acepção de intelectual não é unívoca, é polissêmica. Duas dessas acepções são muito utilizadas, conforme Sirinelli (2003, p. 242): “Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...]”.

Um aspecto crucial para esta pesquisa está relacionado ao fato de o campo intelectual ser um cenário de conflitos de ideias, debates, outra zona do político: “Este meio, é em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo) [...]” (SIRINELLI, 2003, p. 261). Tal afirmação nos leva a refletir sobre até que ponto as ideias se transformam em práticas, já que o debate Gudin *versus* Furtado não se concretiza no poder, mas nas ideias, sendo, portanto, inserido na história política, que se constrói com um novo pensar da própria política.

Assim, pensar o intelectual implica considerar algumas questões: o que faz um intelectual ser um intelectual? Qual sua função social? Ele influencia a vida da sociedade? Por que uma ideologia se torna dominante no discurso de um intelectual? Essas e outras questões surgiram da reflexão de que era necessário pensar o intelectual, e não somente as ideias.

A segunda questão refere-se aos fatores teóricos e metodológicos da pesquisa em questão e ao uso de princípios da História conceitual. Koselleck (2006) aborda a dimensão pragmática dos conceitos de movimento, observando a natureza dos conceitos que se transformam em “ismos”. Tais conceitos se legitimam no tempo, em um tempo que se justifica e, de forma prática, constitui-se como uma perspectiva progressiva. Assim, tornam alternativas temporais. São os chamados “conceitos de movimento”, extremamente suscetíveis à ação do tempo, que amplia o próprio conceito.

A temporalização, portanto, não apenas transformou velhos conceitos políticos, como ajudou também a criar novos, todos encontrando seu denominador temporal comum no sufixo ‘ismo’. O que eles possuem em comum é basearem-se apenas parcialmente na experiência. A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta. Trata-se de conceitos de compensação temporal. A fase de transição entre passado e futuro continua a ser escrita como um caleidoscópio por cada novo conceito (KOSELLECK, 2006, p. 297).

Os conceitos de movimento, “ismos”, possuem elementos temporais de mudança, sendo suscetíveis às três dimensões temporais: presente, passado ou futuro.

As considerações de Koselleck (2006) levam-nos a analisar o debate teórico entre o liberalismo e o nacional desenvolvimentismo com o pressuposto de que ambos os conceitos são “conceitos de movimento”, possuindo uma natureza de autoafirmação que é inerente ao próprio debate. A desmistificação do outro ideário corresponde à legitimação do pensamento que, da perspectiva de um contexto moderno, preocupa-se em traçar um plano, ou meio, para o progresso futuro. O horizonte de expectativa está sempre em discussão. O desenvolvimento futuro do Brasil é a preocupação base tanto para o liberalismo e quanto para o desenvolvimentismo. Ambos elaboram projeções pautadas em determinadas ações políticas, que resultariam em um avanço econômico e político da sociedade.

Outra questão relacionada a esse tipo de conceito é seu caráter político e social, o que o torna um instrumento de “controle do movimento histórico”. Há uma forma de ideologização dos oponentes, o que implica o aspecto do controle político da linguagem.

Porém, isso só foi possível após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, quando se inaugura um mundo que perde sua experiência, ou seja, a visão de que o passado explica todo o seu presente e, por isso, abre-se para novas expectativas. A reorganização da sociedade

necessitava de recorrer à “antecipação do futuro” e “ por razões morais, econômicas, técnicas ou políticas, esses conceitos exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 300).

Na pesquisa em questão, tanto o liberalismo de Eugênio Gudín quanto o nacional desenvolvimentismo de Celso Furtado são propostas políticas para erradicação do subdesenvolvimento. Os ideários se apresentam como soluções diferentes diante de um problema histórico, a atonia econômica do Brasil.

Nesse contexto conceitual, o debate se apresenta como resultado de diferentes possibilidades políticas. A busca por desmascarar ou desvendar os erros do outro é entendida por Koselleck (2006) como “crítica ideológica”. Seria esse o caso da pesquisa em questão: o debate é o meio de confronto e de legitimação de ambos os ideários.

É importante salientar a existência de outro “conceito de movimento”: o próprio “capitalismo”. Tanto o desenvolvimentismo quanto o liberalismo concebem a existência do capitalismo como forma necessária de desenvolvimento histórico para o Brasil. O capitalismo não desaparece do horizonte de expectativa de ambos os ideários, mas é tratado de forma diferente em cada um. Essa possibilidade também foi observada por Koselleck (2006) em sua tentativa de analisar a complexidade das relações econômicas e políticas da modernidade. O autor ressalta que determinados conceitos são concebidos de forma generalizada, ampliando-se suas possibilidades de interpretação e captação histórica. O debate é a expressão da possibilidade de diferentes concepções de capitalismo.

Para Koselleck (2006), a generalização desses conceitos abre um leque infundável para seus usos, de forma que, por exemplo, diversos partidos podem se utilizar de um mesmo conceito, mas em diferentes perspectivas. Esse fenômeno provoca o acirramento de disputas pela interpretação política autêntica.

Uma crítica ideológica que procede assim argumenta com conceitos de movimento, cuja prova só pode ser apresentada no futuro. O adversário cai em um dilema argumentativo. A escala histórica do tempo, com que ele é medido, é uma escala móvel. Por um lado, declara-se que sua posição atual é historicamente condicionada, de modo que ele não pode a ela escapar, nem ultrapassá-la. Por outro, a mesma posição pode se inscrever no futuro, como utópica, de modo que não seja realizável, ou então no passado presente, de modo que de fato já está superada, atrasada, vencida (KOSELLECK, 2006, p. 302).

Os conceitos de movimento são, pois, fruto da modernidade. Indicam as transformações sociais e políticas e formatam a crítica ideológica e os elementos linguísticos de elaboração da consciência, porém não podem ser testados ou até mesmo qualificados no presente, já que

apontam para uma concretização futura. Constituem-se no presente a partir do debate, formatam-se no presente, mas, na prática, buscam um horizonte de expectativa, buscam soluções para o futuro.

Assim, três elementos teóricos se unem para sanar as necessidades de esclarecimento que nosso objeto requer. A história das ideias, ou intelectual, a história dos intelectuais e a história conceitual. Trata-se de uma possibilidade frutífera, como aponta Dosse (2007, p. 15):

Varios caminos son posibles entre la historia de los conceptos, por un lado, y una sociohistoria de los compromisos de los intelectuales en la ciudad, por el otro. A condición de postular una forma de indistinción epistemológica y de renunciar a una postura de dominio, todos estos caminos aportan su específico enfoque. Corresponde a la historia intelectual así como a la historia de los intelectuales interrogar a la vida de las ideas a través de un ir y venir constante entre el pasado y las preguntas que le planteamos al pasado a partir de nuestro presente.

1.4 Roteiro da Tese

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, inserimos o debate em questão no contexto das ideias. Abordamos a teoria do desenvolvimento como a grande questão das décadas de 1930 a 1960, sinalizando, assim, a decorrência do pensamento de Gudín e Furtado, tendo em vista os conceitos de desenvolvimento, atraso e dinâmica da história, bem como as teorias que construíram o contexto do debate e suas possibilidades.

No segundo capítulo, buscamos resgatar a trajetória intelectual de Celso Furtado, bem como salientar o seu uso da história como um instrumento metodológico de seu pensamento. Revisitamos também elementos de sua produção bibliográfica, que são pertinentes à pesquisa, analisando, ainda, sua teoria do subdesenvolvimento e sua ligação com o conceito de dinâmica da história.

No terceiro capítulo, apresentamos a figura do economista Eugênio Gudín, observando sua produção bibliográfica e sua trajetória intelectual, tendo em vista o debate e a concepção de dinâmica da história em suas ideias.

No quarto e último capítulo, observamos o debate e sua formação, tendo em vista o cenário criado: as conferências e os periódicos. Também analisaremos os temas mais recorrentes, bem como o conceito de dinâmica da história presente nos ideários em debate, tendo em vista a busca por evidenciar a hipótese da pesquisa, salientando a ideia de que o debate entre Gudín e Furtado é uma amostra de um debate político que existiu no Brasil e culminou no contexto político de 1964. Discutimos, enfim, a importância dos diferentes conceitos de dinâmica da história para a busca de um caminho de superação do atraso e para a formação de distintos projetos políticos

2 Capítulo 1 - Desenvolvimento e História

Quando apresentamos o problema central deste trabalho, pensamos na possibilidade de existir um conceito de história, ou dinâmica da história, que direcionasse o debate entre Gudin e Furtado. Cabe-nos agora aprofundar a discussão das questões conceituais, especialmente o conceito de desenvolvimento e sua ligação com o de história. Faremos uma análise conceitual da questão do desenvolvimento, seja no que tange às principais teorias acerca do tema seja no que tange às suas motivações políticas e econômicas. Em seguida, situaremos o debate no contexto das ideias, para, então, discutirmos os significados das palavras desenvolvimento e história nos discursos de Furtado e de Gudin.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos baseiam-se em sistemas político-sociais: uma sociedade está sempre formando seus conceitos, atribuindo-lhes historicidade. Existem conceitos que parecem ter uma generalidade intrínseca: é o caso de desenvolvimento, que, em dicionários populares, aparece com as seguintes definições: ato ou efeito de desenvolver; aumento; progresso; incremento; propagação. Porém, principalmente a partir da década de 1930, o uso desse conceito ganhou espaço nas teorias econômicas e sinalizou uma necessidade de sua ressignificação.

[...] Por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcionar politicamente [...] (KOSELLECK, 2006, p. 107).

Cabe salientar os elementos comuns nas análises de Gudin e Furtado. Ambos eram economistas, partiram do estudo da economia para elaborar uma concepção de desenvolvimento econômico, na qual se expressam, conforme nossa hipótese, muito mais que teorias matemáticas, concepções de desenvolvimento histórico, uma lógica da história, que, compreendida, explicaria de forma mais clara a política no Brasil.

Segundo Arendt (1989), grande parte das ideologias ou conjunto de ideias e concepções que buscam nortear ou explicar a realidade tem em sua essência a busca por uma solução histórica, o que a autora chama de “a chave da história”. Questões como o que move os fatos, o que impulsiona a ação do homem, qual o papel do Estado, das classes ou do interesse individual, a base para a explicação e a justificativa de determinadas ações políticas estariam respaldadas nessas teorias que expressam no seu cerne “a chave da história”.

Essa reflexão pode ser encontrada no discurso de Furtado e de Gudin, os quais possuem o mesmo ponto de partida para a busca do sentido da história. Muitos intelectuais buscaram na cultura, na religião ou em outros elementos o entendimento da história, mas os autores em questão partiram da economia para analisar as questões da política, e, portanto, da ação do homem no tempo.

2.1 Economia, História e Desenvolvimento

Cada nação expressou em sua constituição, ou em seus símbolos, a ideia de um ideal, um alvo a se atingir ou se preservar. Os americanos valorizam o conceito de “liberdade”, por sua vez os franceses valorizam a ideia de “igualdade”, e no Brasil não é diferente. Historicamente, a sociedade brasileira nutre a importância do “desenvolvimento”, uma das palavras existentes em sua bandeira, “progresso”, nos leva ao conceito de “desenvolvimento”. Até na atualidade, o desenvolvimento é citado como alvo das políticas públicas.

Assim, o desenvolvimento é um conceito que poderia ser visto de diferentes formas, mas tendo em vista nosso problema, ele será analisado como fora concebido por Gudin e Furtado: como um fenômeno histórico, de ordem econômica.

O desenvolvimento seria a conclusão do processo de evolução do próprio capitalismo, o aumento da riqueza e sua distribuição. Sendo que esse processo se daria ao longo do tempo, enfrentando as condições históricas.

Olhar a história a partir do aspecto econômico, não era algo novo. É de suma importância para nossa discussão mencionarmos a tradição que Marx inaugurou, qual seja, a de unir a história à análise econômica. Essa tradição influenciou muitos economistas e historiadores, a observarem a história e a economia como áreas totalmente relacionadas.

Obviamente, cada teoria tratou desse relacionamento da história com a economia de distintas formas, mas o que para nossa pesquisa foi importante, foi o fato de que: ambos os economistas, Gudin e Furtado; partiram do entendimento de que, o desenvolvimento da história seria resultado do desenvolvimento econômico e associaram o conceito de história ao mundo material.

Mesmo quando analisou os problemas estruturais da história do Brasil, e constatou as idiosincrasias que o diferenciavam de outras nações, Furtado buscou uma teoria que corrigisse esse processo, que colocasse o país nos trilhos do desenvolvimento, do progresso, assim como as outras nações. Ele elaborou esse raciocínio, ainda que tivesse sinalizado que o

subdesenvolvimento não era uma etapa para o desenvolvimento e sim um processo de atrofia econômica.

Influenciado pelo marxismo, Furtado não acreditava em uma economia pura, mas atrelava as condições e os resultados econômicos ao mundo social, ou seja, atrelava o mundo material ao social. Em pesquisa na biblioteca particular de Furtado, encontramos uma enciclopédia, cujos grifos mostram que o autor estudou o marxismo, e dele captou principalmente a ideia de uma história material, onde a economia não é compreendida sem o entendimento do mundo social, historicamente construído. Um dos grifos diz respeito a essa ideia de que o material está ligado ao social: “for Marx pure economics did not exist; economic laws, like all other so-called social laws, are to him only transitory categories [...]” (ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL SCIENCES, 1944, p. 199).

A situação de crise da economia brasileira nas décadas de 1950 e 1960 intensificava o debate acerca do atraso brasileiro. O atraso era temporal: como se constatava por meio da comparação entre o Brasil e outras nações que se destacavam.

Em um artigo escrito às vésperas do Golpe de 1964, Gudin trata de duas questões que nos interessam. Uma delas é a crítica que ele faz aos estruturalistas, como Furtado, que acreditavam que as peculiaridades do Brasil poderiam explicar seu atraso econômico; a outra é a comparação entre o Brasil de 1960 e os EUA de 1900, por meio da qual ele ressalta uma série de semelhanças entre os dois países e reafirma que, mesmo com a distância temporal, os EUA possuíam mais pontos positivos.

O artigo contém uma série de informações para a compreensão do cenário econômico, tais como: dimensão da população, a área regional dos países, a expectativa de vida etc. Os números, segundo Gudin, estariam próximos, demarcando as semelhanças. Depois de listar as analogias, ele lista as disparidades: 1) porcentagem de crianças e jovens nas escolas: EUA (1900), 72,4%; Brasil (1960), 24%; 2) área cultivada em acres: EUA (1900), 295; Brasil (1960), 46. Tais exemplos são utilizados pelo autor para mostrar que o tempo não favoreceu o desenvolvimento do Brasil, em razão principalmente de políticas econômicas equivocadas. Nessa comparação, ele aproxima a ideia de atraso econômico com a questão temporal, ou seja, com a História.

Mais uma vez Gudin não perdeu a oportunidade de criticar os estruturalistas e demonstrou que o debate se fundava na perspectiva do atraso temporal. Finaliza o artigo com as seguintes palavras: “Tomem lá essa pitada os ‘estruturalistas’, os paladinos das ‘reformas de base’ e os fabricantes de bodes expiatórios” (GUDIN, 1970, p. 267).

A comparação entre as economias das chamadas “nações desenvolvidas”, como os Estados Unidos ou Inglaterra, era decorrente nos escritos de Gudin, que viu nessas nações um exemplo a se seguir; e concebeu, a partir de sua observação, que elas viviam um tempo histórico distinto do nosso, a frente do que o Brasil vivia.

Outro aspecto importante de nossa pesquisa, se dá com o entendimento de que: ambos os autores acreditavam no capitalismo como sistema econômico capaz de gerar o desenvolvimento. Então a observação da sua dinâmica, e evolução faziam parte dos objetivos desses intelectuais, ao pensarem o desenvolvimento.

Ambos são herdeiros de um momento histórico, em que o capitalismo é fortemente atingido após a crise de 1929, esse momento colocou todas as correntes do pensamento econômico, em estado de reelaboração das teorias capitalistas, principalmente em busca de respostas a crise.

Tanto Gudin, quanto Furtado assinalaram esse momento como crucial para o restabelecimento de teorias econômicas que pudessem dar conta das novas questões que a crise colocava. O próprio Gudin elabora textos com o foco principal de redirecionar o seu conceito de liberalismo, frente a nova realidade da crise.

Por sua vez, Furtado, concebeu esse fato histórico, como a comprovação de que o equilíbrio econômico, não existiria em um contexto de economia de mercado e que a antiga Lei de Say, estava fadada a falência.

Visualizam-se, assim, debates teóricos acerca do desenvolvimento econômico, da natureza do capitalismo, da ação do Estado ou do indivíduo nesse processo. Nesses debates, destacam-se dois teóricos: Schumpeter e Keynes.

2.2 Teorias do Desenvolvimento: a contribuição de Schumpeter e a revolução de Keynes

O economista austríaco Schumpeter marcou a história do pensamento econômico com sua teoria clássica do desenvolvimento, exposta em *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Nessa obra, revela-se a influência da teoria do equilíbrio geral de Walras, crítico árduo do marxismo.

No início do século XX, a ideia de que o mercado seria capaz de se autorregular, gerando um equilíbrio econômico, se constituía como a característica geral do capitalismo. As crises suscitavam, então, duas opiniões majoritárias no meio dos economistas: de um lado, os marxistas criticavam o sistema capitalista e acreditavam que as crises demonstravam as contradições de um sistema em decadência; de outro, os chamados economistas neoclássicos

argumentavam que essas crises seriam resultado da intervenção estatal na economia e, portanto, não seriam um fenômeno natural do mercado.

Nesse contexto, Schumpeter (1982) desenvolveu sua teoria de que o capitalismo é um fenômeno com rupturas, descontinuidades, pois, ao transformar as estruturas, torna possível a instabilidade.

Porém, a inovação é um elemento endógeno do capitalismo, ou seja, o sistema econômico é um contexto de inovação, de constante transformação das estruturas. Nesse contexto, em que antigas tecnologias seriam destruídas, novas estruturas seriam construídas. Essa ideia ficou conhecida como “destruição criativa”. As rupturas causadas por essa “destruição criativa” causariam momentos de instabilidade, até mesmo crises. Ou seja, ocorreria um desequilíbrio, que seria substituído por outro equilíbrio, resultante de fenômenos intrínsecos ao capitalismo.

Outra ideia do autor é a de que, em contextos de oligopólios ou monopólios, nas chamadas concorrências imperfeitas, nesse processo mercadológico de criação de tecnologia, o mercado pode não gerar bem-estar coletivo.

Assim, para Schumpeter (1982), em razão desse processo criativo, o sistema se reorganiza de tempos em tempos, gerando diferentes ciclos econômicos. Em sua concepção, a dinâmica do capitalismo estaria separada da evolução da ordem social, de forma que a dinâmica do mercado não dependeria de um contexto histórico, seria natural em qualquer contexto. No entanto, nem sempre tal dinâmica teria um linha contínua: suas rupturas é que escrevem a história. Essa ideia é fundamental para nossa análise, pois Schumpeter, com sua teoria do desenvolvimento, visualizava o indivíduo e sua ação criadora como elemento do mercado, elemento esse essencial para a criação do contexto de desenvolvimento.

[...] Ainda permanecem dois fatos: primeiramente o fato da mudança histórica, pela qual as condições sociais se tornam ‘indivíduos’ históricos no tempo histórico. Essas mudanças não constituem nem um processo circular nem movimentos pendulares em torno de um centro. O conceito de desenvolvimento social é definido por essas duas circunstâncias, juntamente com o outro fato: o de que *-sempre que não conseguimos explicar adequadamente um dado estado *de coisas histórico a partir do precedente, reconhecemos de fato a existência de um problema não resolvido, mas não insolúvel. Isso é válido antes de tudo para o caso individual [...] (SCHUMPETER, 1982, p. 70).

Portanto, um dos referenciais teóricos da época para se pensar o desenvolvimento econômico também se direciona para o campo da história: o fenômeno não seria estritamente econômico, já que ocorreria em um espaço e em um tempo. A História tem importância na teoria do autor, pois pensar o desenvolvimento econômico é pensar a história econômica.

Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982, p. 74).

Schumpeter influenciou muitos economistas que debateram com os desenvolvimentistas. Dentre eles, destaca-se Nurkse, que frequentou as conferências, participou das revistas, constituindo-se personagem agregador nesse contexto. Como o debate entre Furtado e Nurkse ficou conhecido pela literatura, é importante abordá-lo nesse contexto de ideias e de formatação do conceito de desenvolvimento.

[...] em 1952, Furtado escreveu um ensaio onde respondia às teses sobre desenvolvimento defendidas por uma das maiores autoridades da época, Ragnar Nurke [...] Em suas palestras de 1951, no Instituto de Economia Brasileira, fundado por Gudin, [...] propôs sua famosa ‘doutrina do crescimento equilibrado, publicada em 1953 como Problemas da Formação de Capital nos Países Subdesenvolvidos [...] (LOVE, 1998, p. 368).

Em sua teoria do desenvolvimento, Nurkse postulava a ideia básica do “ciclo de Schumpeter”. Ele observava que um país seria subdesenvolvido se possuísse um mercado pequeno, que não gerava incentivo para que o capital investisse em produtividade. O contexto de baixa produtividade, resultante da escassez de capital para o uso na produção, alimentava, dessa maneira, a existência do pequeno mercado, constituindo sempre um ciclo de atraso, um estado estacionário que somente seria alterado com uma intervenção de capital vindo do empresariado.

A crítica de Furtado a esse esquema foi contundente. Primeiramente, para Furtado (1951), o mercado que Nurkse levava em consideração seria o mercado interno, mas mesmo um país subdesenvolvido poderia visualizar um mercado em expansão se olhasse além de seus limites territoriais, para o mercado externo e produzisse para esse mercado também.

O desenvolvimento econômico é um processo no qual se alcança o aumento da produtividade física do trabalho. Para Furtado, a produtividade do país subdesenvolvido não podia ser comparada à do desenvolvido, pois, muitas vezes, uma tecnologia não se encaixa nos custos de produção no contexto de subdesenvolvimento. A abertura de uma estrada poderia aumentar a produtividade de uma região agrícola, por exemplo. Ao criticar a teoria de Nurkse,

ele considerava o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento e não uma etapa do mesmo.

Entender a necessidade de impulso para esse desenvolvimento, pensar a existência de um corpo empresário, que, para Schumpeter (1982), inovariam a economia com produtos, mercados, matérias-primas, processos produtivos, era a missão de Furtado. No entanto, em sua análise da formação do Brasil, ele acusava a falta dessas figuras em muitos momentos. Para que essa análise fosse coerente, não havia outro instrumento metodológico senão a história do Brasil: com base nela, longe de se enquadrar na explicação simples de Schumpeter, seria possível compreender o processo que ocorria naquele contexto complexo.

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento é entendido como mudanças no processo de produção; já, para Furtado, a estrutura de um país subdesenvolvido não permitia esse processo espontâneo, os fatores externos eram preponderantes para a quebra do ciclo do atraso.

O argumento de Furtado se desenvolve da seguinte maneira: o impulso externo beneficia inicialmente os setores ligados ao comércio exterior, proporcionando um aumento dos lucros, os quais, caso esse impulso seja persistente, serão reinvestidos, aumentando a produção; a acumulação de capital traz consigo melhorias técnicas e, portanto, aumento da produtividade social média, pela liberação dos demais fatores e sua absorção em outros setores. O processo tende a se autossustentar, pois, na medida em que aumenta a produtividade, cresce a renda real e a demanda se diversifica, abrindo novas frentes de investimento; e à medida que cresce a procura por mão de obra os salários reais também tendem a crescer (ARAÚJO, 2009, p. 83).

De sua perspectiva, a concentração de renda, do capital, não gera desenvolvimento e sim estagnação. O desenvolvimento econômico está atrelado ao social. Como exemplo disso, Furtado (1961) afirmava que, nos países subdesenvolvidos não havia estímulo à poupança; mesmo com renda baixa, as pessoas imitavam os padrões de consumo de países ricos, criando mais disparidades.

Furtado (1961) acreditava que o mecanismo de mercado não possibilitava a utilização dos recursos de forma ideal. O Nordeste brasileiro era prova disso, pois, para o autor, o capitalismo e o interesse dos latifundiários fizeram da economia nordestina uma economia apática pelo fato de se concentrar na monocultura, setor esse que, para o economista, seria de alto risco, em razão das questões climáticas da região. Segundo ele, quem pagava os prejuízos de um investimento errado no Nordeste era principalmente o povo nordestino, que não desfrutava de um avanço em seu mercado e vivenciava um grau de pobreza estacionário.

Assim, as ideias de Schumpeter (1982) ressoaram também no Brasil, principalmente no desenvolvimento das ideias de Furtado, mas, sem dúvida nenhuma, o debate foi influenciado

por outro economista, que trouxe para a cena uma teoria que revolucionou a economia em todas as partes do mundo: Keynes.

Provavelmente grande parte das teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) relacionam-se às temáticas desenvolvidas por Keynes, da mesma forma que o desenvolvimentismo nacionalista. Keynes foi o grande economista do século XX. Cabe-nos observar como sua teoria criou uma espécie de resposta para a necessidade de desenvolvimento e como ela foi absorvida por ambas as linhas envolvidas no debate.

No mesmo ano em que morria Marx, nasciam Schumpeter e Keynes. O ano de 1883 realmente marcou a história econômica, pois esses três economistas, embora de maneiras diferentes, tiveram suas ideias ecoadas até os dias de hoje. No entanto, o ideário de Keynes é hoje uma das teorias mais adotadas como política econômica. Em suma, no contexto de crise e de descrença no capitalismo, emergiu o keynesianismo.

A teoria econômica predominante no momento era a teoria neoclássica, principalmente a vertente de Marshall, que se baseava na “Lei de Say”⁴, segundo a qual, o processo de produção capitalista é, também, um processo de geração de rendas (lucro, salário, aluguéis, etc.) e, por isso, a oferta cria sua própria demanda.

Após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, uma das maiores preocupações foi o desemprego. Pela primeira vez, a história notificava uma grande crise no capitalismo, a qual atingiu até mesmo o Brasil. Tratava-se de uma crise com ressonância global, como já foi afirmado.

Nesse contexto, as ideias entram em colisão contra a teoria ortodoxa de crença na ação do mercado. Keynes se contrapôs à teoria de Say e fez árduas críticas aos neoclássicos. Visualizam-se, então, debates com economistas tais como: Pigou, Hayek, Robertson, etc.

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais do que compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J.-B. Say. É verdade que a ‘lei dos mercados’ dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico (KEYNES, 1996, p. 36).

⁴ Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês que elaborou a “lei de Say”, segundo a qual a oferta criaria sua própria demanda e não haveria maneira de existir crises de superprodução. Essa teoria foi fortemente contestada nas teses de Keynes. Ver: ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

Em linhas gerais, a proposta de Keynes⁵ prevê a necessidade de se tornar efetiva a demanda em momentos de crise. Por meio da diminuição nas taxas de juros e do desencorajamento da poupança, essas ações aumentariam o incentivo ao investimento, que por sua vez geraria empregos. Porém, na visão do economista, essa realidade não seria uma consequência do livre mercado, pois este não era eficiente sozinho, precisaria de uma direção. Assim, o Estado teria essa função de tutelar o capitalismo e suas fragilidades, ou seja, deveria haver uma aliança entre iniciativa privada e Estado.

Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas... Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES, 1996, p. 322).

A questão central da obra de Keynes (1996) não era o desenvolvimento econômico, mas sim a superação da crise, tendo em vista que esta era um elemento inerente ao capitalismo. Porém, suas ideias foram absorvidas de diferentes formas em diferentes contextos, a exemplo da América Latina, da CEPAL, e, portanto, de Furtado. A crença na ação do Estado para resolver um problema econômico tornou-se a base para os argumentos desenvolvimentistas e a origem dessa ideia estava na Teoria Geral de Keynes:

Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social (FURTADO, 1961, p. 13).

Teixeira (*apud* Araújo, 2009), citando o americano Henry J. Bruton, estudioso da teoria do desenvolvimento, afirma que algumas razões teriam motivado essa preocupação com a

⁵ Para maiores esclarecimentos acerca das ideias de Keynes, ver: KEYNES, M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

questão do crescimento econômico e movido esse tema para o centro das discussões, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Entre elas, aponta: a exploração e a adaptação da própria teoria geral de Keynes, que previa períodos de depressão econômica no sistema capitalista, elaborando maneiras de driblá-las por meio da intervenção estatal; as políticas de bem-estar direcionadas aos chamados países subdesenvolvidos atingidos pela depressão de 1930 e pelo pós-Segunda Guerra Mundial; o crescimento da economia da URSS, deixando-a entre as principais potências mundiais. Destarte, economias destruídas do pós-guerra na busca pela reconstrução esforçavam-se para recuperar seus níveis de crescimento, o que explicaria o maior o interesse na questão.

Gudin também teve contato com as ideias e com o próprio Keynes e respeitava sua teoria, mas não se “iludiu” com o keynesianismo, como afirmou Roberto Campos (1994):

[...] Mas Gudin não foi somente um interlocutor de Keynes na conferência [de Bretton Woods], foi também o principal divulgador da obra do britânico no Brasil. Essa condição, no entanto, não o impediu de adotar, a partir dos anos 1950, uma precaução firme diante das ideias keynesianas [...] Admirador e divulgador, insista-se, da obra de Keynes, Gudin rejeitava certo tipo de keynesianismo bastardo: a propensão exagerada ao intervencionismo estatal e o ‘dirigismo’ planejador (CAMPOS, 1994, p. 157-158)

No entanto, havia sim aproximações de Gudin com o pensamento de Keynes. O economista brasileiro acreditava que a economia não viveria em equilíbrio constante, de forma que a teoria de ciclos de Keynes teria todo o sentido, especialmente considerando que a complexidade das relações econômicas fazia com que argumentos teóricos de séculos atrás não se adaptassem às novas realidades, inclusive a Lei de Say. Nas palavras de Gudin:

A verdadeira revolução do pensamento econômico consistiu na introdução da teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, mostrando que o ajustamento automático, que os clássicos pressupunham, não se realizava, porque a taxa de juros do dinheiro não funcionava como eles imaginavam (mesmo que ela fosse zero, sempre haveria economias se a renda nacional fosse elevada), porque a propensão a economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez [...] J.B Say dizia que a produção constituía a própria fonte de seu escoadouro, o poder de compra originado pela produção de uns servindo para comprar o que produziam outros. Ele não figurava a hipótese _ que é a realidade_ da retenção de poder de compra em suspenso (economias) e da que é dada realidade possibilidade da não aplicação dessas economias. Em seu esquema de reajustamento automático, que tão bem se coadunava com o laissez-faire de então, não pensavam os clássicos na distorção do funcionamento do padrão ouro pela moeda bancária, na irredutibilidade prática dos salários, das obrigações financeiras anteriormente contraídas, dos impostos, das despesas gerais, que constituem outros entraves ao seu suposto reajustamento automático [...] (GUDIN, in TEIXEIRA, 2010, p. 88-89)

Gudin alegou que Keynes não elaborou uma teoria que justificasse o abuso do *déficit* orçamentário, bem como que apoiasse políticas monetárias que ele, Gudin, considerava abusivas. Keynes teria sido apropriado principalmente pelos desenvolvimentistas da Cepal, incluindo Furtado, de forma “abominável”, longe da real intenção de seu criador (SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Enfim, abordado por todos, amantes e críticos, absorvido e refutado, Keynes foi um referencial nos anos em que ocorreu o debate; na realidade, é um referencial ainda nos dias atuais. Sua Teoria Geral está por trás das políticas econômicas de grande parte dos países capitalistas e, portanto, de diferentes projetos, dentre os quais, o projeto de desenvolvimento. A partir de suas ideias, outros intelectuais pensaram o desenvolvimento e sua dinâmica.

Portanto, visto a importância de autores como Schumpeter, Nurke e principalmente Keynes, cruciais para o entendimento desse debate, o que fizemos aqui fora apenas uma menção desses pensadores e suas ideias, que foram amplamente discutidas na historiografia especializada.

2.3 Arqueologia do Debate: teorias do desenvolvimento

Com base nas ideias clássicas anteriormente expostas, uma série de intelectuais, dentre eles economistas e historiadores, postularam teorias que explicariam de diferentes formas o desenvolvimento econômico como o elemento central para a modernidade.

Estudos importantes como os de Harrod (1939, 1948) e Domar (1946) concluíram pela possibilidade do crescimento equilibrado da economia, com base no pensamento de Keynes, mas os olhos desses autores estavam voltados para nações amadurecidas economicamente, como a Inglaterra e os Estados Unidos.

Já a vertente conhecida pelo conceito *big push*, “arrancada”, teorizou trabalhos que defenderam a industrialização como base para o crescimento econômico. Um dos nomes dessa corrente foi o de Rosenstein-Rodan (1943), que observou a Europa Oriental. Sua ideia foi ressaltada por Nurkse (1951), que sinalizou a importância da indústria ser impulsionada em vários setores da economia para que o crescimento equilibrado pudesse então se cumprir (ARAÚJO, 2009).

Alvo de muitas críticas, a teoria do crescimento equilibrado foi refutada por Furtado, porém o grande crítico dessa teoria foi Albert Hirschman, formulador da teoria do crescimento não equilibrado.

Um nome que se destacou como um dos grandes referenciais do tema foi o de Paul Baran. Seu pensamento foi além quando sugeriu que se deveria observar o contexto social e político de cada nação. Não bastavam, segundo ele, aplicações de capitais; era necessário promover a alteração na dinâmica política e social, principalmente porque os países pobres possuíam relações de dependência com países ricos. Esse pensamento esteve no coração teórico da CEPAL e foi extremamente importante para o desenvolvimento dos argumentos de Furtado.

Gudin buscou naturalizar o processo do desenvolvimento, vendo-o como elemento espontâneo de uma economia livre, porém, para muitos teóricos, principalmente a partir da década de 1930, dois problemas que barravam essa espontaneidade. Primeiro, as crises, ou os ciclos de crescimento e recessão, observados nas nações capitalistas; segundo, o não desenvolvimento natural do capitalismo em nações periféricas que levava ao surgimento do conceito de subdesenvolvimento, ou seja, o atraso histórico que essas nações, como o Brasil, viviam. Essa segunda realidade foi ressaltada por diferentes teorias ao redor do mundo e, no Brasil, pelo grande teórico do subdesenvolvimento: Celso Furtado.

Não há como entender o debate que se travou entre Gudin e Furtado sem, antes, observar as raízes teóricas de seus principais postulados. Observaremos a seguir os principais teóricos que se preocuparam em observar e estudar contextos que conceituaram como subdesenvolvidos.

2.4 Subdesenvolvimento e Atraso

Com base nos princípios da história conceitual de Koselleck (2006), podemos observar a evolução semântica desses conceitos. O conceito de “subdesenvolvimento” formou-se no contexto dos debates, mas existiam outras palavras que designavam o problema em questão.

O termo “*backwards countries*”, usado até o fim da Segunda Guerra, era mais fatalista, dava a ideia de países atrasados, de forma definitiva. No pós-guerra, com a criação da ONU e de seus órgãos de cooperação internacional, a visão acerca desses países se alterou, surgindo assim um maior otimismo quanto ao futuro desses países. Assim, a expressão “*under developed countries*”, expressa um conceito mais ligado à perspectiva de desenvolvimento, “subdesenvolvimento”, como uma fase pré-desenvolvimento⁶. Com o tempo, o conceito passou

⁶ Quando Furtado (1961) pensa o subdesenvolvimento, ele não o vê como uma etapa, como muitos analisam. A palavra foi importante para dar fundamento à própria tese de Furtado de que o subdesenvolvimento brasileiro era uma condição histórica, peculiar, portanto não se dissolveria com o tempo, em um processo natural, mas por meio de implicações racionais, de correção das estruturas historicamente construídas.

a ser revestido de mais otimismo e, no momento em que o nível de industrialização se tornou sinalizador de desenvolvimento, os termos “*less developed countries*” e “*newly industrialized countries*” veiculavam a ideia de países menos desenvolvidos e recém-industrializados. Segundo Campos, a evolução do termo ocorreu por dois motivos: o pós-guerra e as ideias de Keynes. Ou seja, o contexto alterou o conceito (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996).

Segundo Love (1998), o termo “terceiro mundo”, também ligado à ideia de atraso e subdesenvolvimento, tem origem no contexto dos países recém-criados ou redefinidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa centro-oriental vivenciou a necessidade de reconstrução, de busca por desenvolvimento econômico; desse contexto adveio o termo. Na década de 1940, teóricos pensaram o desenvolvimento como uma subdisciplina. A maioria dos teóricos do desenvolvimento nasceu na Europa central ou centro-oriental: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Gottfried Haberler, Paul Baran, etc.

‘Atraso econômico’, o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado, na era do pós-guerra, por ‘subdesenvolvimento’, embora acadêmicos de primeira linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo ‘atrasado’ descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que ‘subdesenvolvido’ deveria ser reservado para os recursos naturais. ‘Subdesenvolvido’, como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu lugar a substitutos mais eufemísticos [...] ‘menos desenvolvido’ e ‘em desenvolvimento’, o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se auto-solucionar [...] (LOVE, 1998, p. 22-23).

Os primeiros pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento nasceram no contexto da Europa central ou centro-oriental, contudo foram elaborados para ser universais. A primeira escola autóctone de teoria do desenvolvimento surgiu na América Latina: essa escola foi associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma comissão criada pela ONU.

Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado_y *compris* a teoria clássica e a neoclássica_ é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de ‘centro’ e ‘periferia’ desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as ‘leis’ do capital seriam aplicáveis urbi et orbi; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as ‘vocações’ primárias das colônias e depois ex-colônias’ (ARAÚJO, 2009, p. 46).

Na tese de Prebisch, existia uma relação entre centro-periferia, mas uma relação de troca desigual, determinada sempre por relações políticas e não meramente de livre mercado. Por isso, ele não concordava com a teoria clássica de troca, de vantagens comparativas.

Falar de países subdesenvolvidos era pensar as relações de trocas, a fragilidade econômica de países que sofriam ciclos de altas e baixas dos preços das *commodities*. Esse tema não era analisado apenas por teóricos da CEPAL; Gudin e Bulhões, na reunião de Bretton Woods, indagaram a falta de instituições que trabalhassem na busca da estabilização do preço das matérias-primas e produtos primários. A queixa de Gudin não foi ouvida e o problema permaneceu.

Para Prebisch e para CEPAL, a solução estaria na industrialização, que daria independência às nações subdesenvolvidas, gerando o desenvolvimento. Um elemento econômico estaria no centro da dinâmica da evolução, porém os fatores que movimentariam essa engrenagem seriam políticos, a ação do Estado como protagonista do desenvolvimento.

Em suma, todas as teorias do desenvolvimento buscavam uma fórmula para que houvesse: o aumento da produtividade, o aumento de capital, a transformação desse capital em renda e a distribuição dessa renda. Esse processo geraria um contexto de modernidade, de avanço temporal em relação a outras nações que já viviam esse contexto. O desenvolvimento seria a constatação de que o Brasil não estaria parado no tempo.

Existe um ponto basilar em comum entre Gudin e Furtado. No que se refere ao elemento principal da cadeia do processo de desenvolvimento, ambos seguiam a linha de pensamento dos economistas clássicos: acumulação de capital e investimento em busca de aumento de produtividade, o velho princípio de A.Smith.

Porém, o que gerou o debate foi o pensamento acerca do que motiva uma comunidade a acumular o capital e investi-lo no aumento da produtividade.

Furtado observou a necessidade do acúmulo de capital para o aumento da renda, à medida que tal acúmulo influencia no aumento da produtividade, conseqüentemente, nos salários. Isso transforma a maneira de consumir dos trabalhadores, modificando assim a estrutura da própria demanda. Uma questão que o autor sempre frisou é a da necessidade de se criar uma economia homogênea no Brasil por meio de um processo produtivo diversificado que ampliaria o mercado interno. Somente com essa realidade é que haveria maior produção e distribuição de renda, gerando a situação de desenvolvimento.

Porém, em países subdesenvolvidos como o Brasil, o motivador para esse acúmulo de capital não poderia ser pura e simplesmente o mercado e sua mão invisível. As estruturas existentes nesses países não possibilitavam o acúmulo necessário para esse processo,

principalmente porque o processo produtivo era débil por falta de tecnologia e por falta de capital para que essa tecnologia existisse, ou seja, pelo que Furtado chamou de ciclo vicioso.

Um elemento que poderia alterar essa realidade seria um fator exógeno desse sistema. Todavia, apenas a demanda do mercado externo não seria suficiente para tal acúmulo, não daria conta de motivar o aumento substancial da produtividade no Brasil, como propunha a teoria clássica liberal de A. Smith, para quem o mercado seria o grande motivador da divisão do trabalho. Furtado visualizou, portanto, que essa realidade poderia ser vista em países desenvolvidos, mas não em países subdesenvolvidos.

Em consequência, outro elemento exógeno ao processo natural do mercado deveria existir para incentivar e possibilitar o aperfeiçoamento técnico da produção e, conseqüentemente, o aumento da produtividade: o capital proveniente do Estado. Por meio do seu incentivo intervencionista, a industrialização ficaria à frente do processo de desenvolvimento e de ruptura com as antigas estruturas de consumo, dinamizando, dessa maneira, o mercado interno.

Para Gudin, por sua vez, o capital acumulado deveria ser proveniente do trabalho do setor agrícola brasileiro, setor esse extremamente fértil, na visão do autor. Gudin seguia a linha clássica de A. Smith, qual seja, a do progresso natural da riqueza. Quanto a isso, consideremos que o autor observou a história da Inglaterra, ícone para se observar o desenvolvimento do capitalismo. Viria do excedente do campo o capital que fomentaria a revolução industrial: sobre esse mesmo pressuposto, Gudin acreditava ser possível o desenvolvimento agrário no Brasil subsidiar sua indústria.

Sob a ótica gudiniana, esse processo não se daria por intervenções exógenas, mas como consequência natural do mercado, ou seja, o processo se daria de forma espontânea, mesmo o Brasil sendo um país atrasado economicamente. O que atrasava esse processo de desenvolvimento seriam dois elementos que podemos analisar, com base no pensamento de Gudin. Primeiro, a própria intervenção estatal, que desmotivaria a ação do mercado e também investimentos externos de suma importância. Segundo, outro ponto crucial: a mentalidade e a cultura existentes no Brasil, que era carente de educação e de ideias que incentivassem a mola propulsora do processo: o indivíduo.

Contudo, ficou clara a relação entre o processo do desenvolvimento, com a ideia de que esse processo é historicamente construído, e portanto, a modernidade, o avanço, o futuro seria a conclusão desse processo de desenvolvimento. Por sua vez, a história nortearia esse processo, através dela os intelectuais buscavam as respostas para o fracasso, e as perspectivas para o

sucesso. Sendo assim através da história, da sua dinâmica, seria possível observar o próprio fenômeno do desenvolvimento.

O tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 9).

Cabe agora analisarmos cada intelectual, sua trajetória e sua teoria, buscando o conceito de História que está na base de seus pressupostos.

3 Capítulo 2 - O Pensamento de Celso Furtado

Neste capítulo, os objetivos são analisar as ideias de Furtado, salientar como foi construída sua concepção de História e mostrar como essa concepção norteou sua visão acerca do passado, do presente e do futuro do Brasil. Faz parte desses objetivos analisar como sua concepção da dinâmica da História foi preponderante em sua elaboração de um projeto político para o Brasil. Utilizaremos as obras escritas pelo autor entre 1954 e 1964.

Existe um caminho para buscarmos o entendimento do conceito de história e da concepção de Furtado a respeito de sua dinâmica: observando a construção do método histórico estruturalista para a compreensão da história do Brasil, o que sinaliza que a dinâmica singular da economia e da sociedade brasileira decorreu de seu passado. Para abordar essa fase dos estudos de Furtado, analisamos suas obras, teses, artigos.

Há um momento em que o foco de Furtado deixa de ser o passado e passa a ser o seu presente. Para ele, assim como os demais países da América Latina, o Brasil vivia um contexto de subdesenvolvimento. Tal afirmação é fundada na teoria da dependência econômica, relacionada aos estudos promovidos pela CEPAL.

Quanto à sua análise do futuro, observamos que o planejamento torna-se sua temática central, que se cristaliza no Plano Trienal.

Cabe, portanto, observarmos esses diferentes momentos no pensamento furtadiano e analisarmos a concepção de História que norteou sua visão do passado, do presente e do futuro. Baseamo-nos, mais uma vez, no postulado de Koselleck (2006) de que todo o presente elabora uma nova perspectiva do passado e do futuro.

3.1 O Pensamento de Furtado e a Historiografia

A literatura que focalizou o pensamento de Furtado e sua relevância para a formulação do projeto político desenvolvimentista para o Brasil é extensa. Vastamente homenageado, ele cristalizou sua relevância para a história do pensamento político no Brasil despertando o interesse de muitos historiadores. Abordaremos alguns.

Marcos C. Lima e Maurício D. David (2008) organizaram a obra intitulada “A atualidade do pensamento de Celso Furtado”, que uniu mais de dez cientistas sociais na abordagem das inúmeras questões acerca do pensamento de Furtado: desde suas concepções fundamentais e raízes até o seu empenho em resolver as questões do nordeste brasileiro.

Maurício Coutinho (2008) aponta a importância da concepção de História em Celso Furtado para a elaboração de sua tese acerca do subdesenvolvimento brasileiro. Considera como documento central de sua análise a obra “Formação econômica do Brasil”, a qual foi ponto de partida para várias pesquisas que buscam um melhor entendimento do pensamento de Furtado sobre a História.

Outro trabalho que foi importante para nossa trajetória é o de Rosa Maria Vieira Berriel, intitulado *História e Estado na teoria do subdesenvolvimento*. Nesse trabalho, Berriel (2001) mostrou que o resgate do passado por Celso Furtado tem como um dos grandes objetivos buscar elementos que pudessem orientar um projeto nacional.

Essa ideia fica clara nas obras de Furtado, que explicita a diferença de seu pensamento em relação ao de seu debatedor Eugênio Gudin:

[...] eu fui chegando à conclusão de que havia qualquer coisa de errado com o Brasil. Era fácil demais seguir a linha que era aceita, indicada pelos que estudavam o Brasil na época. O próprio Euclides da Cunha e Oliveira Viana eram fascinados pela sociologia do século XIX, que valorizavam o padrão das etnias, das raças. Eugênio Gudin, por exemplo, era o maior economista do Brasil. Tinha seguidores, representava internacionalmente o país e iria ser um dia ministro da Fazenda. Ele partia do princípio de que o Brasil tinha inferioridades naturais, principalmente por seu clima e sua raça. Pronto, estava tudo explicado. Ora, eu me revoltei contra isso [...] No fundo, era um sistema de cultura que era inferior, que criava essa situação. Não era o clima, nem a raça (FURTADO, 1997, p. 59).

Nessa citação de Furtado, identificamos o teor do antagonismo entre seu pensamento e o de Gudin. Furtado afirma que, para Gudin, a questão da raça era essencial para a explicação do subdesenvolvimento, questão essa que analisaremos posteriormente com a intenção de verificar se era correspondente ou não ao pensamento de seu oponente. Neste momento, porém, o importante é observarmos que a concepção histórica norteava o discurso de ambos os lados nesse debate; ou seja, ambos procuravam no passado os argumentos para entender o presente e planejar o futuro.

Desde a obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado alega que sua intenção era “aproximar a História da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História [...]” (FURTADO, 1985, p. 205). Segundo a historiadora Maria da Conceição Tavares (1972, 2000), o pensamento de Furtado foi uma inspiração para a corrente teórica que, observando a história do Brasil com suas idiossincrasias, tem como pressuposto que há uma assimetria de poder entre as economias nacionais e destaca a posição diferenciada da América Latina na economia mundial.

3.2 O Conceito de História e a Análise Furtadiana do Passado

A constituição da história do Brasil com foco na questão econômica definiu o caráter da obra clássica de Furtado: *Formação Econômica do Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 1959. Evidentemente, esse livro é um dos principais documentos de nossa análise acerca do conceito e da dinâmica da História no pensamento de Furtado, pois nele está contida sua grande tese, inspiradora de suas futuras produções e argumentações, porém é válido notar que tal obra é fruto de um desenvolvimento teórico que podemos notar desde sua tese de doutorado, passando por *A economia brasileira* (1954), cristalizando-se em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Portanto, vamos analisar como Furtado tratou o passado do Brasil, através dessas produções intelectuais do autor: sua tese de doutorado; *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956), *Perspectivas da economia brasileira* (1958), e em artigos como *Características gerais da economia brasileira* (1950).

O pós-guerra despertou o grande interesse de Furtado por compreender a nova formatação econômica daquele momento. Seu real desejo era ir à Inglaterra e à União Soviética para observar de perto o funcionamento de uma economia totalmente planificada.

Furtado buscou entender a dinâmica da reconstrução no pós-guerra, que ideias regiam os governos em suas tentativas de superação da crise econômica e de avanço social. Sua expectativa era de que elas serviriam de molde para outras nações ocidentais. “Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa [...]” (FURTADO, 1997, p. 96).

As ideias de Mannheim, por cuja admiração ele foi direcionado a viver não só como um pensador, mas como um intelectual que pensava na ação e na transformação do presente, que via e vivia a realidade da reconstrução, seriam importantes para Furtado. Tal transformação, na visão de Furtado, não surgiria do marxismo ou da economia de mercado, mas de uma reconstrução institucional. Dependeria, portanto, do poder burocrático, como previu Max Weber.

O mundo em reconstrução econômica abria possibilidades nesse sentido; um exemplo foi o Plano Beveridge, cuja finalidade era diminuir os abalos sociais na Inglaterra no período de crise. Furtado, porém, acreditou que esse tipo de intervenção estatal ainda era pouco. Em sua ótica de economista, seria necessária uma planificação maior e racionalizada e o exemplo mais real dessa prática seria o da URSS. Este despertaria o interesse de Furtado.

A experiência de vida do autor, os lugares por onde passou, as nações que despertaram seu interesse, tudo sempre foi direcionado para a busca de respostas para a realidade do Brasil. A comparação sempre foi um instrumento de suas análises:

[...] O que me motivava era o desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam [...] Fascinava-me estudar a história das ideias, da técnica e da política do século XIX, pois estava a pensar que o descarrilamento da humanidade aí tivera início (FURTADO, 1997, p. 102).

Nos anos em que viveu na Europa em reconstrução, suas ideias se defrontavam com o capitalismo e suas consequências. Para ele, o capitalismo era o sistema que elevaria a riqueza, que criaria bens de consumo para a sociedade, mas os custos de sua manutenção seriam motivadores das grandes guerras. Esse sentimento anticapitalista era comum entre os jovens de sua geração, como ele próprio menciona. Foi nesse contexto que buscou compreender as raízes da história do Brasil e identificou os problemas estruturais que responderiam às perguntas que o perseguiram na atualidade: quais as causas do atraso econômico brasileiro; qual o caminho para o desenvolvimento?

Em dezembro de 1946, Furtado foi a Paris, onde fez sua inscrição no curso de doutorado em Economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (Sorbonne) e no Instituto de Ciências Políticas.

Com o título “L’économie coloniale brésilienne (XVIe ete XVIIe siècles): Éléments d’Histoire Économique appliqués à l’Analyse des problèmes économiques et sociaux modernes”, a tese foi defendida em 01/07/1948. Mais tarde, juntamente com outros textos, seria a base de sua obra clássica *Formação Econômica do Brasil*. Cabe salientar que o método utilizado por Furtado nessa obra, qual seja, o uso da História como instrumento para a compreensão de seu presente, definiu grande parte de sua produção posterior. Portanto, cabe uma breve análise sobre o conteúdo da tese de Furtado a fim de percorrermos a trajetória da formação de sua visão acerca da História e de sua dinâmica.

O orientador de Furtado foi o historiador e especialista em comércio internacional Maurice Byé, discípulo de François Perroux, que estudava a dinâmica econômica entre o nacional e o internacional. Furtado não tinha subsídios informativos para escrever sobre os desequilíbrios externos da economia brasileira, conforme Maurice Byé propunha. Porém, suas ideias caminharam na direção da base desses problemas: a economia colonial brasileira. Assim, sob orientação de Maurice Byé, fez um paralelo acerca do Brasil colonial e da economia açucareira das Antilhas francesas.

[...] Minha visão internacional da formação da economia brasileira começou com esse exercício. A confrontação com a economia antilhana, em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo o sistema do governo francês, e impôs o latifundismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro (FURTADO, 1997, p. 113).

Várias teorias influenciaram Furtado no processo de produção de sua tese. No Instituto de Ciências Políticas, fez um curso sobre marxismo, ministrado pelo professor Cornu. Também teve grande interesse nas aulas de economia industrial de François Perroux, com base nas quais ampliou sua visão acerca das relações internacionais, estudando a empresa petroleira anglo-iraniana. Já é possível observar que, nesse momento de formatação de sua tese, Furtado estava envolvido nos debates intelectuais brasileiro e francês, bem como na assimilação dessas tradições intelectuais (SILVA, 2011).

Parte da bibliografia utilizada por Furtado foi assimilada e parte foi criticada; alguns nomes o influenciaram em sua visão acerca da dinâmica da História. Henri Pirenne, António Sérgio, Nelson Weneck Sodré e René Gonnard fazem parte dos nomes incorporados à sua tese.

O historiador belga Henri Pirenne consagrou-se nos estudos de história medieval e da historiografia belga. Influenciou muitos historiadores, dentre os quais Lucien Febvre e Marc Bloch, que, em determinado momento, chegaram a lhe propor a liderança da revista dos *Annales* (BARROS, 2013).

Para Pirenne (1973), a vida urbana só teria capacidade de se desenvolver em um contexto de comércio e indústria. Havia, entre a cidade e seus vizinhos, uma permanente relação de serviços, de trocas. O comércio e a indústria seriam indispensáveis para a manutenção dessa recíproca dependência: sem a importação, que asseguraria o reabastecimento, e sem a exportação, que a compensaria com objetos de troca, a cidade morreria. Assim, o desenvolvimento das cidades medievais tinha sido intimamente ligado ao desenvolvimento comercial. A formação dos aglomerados urbanos abalou a organização econômica dos campos. Na perspectiva de Pirenne, havia uma relação direta entre o comércio internacional e o surgimento e o declínio das cidades medievais. Após as invasões bárbaras, criara-se um contexto de decadência comercial do Império Romano, pondo fim às cidades. Esse aspecto, que é crucial na obra de Pirenne, aparece frequentemente no pensamento de Furtado, uma vez que este valoriza a existência de um comércio externo independente como um dos elementos necessários para o desenvolvimento da economia.

Antonio Sérgio é outro nome recorrente na tese de Furtado. Segundo esse intelectual português, o envolvimento da burguesia portuguesa foi decisivo na conquista de Ceuta, na

Revolução de Avis e na expansão marítima. Essa tese deu origem a um grande debate na historiografia portuguesa, repercutindo amplamente na tese de Furtado (SILVA, 2011).

Nelson Werneck Sodré foi analisado por Furtado em razão de sua abordagem da Revolução de Avis como uma revolução burguesa e também de sua análise das questões ligadas à polarização das classes no contexto português.

Já René Gonnard, destaca-se pela crítica de Furtado à sua interpretação de que o determinismo geográfico de Portugal era elemento central na explicação da expansão comercial. Para Furtado, essa análise era frágil em termos históricos e sociológicos (SILVA, 2011).

Em suma, sobre a questão portuguesa, Furtado refutou a ideia de existência do feudalismo português. De sua perspectiva, com base no conceito de que o feudo era uma realidade advinda da supressão comercial e do isolamento dos povos, Portugal teria peculiaridades históricas em relação a outras nações da Europa, já que a burguesia lusitana mantivera contato comercial com mouros, retomando assim o comércio no século XII. Esse contexto permitiu a coexistência de dois sistemas culturais, ou seja, o cristão e o mulçumano, como Silva (2011, p. 133) reforça:

Ora, uma vez comprovada a não existência de feudalismo em Portugal pela presença da burguesia, é preciso mostrar como ela assume a direção dos negócios. É também por isso que a revolução burguesa é explicada em contraposição à situação da burguesia na Europa, objetivando explicitar melhor o pioneirismo de Portugal. Nesse passo, a argumentação se desloca da tese do feudalismo de Henri Pirenne e se estrutura na argumentação de António Sérgio_ que também é endossada e complexificada por Nelson Werneck Sodré_ sobre a presença da burguesia como mentora dos descobrimentos. Daí que a discussão se concentre na apropriação do Estado pela burguesia _ cerne de todas as discussões do ensaísta português nos momentos em que retomou sua hipótese.

Ainda quanto às heranças contidas em *Formação econômica do Brasil*, é fato que suas bases estariam em obras anteriores, principalmente *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956), *Perspectivas da economia brasileira* (1958), e em artigos como *Características gerais da economia brasileira* (1950). Assim, é de suma importância observar a elaboração do conceito de história de Furtado nessas obras.

Dez anos separam a tese e a redação de *Formação econômica do Brasil*. O caminho de uma à outra tem um fio de continuidade que passa por mais duas etapas: um artigo e um livro. O artigo é 'Características gerais da economia brasileira', seu primeiro estudo analítico sobre o assunto. Se a tese se limitara à fase açucareira da economia colonial, o artigo deu maior abrangência a ideias que ali constavam em filigrana. O livro é *A economia brasileira*, publicado em 1954, em pequena edição financiada pelo autor e logo esgotada. Compõe-se de seis ensaios em que se entreveem certos temas

aprofundados em Formação, como o conceito de socialização das perdas e o da estrutura dual em que convivem setores atrasados e modernos, gerando o fenômeno do subdesenvolvimento (AGUIAR, 2013, p. 12-13).

Nas primeiras palavras do prefácio de *A economia brasileira*, Furtado (1954) expressa a dificuldade metodológica do economista que se propõe a compreender elementos sociais, já que precisa lidar com instrumentos não quantitativos e sim demasiadamente humanizados, como o processo histórico. Apesar dessa dificuldade, o esforço se fazia necessário ao economista que buscasse compreender a economia nacional e suas inter-relações.

Durante anos, Furtado estudou os dados estatísticos, observou sua insuficiência para a compreensão da dinâmica da economia brasileira e concluiu que era necessária a verificação desses dados paralelamente ao contexto histórico. Para isso, propunha a adoção de um método que os economistas chamavam de “construção de modelos”. Esse método é o que poderíamos, de antemão, visualizar em seu constructo metodológico.

A economia, com seus modelos metodológicos, forneceu as bases para que Furtado pensasse seus primeiros métodos de visualização da história: uma história temporalmente linear, subdividida por períodos econômicos distintos.

[...] Para tanto, foi indispensável que nos colocássemos em distintas posições no tempo, e das mesmas tentássemos um corte vertical no processo histórico. Neste sentido fomos levados a adotar, em suas linhas gerais, a técnica de análise que os economistas chamam de construção de modelos. Fizemos um primeiro corte no período colonial escravocrata, um segundo no período de economia colonial com base no trabalho assalariado, um terceiro na etapa de transformações rápidas que se sucederam à crise de 1929, e finalmente um último no período recente de cristalização dos profundos desequilíbrios que se introduziram no sistema econômico com a crise do setor colonial [...] (FURTADO, 1954, p. 14).

Uma das grandes questões do pensamento de Furtado sempre foi descobrir as razões pelas quais o Brasil não atingiu um grau de desenvolvimento sustentável, que o levasse a produzir riqueza suficiente para diminuir a pobreza existente no país. Este, para o autor, possuía um potencial muito alto para a produção de bens diversos. Outro fator que o intrigava era a concentração de renda que caracterizara a história do Brasil. Para ele, esse fenômeno estava intimamente ligado a questões do poder, de dominação. Na obra em questão, a explicação e a proposta de solução para o problema já estariam expressas como seus principais objetivos.

[...] Como se forma o fluxo de renda em cada um dos sistemas econômicos que se sucederam no território do país, isto é, como se agregam os fatores produtivos para criar essa massa de bens e serviços que é o lastro da vida social. Como é distribuída e utilizada essa massa de bens e serviços e que conexões existem entre o processo de utilização e aquele de produção. Dessa forma reconstituímos em abstrato as linhas dos

distintos sistemas econômicos brasileiros, e observando o seu funcionamento, tentamos comprovar as possibilidades reais de expansão de cada um deles (FURTADO, 1954, p. 15).

Elementos importantes da obra *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, 1959) já estariam em desenvolvimento na obra *Economia Brasileira* (FURTADO, 1954). Ressaltaremos alguns dos que nos ajudaram a pensar o problema geral de nossa tese.

Já no primeiro capítulo, Furtado (1954) aponta dois elementos importantes do pensamento que encontramos em grande parte de sua obra. Primeiro, a ideia de que o acúmulo de capital estaria intimamente ligado ao uso da técnica; segundo, que o aperfeiçoamento desta levaria a uma maior produtividade; assim, conclui que o acúmulo de capital e o aperfeiçoamento tecnológico seriam fatores essenciais para o aumento da produtividade.

Furtado (1954) descreve a inclinação do homem para conservar determinados padrões de comportamento social; ao mesmo tempo considera que toda a cultura é viva e, portanto, susceptível de constante mudança, em razão da curiosidade, da interação humana, da troca de experiência, de inúmeros fatores que alteram a ação dos indivíduos e despertam a “imaginação criadora dos indivíduos”, como diria o autor. Assim, a cultura estava em constante mudança e um dos campos que mais se tornava exposto a essa transformação na sociedade moderna seria o da técnica.

Para compreender a sociedade moderna e sua ligação com a técnica, seria preciso verificar como foi possível o desenvolvimento da própria técnica. Para Furtado (1954), a formação de um excedente de capital estaria na base desse desenvolvimento e é sobre isso que ele discorre no restante do capítulo. De sua perspectiva, existiriam três tipos de acumulação: apropriação; comércio e aumento da produtividade:

A elevação da produtividade que está na base das economias comerciais é uma consequência direta da divisão geográfica do trabalho. Na medida em que se expande o comércio, cresce o mercado e aumenta a produtividade média das comunidades participantes (FURTADO, 1954, p. 27).

Outra questão importante que o autor já ressaltara tanto em *Economia do Brasil* (1954) quanto em *Uma economia dependente* (1956) é a importância da elaboração do mercado interno para o desenvolvimento de uma nação. Por meio de comparação, ele aponta a necessidade do investimento no mercado interno e na industrialização. Ao passo que a Espanha colocou suas forças no comércio e não investiu na indústria nacional, as nações que se industrializaram se fortaleceram e se tornaram potências, como Inglaterra.

Segundo Furtado (1954), uma economia que tem como base a economia industrial tem um desenvolvimento sólido, pois sua economia não é limitada, é incrementada e solidificada. Já em uma economia comercial, principalmente na conjuntura colonial, na qual não há possibilidade de desenvolvimento de mercado interno, o desenvolvimento sempre será superficial, terá sempre um ponto de saturação, dependerá sempre de outros mercados. Para que dinâmica fosse modificada seria necessário programar mudanças estruturais no sentido do desenvolvimento da indústria, pois a técnica, o avanço tecnológico, possibilitaria o acúmulo de capital em uma conjuntura industrial, na qual o lucro circularia em uma esfera dinâmica e sua distribuição poderia ser descentralizada com mais facilidade.

Nos capítulos dois e três, o autor inicia sua análise dos tipos diferentes de colonização, fazendo comparações entre eles. Essa estratégia de comparação se revela como uma das facetas do conceito da dinâmica da história em Furtado. Ao comparar realidades diferentes, ele busca salientar que o contexto histórico é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. A forma como o Brasil foi colonizado seria uma das causas de seu subdesenvolvimento. Em sua análise do sistema colonial e de suas características, Furtado (1954) aponta que, primeiramente, esse é um fenômeno comum das civilizações comerciais e industriais. Para as civilizações comerciais, a colônia era uma alternativa para a expansão comercial, um entreposto que facilitava geograficamente a movimentação das mercadorias, com tendência à emancipação. Por sua vez, a colonização industrial ligava-se à busca por matéria prima, à necessidade de recursos naturais e, muitas vezes, de humanos. O autor cita exemplos: Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, nações colonizadas pela Inglaterra. Nesses casos, tinha sido necessário exportar a própria força de trabalho para a colônia, pois a força de trabalho local não era suficiente:

A inexistência de recursos humanos em quantidade suficiente para serem economicamente aproveitados exige a exportação, para a região a ser colonizada, de força de trabalho, além da de capital e técnica. Dessa forma a colônia tenderá a ser um verdadeiro prolongamento da economia metropolitana, cujos padrões culturais conservará. A população colonial, neste último caso, apresentará as mesmas formas de comportamento da população metropolitana e, da sua relativa escassez, muitas vezes encontrará maior facilidade para melhorar seu salário real que aquela [...] (FURTADO, 1954, p. 51-52).

Ocorriam também casos de oferta de força de trabalho local; assim, o capital e a técnica eram exportados para esse local, provavelmente porque essa economia se mostrava pouco produtiva e estacionária. Como o capital e a técnica não são locais e, com o aumento da técnica, diminui a necessidade de mão de obra, a quantidade desta não precisa ser grande. Além disso,

a renda criada no processo produtivo depende da soma dos pagamentos aos fatores de produção: quanto menor for a quantidade de trabalho utilizada na elaboração de determinado produto, maior será o capital e menor será a quantidade de renda que permanece no território, o que contribui para a transformação da economia. Nesse momento do texto, Furtado (1954) aponta a importância do desenvolvimento da técnica nacional, já que esta favorece o estabelecimento da renda no território nacional. Um exemplo desse tipo de colonização seria o da mineração na Venezuela, México, Peru.

Quando é necessária uma grande quantidade de mão de obra, principalmente em atividades agrícolas, como cana de açúcar, café, borracha, cacau, outros problemas são gerados, como a falta de produtos agrícolas para o próprio mercado interno, já que tudo se destina à exportação. Sem crescimento do mercado interno não há base para o desenvolvimento. Esse seria um problema estrutural para essas nações, ou seja, um problema do passado que perdurava no presente.

Um dos fatores da fórmula de superação do subdesenvolvimento seria a habilidade de formação de capital e a economia local deveria ter condições próprias para tal feito. A tarefa de encontrar uma aplicação remuneradora era vital para a manutenção de qualquer negócio, para que não houvesse a contração do mesmo. Em uma economia industrial, o empresário observa o mercado consumidor e faz suas previsões quanto ao mercado e sua demanda, disponibilizando novos produtos, aumentando ou diminuindo a produção, buscando ler a tendência do consumo.

Porém, em uma economia colonial, sua base produtiva é voltada para a exportação de produtos agrícolas, portanto, seu consumidor é externo. O setor exportador, para Furtado, comporta-se como parte da economia metropolitana e, mesmo que parte do lucro se concentre nas mãos dos produtores nacionais, estes preferem investir em títulos no exterior: “É o caso de alguns dos países da América Central, cujos plantadores e exportadores de café colocam boa parte de seus lucros em títulos norte-americanos” (FURTADO, 1954, p. 61).

O quadro que se forma numa economia colonial pode ser, portanto, o seguinte: a) recursos naturais não utilizados, porque não é possível aumentar a exportação dos produtos primários que podem ser produzidos com vantagem relativa; b) recursos humanos sub-utilizados, porque não está crescendo a produção no setor primário exportador e porque, não obstante o custo relativamente baixo da mão-de-obra, a economia não poderia competir no setor manufatureiro com os países industrializados; c) recursos financeiros sem encontrar aplicação dentro da economia, pelas razões indicadas nos dois itens anteriores, devendo portanto emigrar. Esse quadro poderia perfeitamente ser identificado com a situação de equilíbrio com sub-utilização de todos os fatores. O impulso de crescimento resultante da criação de um núcleo colonial estaria, destarte, totalmente arrefecido (FURTADO, 1954, p. 67).

No decorrer da obra, o autor aborda uma questão que vai aparecer praticamente na íntegra em *Formação Econômica do Brasil*: o que ele iria chamar de ciclo do café. Na análise, ele observa dois pontos novos na dinâmica da história do Brasil: a mão de obra assalariada, e cabe ressaltar que grande parte dela era oriunda do processo migratório europeu, e a possibilidade da formação de um mercado interno a partir da renda que esse salário gerava com o consumo interno.

O economista afirma que, com o tempo, havendo terras abundantes e vasta mão de obra, somando-se as melhorias e os investimentos no setor de transportes, o que facilitou o envio do produto, os preços do café caíram porque a demanda não tinha aumentado naqueles últimos anos. A vantagem do Brasil era a de que, sendo um dos poucos produtores de café no mundo, em condições peculiares e tendo três quartos do mercado, podia controlar artificialmente o preço do café. Porém, o setor cafeeiro continuava em expansão, pressionando a queda dos preços, diminuindo o lucro.

Segundo Furtado, entre os anos de 1925-1928, o crescimento na produção de café no Brasil foi de 100%. Porém, a procura externa não crescia na mesma escala, provocando assim um desequilíbrio entre oferta e demanda, fato que, para o autor, comprovava mais uma vez o erro ou o equívoco da lei de equilíbrio de Say.

Existia, portanto, uma situação perfeitamente caracterizada de desequilíbrio entre oferta e procura. Não se podia esperar um aumento sensível da procura resultante da elevação da renda disponível para consumo, nos países importadores [...] A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador, era evitar, retirando do mercado parte da produção, que a oferta se elevasse acima daquele nível que exigia a procura para manter um consumo per capita mais ou menos estável [...] (FURTADO, 1954, p. 117).

Mas Furtado (1954) observava um erro básico na política de compra do café como um mecanismo de elevar o preço, considerava-o um erro histórico. O autor colocou a história à prova: os fatos viajavam em uma esteira e eram analisados pelo olhar do especialista, munido da condição superior que o presente lhe dava para detectar os erros e verificar as consequências ao longo do processo.

Com a perspectiva mais ampla de que hoje dispomos para observar esse processo histórico, podemos perguntar onde estava o erro básico de toda essa política, seguida inegavelmente com excepcional audácia. O erro, se assim o podemos qualificar, estava em não se terem em conta as características próprias de uma atividade econômica de natureza tipicamente colonial, como era a produção de café no Brasil. O equilíbrio entre a oferta e a procura dos produtos coloniais obtinha-se, do lado desta última, quando se atingia a saturação do mercado, e do lado da oferta quando se ocupavam todos os fatores de produção_ mão-de-obra e terra_ disponíveis nas regiões

coloniais para produzir o artigo em questão. Em tais condições era inevitável que os produtos coloniais apresentassem uma tendência a longo prazo para a baixa relativa de seus preços (FURTADO, 1954, p. 117-118).

Furtado (1959) afirmou que a cultura do café já estava saturada no Brasil e que o Estado deveria ter subsidiado outras exportações. Não se tratava de uma crítica à ação do Estado, mas ao tipo de ação. Para o autor, a política de proteção ao café incentivava novos investimentos em plantações de café, setor que demonstrava indícios de saturação. Assim, era necessário que, por intermédio de subsídios, o Estado incentivasse novos investimentos, deslocando o interesse do café para outros bens que poderiam ser mais vantajosos, diversificando a economia exportadora.

O economista também se posicionou a respeito da inflação gerada com essa política. De sua perspectiva, os subsídios de estoques de café foram feitos com empréstimos externos, gerando emissão de papel moeda, aumentando assim a pressão inflacionária e acabando com a reserva de padrão ouro que ainda restava ao país. Assim, a crise econômica se intensificou, restando a queima do café como única alternativa para o controle dos preços, protegendo-se o Brasil da crise e salvaguardando-se os interesses das elites cafeeiras.

É evidente que, nas obras da década de 1950, fica marcado o aspecto metodológico que a História recebeu em suas análises, mostrando o quanto o seu interesse pelo passado estava ligado à necessidade de respostas no presente e da elaboração de prognósticos referentes ao desenvolvimento do Brasil.

[...] Esse esforço de teorização tem, a nosso ver, interesse metodológico, pois auxilia a identificar com mais precisão e rapidez as categorias básicas de um processo histórico, e subministra um instrumental analítico que poderá servir para uma prognose desse processo (FURTADO, 1954, p. 191).

É nessa obra de 1954 que ele começa a descrever seu problema quanto à teoria do desenvolvimento, colocando duas perguntas-chave. Por que uma sociedade se modifica? A que agentes se deve esse processo? Ao responder, ele descarta categoricamente a economia, observando sua limitação, mas observa que ela poderia indicar um elemento dentro do problema: de que forma a sociedade se modifica, qual seria seu mecanismo? Assim, o mecanismo de mudança poderia ser a economia, o que colocava a tarefa de descrever esse mecanismo; é o que o autor se propôs nas próximas páginas da obra.

Para entender o desenvolvimento, Furtado (1954) considerava necessário observar que a técnica estava no centro de tudo, o acúmulo de capital era consequência dela e o aumento da produtividade era dependente dela também. No entanto, algumas perguntas permaneciam:

como gerar a técnica? Ela é uma condição histórica? E, logo a seguir no texto, respondia: “O desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico [...]” (FURTADO, 1954, p. 213).

Segundo Furtado (1954, p. 195), “O desenvolvimento econômico, conforme dissemos, consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho [...]”.

Em sua teoria, Furtado (1954) indica que o desenvolvimento econômico se explica pelo processo de expansão da produtividade do trabalho (técnica). A explicação tem duas formas: primeira, no plano abstrato, pela análise do próprio mecanismo de crescimento; segunda, no plano histórico, pelo estudo crítico em confronto com a realidade das categorias básicas utilizadas na análise abstrata.

[...] Não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo. A duplicidade fundamental da ciência econômica_ seu caráter abstrato e histórico -aparece, assim, como toda plenitude na teoria do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1954, p. 211).

Furtado usa o pensamento clássico de Ricardo para argumentar que o exemplo da história da Inglaterra não se aplicaria ao caso dos países subdesenvolvidos. Assim, utiliza parte de seu primeiro livro para se opor à linha mestra teórica de seu grande inimigo teórico: o liberalismo, a teoria de livre mercado.

O economista que observa o processo econômico não de uma perspectiva exclusivamente distributiva, e sim primariamente como um complexo de produção, terá necessariamente que descer ao plano histórico, o que o obrigará a ser mais cauteloso em suas generalizações. O próprio Ricardo pode servir-nos de exemplo. É sabido que esse economista se desinteressava dos problemas ligados à produção e explicitamente os considerou fora do campo da economia. Contudo, na terceira edição de seus *Principles*, incluiu ele um capítulo dedicado ao estudo das repercussões que sobre a organização da produção tinha a introdução do uso de máquinas. Aí afirma, com muita oportunidade, que as generalizações feitas com base na experiência inglesa não se aplicariam a numerosos outros países (que hoje chamaríamos subdesenvolvidos) cuja disponibilidade relativa de fatores era diversa da que caracterizava a Grã-Bretanha (FURTADO, 1954, p. 212-213).

Furtado (1954) discorre também acerca das teorias de Adam Smith, Ricardo, J. B. Say, Malthus, J. Stuart Mill, destacando suas falas sobre a técnica e o desenvolvimento econômico. Faz críticas a J. S Mill.

Continua observando os neo-clássicos e destaca Marx, sinalizando que este, com seu conceito de valor trabalho, criou toda a teoria de *O Capital*, cuja base de estudos é a história.

Na crítica de Furtado a Schumpeter fica clara sua aversão à visão universalista da economia: o autor não teria considerado fatores como tempo e instituições. Para Furtado (1954), o capitalismo possui características próprias e complexas por demais para generalizações.

Em suas obras, é comum que Furtado ceda espaço para a análise de economistas clássicos e suas teorias. O economista estava apresentando uma nova teoria, e posicioná-la diante das demais era uma forma de salientar que sua tese era díspar em relação a elas. Isso se encaixava na realidade brasileira, já que sua teoria tinha sido elaborada para o Brasil e com base em sua História. Portanto, a descrença no equilíbrio econômico era evidente e essa questão foi imprescindível para a construção do debate. Isso porque o desenvolvimentismo elegeu o Estado como peça fundamental para o equilíbrio econômico, desqualificando, assim, a ação do mercado nesse sentido.

O setor exportador e o industrial formavam as forças impulsionadoras do desenvolvimento brasileiro, mas, segundo o autor, os desequilíbrios tornavam a economia frágil. Esse era a situação típica do estágio, da etapa de desenvolvimento em que o Brasil se encontrava. Para que essa realidade fosse controlada, seria necessária uma “ação orientadora de seus investimentos e corretora da estrutura de sua procura”, como ficou claro na obra *Formação Econômica Brasileira*.

O crescimento de uma economia depende principalmente da expansão de sua capacidade produtiva e da eficiência com que se utiliza essa capacidade. A expansão da capacidade produtiva consiste, basicamente, em retirar uma parcela da renda corrente e transformá-la em capital reprodutível. Tem se aí a medida do esforço que realiza a economia para crescer. A eficiência na utilização da capacidade produtiva é problema complexo, pois depende de uma série de fatores. Conforme seja essa eficiência, com a mesma capacidade produtiva se obtém um produto cinco, dez ou mesmo vinte por cento maior ou menor. Essa eficiência na utilização dos recursos pode ser medida, de maneira aproximada, relacionando o produto de um ano dado com o total do capital reprodutível existente, êsse ano, no território nacional (FURTADO, 1959. p. 15).

A incapacidade de certas economias, como a brasileira, de manter espontaneamente uma taxa ótima de crescimento se explica pelo fato de que o próprio crescimento cria toda uma série de desequilíbrios. A defeituosa orientação dos investimentos, característica da etapa de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, provoca permanente desgaste de recursos (FURTADO, 1959. p. 17).

O Brasil não teria condições de manter espontaneamente um ritmo de crescimento. O fator procura também era de suma importância no processo. Em uma economia de desenvolvimento espontâneo, a procura oscila, pois depende de elementos externos. Quando a procura cai e não há políticas de reparo, a utilização da capacidade produtiva diminui.

A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa no país. A agricultura de exportação, pelo fato mesmo de que é negócio altamente lucrativo, interessou aos bancos, a grandes empresas estrangeiras, e logrou organizar-se em bases até certo ponto racionais. A agricultura ligada ao mercado interno, com exceção de poucas regiões do país, permaneceu em formas arcaicas de organização que caracterizam as regiões pré-capitalistas (FURTADO, 1959, p. 18-19).

O segundo objetivo da programação deveria ser, portanto, orientar recursos e assistência técnica para o campo a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas. Evitar-se-ia, assim, que surgisse o outro desequilíbrio fundamental que engendra o desenvolvimento: a inelasticidade da oferta de alimentos (FURTADO, 1959, p. 21).

Cabe ressaltar, que a historiografia nos mostra que, entre as décadas de 1930 e 1960, foi produzida uma série de obras no sentido de traçar uma “ideia de Brasil”, de pensar a história, a cultura e as peculiaridades que formavam a nação no tempo e espaço.

Furtado participou do movimento intelectual que buscava construir a identidade do Brasil, movimento esse denominado “ideia do Brasil”. Entre a década de 1930 e a de 1960, várias obras exploraram o tema de construção da identidade, das características e das peculiaridades da história do Brasil, no sentido de formatar o contexto a ser revertido. Essa identidade seria base para as mudanças políticas necessárias, bem como para o planejamento político, já que mostrava as potencialidades do país, sinalizando um grau de esperança em relação a possíveis mudanças (BENJAMIM, 2009).

Bielschowsky (2009) ressalta o caráter cepalino de *Formação Econômica do Brasil* (FEB), cuja versão preliminar seria de 1954, com o livro *A economia Brasileira*. O autor afirma também que a importância da obra se revela em sua potencialidade de divulgação, já que foi publicada em 10 idiomas.

Esse autor comenta que, em *Formação Econômica Brasileira*, Furtado observou a diferença na evolução histórica de países subdesenvolvidos, comparados a países desenvolvidos, e considera os fatores estruturais como a causa das condições econômicas do presente. Assim, ao explicar como se forma a economia de uma nação, Furtado elaborou uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos.

Na obra em questão, o autor tratou basicamente da formação da estrutura subdesenvolvida do Brasil, situando-a entre 1500 e 1850, no período em que a economia da colônia, submetida ao comando da Coroa portuguesa, tinha como fundamento o açúcar e a mineração, explorados por meio da mão de obra escrava. Ele analisa como se deu a transição para a mão de obra assalariada e para a expansão da cultura do café e afirma que, também nesse

momento, caracterizava-se o subdesenvolvimento e que este se arrastou mesmo com o avanço da industrialização.

Ele mostrou uma constante preocupação em comparar a dinâmica histórica da economia dos Estados Unidos com a do Brasil. Ponderava que a antiga colônia inglesa também era uma nação jovem, mas se destacava de forma muito diferente das demais nações da América. Pensar as razões de tamanha discrepância foram elementos constantes nos capítulos da obra.

A essas diferenças de estrutura econômica teriam necessariamente de corresponder grandes disparidades de comportamento dos grupos sociais dominantes nos dois tipos de colônias. Nas Antilhas inglesas os grupos dominantes estavam intimamente ligados a poderosos grupos financeiros da Metrópole e tinham inclusive uma enorme influência no parlamento britânico. Esse entrelaçamento de interesses inclinava os grupos que dirigiam a economia antilhana a considerá-la exclusivamente como parte integrante de importantes empresas manejadas da Inglaterra. As colônias setentrionais, ao contrário, eram dirigidas por grupos ligados, uns a interesses comerciais centralizados em Boston e Nova York- os quais frequentemente entravam em conflitos com os interesses metropolitanos- e outros representativos de populações agrícolas praticamente sem qualquer afinidade de interesses com a Metrópole. Essa independência, dos grupos dominantes *vis-à-vis* da Metrópole teria de ser um fator fundamental importância para o desenvolvimento da colônia, pois significava que nela havia órgãos políticos capazes de interpretar seus verdadeiros interesses e não apenas de refletir as ocorrências do centro econômico dominante (FURTADO, 1959, p. 44).

Assim, uma das grandes diferenças se concentrava em fatores sociais: enquanto o grupo dominante dos recursos no Brasil eram os grandes proprietários de terras, escravistas, ligados aos interesses da metrópole, nos EUA, eram pequenos agricultores, comerciantes urbanos que lutavam por seus interesses, o que seria um fator importante para o desenvolvimento nacional.

Outro ponto importante dessa obra, que sinaliza um avanço teórico em seu pensamento, fora a formulação e uso da ideia dos “ciclos econômicos”, que sinalizavam diferentes períodos históricos, portanto distintas necessidades.

Segundo Oliveira (2003) na obra *Formação Econômica do Brasil*, Furtado observou que a capacidade produtiva seria elemento chave, para se entender o crescimento econômico, à medida que essa capacidade variava principalmente pela queda das exportações na chamada Grande Depressão. Todavia quando se há a proteção cambial, fazendo com que os preços se elevem, a indústria voltada ao mercado interno ocuparia a capacidade produtiva já existente, aumentando o rendimento do capital, mesmo sem novos investimentos. Assim cada ciclo econômico colocaria uma nova necessidade política.

As teses desenvolvidas pelo olhar ao passado, levaram Furtado a uma concepção da dinâmica da história, que apontava para um projeto político que desse entendimento a realidade dos problemas econômicos e sociais que o Brasil viveu naquele momento. *Formação*

Econômica do Brasil, demonstrava mais uma vez, a tese de Furtado que cada contexto requer uma intervenção estatal distinta que observe os problemas estruturais em busca de saná-los.

3.3 Subdesenvolvimento e Desenvolvimento: uma perspectiva do presente

O núcleo mais relevante de sua obra é, evidentemente, o ‘Pensamento econômico’, aqui subdividido em teoria e história, cobrindo um período que vai de 1961 a 1994. A problemática do subdesenvolvimento é seu fulcro. Em suas palavras: ‘Se tivesse de singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a história, diria que ela se traduz na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, que utilizei como título do livro em que reuni meus primeiros ensaios de teoria econômica (AGUIAR, 2013, p. 10).

Ao contrário das abstrações científicas, Celso Furtado buscava na história a possibilidade de apreender e descrever as estruturas em movimento, visando a uma interpretação globalizante de processos sociais historicamente determinados, que por isso mesmo tanto poderiam revelar o acúmulo do atraso das estruturas quanto a possibilidade de sua mutação passíveis, portanto de ganhar maior racionalidade no curso da história, dependendo das forças políticas em jogo (AGUIAR, 2013, p. 21).

Uma das primeiras reflexões de Furtado acerca do desenvolvimento tinha como foco sua ideia de que os teóricos provavelmente estavam presos a uma armadilha teórica. Nessa armadilha, a história era apresentada de forma linear, em etapas, e o subdesenvolvimento era visto como uma etapa para o desenvolvimento. Foi essa a ideia que o autor combateu, mostrando a complexidade do subdesenvolvimento e a estagnação que o mesmo ocasionava.

Para Furtado (1985), o subdesenvolvimento seria a prova de que a História não pode ser universal; o historiador não podia ser presa de uma teoria absoluta que explicaria todos os contextos e tempos. Ainda segundo ele, o subdesenvolvimento seria a expressão de que a espontaneidade não resultava na riqueza e que, na América Latina o resultado tinha sido um processo de pobreza, de dependência e de caos.

Os países que não se inseriram no mercado internacional tornaram-se dependentes dos países centrais. Essa teoria da dependência foi amplamente discutida, principalmente por teóricos da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina).

Não podemos pensar a questão da dependência econômica, tema tão trabalhado por Furtado em seus textos, sem recorrermos à CEPAL e ao relacionamento que o economista teve com esse órgão. Ele não apenas foi influenciado pela CEPAL, mas também foi responsável por criar teorias que a caracterizaram como tal. Uma grande contribuição do autor para o pensamento cepalino, foi sem dúvida nenhuma sua preocupação com a História nas análises acerca da economia da América Latina.

3.3.1 Furtado: o intérprete da Cepal no Brasil

A teoria desenvolvida pela Cepal, da qual, dentre outros, fizeram parte os economistas Milic Kybal e Raul Prebisch, focava-se nas desvantagens a que os países periféricos eram submetidos na dinâmica do mercado externo. Explicava-se que a principal razão dessas desvantagens seria a falta de industrialização nesses países. Sobre o texto inaugural, de esboço do pensamento cepalino, Furtado se manifestou:

O texto não comportava propriamente uma crítica à teoria clássica (ou neoclássica) do comércio internacional. Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a ‘repartir-se com equanimidade’ entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia (FURTADO, 1997, p. 154).

A CEPAL, aos poucos, conseguiu espaço nos debates, especialmente na busca por orientar a política econômica na América Latina. O modelo de planificação proposto pela Cepal tinha como foco desenvolver técnicas que disponibilizassem diferentes possibilidades em face das estruturas existentes e do esforço de mudança consentido, ou seja, que disponibilizasse opções de mudanças para a sociedade. Essas opções estariam ligadas ao poder no horizonte político.

Furtado alertava para as dificuldades de se apresentar um esquema de planejamento econômico, tendo em vista as diferentes teorias econômicas, principalmente aquelas que se sustentavam na teoria do equilíbrio econômico.

A discussão desse problema induziu-nos a retomar o conceito de ‘sistema de forças produtivas’, que havia sido introduzido por Friedrich List nos anos 40 do século XIX. Em vez de pensar conjuntamente em oferta e demanda, o que nos amarra à ideia de equilíbrio, pensamos em termos de oferta potencial, deixando implícito que a oferta cria a sua demanda, conforme a velha lei de Say..’ (FURTADO, 1997, p. 242-243).

Assim, por meio da Cepal, criou-se o conceito de produtividade social, um mensurador da força produtiva da nação. Com base na disponibilidade técnica, no aperfeiçoamento industrial, que traria maior dinâmica para as economias latinas, a produtividade teria seu crescimento real, favorecendo, assim, não só a superação do atraso, mas também a dependência econômica de outros países. Para isso, seria necessária uma ação planejada e executada pelo Estado.

[...] Em todas as sociedades o governo intervém na economia: trata-se de dar maior eficiência a essa intervenção e torna-la transparente. Em certa sociedade, o objetivo pode ser maximizar o emprego; em outra, reduzir a instabilidade dos preços; em outra ainda, obter mudanças estruturais ou reduzir a vulnerabilidade externa [...] (FURTADO, 1997, p. 244).

Um dos aspectos originais da interpretação cepalina de Furtado quanto ao problema do subdesenvolvimento latino está em seu método de análise dos fatores históricos de cada realidade. Com base neles, seria possível definir as deficiências de cada caso; identificadas as debilidades, caberia aos planejadores prever uma forma de potencializar os meios e os recursos já existentes; esse plano seria dirigido diretamente pelo Estado, que transformaria até mesmo estruturas institucionais se preciso fosse.

Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado *y compris* a teoria clássica e a neoclássica_ é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de ‘centro’ e ‘periferia’ desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as ‘leis’ do capital seriam aplicáveis *urbi et orbi*; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as ‘vocações’ primárias das colônias e depois ex-colônias (ARAÚJO, 2009, p. 46).

Para Love (1998), Furtado foi um grande escritor brasileiro estruturalista que aplicou sua teoria de forma original e pioneira na observação do subdesenvolvimento. Esse autor considera Furtado como o elo entre a Cepal e os estudos estruturalistas no Brasil.

Furtado sempre foi um intelectual emergido em seu tempo: as questões que o levavam ao passado eram as do seu presente. Ele era um economista inteiramente envolvido nos debates teóricos e não levava a bandeira de nenhum partido; era adepto do capitalismo, mas crítico do livre mercado. Furtado participou de um momento de grande agitação, no qual os intelectuais e a Cepal, por meio de sua figura no Brasil, opunham-se à teoria liberal monetarista. Com o “*Manifesto da Cepal*”, documento que inaugurou e sinalizou o pensamento cepalino, Furtado se expôs ao debate com os defensores do livre mercado.

Nesse contexto de debate, o mesmo contexto da Cepal, esboçaram-se as características peculiares de Furtado, sinalizando sua identificação com o pensamento cepalino.

Na teoria de Keynes, que fundamentou o pensamento de um dos mais importantes economistas da Cepal, Raul Prebisch, a proposta era analisar a produção e a demanda efetiva como um caminho para se entender a crise no capitalismo. Focada na realidade presente e

excluindo o passado da interpretação, essa era uma visão sincrônica do fenômeno do problema econômico nacional.

Em vez de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista, geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico..’ (FURTADO, 1997, p. 163).

Existiria assim uma diferença analítica entre Prebisch e Furtado. O primeiro possuía uma visão sincrônica; o segundo observava diacronicamente a questão econômica na América Latina, dando enfoque nos processos históricos.

Em sua interpretação diacrônica, ele não concebia outro caminho a não ser a o da observação estrutural do passado para compreender o subdesenvolvimento; este não seria um momento de crise capitalista, mas sim de falta do próprio acúmulo de capital. Assim, o estudo sobre o subdesenvolvimento ocorria com base em uma nova leitura da História.

Cabe-nos agora observar alguns elementos da interpretação cepalina na obra de Furtado, bem como sua contribuição para a constituição de projetos políticos nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil.

Furtado (1985), ao observar a questão do desenvolvimento econômico, tinha em vista as limitações do conhecimento científico da economia e, por isso, procurou compreender os processos históricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

[...] Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos da análise econômica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma ‘dinâmica econômica’ que seja algo mais do que uma série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários, é objetivo inalcançável do quadro de referência em que trabalhamos (FURTADO, 1985, p. 9).

O autor acreditou ser possível elaborar um método de entendimento da História que correspondesse às suas expectativas acerca da compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Sua teoria não se fundamentava na espontaneidade do livre mercado, como acreditavam os liberais, nem tampouco na espontaneidade do aumento da exploração com o desenvolvimento do capitalismo, como postulavam os marxistas.

Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei a

repensar a História do Brasil, ao mesmo tempo que ia reformulando minha visão do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1985, p. 168).

Nesse sentido, a análise da história do Brasil levou Furtado à formulação de esquemas para compreender a estrutura do desenvolvimento econômico ou mesmo do subdesenvolvimento. Baseou-se na macroeconomia, por meio da qual podia visualizar o desenvolvimento do capitalismo e chegou à conclusão de que os preços, a geração e a distribuição de renda podiam ser gerenciados pelo Estado.

Assim, diante da necessidade de abordar a questão da acumulação, observou seus fatores, como os tecnológicos, que, para ele, resultariam em processos produtivos mais efetivos. Segundo esse princípio, a industrialização seria priorizada para acelerar o desenvolvimento do capitalismo: “... o estudo da acumulação ao nível do sistema produtivo (espinha dorsal da teoria do desenvolvimento econômico) requer uma compreensão do processo global de acumulação..” (FURTADO, 1976, p. 16).

A Cepal, desde sua criação, apontava para a precariedade da indústria na América Latina que levaria essas economias a se tornar dependentes das nações desenvolvidas. A adequação técnica para o aumento da produtividade seria um passo importante rumo à independência econômica (BIELSCHOWSKY, 1995).

A superação da fase agrária foi um tema abordado por Furtado quando este analisou a história do Brasil. O passado agrário, em seus diversos ciclos, sinalizava para a saturação dos meios de produção, o que geraria a ineficiência na distribuição de renda. O subdesenvolvimento seria um problema da evolução histórico-estruturalista, uma repetição da realidade passada.

A teoria de Furtado (1961) acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento esteve ligada à concepção de acumulação de capital, processo que era fundamentalmente histórico. Observar as razões pelas quais uma nação tinha sua economia atrasada ou sua acumulação travada era fundamental para se compreender a dinâmica do subdesenvolvimento. A questão era analisar quais fatores causariam falta de capital, que faziam com que este não se tornasse produtivo socialmente.

Na ótica furtadiana, entender o processo histórico implicou na busca por respostas para a reorientação da própria história. Por meio da racionalidade, seria possível modificar, alterar o destino de subdesenvolvimento. A racionalidade seria mais eficiente que a ação do mercado.

Empreender a batalha contra o atraso acumulado e construir um sistema de forças produtivas mais avançado significaria necessariamente buscar uma racionalidade mais abrangente que aquela dada por orientação do mercado, tendo o planejamento como uma técnica social que ordenasse a ação estatal, engendrasse um horizonte

temporal mais largo, duradouro e racional. Na visão perspicaz de Furtado, só o processo de planejamento poderia lograr revelar os interesses postos, ou seja, tornar menos opacas as relações de poder e os projetos políticos em disputa em cada alternativa escolhida ou a escolher (AGUIAR, 2013, p. 26).

Furtado buscou traçar um caminho mais seguro para o desenvolvimento, o qual, em sua lógica, também alinharia desenvolvimento ao interesse nacional. Nesse sentido, seria essencial promover uma reforma institucional, com caráter estrutural, para que o Estado se fundisse em novas bases sociais, o que lhe permitiria coordenar interesses conflitantes, a fim de distribuir o desenvolvimento para todas as regiões do Brasil, desfazendo assim as forças que tenderiam a criar a concentração de renda.

Dessa forma, o desenvolvimento, tal qual o processo histórico, seria uma espécie de trajetória em aberto, alheia às diferentes escolhas que alteram as chamadas estruturas. O desenvolvimento real seria vislumbrado no acúmulo de forças que romperiam com as estruturas criadoras do atraso, pois, se a desigualdade perdurasse, o Brasil não teria futuro, ao menos não seria civilizado, não seria uma nação, mas uma espécie de colônia, hospedeira de investimentos.

O autor concebeu o subdesenvolvimento como um fenômeno coetâneo ao desenvolvimento, fenômeno esse historicamente construído. Via o subdesenvolvimento como uma estrutura rígida, que não desapareceria com o tempo. Sua estrutura era formada por um contexto no qual estavam englobados o uso de capital disponível não suficiente para a absorção da força de trabalho e a heterogeneidade tecnológica entre os setores da economia.

O desenvolvimentista viu que o subdesenvolvimento não era um processo endógeno da economia, mas fruto de um processo de enxerto em uma economia pré-capitalista, de empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas e desenvolvidas.

Se o setor agrário buscasse aprimoramento tecnológico, necessitaria de instrumentos mais modernos e esses produtos não eram produzidos no Brasil, ou seja, esse setor era dependente da tecnologia estrangeira, portanto, da importação. Assim, o mercado interno continuaria estagnado, resultado da heterogeneidade tecnológica entre os setores da economia, formatando uma realidade de grau elevado de dependência.

Na década de 1930, mesmo com a superação da estrutura colonial, com a mudança do centro dinâmico para o setor industrial, a exportação ainda era parte estratégica da economia brasileira, pois a elaboração do capital ainda dependia da importação.

O Brasil vivia a industrialização, mas em um contexto de baixa infraestrutura, e pouco nível tecnológico, situação essa que não o fazia competitivo, haja vista a realidade do comércio externo.

Três elementos fundamentais, ligados entre si, foram observados por Furtado (1961): acumulação de capital, aumento da produtividade e mudanças nos padrões de consumo. Como esses elementos seguiam uma tendência estrutural, historicamente observável em todo contexto nacional, eram preponderantes para a configuração do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Por isso, o autor utilizou a comparação com países desenvolvidos para captar os problemas nacionais que nos levaram à realidade do subdesenvolvimento.

Desde *Economia Brasileira* (1954), o autor destinou um espaço significativo em suas obras para tratar da questão da acumulação de capital no Brasil. Segundo ele, praticamente todas as comunidades humanas produzem mais do que necessitam para a sobrevivência de seus membros; no entanto, existem comunidades que conseguem, por inúmeros fatores, apoderar-se do excedente de outra comunidade.

[...] Por essa forma pode chegar-se a grandes acumulações de riqueza. A civilização romana foi basicamente desse tipo. Sua imensa população urbana vivia dos excedentes de produção das populações camponesas das províncias. Roma era quase exclusivamente um centro consumidor, exportando apenas legionários, administradores e alguns técnicos. Não que a cidade fosse um centro criador de técnica, mas sua força financeira lhe permitia utilizar em cada parte do Império a melhor técnica que existisse acumulada nos distintos países por ela subjugados (FURTADO, 1954, p. 23).

Apesar de a apropriação ser uma forma de acumulação legítima das civilizações antigas, a forma principal de acumulação de riqueza se fazia por meio do aumento da produtividade, consequência do comércio, principalmente pela via da divisão do trabalho e da busca por técnicas mais produtivas. O comércio estava na base do desenvolvimento do capital, pois era para o comércio que se buscava maior produtividade; no entanto, a maneira como uma nação lida com esse comércio pode alterar seu nível de acumulação.

Para o economista, havia uma diferença entre ser um centro comercial, fazer parte de uma comunidade comercial ou ser uma simples feitoria. Em uma comunidade que desfrutasse dos frutos do comércio, haveria renda, parte da qual ficaria retida nessa comunidade, os moradores usufruiriam de produtos, de atividades que outrora não existiam, haveria trabalho, fluxo de bens, maior distribuição de renda.

Porém, abordando a necessidade que o tempo impôs ao aumento da produtividade, até mesmo à ampliação comercial, ele concluía que a industrialização se tornara uma grande aliada no processo de acumulação de capital. A sociedade que se baseava na economia industrial tinha um desenvolvimento sólido, pois sua economia não era limitada, pelo contrário, foi incrementada e solidificada. Já, em uma economia comercial, principalmente na conjuntura

colonial em que não havia possibilidade de desenvolvimento de mercado interno, o desenvolvimento sempre seria superficial, sempre haveria um ponto de saturação e uma dependência de outros mercados. Para tal dinâmica ser modificada, seria necessário implementar mudanças estruturais para o desenvolvimento da indústria, pois, nessa conjuntura, a técnica e o avanço tecnológico tornariam possível o acúmulo de capital, o lucro circularia em uma esfera dinâmica e sua distribuição poderia ser descentralizada com mais facilidade. O autor buscou salientar em suas obras que o desenvolvimento histórico das civilizações que tiveram como base a economia comercial era diferente do desenvolvimento das que tiveram como base a indústria, justamente por conta da possibilidade de acumular capital.

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado (1961) recorreu aos teóricos clássicos da economia para elaborar sua teoria do desenvolvimento, salientando a acumulação de capital e a produtividade. Devemos abordar essa análise para tentarmos compreender quais teorias estavam por trás da concepção de desenvolvimento de Furtado, bem como da noção que ele tinha da própria dinâmica da História.

Segundo ele, ao longo da história da ciência econômica, poucos se debruçaram de forma efetiva sobre a questão do processo produtivo. Um deles foi Adam Smith, que o fez por meio da teoria da divisão do trabalho, um elemento de suma importância para o crescimento do produto social. Porém, o autor fazia uma crítica à afirmação de Smith de que a divisão do trabalho seria resultado da propensão do indivíduo para a troca, para o comércio, de forma que o limitador da divisão do trabalho seria o próprio mercado. Para Furtado (1961), o tamanho do mercado dependia do nível de produtividade, que, por sua vez, estava intimamente ligado à divisão do trabalho, que dependia do tamanho do mercado, compondo um círculo vicioso.

[...] A sutileza de Smith de atribuir o aumento de produtividade à divisão do trabalho, ignorando os efeitos sobre aquela da maior densidade de capital por pessoa ocupada, criou dificuldades verbais quase insuperáveis para os seus seguidores. Se o aumento de produtividade resultava da divisão do trabalho, era ao trabalho que ele devia ser atribuído, e não ao capital. A acumulação deste era apenas uma exigência da mesma divisão do trabalho (FURTADO, 1961, p. 29-30).

Ainda quanto à questão do acúmulo de capital, Furtado (1961) recorre a outro clássico, Karl Marx, que ressalta o uso da História aliado ao conhecimento da economia. Outrora, nenhum pensador tivera feito tal uso, o ponto de elaborar uma teoria da História a partir da economia. O sucesso das ideias de Marx devia-se, segundo Furtado:

[...] ao fato de que fundamentou, com os instrumentos de análise da única Ciência Social que alcançara certo rigor metodológico, um conjunto de concepções filosóficas

que traduziam, e ainda continuam a traduzir, os anseios de permanente renovação da cultura moderna surgida da revolução industrial (FURTADO, 1961, p. 32).

À primeira vista, Marx teria elaborado uma teoria do desenvolvimento. Ele analisou o motor do sistema capitalista e concebeu as relações de produção como cerne desse motor e o trabalho, como fonte do produto social, ou seja, a quantidade de trabalho resultaria no “valor” que a coletividade criaria em um determinado período de tempo. Porém, o que Marx fez foi pensar o desenvolvimento do capitalismo e definir um conceito acerca desse sistema, no qual se visualizariam as contradições e desequilíbrios que gerariam um contexto de ruptura do próprio sistema, para, então, emergir outro regime.

Segundo Furtado (1961), na teoria de Marx, o acúmulo de capital é inerente à classe dos capitalistas, que historicamente dominam o processo produtivo. Porém, há um elemento que o autor enfatiza na teoria marxista: o argumento de que o avanço tecnológico na produção é uma “alavanca poderosa da acumulação”: palavras de Marx, citadas por Furtado. A aplicação da tecnologia na produção não só amplia o mercado e os lucros, mas também o exército de reserva, barateando o custo da mão-de-obra. Esse fenômeno aumenta a pressão dos excluídos no processo de luta entre as classes, favorecendo a revolução.

Furtado finalizou sua análise da teoria marxista, pontuando seu caráter distanciado da análise econômica e intimamente ligado a lutas políticas. Ele a considerava uma filosofia de crítica.

[...] Essa tese possui um conteúdo evolutivo-finalista e não pode ser negada ou aceita senão no plano dos juízos de valor. Ficou demonstrado apenas que não é possível dar a essa tese uma fundamentação econômica dentro das categorias que elaborou Marx. O desenvolvimento do capitalismo se vem fazendo com repetidas crises e grande desperdício de recursos de todas as ordens. Mas não houve nem tendência persistente à pauperização das massas, nem à baixa da taxa média de lucro [...] (FURTADO, 1961, p. 58-59).

Segundo ele, a lei de desenvolvimento de Marx estava ligada à ideia de “lei do movimento social”, lei do movimento da história, mas era consistente no que se refere à análise econômica, pois tinha sido arma de conflitos ideológicos que marcaram o século XX.

Sendo assim, o acúmulo de capital estaria na base do processo de desenvolvimento, mas esse acúmulo sozinho não geraria o progresso econômico, porque este depende de dois fatores: o aumento da produtividade que poderia advir do capital acumulado e a consequente mudança nos hábitos de consumo, principalmente por meio da evolução do mercado interno.

Ainda sobre o aumento da produtividade, Furtado (1961) recorreu aos neoclássicos e, com base neles, expôs suas conclusões acerca do papel desse fator no processo do desenvolvimento. O economista citou o pensamento do economista sueco, Gustave Cassel (1929), que, em *Traité d'Economie Politique*, afirmou que a economia não teria condições analíticas para explicar a origem dos bens materiais e das forças que o geram e que essa questão era do domínio da História.

Ao longo dos parágrafos, Furtado buscou extrair o que seria uma teoria do desenvolvimento para o modelo neoclássico e concluiu:

[...] o aumento da produtividade do trabalho (que se reflete na elevação do salário real) é conseqüência da acumulação de capital, a qual, por sua vez, está na dependência da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais e do preço de oferta da poupança. A acumulação de capital, provocando um aumento nos salários reais, tenderia a incrementar a participação dos assalariados no produto e, portanto, a reduzir a taxa média de rentabilidade do capital. Ora, diminuindo o 'preço de procura' do capital, haveria desestímulo à poupança e conseqüentemente redução no ritmo de acumulação de capital [...] (FURTADO, 1961, p. 63).

Segundo Furtado (1961), a teoria neoclássica não responde à questão do que geraria o desenvolvimento econômico, pois centraliza suas ideias na questão das taxas de juros que estimulariam ou não a poupança. Porém, para Furtado, essa teoria não aborda de forma coerente a questão do consumo que também alteraria a quantidade de poupança.

Ainda pensando na forma como os teóricos observaram a questão do aumento da produtividade, o autor salienta a teoria de Schumpeter de que o motor do progresso econômico estaria na atividade criadora do empresário, principalmente na introdução de “inovações” no processo produtivo, o que seria possível, sobretudo, pelo crédito. Schumpeter teria, assim, diferentemente dos economistas neoclássicos, observado a importância do avanço tecnológico no processo produtivo e seu desenvolvimento. Mas, para Furtado, sua teoria não dava conta de explicar a natureza do desenvolvimento econômico como um todo, apesar de valorizar a tecnologia como um elemento crucial para o aumento da produtividade.

Um elemento comum entre a teoria de Schumpeter, fortemente criticado por Furtado, e a de Adam Smith seria a capacidade intrínseca do homem para modificar seu contexto na busca de lucro. Na visão de Schumpeter, todo o homem possuía uma tendência para empreender. Mesmo antes do capitalismo, essa tendência seria um motor das mudanças na sociedade. Já, para Smith, o indivíduo possuía a tendência para a troca, que resultaria na riqueza, no desenvolvimento econômico social.

De sua perspectiva, ambos os teóricos partem do pressuposto de que todo o indivíduo, seja qual for o tempo, o lugar e a cultura, têm por tendência natural transformar seu contexto, o que ocorreria apenas pelo elemento da vontade. Essa ideia também fazia parte do liberalismo de Gudin e não convencia Furtado, para quem tal tendência humana poderia ser impedida pelas condições estruturais de que esses indivíduos faziam parte. Essa crítica é um dos pilares da teoria furtadiana e se tornou um dos grandes argumentos contra o liberalismo de Gudin. Para Furtado, as questões histórico-estruturais eram de suma importância para se analisar a ação do homem. Seu conceito de indivíduo não comportava a ideia de um homem independente de seu contexto; pelo contrário, em sua visão, o homem seria fruto de sua estrutura e de seu tempo, elementos bem mais fortes do que a própria vontade de empreender ou o interesse individual. Sua crítica fundava-se na universalidade contida em ambos os pensamentos: uma teoria que não se pautasse na universalidade se aproximaria da história peculiar de cada nação, de suas bases estruturais.

Furtado (1961) finalizou sua crítica observando que a ideia de desenvolvimento em Schumpeter era incompleta, pois ele analisava apenas o aumento do lucro individual, e não o desenvolvimento social. “Do ponto de vista da análise do desenvolvimento, a debilidade maior da concepção de Schumpeter está em haver isolado o empresário do mundo em que este vive..” (FURTADO, 1961, p. 76). O consumo seria um dos indicadores principais do desenvolvimento social e, se houve uma teoria que deu espaço privilegiado ao fator consumo para o entendimento do desenvolvimento econômico, foi o keynesianismo.

Para Keynes, na ótica de Furtado, o investimento seria o grande motor para o processo produtivo no sistema capitalista. Esse sistema, porém, não se organizava sobre um equilíbrio perfeito, como pensavam os clássicos, mas sim em um contexto de desequilíbrio, principalmente entre oferta e demanda.

Ao tentar explicar o desemprego, Keynes teria observado a demanda como um elemento variável e intimamente ligado ao nível de capital disponível para investimento: se parte do capital não se transformava em investimento e se tornava poupança, o nível de demanda caía, resultando em um contexto de desemprego.

Assim, Keynes teria se tornado base para teóricos como Alvin Hansen, economista responsável pela introdução da teoria de Keynes nos Estados Unidos. Hansen teria sido um dos primeiros a observar a importância da estrutura para o entendimento da demanda efetiva, elemento basilar da teoria keynesiana.

Utilizando o aparelho analítico de Keynes, Hansen se pergunta: a crise por que passamos atualmente... será estritamente um problema de insuficiência de procura efetiva ou será uma combinação disso com um problema mais profundo de estrutura? Por essa porta entra a análise do desenvolvimento... (FURTADO, 1961, p. 83).

Como mostra o autor, a partir da teoria de Keynes, que privilegiava o fator investimento para o entendimento do equilíbrio do emprego, era possível encontrar uma explicação mais plausível para o desenvolvimento e sua natureza. Porém, caberia aos seguidores de Keynes a tarefa de visualizar que não apenas a taxa de investimento era importante de se analisar, mas também e concomitantemente o processo de acumulação de capital, que gerava a possibilidade do investimento, bem como da renda e da capacidade produtiva.

Em comunidades cujo nível de produtividade é baixa, grande parte do consumo é direcionado para a satisfação das necessidades básicas de subsistência. Quando a essa realidade é somada a concentração de renda, a situação se agrava, pois grande parte da população não participa da economia de troca.

As comunidades que possuem um nível baixo de produtividade são aquelas em que falta desenvolvimento, ou seja, são os países subdesenvolvidos. Com o aumento da produtividade, ocorre o crescimento do acúmulo de capital. Esse fenômeno atinge os trabalhadores, na medida em impõe a necessidade de mais mão de obra para abastecer a demanda. Com isso, os salários e, concomitantemente, a renda tendem a aumentar; o grupo consumirá mais, orientando, assim, novos investimentos no setor produtivo, que deverá abastecer essa demanda interna, diversificando o setor produtivo.

Não seria fácil estabelecer até que ponto a acumulação de capital está condicionada pelo progresso tecnológico. Não resta dúvida que, sem este, aquela encontraria rapidamente os seus limites. Mas não é menos verdade que o progresso tecnológico não pode ser concebido sem a acumulação de capital. Destarte, pode-se admitir o progresso tecnológico como uma dimensão do processo de acumulação de capital (FURTADO, 1961, p. 101).

Tendo abordado os fundamentos de Furtado para sua ideia dos três pilares do desenvolvimento: acumulação de capital, aumento da produtividade e mudanças nos padrões de consumo, passamos à análise como, de sua perspectiva, esses elementos atuavam na formatação do subdesenvolvimento brasileiro.

Se os três pilares para o desenvolvimento explicavam o progresso econômico e social em países desenvolvidos como Inglaterra, sua tarefa passou a ser pensar as razões pelas quais esses três fatores não aconteciam de forma espontânea no Brasil. Com essa preocupação, ele elaborou seu próprio conceito de subdesenvolvimento.

Como falamos, tais pilares precisariam, na visão furtadiana, de uma estrutura de fundação e esse era o maior problema do Brasil. Até mesmo os principais motivadores do desenvolvimento não bastariam no Brasil, em razão de um único fator: a história brasileira. O passado e suas estruturas coloniais não davam sustentação para que a dinâmica do mercado acontecesse de forma espontânea, como acreditava Gudin. Assim, Furtado abriu caminho para o método que mais tarde ficaria conhecido como método histórico estrutural, pois a história e a estrutura seriam os dois elementos centrais de análise para a compreensão do desenvolvimento. Primeiramente, era necessária a observação do fator tempo e de suas transformações, bem como do fator estrutural que se apresenta em cada caso. Com base nessa observação, comparando-se contextos distintos, eram possível encontrar as diferenças estruturais.

[...] Esse problema metodológico assume particularmente importância no campo da teoria do desenvolvimento, por duas razões principais. A primeira é que não é possível, neste caso, eliminar o fator tempo ou ignorar a irreversibilidade dos processos históricos. Isso dificulta toda generalização com base em observações feitas em dado momento. A segunda é que tampouco é possível ignorar as diferenças de estrutura entre economias de graus distintos de desenvolvimento [...] (FURTADO, 1961, p. 20).

Assim, o economista se perguntou até onde seria válido que uma teoria formulada para entender um determinado contexto estrutural fosse utilizada em outro contexto estrutural, tendo em vista suas drásticas diferenças. Em sua ótica, esse seria o caso de Gudin, que buscava entender o Brasil subdesenvolvido e agrário do prisma do liberalismo, formulação abstrata, teórica, pensada para entender contextos como o da Inglaterra, em que já se observava no século XVIII o desenvolvimento de uma estrutura industrial de vigor. Para Furtado não haveria condições histórico- estruturais para se criar teorias universais.

Furtado (1961) apoiou-se em uma citação da obra “*Principles*” de Ricardo, na qual haveria um capítulo em que o próprio Ricardo afirmaria que a experiência inglesa não se aplicava a outros contextos.

[...] Aí afirma, com muita oportunidade, que as generalizações feitas com base na experiência inglesa não se aplicam a numerosos outros países (que hoje chamaríamos subdesenvolvidos), cuja disponibilidade relativa de fatores era diversa da que caracterizava a Grã-Bretanha (FURTADO, 1961, p. 22).

Na Grã-Bretanha existia um comércio interno e, com o surgimento e o progresso das indústrias, grande parte do capital continuava sendo investido na economia local, por meio dos salários e do incremento da própria indústria, modificando as relações de consumo na

sociedade. Essa realidade nunca existiu no Brasil, onde grande parte do capital produzido direcionava-se para fora, para a metrópole, para os investidores.

Cabe salientar que Furtado (1961) não fez essa comparação sem segundas intenções: além de sinalizar nosso atraso, ela lhe permitia salientar que a crença de que o livre mercado realizaria o desenvolvimento era errônea, ao contrário do que ocorrera em países como Inglaterra ou Estados Unidos. Ele fez questão de ressaltar essas diferenças, de forma a posicionar o Brasil e sua história em um contexto único, típico dos países da América Latina.

Assim, o contexto do subdesenvolvimento não poderia ser alterado pelo livre mercado, ou seja, o processo de desenvolvimento das nações ricas europeias não ocorreria na realidade da América Latina, principalmente pelas razões acima elencadas.

3.4 Estado e Planejamento

Observa-se que, desde o governo de JK, existia a tentativa de empreender reformas governamentais que ditariam a nova política de ampliação da intervenção do Estado, com o propósito de levar o país ao crescimento econômico. O desenvolvimentismo se materializou no Plano de Metas, que focou o atendimento a setores como: energia, transporte, indústria de base, alimentação, educação e construção de Brasília. É notável também a formação de grupos de assessoria técnica na preparação de projetos de leis que favorecessem o plano de desenvolvimento econômico. Dentre eles, destacam-se: GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval) e GEIMAPE (Grupo Executivo da Indústria da Maquinaria Pesada). Isso é expressão do grande esforço para a execução do Plano de Metas, demarcando o início do aparelhamento do Estado, tendo em vista o projeto desenvolvimentista.

Porém, no início da década de 1960, formou-se no Brasil um cenário de grande turbulência econômica e política. Era necessário um plano emergencial e este se materializou no Plano Trienal de 1963, formulado por Celso Furtado. Questões relevantes por trás desse plano serão analisadas posteriormente; por ora, abordaremos uma questão crucial no pensamento de Furtado que aparece nesse contexto: a necessidade de uma revolução política, em que se definiria o papel do Estado na corrida pelo desenvolvimento. Sobre esse tema, uma das obras mais emblemáticas do autor foi *A pré-revolução brasileira* (1962), na qual fica evidente que, por trás desse projeto de renovação política, existia uma concepção de dinâmica da História, segundo a qual o Estado seria o motor da superação do passado, do subdesenvolvimento.

Na introdução da referida obra, o autor expõe a necessidade do momento: um engajamento de forças para conceber uma teoria econômica aplicável ao contexto político do Brasil no início da década de 1960. O autor argumentava que o desenvolvimento deveria ser norteado por essa teoria e instrumentalizado pelo Estado, que deveria estar aparelhado para tal função.

[...] Começamos a aperceber-nos que o leme do barco está em nossas mãos [...] o esforço de teorização realiza-se com apreciável atraso com respeito às transformações da realidade social (FURTADO, 1962, p. 10-11).

No entanto, já nas primeiras páginas, o autor se reportou ao debate no qual Gudin participava como um de seus adversários. Segundo Gudin, a questão da liberdade era desqualificada na teoria desenvolvimentista, de base intrinsecamente intervencionista. Já Furtado considerava a existência de uma falsa dicotomia, sendo possível a convivência de liberdade com desenvolvimentismo.

É contra a tela de fundo desses desajustamentos básicos que são aqui abordados alguns problemas, como a falsa dicotomia entre desenvolvimento e liberdade, as reformas estruturais ou de base, a necessidade de aparelhar o Estado para o exercício de suas novas funções como principal instrumento do desenvolvimento, e se apontam algumas direções ao esforço criador dos economistas. Pretende-se, por essa forma, estender uma ponte entre a análise e a política econômicas visando a injetar nesta última alguns elementos que utiliza como em função dos juízos de valor em que se apoia (FURTADO, 1962, p. 11).

Segundo o autor, existia um sentimento de esperança por transformações. Tal contexto suscitava o esforço, principalmente de jovens que buscassem entender e participar dessa transformação voltada para o desenvolvimento. Nos termos do autor, o contexto era de “luta pela conquista do futuro” (FURTADO, 1962, p. 13). Nota-se, claramente, como a questão temporal estava atrelada às condições materiais do país; o desenvolvimento era a materialização do futuro: “o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano” (FURTADO, 1962, p. 20).

Segundo Furtado, nas últimas décadas, o Brasil vivia um período de crescimento, de desenvolvimento, porém a um custo alto, que se expressava no grande hiato existente entre os segmentos sociais. Naquele momento, grande parte da população ainda estava no campo, não participava desse desenvolvimento e vivenciava uma queda em seu padrão de vida, em comparação com grupos alojados no comércio e em outros serviços. Também os operários, em condições desfavoráveis, não tiveram melhora em seu padrão de vida, mesmo que seu número

tivesse crescido nas últimas décadas. Em suma, o desenvolvimento vivenciado até então aumentou a concentração de renda.

Outro problema visualizado por Furtado (1962) referia-se à ação do Estado. Havia muitas distorções; não tinha havido uma reforma de base do próprio Estado, que acumulava funções mal executadas, seja por falta de uma teoria de direcionamento seja pela corrupção, que se intensificara no contexto de ampliação de investimentos. À medida que o governo se envolvia em obras públicas, aumentava a oportunidade da apropriação ilícita de capital. Assim, para que a sociedade usufruísse da ação do Estado, este deveria ser repensado no sentido de promover maior na distribuição real da riqueza, caso contrário toda a sociedade perderia.

Assim, ele viu como objetivo primordial a necessidade de uma filosofia, de uma teoria que orientasse a ação no sentido do desenvolvimento, de forma que todos participassem de seus benefícios.

O autor pode chegar a algumas conclusões antes de fazer seu diagnóstico: vivia-se no país uma situação de exploração do homem pelo homem; a realidade social era histórica e estava em mutação; era preciso superar a fase de desigualdade social. Porém, mesmo nesse contexto, o economista considerava possível identificar os problemas e resolvê-los por intermédio de uma política de reconstrução social.

Ao sinalizar para a relação entre liberdade e desenvolvimento, Furtado (1962) referia-se ao debate contra os liberais e alegava que o intervencionismo desenvolvimentista polia a liberdade individual. A esse respeito, ele defendia a seguinte tese: o Brasil, ao se libertar das amarras da dependência de outros países, dava um passo para sua liberdade social, para trilhar seu próprio destino e construir seu futuro conforme seus moldes. Tratava-se, portanto, de uma liberdade social e não individual.

Nessa obra, o autor se referiu claramente ao debate a respeito do tema da liberdade individual *versus* o bem-estar das massas. Ao tratar dessa questão, ele identificou os argumentos em debate no Brasil acerca dos caminhos para o desenvolvimento nacional. De um lado, o liberalismo, que não acreditava em um rápido desenvolvimento sem restrição das liberdades individuais; de outro lado, o marxismo-leninismo, que postulava a inevitabilidade da revolução violenta e ditatorial, cujo fim seria a destruição das velhas estruturas, como o czarismo na Rússia. Para o fim da destruição de uma estrutura, segundo o autor, o método seria eficaz, mas apenas quanto ao objetivo do ataque a estruturas que privilegiavam as classes dominantes.

[...] Mas, a partir do momento em que o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema compósito, representativo de várias classes, se bem que sob a égide de uma, aquela técnica revolucionária perde eficácia. A necessidade

de discriminar entre o que o Estado faz de bom e de ruim, do ponto de vista de uma classe, exige uma capacidade de adaptação que não pode ter um partido revolucionário monolítico (FURTADO, 1962, p. 26).

Por mais que o marxismo-leninista fosse eficaz para desenvolvimento, principalmente o industrial, na ótica furtadiana, ele obteve sucesso apenas em sociedades fechadas, nas quais a ditadura, com estruturas rígidas, já se mostrava uma realidade. Nas nações abertas, a mesma teoria não fora bem-sucedida em seu projeto de desenvolvimento.

Assim, como o marxismo não se aplicava ao Brasil, seria necessária a elaboração de técnicas que permitissem o rápido crescimento econômico e subseqüentemente o desenvolvimento.

Na obra em questão, Furtado reafirmava a ideia de que o desenvolvimentismo não coibiria a liberdade do indivíduo; para ele, o Estado deveria trabalhar de forma sistemática, dando espaço oportuno para a iniciativa privada. Assim, mostrava sua crença de que a intervenção era positiva para o crescimento das empresas nacionais.

O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não poderá ser alcançado se a ação do Estado se realizar de forma improvisada e assistemática. Para que o Estado possa entrar no momento devido e sair na ocasião oportuna, deve armar-se de uma visão de conjunto do processo econômico [...] (FURTADO, 1962, p. 76).

Em suma, nessa obra, ele apontou que o caminho para que uma sociedade aberta, democrática, superasse o subdesenvolvimento não poderia ser o de uma revolução de caráter marxista, pois o autoritarismo que dela fazia parte não seria aplicável a essa sociedade, como era o caso do Brasil; por outro lado, o liberalismo e a crença no equilíbrio do mercado não corrigiriam os problemas estruturais construídos ao longo da história. Portanto, a única alternativa para o país seria o planejamento estatal. Nessa oportunidade, Furtado (1962) abordou uma das questões principais da crítica de Gudin ao desenvolvimentismo, qual seja a da restrição à liberdade individual, e apontou a existência de ações intervencionistas até mesmo em nações desenvolvidas.

[...] A defesa do laissez-faire e a luta contra a ação planejada do Estado, em tais condições resulta de uma confusão entre os ideais da convivência social e a forma que os mesmos assumem corretamente em estruturas sociais altamente integradas. Não deixa de ser sintomático de nosso subdesenvolvimento o fato de que muitos de nossos economistas de maior prestígio aceitem os métodos de restrição ao laissez-faire das economias desenvolvidas, mas se revoltam contra o tipo de restrição necessária em economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1962, p. 76).

Furtado chamou a atenção para a necessidade de definição da figura do Estado no Brasil. Primeiramente, afirmou que, na situação brasileira, eram inválidos tanto o projeto marxista quanto o liberal e defendeu a alternativa do intervencionismo. Ele não apenas fez essa constatação, mas também propôs uma revolução, que, em nossa leitura, no projeto político brasileiro, caracterizava-se mais como uma reforma. Nesse processo de mudança, o Estado deveria se aparelhar para agir de forma coerente e direcionada, já que tinha a responsabilidade de criar o desenvolvimento. O avanço na História, a superação do atraso estariam nas mãos do Estado e o problema do subdesenvolvimento teria uma solução de cunho político.

No Brasil, os investimentos teriam sido ineficazes, fazendo dele um país com baixa produtividade. Nessa condição, o Estado deveria, de início, direcionar parte do investimento para o setor de infraestrutura, de forma a alavancar o desenvolvimento. Além disso, deveria coordenar a política fiscal, monetária e cambial na perspectiva de criar organismos de crédito para o financiamento necessário para o crescimento econômico. A ação aleatória do governo não resolveria o problema do subdesenvolvimento: o movimento deveria ser coordenado, seguir um projeto, um plano. Nessa etapa, entraria a figura do economista, cuja função seria elaborar teorias que apontassem o caminho a ser trilhado pelo Estado.

A questão emergencial de Furtado era de ordem material. Contra a ideia de Gudin de que a transformação das ideias se faria por intermédio da educação, ele se posicionava: “Não é possível educar o homem sem antes lhe matar a fome [...]” (FURTADO, 1962, p. 91). A educação tinha um lugar de importância no desenvolvimento, mas ela seria resultado e não meio para alcançar a superação do subdesenvolvimento.

O governo de JK começou o caminho para o planejamento estatal voltado para o desenvolvimento da nação e Furtado seria uma das figuras que pavimentaria esse caminho. O esforço, porém, ainda não tinha a coordenação necessária. Era preciso uma reforma global do Estado Brasileiro, uma revolução em prol do desenvolvimento. A intervenção até então vista ainda não era o que o economista esperava, o grau de intervencionismo deveria aumentar para que as tão sonhadas reformas de base pudessem se concretizar. Nesse momento, seu pensamento se encontrou com os anseios da esquerda reformista, que via no Estado o meio para o que chamamos de: “A revolução da reforma”. No discurso e nos panfletos, existia um pensamento revolucionário, mas as intenções eram reformistas, cuja via era a ampliação do poder ironicamente chamado de “democrático”.

Furtado exerceu grande influência em grande parte da esquerda, bem como nos grandes centros de formação intelectual no Brasil, o que indica o quanto sua tese de que o liberalismo

não se encaixava na realidade nacional ecoou e ainda ecoa na intelectualidade brasileira. Ou seja, Furtado selou a ideia de que o liberalismo não foi feito para o Brasil.

Nessa obra ficou evidente a preocupação de Furtado, acerca dos rumos que o Brasil tomava naquele contexto, e a necessidade imediata de ação de um plano que se preocupasse com as reais necessidades de reformas no âmbito político e econômico.

Algumas de suas obras mais dramáticas, como *A pré-revolução brasileira*, por exemplo, mostram um intelectual tentando ganhar uma corrida contra o tempo, uma batalha quase desesperada pela urgência das reformas, profético, anunciando uma tragédia que, afinal, se consumou. Contra a urgência das reformas, a dureza das classes dominantes brasileiras, o despreparo das lideranças progressistas e uma espécie de redemoinho infernal que já não permitia a ação política racional (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

O que essa obra expressava era a urgência, a inconformidade com o subdesenvolvimento, sendo assim o Plano Trienal surge como uma proposta emergencial para o contexto que se colocava dramático.

3.4.1 O Plano Trienal: a materialização da teoria

O Plano Trienal foi um pedido do então presidente João Goulart e, em poucos meses, Furtado elaborou a síntese de suas ideias em forma de ações políticas. Buscou consenso dos especialistas para a formulação do plano, apoio do conselho da SUMOC e do governo, propondo uma fórmula para a crise econômica que se agravava no Brasil.

O Plano foi formatado levando em conta três características: o monetarismo, o desenvolvimentismo e o reformismo.

No momento, a inflação atingia índices alarmantes no Brasil. Mesmo em face das teorias de que inflação e desenvolvimento poderiam caminhar juntos, Furtado separou um espaço no Plano Trienal para tratar da necessidade de contenção do processo inflacionário que se instalara. Porém, é notável o método que o economista usou na luta contra a inflação. O monetarismo sempre foi uma das teses defendidas por Gudin, um dos autores mais lidos e estudados por várias décadas no Brasil quando se tratava de economia monetária.

Um dos grandes debates entre Furtado e Gudin foi, sem dúvida nenhuma, o referente à ação da inflação na economia. Gudin nunca admitiu que uma economia inflacionada pudesse criar um processo de desenvolvimento. Duas razões fundamentais explicariam a inflação para Gudin: emissão de papel moeda e *déficits* orçamentários do Estado. Portanto, não existiria outra

alternativa para conter a inflação a não ser a diminuição do *déficit*. Esse foi o método que o próprio Furtado utilizou.

O déficit de 300 bilhões de cruzeiros admitido para 1963 representa um excesso de 40% de despesas sobre receita e 70% do valor da circulação atual de papel-moeda. Em tais condições, cumpre assegurar a obtenção de meios não inflacionários para o financiamento da maior parte desse déficit (PLANO TRIENAL, 2011, p. 100).

O Plano Trienal foi, em suma, reformista. Em *A pré-revolução brasileira* (1962), Furtado alertava para a necessidade de uma reforma estrutural da política brasileira para que o Estado se tornasse capaz de direcionar a economia. O caráter reformista de seu pensamento aparece claramente no Plano Trienal, quando o autor fez a proposta das reformas de base.

[...] As autênticas modificações qualitativas nos processos econômicos pressupõem reformas que podem ser preparadas pelo planejamento, mas que estão acima de seu alcance direto. Essas reformas são principalmente de dois tipos: a) as que dizem respeito à racionalização da ação do governo; e b) as que se referem à eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção [...] (PLANO TRIENAL, 2001, p. 424).

O plano contém as diretrizes para as reformas: administrativa, bancária, fiscal, agrária, as quais ampliam o alcance do poder estatal, tendo em vista que o Estado regeria toda a economia nacional, em seus diferentes setores. Destaca-se também a que a nação não deveria depender do capital estrangeiro para a implementação das reformas.

Sem dúvida, um dos grandes temas do debate entre Gudin e Furtado foi o do planejamento. A imprensa como um todo participou desse debate às vésperas do lançamento do Plano Trienal; favoráveis e contrários se posicionavam. Por um lado, os liberais eram denominados como antinacionais e conservadores; por outro, os desenvolvimentistas, em defesa das reformas, principalmente da reforma agrária, ganharam o título de comunistas. Foi assim que Gudin viu o Plano Trienal: uma proposta de cunho comunista, disposta a planificar a economia e limitar ainda mais a ação da iniciativa privada.

Em um artigo de Paulo Francis, do Jornal *Última Hora*, fica evidente o confronto entre os dois economistas no que se refere ao conteúdo do Plano Trienal. Também em outras matérias do jornal, os críticos a Furtado eram sempre denominados como “antinacionais” e, dentre eles, estava o nome de Gudin.

O sr. Celso Furtado está no pelourinho dos antinacionais, já antes da divulgação do Plano Trienal [...] O economista é ‘comunista’, não executou os objetivos da Sudene, e assim por diante [...] a palavra ‘plano’ provoca nessa gente o mesmo susto que

‘polícia’ num covil de ladrões. Daí caem na histeria. É ‘comunista’ para lá [...] Li um esboço do Plano Trienal. O sr. Celso Furtado toca de saída no principal espantalho dos antinacionais _ o único argumento usado por Gudin e Cia [...] ‘Medidas de caráter administrativo deverão ser tomadas nesse sentido[o da reforma agrária], enquanto se aguarda um Lei da Reforma Agrária do Congresso’[...] Os antinacionais anunciam com ares sepulcrais que o sr. Celso Furtado visa a aniquilar a iniciativa privada do país. Posso assegurar aos leitores que isto faz parte da distribuição gratuita de espantalhos para os industriais’ (PLANO TRIENAL, 2011, p. 490).

Trataremos das temáticas do debate, entre as quais o Plano Trienal, em outro momento do trabalho; por ora queremos salientar a existência de uma concepção de História no referido plano. As reformas eram apresentadas como instrumentos de correção das estruturas defeituosas que arrastam o Brasil para o atraso. Entendemos o plano como uma tentativa de aparelhar o Estado por meio de uma reforma administrativa que ampliava o poder de intervenção estatal na economia, elemento basilar do pensamento desenvolvimentista. As rédeas da História nas mãos do Estado.

O Plano Trienal foi apresentado ano de 1963 e, meses depois, foi abortado pelo processo de instauração do governo militar. Pouco se viu dele em ação, mas o texto é praticamente um documento de formalização das intenções dos grupos representados por Goulart: o desenvolvimentismo e a maior intervenção estatal, somados ao reformismo presente no discurso da esquerda brasileira. Ele era a materialização do que chamamos de “Revolução da Reforma”. De nossa perspectiva, era contraditório falar em revolução em um momento em que só se queriam reformas, embora tais reformas tivessem como fim modificar a dinâmica econômica do país, diminuindo o espaço da iniciativa privada e aparelhando o Estado para um processo de alargamento das suas fronteiras de poder.

Pensar que o Plano era a maneira vista por Furtado para colocar em prática suas ideias, por meio do Estado, leva-nos a entender que o desenvolvimento era uma tarefa racional e possível de correção, porque a História estaria nas mãos do Estado. A História tinha, nesse momento, um novo protagonista: para Furtado, somente o planejamento daria ao governo o espaço adequado na construção da História e, portanto, do desenvolvimento.

3.5 Celso Furtado: passado, presente e futuro

Do ponto de vista econômico, desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de terminada coletividade. Trata-se, portanto, de conceito relacionado com elementos quantificáveis [...] (FURTADO, 1961, p. 115).

O tempo sempre esteve na perspectiva teórica de Furtado. Se pudéssemos resumi-lo em uma equação, provavelmente o tempo seria um dos principais componentes de sua tese, mas, em sua concepção, o que modificaria o espaço ao longo do tempo? Que mudanças seriam mudanças de fato? Qual o papel do indivíduo nesse processo de mudanças?

Parte do conceito de História discutido por Furtado já está implícita em suas obras. A outra parte se construiu no próprio debate, em razão da necessidade. Por ora, vamos observar a parte que nos foi revelada em sua produção intelectual.

A primeira questão de Furtado, e dos participantes da CEPAL, foi provar teoricamente a singularidade da América Latina. Tal singularidade não estaria em outro fator, senão na História. O passado da América Latina, bem como do Brasil, era o ponto inicial da teoria de Furtado.

É notável que suas primeiras obras sejam ensaios sobre a história do Brasil. Foi por intermédio do estudo da história que Furtado observou a diferença entre as condições históricas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O que nos prendia ao passado estava estruturado em instituições, compondo um contexto que se propagou no presente, como uma fortaleza. A heterogeneidade econômica do Brasil, a miséria, principalmente do Nordeste, a falta de competitividade e a baixa produtividade eram apenas as pontas dessas estruturas cujas bases estavam no passado. A exploração por parte de outras nações e que pareciam se perpetuar nas relações internacionais era uma realidade construída no passado.

Embora o autor admitisse a ocorrência de avanços ao longo do tempo, até mesmo de um certo grau de desenvolvimento, sua ideia era de que uma mudança ainda não havia acontecido no Brasil: a que sinalizaria o futuro, a modernidade, o desenvolvimento. Tal mudança somente seria verificada com o aumento da distribuição de renda. Em 2004, pouco antes de sua morte, ele ainda considerava que o Brasil não tinha alcançado tal mudança, que estaríamos presos às heranças do passado.

Nos últimos anos, temos visto políticas direcionadas, sob a alegação de que os “erros” da História, ou os “injustiçados” pela história deveriam ganhar vantagens no presente. A existência de cotas raciais seria uma política de compensação. Não estamos interessados em entrar no mérito das cotas, mas sim em observar que a crença na correção da história é importante, pois implica o pensamento de que o Estado seria o grande justiceiro, teria condições de corrigir os erros e, não só isso, promover o caminho da história nacional. Furtado é um dos pais dessa tese.

Outra questão importante nessa concepção de motor da História é que, para Furtado, o indivíduo não tem o poder de escolha, já que as estruturas, construídas ao longo do tempo,

limitam a ação desse indivíduo. Portanto, o Estado não é só um justiceiro, mas também o tutor da incapacidade individual de escolher o melhor caminho. Essa ideia se mantém em nossos tempos: o indivíduo se esconde atrás de suas limitações econômicas, e, escorando-se no muro das lamentações, busca por assistencialismo. É o Estado promovendo o indivíduo.

Tais questões não são conclusivas. São direcionadoras de nossa compreensão do debate em questão e da importância que a concepção de História de Furtado tem na elaboração de seus argumentos.

Neste capítulo, procuramos abordar as principais teses expostas por Furtado ao longo dos anos de 1950 até 1964, quando o Golpe introduziu novas questões ao debate. Tais teses serão referência para a compreensão do posicionamento de Furtado em seu debate com Gudin. O que parece notável é que, ao longo de sua trajetória intelectual, Furtado concebeu a História como a base de todas as suas teses acerca do desenvolvimento. O motor da História daria força ao Estado, que, munido de uma racionalidade teórica, impulsionaria a destruição das velhas estruturas coloniais, principalmente as que nos tornavam dependentes do comércio exterior, e a consolidação das reformas necessárias ao surgimento de um mercado interno forte, capaz de levantar e manter uma indústria tecnologicamente avançada, que promovendo maior competitividade, na lógica furtadiana, levaria à independência do capital estrangeiro.

Esse pensamento fica claro em *Dialética do desenvolvimento*, escrita por Furtado meses antes do golpe de 1964 e publicada pela primeira vez em junho desse mesmo ano. Nessa obra, ele resgatou o sentido da dialética de Hegel e Marx e, sinalizando os problemas que o capitalismo de mercado poderiam ocasionar, definiu a função do Estado no processo de norteamento da História.

Um elemento observado nessa obra, é ressaltado por Iglesias (1971), a natureza filosófica, da discussão acerca do desenvolvimento, feita por Furtado, que recorre muito mais aos sociólogos, historiadores, antropólogos, etnólogos, filósofos, do que a economistas.

Já no início da obra em questão, o autor analisou a teoria da dialética de Hegel, cujo pressuposto seria o de que o mundo não é formado por coisas acabadas, mas sim por processos. Para a compreensão desses processos, a lógica seria determinar a natureza do desenvolvimento. A essa lógica Hegel teria dado o nome de dialética.

[...] Hegel deu uma excessiva extensão à aplicabilidade do método dialético, seu ponto de partida foi indubitavelmente a ideia de desenvolvimento que lhe veio de detida observação dos processos históricos. Com a dialética ele pretendeu a um tempo entender a história e demonstrar que existe uma ‘necessidade histórica’. Cada período histórico teria um caráter próprio que unificaria todas as instituições de uma época, tais como religião, política, artes, etc. Uma modificação fundamental introduzida em

qualquer dessas instituições teria repercussões em todas as demais [...] (FURTADO, 1964, p. 13).

A ideia central da dialética é de que a história ocorre por meio de conflitos de forças antagônicas em um contexto de equilíbrio; esse equilíbrio teria um sentido e regeria os períodos históricos.

Segundo Furtado, a dialética de Hegel teria adquirido um aspecto novo em Marx, principalmente porque este a utilizou para interpretar o seu mundo. No momento em que Furtado escreve essa obra, 1964, as ideias marxistas eram vistas como uma ameaça no Brasil. Furtado sempre frisou sua aproximação com alguns pontos da teoria de Marx, mas nunca defendeu o marxismo: em sua trajetória ele lutou pelo capitalismo de Estado. No entanto, entendemos que a concepção de história de Furtado tem como base os princípios da dialética de Hegel e Marx. As categorias que ele utiliza, a exemplo de luta de classes, exploradores, desenvolvimento tecnológico como base para mudanças, principalmente nos modos de produção são herdadas de Marx.

Uma das teclas mais batidas por Furtado, sem dúvida nenhuma, foi a da necessidade do aperfeiçoamento tecnológico para o aumento da produtividade no Brasil. Tal tese foi amplamente defendida pela CEPAL, como outrora vimos. A dinâmica da história, a mudança social, passaria pelo processo de transformação tecnológica e, no caso do Brasil, o desenvolvimento estaria intimamente ligado à necessidade do aprimoramento da indústria.

As mudanças introduzidas na cultura material por inovações tecnológicas apresentam, entretanto, características particulares. Essas mudanças são necessariamente de caráter dinâmico, tendendo a provocar reações em cadeia. Consideramos o caso da invenção do tear mecânico. Sua introdução numa sociedade artesanal dá origem a uma série de reações, tanto na organização da produção como na distribuição do produto social. Estas últimas reações, por seu lado, podem repercutir no processo social de formação do poder, o que terá reflexos na distribuição da carga impositiva, na política de importações, etc., abrindo-se nova série de reações em cadeia no campo econômico. Em realidade, a inovação tecnológica, ao modificar um parâmetro no sistema social, põe em marcha um processo de reajustamentos, cuja representação figurativa somente seria possível através de um modelo dinâmico (FURTADO, 1964, p. 27).

Na ótica de Furtado, quando ocorre uma mudança na cultura material de uma sociedade, essa transformação altera o sentido de outros fatores, gerando um fluxo de permanentes mudanças: “[...] cabe definir o desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas_ preexistentes ou criadas pela própria mudança_ são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas [...]” (FURTADO, 1964, p. 29).

Porém a introdução dessas novas tecnologias não ocorreria sem conflitos. Para o economista, sempre haveria grupos que não desejavam tais mudanças e que usariam de suas forças para barrar seu desenvolvimento. Assim, os conflitos sociais surgiam.

Nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais. Como a difusão das inovações acarreta a concorrência entre produtores, a luta destes pela sobrevivência exige um rigoroso policiamento dos custos de produção, ou seja, exerce pressão sobre os salários ou provoca a criação de desemprego. Desta forma, se bem que a concorrência seja entre produtores, os seus efeitos últimos se traduzem em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados. Tomando consciência de que os objetivos que buscam se excluem, pois se trata de uma divisão do produto, os dois grupos tendem a uma articulação crescente, transformando-se em classes que se organizam para uma luta que, nas sociedades capitalistas, assume significação decisiva no processo social (FURTADO, 1964, p. 30).

O aumento da produtividade, por meio da transformação tecnológica, cria o aumento de capital, que, por sua vez, pode ser reintroduzido no processo produtivo, em forma de investimento, ou ser alocado na perspectiva de gerar o aumento do bem-estar social. Nesse momento, as classes dirigentes teriam maior poder para aplicar o capital, ampliando, assim, seu poder e consolidando seus interesses. Essa seria uma característica da sociedade fundada no sistema da propriedade privada. Com isso, as inovações tecnológicas, que seriam a essência do desenvolvimento econômico, mudariam a dinâmica da história, pois provocariam modificações na estrutura social.

Cabe ressaltar que, para Furtado, em um contexto de capitalismo, as inovações tecnológicas podem aumentar a distância social entre as diferentes classes, tendo em vista o poder de uma classe sobre a outra, gerando assim um movimento de distribuição de renda que o autor chamou de “anacrônico”. Portanto, seria necessário um planejamento do Estado, no sentido de intervir no processo, o que seria válido, já que geraria o desenvolvimento econômico. No entanto, por si, este desenvolvimento poderia ser incompleto, pois naturalmente não garantiria o desenvolvimento social. Assim, o Estado teria a função de corretor do processo espontâneo do desenvolvimento econômico, norteado a dinâmica da história.

Na perspectiva de Marx, a história se produz na dinâmica da luta entre as classes. Essa ideia, para Furtado, teria fundamento, pois, com o aumento do capital, uma classe se destaca, tendo privilégio sobre a detenção desse capital. Assim, com o avanço do capitalismo e, portanto, das instituições políticas, as tensões sociais ganhariam um novo intermediador, o Estado. Na democracia, os partidos refletem os diferentes interesses sociais e o Estado, portanto, poderia

amenizar os privilégios que uma classe pode ter em detrimento a outra. A reforma agrária seria uma forma de eliminar privilégios antissociais.

Embora Furtado admitisse a existência da luta de classes, não aceitava outra realidade política que não fosse a democrática. Sendo assim, o conciliador das tensões sociais deveria ser o Estado, principalmente no contexto brasileiro, em que a distância entre a classe alta e a classe baixa era imensa. A preocupação do economista com a pobreza no Brasil direcionou-o a defender a ideia de que o intelectual deveria oferecer subsídios teóricos para a compreensão da realidade nacional e para o aparelhamento do Estado como executor da justiça social.

Principalmente em países subdesenvolvidos, a história se desenvolveria sob a tutela racional do Estado, mas, mesmo em países desenvolvidos, na ótica furtadiana, o capitalismo teria a necessidade da intervenção estatal, no sentido de um controle que direcionasse o interesse social em detrimento do interesse individual.

[...] Com efeito, o processo econômico, na fase mais avançada do capitalismo, exige a atuação progressiva de agentes de decisão centralizadores, como requisito imprescindível à manutenção da estabilidade em condições de desenvolvimento. Desta forma, as antigas economias de *laissez-faire* tenderam a ser substituídas por outras ‘mistas’, em que o Estado controla diretamente importantes setores da produção, orienta a tecnologia e condiciona indiretamente os investimentos do setor privado [...] (FURTADO, 1964, p. 75).

Ao analisarmos as obras de Furtado produzidas entre os anos de 1954 a 1964, podemos ver que o autor construiu sua teoria acerca do desenvolvimento econômico com base na história. Grande parte de suas obras foram iniciadas justamente com a apresentação da importância da economia e de sua aliança com a história. Porém, Furtado elaborou também uma concepção de história, atrelando-a um projeto político, no qual salientava a figura do Estado e sua missão de transformação social.

Ele acreditava ser possível a elaboração de um método de entendimento da história que correspondesse às suas expectativas acerca da compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Sua teoria não se fundamentava na espontaneidade de um processo de livre mercado, como acreditavam os liberais, e tampouco inevitabilidade do aumento da exploração com o desenvolvimento do capitalismo, como postulavam os marxistas.

Em casos simples, como o da civilização do açúcar no Nordeste brasileiro, era possível construir um modelo de tipo macroeconômico que projetasse luz sobre a lógica de sua expansão e declínio. Com base nesse enfoque metodológico comecei a repensar a História do Brasil, ao mesmo tempo que ia reformulando minha visão do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1985, p. 168).

A concepção de história que Celso Furtado construiu implicava a formulação de esquemas de observação da estrutura do desenvolvimento econômico ou mesmo do subdesenvolvimento. Com base nesse método de observação, ele entendeu que o desenvolvimento era fruto de um processo e que esse processo, por determinados fatores, não se evidenciava no Brasil. Sua expectativa, portanto, era de que a natureza desse processo de desenvolvimento seria explicada pela história. Sua análise do caminho ou do processo certo para o progresso econômico, o esperado desenvolvimento, estava fundamentada em sua concepção de história, de ação humana. Foi com base nessas constatações que ele teve a possibilidade de elaborar propostas, planos e metas para a superação do subdesenvolvimento.

A fonte de respostas para a elaboração de um projeto estaria, na ótica furtadiana, na história: “aproximar a História da análise econômica; extrair destas perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História[...]” (FURTADO, 1985, p. 205).

A noção de “horizonte de expectativa” de Koselleck (2006) ajuda-nos a visualizar como cada intelectual, em seu presente, pensa seu futuro; como, em sua tentativa de prognóstico, ele se pauta na observação do próprio “espaço de experiência”, o passado. O passado serviria como uma fonte de informações para responder às questões do presente e forneceria subsídios para a criação de um modelo, um caminho a seguir em busca das soluções para o futuro, ou seja, a superação do atraso econômico.

Furtado é parte de uma geração de intelectuais que acreditava que a história poderia ser fonte de entendimento dos problemas de seu presente, mas não somente isso: o estudo do passado poderia lhe dar indícios para a resolução das causas do atraso, para um projeto de desenvolvimento que, para ele, seria um projeto político. Assim, o teor de seu discurso nos debates era político, pois estes não se eram sobre o passado ou simplesmente sobre o presente: eram principalmente sobre o futuro, ou seja, tinham em vista um projeto de aceleração do tempo no Brasil.

A questão levantada nos escritos de Furtado nos remete ao conceito de processo histórico. Em suas teses, Reinhard Koselleck (2006) observa que toda formação conceitual está intimamente ligada com sua temporalidade. O contexto histórico é que nortearia a formatação das definições que fundamentam os ideários, os projetos políticos, os planos de desenvolvimento, em geral, o pensamento intelectual. Para esse autor, o uso público e político das palavras depende do contexto temporal de elaboração dos conceitos, os quais são norteadores dos discursos.

Furtado, dentre outros, representa uma historiografia voltada para a resolução de um problema do presente. Em razão disso, considerava necessária uma definição conceitual de

processo histórico; a partir de tais conceitos, poder-se-iam traçar os planos políticos, as metas governamentais, tendo em vista que a superação da história seria conduzida pela força motriz do Estado. A ideia de “50 anos em 5”, postulada pelo governo JK, do qual Furtado fez parte, remete-nos à realidade histórica na qual o Estado se munia de instrumentos para acentuar sua intervenção econômica. Um desses instrumentos foi encontrado na justificativa teórica fornecida por intelectuais como Furtado, que acreditavam ser necessária a ação governamental para a superação do subdesenvolvimento.

Em suma, com base na análise do pensamento de Celso Furtado, podemos concluir que a historiografia nos oferece a oportunidade de revisitarmos a elaboração conceitual do processo histórico do desenvolvimentismo, que se cristalizou e fortaleceu em um constante debate com o ideário do liberalismo. Podemos, assim, refletir sobre os diferentes conceitos da história no Brasil e sobre sua importância para a elaboração de discursos e planos políticos no contexto das décadas de 1940 a 1960. Pudemos capturar o discurso histórico dos textos, cujo fim era participar da construção de uma possível realidade política, contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro, já que, para tais intelectuais, essa seria a forma de desencadear o processo de aceleração temporal do ritmo da história.

4 Capítulo 3 - O Pensamento de Gudin

O objetivo central deste capítulo é examinar como as ideias de Gudin se desenvolveram ao longo de sua trajetória intelectual. A ideia é mostrar o desafio que ele enfrentou para compreender o subdesenvolvimento no Brasil, tendo como eixo central, mais que um projeto político, uma concepção da dinâmica da história, evidenciada no debate que ele travou com Celso Furtado.

4.1 O Pensamento de Gudin e a historiografia

O pensamento e as perspectivas de Gudin foram amplamente abordados pela historiografia e com base em diferentes correntes teóricas. Neste item, abordaremos alguns trabalhos importantes e dissonantes acerca de suas ideias e de sua figura.

No fulcro da interpretação marxista está a noção indistinta de que Gudin teria sido o grande líder intelectual que, representando os empresários, se unira com as Forças Armadas para, então, construir uma espécie de justificativa ideológica para o golpe de 1964. No entanto, nem mesmo as pechas ideológicas que lhe foram imputadas subtraíram-lhe a relevância de ter sido um grande *scholar*, portador de ideias que influenciaram outros pensadores, inclusive, fazendo escola (cf. ROCHA, 2008).

Para Dreifus (1981), Gudin foi um representante dos interesses dos empresários e, como figura de ideias influentes, foi alçado a um relevante cargo administrativo no governo de Café Filho, qual seja, o de ministro das Finanças. Dreifus (1981) focaliza a ressonância que tiveram as ideias do economista no período e ressalta seu papel de líder ideológico. Em sua construção teórica, partindo do conceito de luta de classes, Dreifus (1981) se vale de um conceito de Gramsci e aponta Gudin como um intelectual orgânico, um defensor de sua classe social, um representante, um porta-voz dos interesses de uma classe específica.

Segundo Dreifus (1981), com sua teoria de um poder moderador, ele teria partido de uma análise da história brasileira para concluir que seria necessário um poder mais norteador. Assim, Gudin teria sido o criador do mito que sustentaria ideologicamente a existência do Estado militar, pois sua visão da constituição das instituições políticas no Brasil teria influenciado uma explicação teórica para o golpe de 1964. “Contudo, e apesar da evidência histórica, o mito do papel moderador proporcionou a racionalização para o controle militar autoritário do sistema político depois de 1964” (DREIFUS, 1981, p. 82).

Oliveira (2003) também partilha da visão teórica marxista acerca de Gudin. Para esse autor, o período de 1964 a 1990 correspondeu a uma época de intensa intervenção política no Brasil e, nesse contexto, Eugênio Gudin teria sido um líder ideológico da classe burguesa, ou um dos “patriarcas do liberal-autoritarismo brasileiro” (OLIVEIRA, 2003, p. 193).

Outro enfoque teórico a respeito do pensamento de Gudin é o da historiografia produzida com base no pensamento desenvolvimentista. Existe um consenso na literatura no sentido de afirmar que Gudin era um importante expoente de ideias liberais (cf. BIELSCHOWSKY, 1995; MANTEGA, 1984).

Uma nova interpretação marxista, munida de novas abordagens, marcou a produção historiográfica do final do século XX acerca do pensamento de Eugênio Gudin. Dentre o rol de escritos filiados à matriz interpretativa do marxismo revisado, dois deles, datados do final do século XX, lograram perfilar a historiografia mais recente concernente ao pensamento de Gudin.

O primeiro desses trabalhos é o de Borges (1996), para quem seu pensamento seria uma versão cabocla do liberalismo. Esse autor busca em Gudin uma individualidade do liberalismo brasileiro e repensa a validade de suas ideias no contexto do final do século XX. Sob essa égide, enfatiza também sua concepção de “capitalismo naturalista”, ou seja, a de que este seria um sistema natural de produção, independente do contexto. Esta seria a explicação para o tom constante de seus argumentos ao longo de várias décadas. Além disso, tal conceito estaria intimamente ligado à concepção de História de Gudin.

O segundo trabalho acerca de Gudin nessa perspectiva e que adquiriu relevância é o de Cinthia Abrahão (1999). A autora revisita as reflexões e as opiniões de Gudin acerca da condução da política econômica brasileira nos anos de 1940 a 1960 e considera que ele representa a cristalização das ideias liberais.

Um trabalho mais atual a respeito de Eugênio Gudin busca recuperar sua história de vida e sua trajetória intelectual. A obra de Scalercio e Almeida (2012), *Eugênio Gudin: Inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro*, demarca uma retomada desse tipo de análise, apontando sua relevância para a História política do Brasil.

Com base no que foi exposto e tendo em vista os principais enfoques, parcialmente divergentes entre si, bem como o balanço bibliográfico de Gudin do qual são precedidos, podemos deduzir que, na literatura a respeito, houve um recorrente consenso a respeito da relevância de Gudin como *scholar* do pensamento liberal no Brasil. É forçoso, no entanto, ponderar que Gudin foi controverso e lembrado sob as mais diferentes óticas de pensamento e que, na atualidade, suas obras ainda se mostram uma fonte histórica a ser resgatada. Ao mesmo

tempo, fica claro que a questão definida como objeto desta pesquisa foi abordada de forma superficial em muitos trabalhos.

Assim, tendo em vista que se aponta a concepção de História em Eugênio Gudín como um elemento importante para o desenvolvimento de suas ideias no contexto do debate contra o pensamento desenvolvimentista, encontramos uma brecha a ser reparada e esta é a colaboração que pretendemos deixar com este trabalho.

4.2 Eugênio Gudín: 100 anos de história

Eugênio Gudín foi um homem centenário, passou por um século de vida e história. Portanto, antes de nos atermos às questões referentes ao debate entre ele e Furtado, consideramos imprescindível mapear seu pensamento e as bases que deram sustentação a suas argumentações a partir da década de 1950, nosso período de recorte temporal. Caminharemos por obras e artigos jornalísticos, fontes que, já a partir da década de 1920, demonstram o pensamento do autor.

É importante sinalizar a diferença de idade entre Gudín e Furtado, já que eram autores de gerações diferentes. No entanto, é preciso ponderar que partilhavam uma mesma missão: entender o subdesenvolvimento brasileiro nas décadas de 1950 e 1960.

Não podemos ignorar o fato de que, na década de nascimento de Celso Furtado, Gudín já escrevia para jornais e iniciava a elaboração de seu ideário, que sobreviveu intacto ao longo das décadas.

Entre as muitas atuações de Gudín ao longo de sua trajetória intelectual, podemos destacar alguns cargos que ocupou, mas é impossível fazê-lo em ordem cronológica, pois ele atuava em diferentes frentes ao mesmo tempo. Assim, destacamos quinze cargos por ele ocupados, com indicação temporal: 1) diretor *d'O Jornal* entre os anos 1924 e 1926; 2); membro de delegação da Conferência de Bretton Woods (1944); 3) diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (1946 a 1969); 4) representante brasileiro do Fundo Monetário Internacional (1951 a 1954); 5) representante brasileiro do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (1951 a 1954); 6) presidente da Companhia Paulista de Força e Luz (1955); 7) vice-presidente do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas (1960 a 1976); 8) diretor-geral da Great Western of Brazil Railway Co (1922 a 1951); 9) colaborador do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (1927 a 1954); 10) membro de diversas comissões, dentre as quais, a Comissão Mista da Reforma Econômica-Financeira (1935), a Comissão para Reconstrução Econômica e Financeira (1937) e a Comissão de Planejamento Econômico (1944

a 1945); 11) membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1944 a 1960), do qual foi presidente a partir de 1954; 12) membro do conselho diretor da Fundação Getúlio Vargas-FGV (1944 a 1986); 13) fundador e diretor do Núcleo de Economia, atual Instituto Brasileiro de Economia-IBRE da Fundação Getúlio Vargas (1946 a 1969); 14) membro da diretoria da Associação Econômica Internacional (1956) e seu presidente (1959); 15) colaborador *d'O Globo*, do Rio de Janeiro e do *Diário de São Paulo*, a partir de 1958.

Outro ponto importante foi sua participação como membro de outras comissões, dentre as quais, comissão de estudos econômicos e financeiros; comissão de planejamento econômico, comissão de reconstrução econômica; delegação brasileira na conferência de Bretton Woods e tantas outras que lhe forneceram uma visão ampliada das questões do mundo da economia.

A diversidade de suas atividades nos faz pensar o quanto ele era um homem da modernidade, o que é diferente da tendência que hoje vivemos no mundo pós-moderno, em que os indivíduos se “super” especializam em uma área. O intelectual em questão foi conhecido como engenheiro, professor, economista, jornalista, ministro. Várias foram as qualificações que Gudin angariou ao longo de seu século de vida.

Em 1901, aos catorze anos de idade, tendo concluído os estudos primário e secundário, Gudin iniciou o curso de engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ali começou a formação e a carreira na engenharia, destacando-se como um dos melhores alunos. Terminou o curso em 1905, em um momento em que o governo de Rodrigues Alves dedicava grande parte de suas forças em construções pelo Brasil. O primeiro ramo de atuação de Gudin lhe deu experiência e já apontou sua competência. Em empresas como Light, Dodsworth e Cia, trabalhou na construção de barragens, pontes, estradas de ferro, etc.

Em 40 anos de trabalhos de engenharia, deu Gudin exuberantes provas de haver acertado na escolha de sua carreira. Tem o seu nome a grande barragem que construiu no Ceará em 1911, e muito deve o desenvolvimento dos transportes no Brasil à sua atuação como diretor da Pernambuco Tramways and Power e da Great Western Railway and Co. Às questões de ordem técnica, juntavam-se nessas empresas problemas de caráter financeiro e administrativo extremamente complexos. Essas atividades privadas proporcionaram-lhe a experiência de que carecia para exercer mais tarde, com absoluta segurança, altas funções na vida pública [...] (CARNEIRO, in KAFKA, p. 4, 1979).

Amante da música clássica de Wagner, admirador e estudioso de diferentes estilos artísticos da pintura, apreciador da poesia, sua trajetória o tornou um humanista, ajudando-o a construir sua maturidade intelectual que o lançou para o estudo dos problemas econômicos, evidenciados na crise de 1929.

Segundo Carneiro (1979), Gudin iniciou sua trajetória jornalística publicando artigos em **O Jornal**, recém adquirido por Assis Chateaubriand. Textos como “*Notas sobre assuntos orçamentários e econômicos*” (1929); “*As origens da crise mundial*” (1931); “*Capitalismo e sua evolução*” (1935); “*Educação e riqueza*” (1937) etc. e a abordagem constante de questões acerca da economia e da política deram-lhe destaque no cenário intelectual.

Como professor, viveu episódios como a ocupação da cadeira de Moeda e Crédito na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, em 1939. Alguns anos depois, criou o Instituto Brasileiro de Economia, ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sua ação como professor foi além da sala: envolveu-se fortemente na pesquisa e em sua divulgação, elementos de suma importância para a consolidação do estudo da economia no Brasil.

[...] O Decreto-lei n. 7988, de 22 de setembro de 1945, que renovou totalmente o ensino das ciências econômicas, diminuindo a carga horária das disciplinas do direito para acentuar a importância da teoria econômica, vista pelo enfoque quantitativo e firmemente apoiada no ensino da matemática e da estatística, foi fruto da pertinência de Gudin e do descortino de um grande ministro da Educação: Gustavo Capanema (CHACEL, 1979, p. 35).

Das reuniões do Núcleo de Economia lideradas por Gudin surgiram duas revistas – *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia* –, as quais foram palco dos debates intelectuais que alavancaram o nível da discussão em economia no Brasil.

Tendo como professores Eugênio Gudin, Octávio Bulhões e Mario Henrique Simonsen, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) tornou-se referência nacional para pesquisas, medição de índices, números da economia nacional e formação de quadro profissional para o setor administrativo público e privado. A fundação tinha muitos dos princípios que norteavam as idéias de Gudin, princípios ortodoxos sobre o controle das contas públicas, a estabilidade de preços, o respeito pelos contratos, a propriedade privada e a liberdade de mercado.

A FGV surgira em 20 de dezembro de 1944 com o objetivo inicial de preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada. Na época, o Brasil já começava a lançar as bases para o crescimento que se confirmaria nas décadas seguintes. Antevendo a chegada de um novo tempo, a FGV decidiu expandir seu foco de atuação e, do campo restrito da administração, passou ao mais amplo das ciências sociais e econômicas. A instituição extrapolou as fronteiras do ensino e avançou pelas áreas da pesquisa e da informação, até converter-se em sinônimo de centro de qualidade e de excelência

Preparou muitos técnicos para o Estado, principalmente após 1964, quando vários de seus alunos e professores assumiram cargos de responsabilidade que determinaram os rumos

da economia nacional. A criação do Banco Central, a instituição da correção monetária, a diminuição de crédito, entre outras, foram ações que contribuíram para a diminuição da inflação, demonstrando os princípios da FGV.

Outro economista que esteve no cenário político foi Mario Henrique Simonsen, que assumiu ministérios na década de 1970 e chegou a ser conselheiro do presidente Fernando Henrique Cardoso. A FGV, portanto, formou vários ministros, assessores, administradores que ocuparam cargos em grandes empresas públicas e privadas. Desse modo, tornou-se um centro de debate sobre os problemas nacionais e Gudín muito contribuiu para a sua formação e seu desenvolvimento.

Segundo Chacel (1979), em 1954, quando Gudín chegou à idade limite da cátedra, pensou-se que esse seria o fim de sua trajetória intelectual. Nesse momento, porém, o economista se destacou como jornalista, e a sala de aula foi transferida para o campo dos artigos, que lhe proporcionaram a possibilidade de uma ressonância maior para suas ideias, aumentando assim o rol de seus seguidores.

[...] Observador sagaz e com um alto sentido de história, no decurso de sua longa vida o professor tornou-se também uma testemunha visual de todo o nosso período republicano [...] Nas suas incursões rememorativas nota-se indisfarçável saudosismo como a demonstrar, na sua condição humana, a tendência inelutável para pensar que o passado é sempre melhor que o presente e o futuro sempre aguardado com o temor contido no desconhecido (CHACEL, 1979, p. 39).

Aquele que ensina, por definição, faz proselitismo. Se o professor se destaca, faz mais. Faz escola. Gudín como professor fez escola. Escola que acredita na liberdade do homem, como condição essencial para o processo de escolha e da decisão econômica [...] (CHACEL, in KAFKA, 1979, p. 41).

Em 27 de agosto de 1954, aceitou o convite do então presidente da república Café Filho e assumiu o Ministério da Fazenda, à frente do qual permaneceu por sete meses e meio. Eugénio Gudín assumiu o cargo em meio a um contexto econômico e político conturbado. De um lado, a política tentava se recuperar após o suicídio de Getúlio Vargas; de outro, a economia em crise vivia um processo de pressão inflacionária: o salário mínimo duplicara um mês após sua posse como ministro. A elevação das cotações do café também foi um elemento de aumento da crise, já que mais de cem milhões de dólares em atraso de pagamentos já vencidos, pagos no Brasil, não foram entregues no exterior (GUDIN, 1986).

Assim, algumas das primeiras medidas de Gudín foram a restrição da expansão da moeda, o subsídio à importação e o estímulo à exportação. Em 1955, existia um déficit orçamentário de catorze bilhões e meio de cruzeiros; com isso, o plano econômico de Gudín

promoveu um corte de cinco bilhões e meio do orçamento. A reforma se implantou por intermédio da Lei n. 2354, de 29 de novembro de 1954. A mesma lei determinou sensíveis modificações que permitiam estimar a arrecadação de tributos no valor superior a 17 bilhões de cruzeiros, continuando o imposto federal de maior expressão (GUDIN, 1986).

Em 3 de abril de 1955, por divergências com o presidente Café Filho, relacionadas aos gastos públicos e a modificações na equipe governamental, o economista deixou o Ministério da Fazenda. O governo não era para ele, sua teoria não poderia ser aplicada ali e, como mostrou Roberto Campos (1994) em suas memórias, Gudin, ao ver que o Estado venceria seus argumentos, não fez questão de manter o título em troca de guardar suas ideias: em alguns meses, pegou seu chapéu e bengala, levantou-se e partiu.

A história da vida intelectual e profissional do professor Eugênio Gudin se confunde com a história do pensamento liberal no Brasil, tanto em função de sua imensa e ativa participação na vida política brasileira, como no fato de que em seus 100 anos de vida, grande parte deles foram dedicados às reflexões acerca dos problemas brasileiros... (ABRAHÃO, 1999, p. 49).

Nas diferentes posições ocupadas por Gudin ao longo de sua trajetória intelectual, a economia sempre esteve presente. Como engenheiro, em sua relação com o mundo das finanças; como fundador do curso de economia no Brasil, sobretudo com sua atuação como professor; como ministro da Fazenda, ou mesmo como jornalista, seu foco sempre foi a economia. Assim, sua concepção de dinâmica da História esteve baseada em sua visão da dinâmica do próprio capitalismo e dos fatores que faziam esse sistema evoluir.

Os primeiros escritos de Gudin datam da segunda metade da década de 1920, porém, como aponta Abreu (1992), sua primeira contribuição relevante como analista dos problemas brasileiros ocorreu no início da década de 1930, com textos que expuseram sua posição contrária à desvalorização cambial, pois considerava que tal ação prejudicava a exportação. Trata-se da obra *Câmbio e Café 1933-1934*. Nesse estudo acerca da política cambial empregada naquele momento, de forma detalhada, com gráficos, o autor observava quão danosa era a medida de queda do câmbio, principalmente para o agricultor ligado ao café. Ou seja, a queda do câmbio acarretava um custo alto para o cultivador de café, não sendo compensatória para o Brasil.

Porém, para a historiografia e para o próprio Gudin, foi a partir da segunda metade da década de 1930 que suas ideias se mostraram mais consistentes e amadurecidas. Nesse momento, o autor começou a construir sua concepção acerca da dinâmica do capitalismo.

Segundo Bielschowsky (2001), Gudin teve sua originalidade na história do pensamento econômico brasileiro justamente por adaptar sua leitura do liberalismo a uma economia subdesenvolvida. Não houve outro liberal de um país subdesenvolvido que, na década de 1940, tivesse elaborado uma análise tão sólida como a de Gudin, que defendeu o livre-cambismo em um contexto de baixo desenvolvimento.

Foi no debate com os nacionalistas que Gudin cristalizou seu pensamento, mostrando sua singularidade teórica.

4.3 Capitalismo e Sua Evolução

Sua conferência realizada na Liga de Defesa Nacional tornou-se uma das obras mais importantes a compreensão de seu conceito de dinâmica histórica. Em 1936, a palestra foi publicada em forma de livro, *Capitalismo e sua evolução* (1936), marcando um momento de luta do economista contra todo o pensamento coletivista e a favor do capitalismo liberal. Continuaremos nosso texto com uma análise dessa obra.

“À estrutura econômica que se firmou com o advento da era industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, deu a literatura socialista e comunista a denominação pouco adequada de capitalismo” (GUDIN, 1936, p. 7). As primeiras palavras da obra já expressam como as ideias do autor se coadunam com o liberalismo naquele momento. Para os liberais das primeiras décadas do século XX, o capitalismo fora um sistema de criação mental de um grupo de intelectuais, mas, na realidade, seria um fenômeno subjetivo, portanto, complexo demais para teorizarmos sobre ele.

A crítica ao marxismo sempre foi um marco em suas obras e não seria diferente nesse texto. Sua preocupação era descaracterizar o conceito de capitalismo elaborado pela literatura marxista, já que pretendia distanciar da ideia de exploração o real sentido do movimento social introduzido pelo capitalismo. Para Gudin, a exploração existia, pois, no plano do capitalismo, não havia leis, elemento essencial para a justiça social. Porém, os excessos seriam paralelos ao aumento da expectativa de vida daqueles operários, que antes da indústria morriam pela fome. Ele não fugiu à regra de explicação dos liberais seguidores da escola austríaca.

Em 1951, em uma das reuniões da Mont Pelérin Society, discutira-se o tema da interpretação dos historiadores acerca do capitalismo. Em geral, alguns trabalhos foram lembrados, e reproduzidos, na tentativa de salientar a importância do avanço industrial, bem como do próprio desenvolvimento do capitalismo para o aumento do padrão de vida nos países que viveram esse fenômeno.

Dentre esses trabalhos, foi lembrado o de Thomas Ashton, originalmente de 1949. Nele, o autor buscou salientar a importância da industrialização no processo de melhoria do padrão de vida dos ingleses, bem como denunciar a inflação como obstáculo para que esse processo fosse mais eficaz. Para o autor, a inflação era decorrente da ação do Estado, com sua ampliação de gastos, principalmente com guerras. Assim como outros historiadores liberais, ele buscava defender o capitalismo das fortes críticas que recebera dos historiadores que aderiram à interpretação marxista da revolução industrial e enfatizavam o aumento da exploração do trabalhador. Em 1954, esse trabalho foi republicado por Hayek, que, na obra *The Capitalism and historians*, reuniu textos de outros historiadores liberais que compartilhavam da mesma teoria. A finalidade era resgatar a crença no capitalismo, que vivia uma crise teórica após a crise de 1929 e a Primeira Guerra Mundial. Gudin caminhava na mesma lógica do liberalismo coetâneo; na verdade, desde a década de 1930, ele já discutia essa ideia.

É essa generalização de inversão de capitais, bem como ao seu vulto sempre crescente, que a literatura esquerdista denominou ‘capitalismo’, procurando dar a essa expressão, não o seu verdadeiro sentido de fato essencial e indispensável ao progresso econômico e ao bem-estar humano, mas sim o sentido maligno de haveres indevidamente acumulados por uns em detrimento de outros (GUDIN, 1936, p. 7).

O erro de Marx, na perspectiva de Gudin, foi colocar a economia no centro da explicação do capitalismo. Gudin frisava em suas obras que o elemento político está presente em todos os contextos históricos de crise econômica, e sustentava a ideia de que o Estado é o grande mal do capitalismo. O Estado estaria por trás de um dos maiores danos econômicos que a história pode viver: a guerra.

[...] Na ânsia de prever o futuro, Marx não se deteve a analisar e meditar o passado. Se Marx tivesse estudado e meditado a história, teria verificado que as crises econômicas existiram em todos os tempos e em todas as civilizações e que essas crises, como ele presenciou e como a presenciamos hoje, tiveram sua origem em fatores e causas de ordem política e não de ordem econômica (GUDIN, 1936, p. 8).

Para o autor, antes da Primeira Guerra, o capitalismo seguia seu ritmo de aumento de riqueza com novos investimentos do setor empresarial e melhores condições de trabalho, o comércio internacional aumentava ano a ano, porém, o grande golpe nesse desenvolvimento natural do capitalismo foi a ambição política e militar que deflagrou a grande guerra de 1914. O sistema capitalista não conseguira impedir o homem em seus anseios danosos; mais do que isso, não existiria sistema capaz de fazer o que ele chamou de “milagre”.

Ao desenvolver seu raciocínio, Gudin nos aproxima do entendimento de uma das facetas de sua visão de história. Segundo ele, até final do século XIX, a história se resumia à narração de reinados e batalhas, mas, com o avanço do materialismo histórico, a economia ganhou o centro das discussões sobre a História. Porém, em sua visão, a guerra não se explicava apenas por fatores econômicos, mas principalmente por fatores políticos, que nada mais eram que o resultado de “paixões e instintos” motivadores de todas as guerras, sentimentos esses que estavam no homem.

Para que essa realidade deixasse de existir, seria necessário o “aperfeiçoamento moral” desse homem. Assim, em sua lógica de pensamento, ele trouxe o indivíduo para o centro da História. Esse indivíduo seria constituído por ideias, valores, moral e se moveria pelo tempo e pelo espaço, buscando soluções para lidar com seus problemas. A guerra seria uma péssima solução para problemas econômicos e políticos, porém, na ótica de Gudin, como todos os fenômenos históricos, era resultado da ação desse indivíduo norteado por tudo o que o constitui.

Ao percorrer a análise marxista do capitalismo ao longo de sua evolução, Gudin começou pela crítica ao conceito marxista de capitalismo, depois fez a comparação com o comunismo e o capitalismo de Estado, chegando ao ponto que marcava seu pensamento, a crítica ao Estado.

O verdadeiro regime econômico dos Soviets é o do mais completo capitalismo de Estado. O operário e o camponês russos vivem, ainda que sob aspectos diversos, na mesma miséria e escravidão a que já estavam habituados senão pior. Com uma só diferença: é que em vez de múltiplos capitalistas de outros tempos, o capitalista de hoje é um só: o Estado (GUDIN, 1936, p. 19).

Gudin questionava a grande pobreza existente em grande parte do interior do Brasil, o que considerava um demonstrativo da falta de civilização, fator essencial para a melhor qualidade de vida, condição para o desenvolvimento. Declarava também que o Brasil era uma nação muito grande e que somente parte dela tinha recebido o progresso; para que essa civilização fosse criada, elementos como infraestrutura, segurança, leis, saúde e educação seriam essenciais. Afirmava: “ a Civilização só atingiu uma faixa litorânea e que só progressivamente se poderá propagar para o ‘hinterland’, à medida que nele penetrarem a estrada de ferro, a polícia, o professor e o médico” (GUDIN, 1936, p. 23).

Assim, Gudin apontava o caminho a ser trilhado pelo Brasil em sua busca de civilização: o acúmulo de capital e o aumento do nível cultural. O primeiro elemento estava ligado à necessidade do aumento da produtividade, primeiramente nas regiões mais desenvolvidas e depois nas regiões não desenvolvidas. Com a mesma lógica de Furtado, preocupava-se com as

áreas pobres do país: ambos concordavam quanto à necessidade de aumento da produtividade. Porém, Gudin se referia um segundo elemento, o da “cultura”, que podemos entender como educação. “Nós no Brasil não atingimos ainda o nível de riqueza, de capitalização e de cultura indispensáveis a uma incorporação acelerada de nosso vasto território à civilização moderna” (GUDIN, 1936, p. 24).

Para viabilizar o desenvolvimento nas áreas mais pobres, Gudin considerava importante atrair capital estrangeiro para o Brasil, além de mão de obra qualificada, o que significava incentivar a imigração de povos mais avançados do ponto de vista cultural, os quais ele chamou de “boas raças”. Assim, mais uma vez, ele sinalizava o real motivador do desenvolvimento, da civilização, da dinâmica da história: “ o corretivo deve ser procurado na educação e no progresso da economia e não na revolução que nada constrói” (GUDIN, 1936, p. 25).

A falta de educação traria opressão ao homem, já que o deixava em um estado de despreparo para a vida, para o progresso individual, para a mudança de seu contexto. A opressão desse homem do interior, na ótica gudiniana, não era causada pelo capitalismo, mas pela falta dele.

[...] diga que não sabendo ler, ele fica desprovido das noções que o poderiam auxiliar no aproveitamento dos recursos materiais; diga que ele não tem saúde porque não sabe como combater as infecções; diga que esse conjunto de circunstâncias é o causador da miséria e do abandono em que ele vive, ausente da civilização; diga, se quiser, que ele vive oprimido pela Natureza que é mais forte do que ele, mas não diga que ele vive oprimido pelo capitalismo porque diria uma tolice (GUDIN, 1936, p. 26).

Em suma, nessa obra, Gudin buscou mostrar os avanços técnicos e o progresso civilizatório que o capitalismo empreendeu nos anos anteriores à crise de 1929 e também que essa crise não poderia ser tratada como parte do sistema, mas como consequência da ação de homens, que, por meio da política e do poder militar, causaram grandes danos para a humanidade, como foi o caso da guerra. Porém, esse contexto não poderia suscitar desconfiança em um sistema que, para ele, era o responsável pelo progresso até então. O que seria necessário era buscar medidas para aperfeiçoá-lo e não eliminá-lo. “O sistema capitalista, como todo organismo vivo, tem evoluído e há de prosseguir em sua evolução” (GUDIN, 1936, p. 51).

Para tal evolução, o Brasil precisava se concentrar na criação de riqueza, antes mesmo da distribuição da renda: sem riqueza, a distribuição não aconteceria. Portanto, a estrutura econômica a ser criada no país deveria estar focada no avanço da produtividade nacional, antes de qualquer coisa.

É notável o conceito de dinâmica da história nas ideias do economista desde a década de 1930. Para Gudin, o capitalismo, realizado pelo indivíduo, movera a história econômica e social; a estagnação ocorrera no passado, no período da Idade Média, que o autor chamou de “fase negra”. Assim, a evolução do capitalismo seria a evolução na História. De sua perspectiva, tal sistema não era apenas um fenômeno econômico, pois alterou as relações sociais, a maneira como os indivíduos moram, comem, vestem, transitam por diferentes lugares; em suma, o capitalismo é um fenômeno social. Dessa forma, somente a evolução do capitalismo poderia alterar o estado estático de um contexto e reestabelecer a dinâmica natural do progresso.

Este equilíbrio estático é rompido em função do equilíbrio dinâmico representado pelo capitalismo naturalista; a história da humanidade reencontra o seu ritmo evolutivo e avança. Realiza cada vez mais novas conquistas. Termina, como vimos, o isolamento causado pelo baixo desenvolvimento tecnológico. A humanidade acorda para o progresso contínuo [...]’ (BORGES, 1996, p. 47).

O capitalismo, para Gudin, ainda seria um sistema capaz de atingir o perfeito equilíbrio. Para fundamentar suas teses, ele se valeu, em vários momentos, de citações de Sombart, mostrando afinidade com sua ideia de autonomia do sistema e, assim, de naturalidade.

Foi dessa economia que o seu maior comentador, o professor Sombart dizia: ‘Estrutura tanto mais digna de admiração quanto ela é o produto, não de uma vontade consciente e de uma deliberação refletida, mas do funcionamento autônomo e por assim dizer automático de uma multidão incomensurável de economias individuais, procurando cada uma o seu próprio interesse’ (GUDIN, 1938, p. 9).

Os indivíduos faziam parte desse sistema e reagiam ao meio buscando as melhores alternativas para sobreviver e também empreender. Com tal atitude, agregavam à sociedade elementos aos quais a mesma não teria acesso senão por meio do interesse individual. Ela seria a mola propulsora do capitalismo, portanto, o grande dínamo da história é a força inconsciente que existe no indivíduo.

Cada pensador qualificou esse interesse individual de forma diferente. Mandeville (ver ano) considerou esse interesse como egoísmo, um vício do caráter humano; Adam Smith (1983), por sua vez, tratou o conceito de egoísmo como simples interesse natural do homem; no século XX, liberais da escola austríaca, como Mises (2014), atribuíram ao conceito de interesse um sentido de escolha individual.

Gudin finalizou sua obra citando mais uma vez Sombart e, com base em sua análise, concluiu que o capitalismo é um sistema admirável, pois constitui um fenômeno regido por uma multidão de economias individuais, cujos interesses formam uma obra civilizadora.

O primeiro trabalho acadêmico voltado para a singularidade do conceito de capitalismo em Gudin foi **Eugênio Gudin: Capitalismo e Neoliberalismo**, de Maria Angélica Borges, que ressalta o conceito de “capitalismo naturalista”, conceito esse que seria chave na obra de Gudin.

O “capitalismo naturalista” nada mais é que do que a concepção de um capitalismo que tenderia ao equilíbrio de forma natural, em qualquer contexto. As bases históricas não determinariam o processo, mas ações distorcidas das funções do Estado, com o passar do tempo, resultariam em uma situação de atraso. Não seria uma questão estrutural, como admitia Furtado; as raízes do atraso, para Gudin, não estavam no Brasil colonial.

Em um artigo de 1938, intitulado Aspecto econômico do corporativismo brasileiro, o economista se posicionou como defensor do capitalismo no contexto de discussão acerca do aperfeiçoamento ou até mesmo da substituição do sistema em questão. Nessa obra, ele utilizou o termo “capitalismo naturalista” para se referir ao capitalismo do livre mercado. O conceito de capitalismo naturalista aparece em alguns momentos na obra de Eugênio Gudin e Aspecto Econômico do Corporativismo Brasileiro, publicado em *O Jornal* de 24 de março de 1938 é um deles. Já nas primeiras frases do artigo, ele associou o progresso ao liberalismo. “O regime econômico que no século XIX fez o progresso e a hegemonia da Europa foi o do Capitalismo naturalista, que se desenvolveu a sombra da Economia Liberal e da Civilização Industrial” (O JORNAL, 1938, p. 4).

Segundo o autor, desde a Revolução Industrial, a Europa experimentava o avanço de seus meios de produção e o aumento da riqueza era visível, não só a dos industriais, já que o custo de vida caíra drasticamente na Inglaterra. Portanto, o capitalismo gerou prosperidade para as nações que o adotaram, mesmo que essa prosperidade fosse prejudicada pela guerra, pela intervenção da guerra. “A vida é a evolução e o sistema capitalista, mesmo sem guerra, teria evoluído como todas as criações humanas” (O JORNAL, 1938, p. 6).

Ainda nesse artigo, o economista observou a existência de dois grandes vícios no capitalismo: a possibilidade do monopólio e a da especulação financeira. O monopólio poderia ocorrer em muitas instâncias, por exemplo, entre empresas ou até entre empregados. O corporativismo seria um mal para a coletividade em qualquer área da economia. Por sua vez, a especulação seria uma ação ligada à imoralidade dos indivíduos, e não haveria como controlá-la.

O capitalismo normativo e policiado seria o inverso do capitalismo naturalista. Esse novo tipo de capitalismo controlado pelo Estado surgira depois da Primeira Guerra e seria, na ótica gudiniana, um erro e um prejuízo para a evolução, pois romperia com o processo de expansão do sistema capitalista que estava baseado no comércio internacional. As práticas

mercantilistas que voltaram ao cenário mundial no pós-guerra e o protecionismo travavam a evolução do sistema que seria natural. Ou seja, o velho inimigo do livre mercado, combatido exaustivamente por Adam Smith, voltava com ares modernos, travestido de nacionalismo e protecionismo.

4.4 Crise Econômica e Equilíbrio

Ainda no início da década de 1930, o economista se concentrou no tema que abalou o mundo, a crise de 1929. A crise não só criara um cenário econômico conturbado, mas também demarcara um momento em que o capitalismo, bem como o próprio liberalismo, foi colocado em xeque por muitos teóricos. Nesse momento, muitos liberais se levantaram como defensores do livre mercado e buscaram respostas para a crise que se iniciara em Wall Street. Gudin não fugiu a essa regra e, para tratar da questão, escreveu artigos e parte da obra *Para um mundo melhor: ensaio sobre problemas de após-guerra*.

Nos artigos publicados em 1931 no periódico carioca *O Jornal*, ele afirmou que havia uma diferença entre a crise de 1929 e outras crises anteriores. Primeiramente, ela não era resultado de um grande avanço econômico seguido de uma ligeira recessão, mas era um fenômeno que envolvia diferentes fatores de ordem econômica e política.

Na visão do economista, o progresso econômico ocorrido em parte do mundo desenvolvido criava uma situação paradoxal. Com o contínuo aumento da produtividade, advindo da tecnologia, a quantidade de mão-de-obra necessária para o processo produtivo tenderia a diminuir, gerando desemprego. Obviamente, ele sabia quão complexa era essa realidade: o progresso, ainda jovem, não conseguia distribuir a riqueza gerada, mas essa realidade era atenuada pelo próprio contexto de crise, já que a expansão do mercado se tornava limitada, o que inevitavelmente inibiria a realidade do desemprego.

Todavia, mesmo com o desemprego, era possível ver as consequências positivas desse progresso, as quais atingiam toda a sociedade. Tal progresso devia-se à especialização humana, que favorecia a elaboração de técnicas mais sofisticadas e produtivas, bem como as invenções que dinamizaram as indústrias, atingindo a vida dos indivíduos. Nessa formulação fica claro o positivismo de Gudin e a maneira como ele via a história: de forma linear e progressiva, ela se encaminhava para a civilização.

Quando Bacon, o grande filósofo objetivo, indicou à humanidade a rota a seguir no caminho da ciência e do progresso, indicou-lhe o caminho da felicidade... Só um

negativismo obcecado poderia negar os belos frutos do progresso e da civilização (O JORNAL, 1931, p. 2).

Observando os aspectos políticos da crise de 1929, Gudin afirmava que a Europa pós-guerra se reconfigurara em um número maior de nações, que optaram por uma forma de economia nacionalista e protecionista. Essa não foi apenas a realidade da Europa, mas também a de países como Estados Unidos, Índia, Rússia, os quais se retraíram, dificultando a recuperação da economia internacional.

Outro fator de explicação da crise de 1929 foi apresentado por Gudin em um de seus artigos de *O Jornal*. Ele discorreu sobre o fator financeiro e monetário, salientando a situação de grande prosperidade que antecedeu à crise nos Estados Unidos, principalmente por conta do aumento da expansão de crédito, fazendo a indústria e o comércio avançarem rapidamente, a ponto de ver seus estoques parados e suas ações sendo vendidas a preços baixos: esse cenário se refletiu na bolsa de valores, causando um caos econômico mundial.

4.5 O Pós-Guerra e o Novo Conceito do Liberalismo

Para Bielschowsky (2001), a tradição ideológica econômica no Brasil desde o início do século XIX até os anos 30 foi liberal, porém, a crise econômica de 1929 foi um golpe no pensamento acerca do capitalismo. Abriu-se espaço para novas teorias e para uma reformulação do próprio liberalismo.

[...] Nasceram, a partir daí, diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar, ela mesma, por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade. O neoliberalismo econômico foi resultante desse processo (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 91).

Em face da situação de crise no capitalismo após a Primeira Guerra, crise essa que se acentuou em 1929, o liberalismo foi posto em xeque e precisou ser rediscutido. Assim, na obra *Para um mundo melhor: ensaios sobre problemas de após-guerra* (1943), Gudin analisou o novo conceito de liberalismo, utilizando como uma de suas ferramentas a própria história.

No primeiro capítulo, de uma perspectiva que historicamente pudesse ser compreendida, Gudin analisou o fenômeno do nazismo e a figura de Hitler, que ele chamou de “hitlerismo”. O fenômeno do autoritarismo teria uma base histórica, que nos daria indícios de quais elementos são essenciais na vida de uma sociedade para a elaboração de determinadas realidades” Explicar Hitler como um fenômeno de determinismo social e econômico seria assimilá-lo a um simples

mortal e despojá-lo da aureola de mística divinatória e de intuição sobrenatural” (GUDIN, 1943, p. 9).

Segundo Gudin, a crise econômica, decorrente da grave inflação existente entre os anos de 1919 e 1923 na Alemanha e da falta de condições favoráveis para o sólido estabelecimento de um regime democrático no país, forneceu as condições para o surgimento do governo de Hitler: muitos acreditaram que a crise somente seria contida com um governo forte, o que teria dado brecha para a existência de um ditador. O autor cita as palavras de Turrone “ Hitler é o filho adotivo da inflação” (GUDIN, 1943, p. 13).

Gudin busca desmistificar a ideia do determinismo histórico, segundo o qual Hitler, a crise na Alemanha e o “hitlerismo” ocorreriam de qualquer forma, em qualquer outra nação nas mesmas circunstâncias. Para Gudin, a ação de Hitler foi fundamental para a crise da Alemanha, suas escolhas, sua intervenção na economia e política afetaram os rumos da história, não havia uma conjuntura macro preestabelecida, mas um Estado com superpoderes, representado por um indivíduo.

[...] A interpretação determinista de Hitler é um simples epifenômeno. O seu advento apenas apressou a eclosão de uma nova guerra. Sem Hitler é provável que a Alemanha só tivesse desencadeado nova guerra dentro de mais dez ou vinte anos. Mas era sempre a mesma Alemanha de Wotan e de Siegfried (GUDIN, 1943, p. 16).

Gudin ainda fez referência à expressão “furor teutônico” de Tácito. Como mostrou Werner Sombart, uma das características do genótipo alemão, nas palavras de Tácito, era a de um povo que “prefere o sangue ao suor”.

Para entender a Alemanha, Gudin resgatou os pensadores ilustres alemães, seus conceitos, sua moral, suas ideias. O autor visualizou um aspecto típico do caráter alemão em Lutero e em Kant: o dualismo entre o espiritual e o material, o dever moral e a liberdade moral. “ A marca distinta do alemão está nessa conjunção de um idealismo consciente com uma inigualável eficiência técnica e capacidade de organização nos vários campos de ação prática [...]” (GUDIN, 1943, p. 25).

Hegel teria sido outro formador da “consciência alemã”, termo usado pelo autor. Para Hegel, a guerra fora o caminho inerente da nação triunfante rumo ao topo da civilização. Nas palavras de Gudin, para Hegel:

[...] A História é a marcha de Deus na Terra, através do tempo. Só uma nação, de cada vez, pode ser a última e portanto a mais completa realização de Deus. A guerra é a manifestação visível desse voo do espírito divino em seu movimento para a frente. A

guerra é a realização explícita da negação através da qual se vem a formar a nova síntese (GUDIN, 1943, p. 26).

Para compreender um dos cerne do conceito de História em Gudin, é necessário entender como ele lia a história. Assim, ao observar a História da Alemanha em 1943, buscando compreender o fenômeno do nazismo e a própria figura de Hitler, Gudin traçou uma análise, na qual, pautando-se na verificação da herança filosófica alemã, privilegiou as ideias como um dos elementos norteadores e formatadores do caráter social que não só aceitou a figura de Hitler, mas também a produziu.

Hitler é um homem sem cultura (cultura no nosso sentido e não no sentido alemão de kultur que é muito diverso) cujas relações espirituais com Kant, Hegel e Fichte devem ter sido superficiais senão inexistentes. Mas as esperanças que ele exaltou, os desejos e ambições que ele despertou, eram como que o eco do sentimento íntimo da alma, da crença e dos anseios do povo alemão. Este sentimento é produto da infiltração dos ensinamentos dos filósofos germânicos nas atitudes e nos hábitos populares e é isto que explica a extrema receptividade que o povo alemão demonstrou pela nova metafísica armada de Hitler (GUDIN, 1943, p. 28-29).

O nacionalismo, o intervencionismo, a predisposição para a guerra seriam elementos típicos da cultura alemã, da jovem nação alemã. Com isso, ele justificava a tese de que existiria uma predisposição histórica para o pensamento nacionalista, pouco espaço para o desenvolvimento de instituições democráticas. Essa predisposição não seria determinista a ponto de justificar a existência de um Estado nazista, mas teria dado oportunidade e espaço para tal.

Para Gudin, as ideias possuem um papel fundamental na história de uma sociedade, podendo alterar o progresso natural e espontâneo da riqueza. Cada contexto histórico e cultural está alheio às ideias que podem acelerar ou retardar o processo de desenvolvimento nacional. Somente nesse sentido, o passado pode alterar as possibilidades no futuro, porém não há realidade que não possa ser modificada.

O nacionalismo seria o grande estopim das guerras e um alimento das ditaduras, desde Napoleão a Hitler.

Ora, a experiência de todos os séculos e especialmente dos últimos 150 anos tem demonstrado que o nacionalismo exaltado decorre geneticamente das ditaduras. Ele é o trampolim de que elas se servem para a exaltação demagógica indispensável a lhes dar foros de aparente legitimidade [...] (GUDIN, 1943, p. 61).

Ao analisar a Carta do Atlântico, o economista também criticou a maneira de a soberania do Estado ser tratada, mesmo com tantos crimes cometidos no contexto da guerra, e fez uma

observação de que tal soberania, tanto no plano nacional quanto no internacional, teria gerado “desgraças” para a humanidade. O pós-guerra seria o momento ideal para se discutir os limites do Estado e a própria noção de soberania.

No pensamento do autor, o que deveria ser assegurado no pós-guerra seriam os pilares da democracia, a saber: igualdade perante a lei; igualdade de acesso a todas as funções públicas; direito de expressão de pensamento; direito de livremente escolher os representantes, bem como debater e criticar seus atos; direito a tribunais imparciais. Esses seriam os chamados “direitos humanos”. Assim, para o autor, “Qualquer estrutura política, qualquer forma de governo que respeitar aqueles princípios gerais dos direitos humanos, não afetará os demais países nem constituirá ameaça para a paz da civilização” (GUDIN, 1943, p. 66).

Dessa perspectiva, cada povo deveria ter plena liberdade para estruturar sua organização política, tendo em vista os direitos humanos, o que, no entanto, deveria ser feito de acordo com seu contexto, com o que o autor chama de “índole própria, suas tendências particularistas e seu grau de educação política” (GUDIN, 1943, p. 66).

É importante salientar que o autor utilizava o termo “grau de educação política”. Neste capítulo, voltaremos a abordar esse tema; no momento, cabe apenas sinalizar que esse grau de educação estaria ligado ao contexto das ideias no país, a seu nível cultural e à ideia que o levou a considerar a possibilidade de apoiar um ditador, como Hitler na Alemanha. Esse mesmo termo será utilizado pelo autor para defender a intervenção das Forças Armadas no Brasil em 1964; seu argumento era de que faltava educação política para a existência de uma democracia sólida.

[...] Para gozar da livre expressão de pensamento é preciso ser capaz de ler, escrever e pensar. Para designar representantes é preciso que o grau de educação política garanta, ao menos, o livre exercício do direito de voto e a certeza de que ele será apurado. A fórmula de democracia que convém à Suíça não é, evidentemente, aplicável à Libéria ou ao Haiti. A República de Platão é o conceito do Estado fundado sobre a virtude. Virtude é aí sinônimo de educação política. As constituições democráticas, de irrestrito sufrágio popular, quando adotadas por povos de baixo teor de cultura social e política, passam a letra morta e na prática degeneram em oligarquia ou em tirania, seja o tirano o príncipe ou sejam os demagogos [...] (GUDIN, 1943, p. 66-67).

A respeito da democracia, Gudín acrescentava que esse sistema é falho, não por causa de sua estrutura, mas de quem a aplica. As falhas da democracia são advindas do homem. Desperdício de dinheiro, individualismo desagregador, incompetência administrativa, enfim, são problemas que somente em uma democracia utópica não existiriam.

Ainda observando a Carta do Atlântico, ele analisou um dos itens referentes à necessidade de igualdade de condições de acesso à matéria-prima a todas as nações. Explicava

que as nações nunca se negaram a oferecer no mercado seus produtos; pelo contrário buscavam ampliar as possibilidades de comércio. Assim, o problema não estaria na oferta, mas no baixo poder de compra de muitos países, principalmente porque as taxas de importação sobrecarregavam essas compras. Para o autor, o problema seria o velho espírito do mercantilismo, a antiga ideia de equilíbrio da balança comercial.

Carneiro faz uma observação acerca de Gudín, principalmente da obra em questão, colocando no rol de suas habilidades a designação de historiador: “ Nada há a acrescentar ao que diz do espírito público e do talento multiforme do eminente escritor, ao mesmo tempo homem de ciência e homem de letras, economista e historiador [...]” (CARNEIRO, 1979, p. 12).

Em sua obra, Gudín (1943) analisou também uma das iniciativas do governo americano para a contenção da crise de 1929: a chamada NIRA (National Industrial Recovery Administration). O plano, que substituiu o livre comércio por um sistema dirigido de salários, horas de trabalho, controle da produção e preços, foi organizado por representantes das indústrias, tendo assim, na ótica gudíniana, características do corporatismo. As indústrias se organizaram como agentes do Estado. Porém o plano passou por muitas formulações e críticas, já que não atendia aos interesses de muitos empresários e, principalmente, ao interesse dos consumidores.

Foi então necessário definir, para cada caso, o ‘custo de produção, o que conduziu à organização de sistemas complicados de contabilidade, a maioria dos quais não havia entrado em execução quando a lei da NIRA foi declarada inconstitucional pela Corte Suprema, com o aplauso dos consumidores, únicos a não terem um ‘código’ para protegê-los (GUDIN, 1943, p. 166).

A atitude do governo americano de proteger um setor da economia motivou a discussão de Gudín acerca do protecionismo. De sua perspectiva, a proteção econômica nunca atenderia a todos, seria sempre parcial e ainda abriria brecha para que outros setores se beneficiassem, em um jogo político no qual os consumidores pagariam a conta.

O conjunto dos interesses dos grupos econômicos não é a síntese do interesse público em geral, nem mesmo do interesse econômico da nação. Porque o interesse econômico nacional está no aumento da produtividade técnica estimulado pela livre concorrência, enquanto que o interesse dos negociantes reunidos em conciliábulos é o da defesa das situações adquiridas e da manutenção do status-quo, através a fixação de quantidades e de preços baseados nos custos de produção dos menos capazes [...] (GUDIN, 1943, p. 168).

Na sequência de sua argumentação, o autor citava Turgot, um dos clássicos da fisiocracia e inspiradores do liberalismo clássico, atestando a ideia de que cada grupo de produtores tem seus interesses, mas estes são individuais e não coletivos.

Os modernos inventores do coletivismo nada mais fizeram do que desenterrar sistemas que prevaleciam na Idade Média ou há séculos atrás, como o mercantilismo, a centralização de toda a atividade econômica nas mãos do Estado, as corporações (GUDIN, 1943, p. 170).

O retorno a fórmulas do passado nada mais era, na ótica gudiniana, que um reflexo da “desordem” social. O contexto da guerra, tal como no passado, trouxe o espectro da segregação das economias, dificultando a troca entre elas, atacando o coração do capitalismo liberal.

Portanto, aquele era um momento de extrema necessidade de defesa do liberalismo, pois, para Gudin, todos os ideários, como fascismo, comunismo e sindicalismo, eram coletivistas. Era contra esse coletivismo que o liberalismo deveria se levantar. Essa questão leva-nos ao cenário da década de 1950, ao debate entre Furtado e Gudin que nada mais foi do que a cristalização do debate que Gudin travou, principalmente a partir da década de 1930, contra o coletivismo: o economista tratou o desenvolvimentismo também como uma forma de coletivismo. Dessa maneira, o debate incluía o liberalismo que buscava se impor em face da crise no capitalismo. “O debate é entre o liberalismo e o conjunto dos coletivismos. Os liberais procuram conservar e aperfeiçoar a ordem econômica que os coletivistas desejam destruir” (GUDIN, 1943, p. 172).

O coletivismo seria um sistema regido pelo Estado, com a finalidade de controlar a produção e o consumo, principalmente por meio do planejamento. Os homens, então, seriam tratados como coisas que poderiam ser dispostas, tendo sua liberdade violada. Foi em defesa do liberalismo, para se contrapor ao fortalecimento do pensamento coletivista, que Gudin propôs um novo conceito de liberalismo.

A historiografia relata que, após a Primeira Guerra Mundial, surgiu um movimento intelectual de ataque ao intervencionismo estatal. Trata-se da crítica à teoria keynesiana e ao chamado *welfarestate*; seu objetivo foi a defesa do liberalismo em decorrência do contexto que o pós-guerra apresentava: a necessidade de maior intervenção estatal na economia. A esse movimento convencionou-se atribuir a nomenclatura de “neoliberalismo”, que seria o liberalismo clássico adaptado ao contexto que o século XX apresentou (ANDERSON, in SADER; GENTILI, 1995).

Alguns intelectuais se destacaram nesse movimento, a exemplo de Hayek, Mises, Popper, Friedman, etc. Em 1947, esses e outros intelectuais, que partilhavam do mesmo ideário, se reuniram na Suíça, em Mont Pelérin. Essa reunião deu início à *Mont Pelérin Society*, uma organização em defesa do liberalismo, bem como do Estado mínimo. A *Mont Pelérin Society* tornou-se uma organização internacional, na qual o Brasil teve como um dos integrantes o economista Eugênio Gudin, que seguiu a tendência de crítica ao intervencionismo, que, no Brasil, se materializava no pensamento desenvolvimentista.

É importante salientar que a nomenclatura “neoliberalismo” não foi consensual. Em sua maioria, os intelectuais ligados ao movimento se diziam liberais e, por esse motivo, neste trabalho, Gudin não foi caracterizado como um neoliberal e, sim, como o próprio se considerava, um liberal disposto a discutir o novo conceito de liberalismo, já que, como o contexto histórico colocava novas questões, tal reflexão era necessária.

O novo conceito de liberalismo a que aqui nos referimos não é o liberalismo do laissez-faire de Herbert Spencer e de Stuart Mill; não é o liberalismo que assegura a liberdade de uns homens explorarem o trabalho de outros homens, não é o liberalismo de licença que sanciona os abusos praticados por um capitalismo sem polícia.

Esse conceito de liberalismo teve sua época e sua razão de ser histórica, no período que se seguia à eclosão da civilização industrial [...] (GUDIN, 1943, p. 174-175).

O erro de Spencer e Stuart Mill teria sido a crença de que uma sociedade poderia ser construída somente com bases econômicas. Na visão de Gudin (1943), a ordem jurídica e social era extremamente importante para o funcionamento da economia liberal. A ordem social é um complexo de leis e instituições que regem o mundo econômico e, portanto, como o Estado detém o poder das leis, é uma das peças fundamentais para delinear o contexto social.

[...] Toda sociedade, todo contrato, toda propriedade só existem porque existem direitos e garantias cuja aplicação pode ser efetivada pelo poder coercitivo do Estado [...] A lei do tempo de Marx dava aos indivíduos a liberdade de explorar desumanamente outros indivíduos, de fazer trabalhar doze horas por dia mulheres e crianças; a lei de hoje não o permite mais. A lei de hoje permite que a inflação reduza à miséria toda a população operária de um país diminuindo o seu talante o salário real. A lei de amanhã terá de respeitar o salário real, dentro de certos limites [...] Se a lei permite hoje formas de contrato, que em vez de favorecerem a livre troca de mercadorias e serviços, instituem monopólios e exploração de uns pelos outros, essa lei será reformada amanhã. Se em vez de favorecer o livre surto de iniciativas construtoras, ela tende à supressão dos mercados e à formação de coletivismos privados, esses coletivismos terão de ser destruídos (GUDIN, 1943, p. 184-185).

Na sequência, o autor aborda Marx e sua constatação teórica de que o sistema capitalista não resolvia o problema da distribuição da riqueza. Gudin admitia que, da perspectiva

capitalista, realmente alguns elementos necessitavam de reformulação no sentido de ampliar a distribuição de renda. Esse foi o ponto de partida do novo conceito de liberalismo: observar seus vícios e buscar corrigi-los, pois a “justiça humana” seria uma condição essencial e indispensável para se alcançar o equilíbrio econômico.

Para essa “justiça humana” acontecer, o liberalismo poderia ser policiado, no sentido de se utilizar as leis em benefício da liberdade e, por meio delas, proteger os direitos de produção e de troca. De acordo com o novo conceito de liberalismo, portanto, se deveria atingir seus vícios e corrigi-los com uma legislação que cortasse os abusos e as explorações, que garantisse o restabelecimento do crescimento econômico e, em decorrência, o desenvolvimento nas nações. Dessa forma, o progresso voltaria a ser uma realidade.

Uma vez atingida a economia de paz, porém, o lema deverá ser abundância e não restrição, livre concorrência e não monopólio, comércio internacional e não autarquia, trocas multilaterais e não bilaterais, liberalismo policiado e não coletivismo (GUDIN, 1943, p. 194).

Ao defender o liberalismo, Gudín considerava que as crises no capitalismo seriam como algo natural do organismo; ao mesmo tempo, no entanto, destacava a crise de 1929 como um fenômeno atípico. Isso porque tal crise teria ocorrido em um contexto de guerra e, gerida por muita intervenção estatal, resultava em um cenário econômico virtual, de muita prosperidade e produção, porém com muitas dívidas.

Em segundo plano, o autor traçou uma estratégia de contenção da crise econômica. Tal esforço seria gradual e norteado pela iniciativa privada, que necessitava de um maior espaço para, então, com base no empreendedorismo, revitalizar a economia.

4.6 O Monetarismo e a Economia

Uma das principais contribuições teóricas que Gudín deixou para a economia foi sua obra *Princípios de Economia Monetária* (1943), que, por muitas décadas, foi material obrigatório para os cursos de economia. Ela surgiu em um contexto em que vários economistas se propuseram a divulgar a ciência econômica e aprimorá-la no Brasil.

Tal obra não se constituiu como uma análise teórica do desenvolvimento, mas sim puramente voltada para a explicação da atividade da moeda e de seus agentes na economia de uma nação. Mesmo que o autor não tivesse uma formação de economista, sua vasta experiência

e paixão pela ciência lhe concedera a oportunidade de elaborar uma análise econômica de tamanha profundidade.

[...] Seu livro abre novos horizontes em matéria de produção, meios de pagamento, custo de vida, inflação, planejamento, intercambio internacional etc. Além de precioso texto didático, é uma obra de elevado cunho cultural, pelo seu sentido histórico, sua inspiração filosófica, seu caráter sociológico. Outros analisarão a importância das doutrinas e dos métodos expostos por Eugênio Gudín nesse trabalho. Nele quero apenas ressaltar a constante preocupação com bem público, e a inflexível defesa da liberdade contra os regimes políticos que a deturpam e violam. [...] (CARNEIRO, p. 6-7, 1979).

Na primeira parte da obra, o autor procurou definir as várias funções da moeda, relatar sua história e desenvolvimento, de forma a poder apontar que, quando da troca direta, que pode se dar pela compra ou pela venda dissociadas, surge uma série de fenômenos monetários, como crédito e juros, bem como a ação do governo e dos bancos sobre o sistema. Na sequência, o economista analisou a ação dos bancos e seu papel de emissor de moeda.

Na terceira parte, ele desenvolveu o que estabeleceu como princípio geral da teoria quantitativa da moeda, em relação à elasticidade da procura. Percorreu questões de inflação e de política cambial, buscando esclarecer que a moeda poderia se comportar no cenário econômico de diversas formas, tanto nacionalmente como internacionalmente. Ou seja, seu foco foi o estudo do câmbio.

Por fim, tratou da questão do Banco Central, instituição que afetava de forma drástica a história econômica de uma nação, já que detinha o controle da quantidade de moeda, bem como da forma como seria colocada à disposição no mercado nacional. Buscou alguns exemplos, como o da Inglaterra e dos Estados Unidos, para propor os fundamentos do que deveria ser o futuro banco central brasileiro: um banco que cuidasse dos interesses da nação e não dos governantes.

Princípios de economia monetária (1943) tem uma característica peculiar em relação às demais obras do autor: foi escrita para economistas, com linguagem técnica e fórmulas próprias da área.

No entanto, fica claro nesse texto que Gudín teve a iniciativa de sistematizar teoricamente, com base na ciência pura, o que ele já declarava e declararia mais tarde no debate com Furtado. Ou seja, sua ideia de que a moeda é uma instituição com características próprias e, mesmo sendo manipulada por interesses políticos, teria uma natureza econômica. Portanto, em algum momento no tempo iria cumprir seu fim. A emissão de papel-moeda, sem lastro,

ocasionaria prosperidade momentânea, mas seria uma dívida a ser cobrada mais tarde com altos juros, por meio da inflação, justamente porque a moeda é independente das questões políticas.

Outro fator importante na obra em questão é que Gudin apresentou uma análise de Keynes, à medida que trabalhou com o conceito de pleno emprego e com a possibilidade de uma intervenção estatal moderada em um contexto de guerra.

[...] Os *Princípios de economia monetária*, que em sucessivas edições de 1943 até 1960 se tornariam um dos best-sellers da Livraria Agir, mostravam na citação dos mestres com cujas teorias Gudin urdia a trama lógica de cada um dos seus capítulos, uma perfeita atualização do autor com o pensamento econômico contemporâneo. Já em sua segunda edição, o livro de Gudin fazia abundantes referências aos escritos de Keynes e em especial a trechos da *Teoria geral*. Sob esse aspecto, Gudin foi o primeiro divulgador de Keynes no Brasil, numa época em que os economistas franceses, tradicionalmente grandes divulgadores do pensamento econômico, ainda não haviam disseminado na França as ideias do equilíbrio a nível macro, contidas na *Teoria geral* [...] (CHACEL, 1979, p. 34).

Gudin, mesmo sendo um liberal, não rejeitou o ideário keynesiano, justamente porque não acreditava que ele se encaixasse no contexto brasileiro, já que o liberal Keynes apontava a intervenção estatal como necessária em contextos peculiares, como o de guerra, e não como ferramenta para alavancar o desenvolvimento. Assim, a crítica de Gudin foi dirigida aos keynesianos desenvolvimentistas que utilizavam o ideário na forma que lhes convinha, porém errônea para o autor.

4.7 O Clássico Debate com Roberto Simonsen

Conforme relatado pela historiografia, um dos episódios provavelmente mais marcantes que deu notoriedade a Gudin foi um debate que ficou conhecido como A controvérsia do planejamento na economia brasileira. Tal episódio ocorreu em um contexto de intensa agitação entre os intelectuais que pensavam a economia.

No final de 1942, ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, que, segundo Bielschowsky (2000), foi a primeira grande reunião na história do Brasil realizada com o intuito de promover debates sistemáticos sobre os rumos da economia brasileira. Em 1944, os debates ocorreram no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; o mais conhecido de todos foi o debate entre Gudin e Simonsen.

O Brasil foi afetado pela grande crise de 1929 porque, como sua economia ainda era baseada na agroexportação, sofreu com a desvalorização do café. Medidas protecionistas foram tomadas pelo governo, que comprava parte desse café para buscar o controle do preço.

A situação gerou uma série de discussões sobre a necessidade de diversificação da economia no Brasil. Um dos grandes debatedores e defensores dessa ideia foi o próprio Celso Furtado, porém, antes dele, alguns pensadores, ligados ao empreendedorismo industrial, já haviam se destacado no debate, entre eles Roberto Simonsen.

Também em 1942, uma equipe de americanos foi enviada ao Brasil com o intuito de avaliar as condições da economia brasileira. Juntamente com técnicos brasileiros, a Missão Cooke, como ficou conhecida, concluiu que seria necessário que a infraestrutura econômica do país se modernizasse e que fossem desenvolvidas as indústrias de base. A industrialização era uma necessidade urgente na agenda nacional

[...] O governo de Getúlio Vargas, consoante os interesses brasileiros, recomendara aos membros da missão os seguintes aspectos: substituir importações de produtos essenciais; melhorar a tecnologia das indústrias brasileiras e dos meios de transportes; e tratar das questões relativas ao financiamento da industrialização com recursos internos (TAVARES, 2010, p. 14).

O relatório produzido pela Missão Cooke, em parte, tornou-se público por divulgação de Roberto Simonsen, que o utilizou para afirmar seu projeto de industrialização sob a direção do Estado. Sua proposta foi duramente criticada por Eugênio Gudin, que, assim, deu início à polêmica.

Nesse contexto, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do ministro Marcondes Filho, iniciou um processo de discussões acerca da necessidade do planejamento para o desenvolvimento da indústria e um braço dessa discussão estava na Comissão de Planejamento Econômico.

Simonsen foi um dos líderes do pensamento desenvolvimentista que ganhou força com a Cepal, cujos teóricos defendiam a tese de que as relações de troca mundiais impunham aos países de Terceiro Mundo um desenvolvimento dependente e desequilibrado. Colocava-se, assim, a necessidade do encorajamento da atividade industrial nacional por meio de imposições de barreiras tarifárias contra importações. O Estado seria o grande executor do projeto, como argumentou Roberto Simonsen: “A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com o melhor aproveitamento de seus recursos naturais é o meio que a missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos” (SIMONSEN, 1978, p. 26).

Eugênio Gudin sempre fora um defensor da industrialização. Em seus escritos anteriores, enaltecia a história do capitalismo que, por intermédio do avanço da indústria, transformou contextos de pobreza. Porém, o pensamento liberal, ainda pautado nos postulados

de Adam Smith, previa o desenvolvimento da indústria como resposta do acúmulo de riqueza no campo.

Para Smith, após a queda do Império Romano, a Europa Ocidental se organizara em grandes propriedades. Conforme os costumes, como a lei da primogenitura e do morgadio, era proibida a divisão dessas grandes propriedades, caracterizando-se, assim, o feudalismo. Conforme esse autor, o servo não passava de um escravo que não tinha interesse em melhorar seu trabalho, pois nada ganharia em troca e, dessa forma, o trabalho escravo era o mais caro de todos. Porém, quando esse servo se tornava um meeiro ou arrendatário, tinha direito a uma parte da renda da terra e a adquirir propriedade.

A possibilidade de acúmulo de riqueza gerava transformações nas condições de vida desses indivíduos e, assim, afetando a estrutura do sistema feudal, dava origem a uma nova realidade na qual os indivíduos conquistavam maior independência para fazer suas escolhas e muitas vezes contestar a falta de liberdade e o controle excessivo da parte dos senhores feudais. Estes limitavam a liberdade, condição primordial para a ampliação das possibilidades de acúmulo de capital, que gerava a riqueza do indivíduo e naturalmente a das nações. A indústria, por sua vez, era fruto desse movimento de acúmulo de capital no campo, o qual podia ser investido em atividades urbanas.

[...] Embora os altos gastos do Governo, sem dúvida, devam ter retardado o curso natural da Inglaterra em direção à riqueza e ao desenvolvimento, não foi possível sustá-lo [...] Em meio a todas as exações feitas pelo governo, esse capital foi sendo silenciosa e gradualmente acumulado pela frugalidade e pela boa administração de indivíduos particulares, por seu esforço geral, contínuo e ininterrupto no sentido de melhorar sua própria condição. Foi esse esforço, protegido pela lei e permitido pela liberdade de agir por si próprio da maneira mais vantajosa, que deu sustentação ao avanço da Inglaterra em direção a grande riqueza e ao desenvolvimento em quase todas as épocas anteriores, e que como é de esperar, acontecerá em tempos futuros [...] (SMITH, 1983, p. 296).

Assim, seguindo a lógica liberal do desenvolvimento espontâneo, Gudín criticava o planejamento como estratégia de implantação da indústria no Brasil. O pensamento desenvolvimentista, por sua vez, via no planejamento a grande ferramenta para a implantação das mudanças necessárias para condicionar a economia brasileira à industrialização.

Eugênio Gudín tornou-se relator da Comissão de Planejamento, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. O debate teve início com os pareceres do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, os quais foram publicados ainda em 1945. Primeiramente, respondendo ao texto *A planificação da Economia Brasileira* de Roberto Simonsen, Gudín (1965) publicou o artigo intitulado *Rumos da Política Econômica*. A réplica de Simonsen, *O*

planejamento da Economia Brasileira, deu oportunidade à tréplica de Eugênio Gudín (1968), em um documento final chamado *Carta à comissão de Planejamento*.

Em *A planificação da Economia Brasileira*, de 1944, Roberto Simonsen defender no Conselho sua ideia que a renda nacional estava muito abaixo do ideal e que era necessário um aumento quatro vezes maior do que seu valor de então. Observava também que o Brasil possuía sérios problemas quanto à concorrência mundial e que seria necessário reduzir os riscos e os custos da produção. A economia brasileira demonstrava debilidade, pois dependia da importação de bens, como petróleo e carvão, possuía uma forte carência de metais e apresentava uma indústria obsoleta, com baixa produtividade.

Simonsen concluiu que a iniciativa privada não possuía condições de fazer a renda nacional crescer com rapidez. A planificação seria a solução, pois favoreceria a cooperação entre as classes produtoras, o ensino, a pesquisa tecnológica, a formação profissional, bem como o incremento da atividade agrícola, industrial e comercial. O financiamento para a execução do planejamento decorreria de empréstimos externos e da emissão de papel-moeda com a fixação de juros.

Em resposta a esse texto, Eugênio Gudín escreveu *Rumos da Política Econômica*, no qual procurou desmistificar a ideia de planejamento, apontando erros, segundo sua visão, na análise de Simonsen.

Primeiramente, abordou o conceito de planejamento de Ary Torres, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comércio, o qual se alinhava ao conceito de Simonsen:

Programa que seria a diretriz do Governo no fomento da economia, seja pela concessão de favores às iniciativas particulares que se entrosassem na estruturação delineada, seja pelo engajamento do Estado naquelas outras atividades reconhecidamente necessárias... previa também o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro que nos rodeiam, de modo a que servissem igualmente aos interesses de seus portadores e do Brasil (GUDÍN, 1977, p. 49-50).

De acordo com Simonsen, a planificação deveria abranger os setores da agricultura, dos transportes, da produção de energia, além da produção industrial e determinar um período para se atingir a renda esperada. Gudín mostrou que, para o conselheiro Ary Torres, haveria a necessidade de diversas comissões para atender aos diferentes setores.

Salientamos que Gudín não divergia de Simonsen quanto aos seguintes objetivos: reorganização dos transportes, modernização da agricultura, incentivo à abertura de novas escolas de engenharia e de ensino profissional e a tão aguardada real industrialização do país. No entanto, ressaltava sua discordância quanto ao método de Simonsen:

No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais que deve obedecer a política econômica, não posso, como se verá deste parecer, acompanhar a orientação do ilustre Relator do plano econômico (GUDIN, 1977, p. 54).

Gudin referiu-se à política de *New Deal*, de 1933, afirmando que, quando o presidente norte-americano Roosevelt adotou práticas intervencionistas, acabou por desencadear a desvalorização do dólar. O intervencionismo se tornara uma espécie de mística entre capitalismo e dirigismo. Nesse caso, Gudín mencionou até mesmo Stalin:

[...] Stalin estava, pois coberto de razão, quando, em entrevista concedida ao famoso escritor inglês H. G. Wells, dizia-lhe, a propósito do New Deal americano, que é preciso saber-se o que se quer: ou economia liberal, respeito ao capitalismo e incentivo à sua aplicação, ou comunismo, capitalismo de Estado. Importa adotar um ou outro sistema e não qualquer mistura dos dois (GUDIN, 1977, p. 67-68).

Segundo o *New Deal*, as obras públicas do Estado destinavam-se a combater a depressão e a atingir a prosperidade por meio de um “Estado maior”, industrial e intervencionista. Gudín considerava inconcebível uma ditadura econômica no interior de uma democracia. Criticou Simonsen também por usar o exemplo da planificação soviética como bem-sucedida, bem como por não observar a condição paupérrima de vida do operariado russo quase “escravo” e os altos índices de impostos pagos ao regime. Tal situação não poderia ser tida como exemplo para o Brasil.

Gudin se contrapôs à proposta de Simonsen acerca dos meios de financiamento no projeto de planificação. Da perspectiva liberal, o problema não seria resolvido pela via de empréstimos, mas por meio da análise dos erros causadores dos problemas e da ação corretiva dos mesmos.

A emissão monetária também seria um grande erro, uma vez que o Estado não pode gerar capital: isto seria resultado apenas da produção e da troca. Assim, a emissão de moeda geraria um surto inflacionário. A inflação, na visão de Eugênio Gudín, um monetarista, advinha da emissão de papel-moeda e de títulos cuja finalidade seria financiar e cobrir o déficit público. Isso geraria um aumento dos meios de pagamento no mercado, mas não elevaria a produção.

Os desenvolvimentistas, entre eles Simonsen e Furtado, acreditavam que a inflação fazia parte do projeto de desenvolvimento e, dessa forma, não influenciava o processo: viria acompanhada naturalmente do crescimento. Um ponto defendido pelos dois é o de que a

inflação não poderia ser controlada por medidas monetárias e fiscais sem provocar desemprego ou estagnação do crescimento, já que isso provocava a rigidez da oferta.

Apesar de seu posicionamento, Gudin não descartava o papel do Estado no processo do desenvolvimento econômico, principalmente quanto ao estabelecimento de suas bases. Desde Adam Smith, leis seriam essenciais para o processo natural da riqueza, leis que garantissem liberdade e segurança ao capital.

[...] No Brasil nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de permitir e facilitar a expansão e o progresso econômico do país (GUDIN, IN: SIMONSEN, 1978, p. 84).

Em contrapartida, como resposta ao relatório de Eugênio Gudin, Roberto Simonsen (1978) escreveu *O planejamento da economia brasileira*, no qual resgatou seu posicionamento inicial e se opôs ao liberalismo, mostrando que os princípios do liberalismo se mostravam inválidos. Em tom de ironia, ele criticou Gudin por dar voz a Stalin.

Outro ponto analisado por Simonsen foi o das taxas aduaneiras, que, no Brasil, tenderam à diminuição progressiva, e a desvalorização da moeda contribuiu para isso. Para Simonsen, a intervenção do Estado era necessária para sanar os problemas e as dificuldades nos espaços em que o mercado não conseguiu se desenvolver.

A regulamentação dos monopólios teve em mira encorajar e manter a concorrência entre as pequenas empresas, no interesse dos consumidores. A legislação trabalhista é uma intervenção para proporcionar um melhor segurança na vida dos assalariados. A fiscalização dos gêneros alimentícios e dos medicamentos foi uma forma de intervenção, objetivando a proteção para garantir a sua conservação, a sua continuidade e o seu uso inteligente e eficiente. Toda uma sucessão de serviços públicos foi criada em setores onde a ausência de probabilidades de lucros não despertava a iniciativa particular (GUDIN, 1977, p. 182-183).

Enfim, Eugênio Gudin (1978), em resposta e última consideração, escreveu o documento *Carta à Comissão de Planejamento*, onde reafirmou seu posicionamento, afirmando que não era um adversário da indústria, mas um radical defensor da liberdade econômica.

Nesse debate, foi produzido um material riquíssimo que nos auxilia a compreender a polêmica que nos propomos a analisar, qual seja, a que se estabeleceu entre Gudin e Furtado.

4.8 Inflação, Crédito e Desenvolvimento

Em 1956, Gudin publicou a obra *Inflação, crédito e desenvolvimento*. Esse texto cristalizou o que o autor pensava sobre um dos temas mais recorrentes no debate com os desenvolvimentistas, portanto, com Furtado. Essa obra foi elaborada em meio ao debate entre liberalismo e desenvolvimentismo.

Na ótica de Gudin, um dos maiores problemas na economia do Brasil era a inflação. O livro era uma reiteração de tudo o que o autor já havia colocado no debate, mas continha muito do que ele já vinha publicando na imprensa.

Dentre os conceitos expostos nessa obra, destaca-se o de moeda. Gudin observou que, naquele contexto, uma moeda já não possuía um lastro, um valor preestabelecido; expressava apenas o “direito de haver” serviços, mercadorias, etc.

[...] Inflação é um estado de coisas em que se criaram ‘direitos de haver’ em quantidade maior do que a das mercadorias e serviços que podem ser ‘havidos’ aos preços correntes, é muito simples: os preços sobem, porque os muitos portadores dos direitos de haver vão disputar entre si o exercício do direito de comprar o que lhes foi prometido: em outras palavras, os preços sobem nos mercados de mercadorias e serviços como sobem em qualquer leilão pela disputa entre os vários licitantes (GUDIN, 1956, p. 14).

Em regra, à medida que a produção crescesse, a moeda poderia ser expandida, mas isso, em condições normais, não passaria de 5% ao ano. No entanto, no Brasil, a quantidade de emissão de moeda sempre esteve bem acima desse índice, causando pressão nos preços. Portanto, a produção seria limitada pela quantidade de fatores de produção existentes.

E quanto ao mal que a inflação poderia causar? O autor observou que, mesmo que se imaginasse que o salário poderia caminhar junto com a inflação, essa ideia seria um erro, pois, como nem sempre os preços sobem ao mesmo tempo, a inflação tenderia a atingir determinados setores da economia. Assim, o processo de inflação beneficiava uns, que acabavam comprando mais barato, em detrimento de outros, que compravam mais caro. Esse movimento também modificava a procura.

[...] A inflação pode ser, de certa forma, assimilada a uma corrida, em que uns procuram passar à frente dos outros, conseguindo aumento dos seus rendimentos, enquanto os preços do que os outros lhes vendem continuam inalterados (GUDIN, 1956, p. 21-22).

A inflação afetaria o mercado financeiro porque, em um contexto inflacionário, as pessoas tendem a fugir de aplicações em títulos de rendimento fixo, como títulos do Tesouro Nacional, diminuindo assim os depósitos que seriam importantes para subsidiar a construção de obras públicas. Essa falta seria reparada por meio da emissão de papel-moeda, ou expansão de crédito, ações governamentais que o autor considerava como graves erros, pois aumentavam o “poder de haver”, gerando mais inflação com o tempo.

Para os desenvolvimentistas, o desenvolvimento poderia ser promovido por meio de ações inflacionárias, pois, ao contrário de Gudin, eles não consideravam que a inflação era um problema tão grave. Esse foi um dos temas centrais no debate entre Gudin e Furtado a ser abordado no próximo capítulo. Por ora, queremos afirmar que fica claro nessa obra que Gudin busca sinalizar os malefícios das políticas governamentais que, na ânsia de “criar” o desenvolvimento, ocasionavam a inflação.

A inflação não resulta do pleno emprego, isto é, da utilização, tão completa quanto possível, dos fatores de produção do país. Ela resulta do que eu chamei de burrice, ou seja, de tentar fazer mais do que é possível com os fatores de produção de que o país dispõe. Eu não digo ‘fazer mais’ e sim ‘tentar fazer mais’. Porque é claro que ninguém pode realizar mais do que o permitem os fatores de produção, a mão-de-obra comum e especializada, transporte, energia, know-how, etc. (GUDIN, 1956, p. 79).

Foram dezenas de artigos, senão uma centena deles, dedicados por Gudin à análise da inflação, tendo em vista que o Brasil passava por altos índices de inflação. Tal situação se agravou no início da década de 1960.

Segundo Bielschowsky (1995), para os desenvolvimentistas, uma economia agrária atrasada gerava, dentre outros, os seguintes problemas: a não expansão de exportações; um crescimento de demanda lento e insuficiência dos serviços públicos, por causa da inadequação do sistema tributário. Todos esses problemas resultariam em altos índices inflacionários. Em suma, com uma economia agrária, o país enfrentava uma situação de estagnação e de obstrução das forças do crescimento. Assim, somente com o aumento da produtividade, por meio de uma economia industrial fomentada pelo Estado, é que seriam geradas transformações estruturais que deteriam a inflação. A solução para que o país vencesse o subdesenvolvimento estaria em um planejamento de políticas de crescimento envolvendo transformações estruturais, visão essa amplamente defendida por Furtado.

Para o Brasil, porém, país subdesenvolvido passando por um rapidíssimo processo de industrialização, o desenvolvimento inflacionário era praticamente a única alternativa [...] Isso porque a inflação consistiu-se em uma válvula de escape para o

desenvolvimento do país, na medida que possibilitou o financiamento do aumento das despesas e investimentos governamentais [...] (BRESSER PEREIRA, 1985, p. 58).

Observa-se, ainda, que, segundo Bielschowsky (1995), o alvo desejado de um país desenvolvido seria um sistema econômico independente de importações, o que somente seria alcançado por um grande esforço industrializante. A ação do Estado para estimular a indústria no Brasil foi constante, gerando inevitavelmente um processo inflacionário. Investimentos públicos em áreas de infraestrutura eram essenciais para o cumprimento dessa meta, mas, como não havia capital disponível, a emissão de papel-moeda e a expansão de crédito tornaram-se alternativas para o subsídio do Estado ao projeto de desenvolvimento.

4.9 Economia e Política: os anos do *Jornal O GLOBO*

Os jornais se apresentavam como um lugar ideal para a propagação das ideias de Gudin, que, entre as décadas de 1920 e 1980, muitas vezes, publicou mais de um artigo por semana a respeito de assuntos que orbitavam na esfera econômica e política brasileira. Ele nascera em 1886, ainda quando a escravidão vigorava no Brasil, antes mesmo de a República se concretizar no país, o que significa que sua história estava atrelada a esse acontecimento. Tais artigos demonstram as angústias de alguém que cruzava o século XX e via muitos fatos se repetirem na história de seu país. O período que mais nos interessa nesta pesquisa é o dos anos de 1950 a 1964 e, por essa razão, é neles que manteremos nosso foco nesta parte do trabalho.

No contexto em questão, ocorreu um intenso debate de ideias. De um lado, o nacional desenvolvimentismo constituiu um ideário conveniente para os rumos que o Brasil tomava desde Getúlio Vargas no sentido da industrialização e da diversificação da economia com base no planejamento estatal. Porém, foi no governo de Juscelino Kubitschek que esse ideário se fortaleceu; foi nesse momento que as teorias cepalinas foram materializadas como projeto de governo. Acreditava-se que esse seria o grande momento para que o Brasil alcançasse o tão esperado desenvolvimento; as metas desse novo governo eram de que o Brasil obtivesse em cinco anos o desenvolvimento de cinquenta anos, o Estado faria em cinco anos o que a história não fizera em quase quinhentos. Nessa visão, o avanço da história e a superação do passado poderiam se dar de forma racional, por meio do Estado.

É necessário ter em conta que, mesmo nessa fase final do período democrático, o quadro político geral continuava a ser o do populismo. Tanto do ponto de vista da política de desenvolvimento industrial nacional quanto do ponto de vista do processo de democratização social e política, as reformas estruturais apresentavam-se como

essenciais. Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer os suportes indispensáveis a uma política de reformas, ainda que se pudesse admitir que alguns deles retirariam proveito dela. Todos se voltaram para o Estado e, mais uma vez, as massas populares apareciam como a grande força social capaz de proporcionar bases a essa política e ao próprio Estado (WEFFORT, p. 77, 1980).

“Desenvolvimento” se tornou uma palavra mágica no quinquênio 1956-1959, o otimismo tomava conta de toda a sociedade. Logo após sua posse, Juscelino Kubitschek (JK) criou o Conselho de Desenvolvimento, primeiro órgão de planejamento instituído no Brasil para atuar de forma permanente. Desse conselho nasceu o Programa de Metas, com trinta objetivos básicos em cinco setores da economia: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, além do maior projeto de todos, o da mudança da capital federal. Furtado teve papel decisivo na elaboração do Plano de Metas.

Segundo Gudin, o lema o ‘Brasil não pode parar’ era uma bobagem, tolerável nos que tinham se especializado em ignorância econômica, mas imprópria nos homens de Estado que dispunham (ou deveriam dispor) de assessores econômicos capazes. Afirmava saber que o entusiasmo é criador, mas considerava que o entusiasmo irrefletido (tipo playboy Kubitschek) era criminoso e inadmissível naqueles que já tinham atingido a maturidade e tinham a responsabilidade pela direção do país (GUDIN, 1965, p. 79).

Ao mesmo tempo, o autor alegava que o desenvolvimento prefixado por meio de planos ou metas era um mito que se tornava ilusório para a massa popular, que se envolvia, crente no discurso manipulador e mistificado dos populistas.

Mas a mística do plano não é só o produto da metafísica mais ou menos manicômica desses sociólogos. Eles suprem o palavreado da nebulosa ideológica. Mas lá em baixo, bem junto a terra, há vários grupos sociais e econômicos para os quais a mística do plano pode constituir precioso instrumento para a vitória de suas doutrinas políticas ou de seus interesses econômicos (GUDIN, 1965, p. 78).

Eugênio Gudin combateu a política econômica do governo JK nos anos de 1950 e 1960. Nesse debate, duas correntes se sobressaíram: a do próprio Eugênio Gudin, os gudinianos, constituída por Otavio Gouveia de Bulhões, Bilac Pinto e outros, e a do grupo desenvolvimentista, do qual, entre outros, faziam parte Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e Candido Mendes.

Foi em meio a essa discussão que, entre os anos de 1959 e 1964, Gudin escreveu a série de artigos publicados no jornal *O Globo*. Nesses artigos, o economista analisou os principais problemas econômicos do Brasil no período em questão. Analisando-os, encontramos a discussão do nacional desenvolvimentismo da perspectiva liberal, observamos o dirigismo

econômico de Juscelino Kubitschek e de João Goulart e o destaque de seus problemas e consequências, os quais, para o autor, atingiram drasticamente o Brasil. Cabe observar que centenas de artigos do autor foram organizados em uma coletânea, publicada em 1965, com o título: *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos- 1958-1964*.

Em um período em que quase todos acreditavam e apostavam nas ideias nacionalistas, Gudin enfrentou o nacional desenvolvimentismo. Ele procurava mostrar como a política econômica praticada por Juscelino Kubitschek tinha efeitos colaterais, como a inflação, que atingiu índices antes nunca vividos na história brasileira. Ele mostrou o preço que as políticas desenvolvimentistas custaram para o Brasil e apontou o quanto poderia ser danosa a intervenção do Estado na economia, principalmente quando este se propunha a agir contra o desenvolvimento histórico e natural das forças produtivas. Ou seja, com tais políticas, forçava-se um desenvolvimento artificial por intermédio da ação do Estado.

Nas décadas de 1950 e 1960, os debates econômicos passaram por uma fase de intensa agitação. Nesse momento de mudanças e de grande euforia pelas ideias desenvolvimentistas, os liberais eram taxados de pessimistas por apontar os erros da política governamental de seus opositores.

Gudin pautou-se teoricamente nos princípios clássicos de que a economia capitalista tenderia a um equilíbrio e à máxima eficiência, à medida que os mecanismos de mercado funcionassem livremente. Com essa teoria econômica, ele abordava os problemas brasileiros, considerando a dinâmica de países subdesenvolvidos.

O economista Roberto Campos expôs as características marcantes que resumiram o discurso de Gudin. “Pessoalmente sou imensamente grato a Eugênio Gudin, pela sua insone luta contra três deformações de nossa mentalidade: o ‘pseudo-nacionalismo’, o ‘pseudo-igualitarismo’ e o pseudo-liberalismo” (CAMPOS, 1994, p. 243).

Assim, o nacionalismo, para Gudin, estava além do discurso populista. Visualizava-se na prática que o igualitarismo não era algo concedido diretamente pelo Estado, assegurando o sucesso aos indivíduos. O Estado somente poderia facilitar o acesso aos meios que poderiam garantir esse sucesso. Por fim, o autor buscava desmistificar a ideia de um liberalismo que trabalhasse com o intervencionismo estatal, já que a concentração do poder econômico no Estado acabava por limitar a ação do mercado.

É importante frisar que Gudin não foi um crítico de Keynes, pois admitia a intervenção do Estado em contextos como o de guerra, mas foi um ácido crítico dos keynesianos brasileiros, que queriam aplicar uma teoria de controle de crise econômica de países desenvolvidos para

criar o desenvolvimento em um país subdesenvolvido. O propósito estaria distorcido, seguindo aos objetivos reais das teses de Keynes.

Os artigos reunidos em *Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos 1958-1964* estão divididos em grandes temas, tais como: inflação; desenvolvimento econômico; problemas políticos; problemas econômicos; capitais estrangeiros; estatização; planejamento; problemas bancários e cambiais; problemas salariais. Nesses artigos, visualizamos uma das questões mais polêmicas do pensamento de Gudin: o apoio e a defesa da intervenção política civil militar em 1964. Trataremos desses temas de forma resumida, mas procurando compreender as bases do pensamento de Gudin, observando seu posicionamento no debate e seus fundamentos teóricos.

A título de organização da análise, dividiremos tais artigos em duas temáticas, que consideramos importantes para a construção da tese em questão: a análise dos problemas econômicos e a análise dos problemas políticos. No conceito de história de Gudin gravita o entendimento da economia de mercado, portanto, a crítica ao intervencionismo e, ao mesmo tempo, o entendimento da democracia brasileira. De sua perspectiva esta não estava consolidada e fundamentada nos pilares do desenvolvimento da educação do brasileiro. Tais questões serão abordadas nos próximos itens, mas antecedidas pela fala de Gudin acerca desses artigos.

Nos artigos aqui enfileirados, é evidente a intenção de mostrar como foram calamitosos os dois governos, o de Kubitschek (5 anos) e o de Goulart (3 anos), e quão caro o Brasil pagou por essa primeira aprendizagem da verdadeira democracia representativa. Tão grandes e profundos foram os danos causados à Nação que ela acabou se levantando, por suas elites, por suas classes médias e por suas Forças Armadas, para derrubar o governo Goulart, que estava caminhando para a bolchevização do Brasil (GUDIN, 1965, p. 12).

A seguir, observaremos os problemas econômicos que marcaram esse período, tendo em vista a prática do desenvolvimentismo pelo Estado.

4.10 Análises dos Problemas Econômicos

A inflação foi um dos temas mais debatidos por Gudin, e por dois motivos: primeiro, a inflação esteve presente na conjuntura econômica do Brasil por longas décadas, tornando-se crônica e mais severa com o passar dos anos; segundo, porque a tendência do Estado desenvolvimentista em emitir papel-moeda e expandir crédito para fomentar o desenvolvimento criava um cenário ilusório de altos índices de produção e, ao mesmo tempo, retirava do cidadão o poder de compra de sua moeda. Assim, consolidava o subdesenvolvimento, pois retirava o

capital da mão dos indivíduos, esses que seriam os grandes motores da história, para privilegiar determinadas empresas em prol do desenvolvimento nacional.

Gudin buscou veementemente criticar a política desenvolvimentista que causava a inflação por meio da defesa da tese monetarista. Ele apontava a inflação como o “grande mal” que impediria qualquer espécie de desenvolvimento econômico a longo prazo. Diante do projeto político de ordem desenvolvimentista, ele buscava demonstrar tanto que a tese estruturalista acerca da inflação era inconsistente na prática quanto que as ações governamentais baseadas nesse ideário traziam sérias consequências para o sistema econômico brasileiro.

Como o Estado fomentaria o desenvolvimento, necessariamente ele injetaria capital na economia. Como ele não produz riqueza real, além daquilo que arrecada por impostos, a forma de subsidiar construções, infraestrutura para o desenvolvimento industrial, seria a emissão de papel-moeda e/ou expansão de crédito. O aumento dos impostos também poderia ser uma alternativa, porém seria uma estratégia impopular. Assim, a emissão de papel-moeda e a expansão de crédito foram práticas recorrentes, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, governo esse intensamente criticado por Gudin, principalmente porque um de seus feitos, de alto custo, foi a construção de Brasília.

Ainda do mesmo gênero foi o ‘programa de metas’ do famoso Sr. Kubitschek, em que se relacionaram as obras necessárias ao surgimento de energia elétrica e aos transportes terrestres. Se ele não tivesse praticado a loucura da construção de Brasília, não tivesse caído na inflação desbragada estivesse apoiado seu ministro Lucas Lopes, o programa de metas poderia ter sido executado com proveito para o país (GUDIN, 1965, p. 448).

Brasília se tornou “a menina dos olhos de Juscelino”, uma cidade projetada para ser a grande nova capital do Brasil. Por intermédio dela, todos poderiam ver o “desenvolvimento” que se materializava. “Meta faraônica”, como diria Roberto Campos (1994).

Estima-se que a construção de Brasília tenha custado entre 2, 5 e 3 % do PIB da época, mas nunca se chegou a uma avaliação completa dos custos, porque, além de verbas orçamentárias, foram usadas também contribuições da Caixa Econômica, de autarquias, dos institutos de previdência, o que significou o desvio de somas destinadas anteriormente à construção de habitações populares, além de um empréstimo do Export Import Bank. Diante desses gastos do governo, levantaram-se muitas críticas às ações do Estado, e Gudin foi um desses críticos.

Para o economista, com os recursos destinados à construção da nova capital, muito se teria feito em áreas de maior emergência, como saúde, habitação e principalmente educação. O preço que se pagou pela moderna capital se deu em forma de inflação.

O que poderíamos ter realizado em termos de saúde, de alfabetização, de ensino de primário e médio, de estradas de rolagem, etc. com as centenas de bilhões de cruzeiros desperdiçados na construção, não só perfeitamente desnecessária, mas altamente danosa para o interesse nacional, de uma nova cidade para a sede do governo (GUDIN, 1965, p. 98)

Outro fator negativo da criação de Brasília teria sido o seguinte: enquanto o presidente se concentrava nessa grande construção, os outros pontos do Plano de Metas não foram trabalhados de forma apropriada. A criação de Brasília gerou necessidade de vias que ligassem a nova capital a outros locais. Só para ligar Brasília ao resto do país, foi preciso construir 69000 quilômetros de estradas. Juscelino Kubitschek mandou abrir a Belém-Brasília, corte em linha reta na selva, ligando dois vazios. O gasto previsto para a construção e a pavimentação de estradas era de 31, 8 milhões de cruzeiros nos cinco anos de governo, porém os custos atingiram 66 bilhões de cruzeiros. Nos cinco anos de governo, Juscelino Kubitschek promoveu a construção de 12.000 quilômetros de rodovias. Tais construções também estavam ligadas à necessidade de pistas para a nascente indústria automobilística (REVISTA VEJA, 1976, p. 31-32).

Em sua autobiografia, Furtado (1997) narrou que, quando o Plano de Metas foi elaborado, Brasília não estava em questão e, quando solicitada pelo então presidente, foi motivo de preocupação, pois se acreditava que ela poderia prejudicar o referido plano.

Juntamente com a questão de Brasília, surge um elemento importante para compreendermos o conceito de dinâmica da história para Gudin, que observou que, para o desenvolvimentismo, o desenvolvimento estaria ligado às questões materiais: as construções, as indústrias. Tal desenvolvimento não ocorreu naturalmente, portanto, deveria ser promovido pelas mãos de um Estado racional. No entanto, pela ótica gudiniana, o natural é que isso se desse sobre uma base, a do desenvolvimento humano, de indivíduos que seriam o que se poderia chamar de o motor da história; eles seriam a força que geraria as mudanças necessárias para o desenvolvimento. Por sua vez, esse indivíduo deveria estar preparado para essa tarefa, e, dessa maneira, o investimento em educação seria a base para o desenvolvimento. “O subdesenvolvimento não é, pois, das coisas. É dos homens” (GUDIN, 1965, p. 85).

Assim, para o autor, o desenvolvimento real não estava contido nas obras, nas estradas, no material que o país possuísse; o progresso se equacionaria pela somatória de dois fatores, o

fator natural e, o mais importante, o humano. Para Gudin, o Brasil possuía grandes riquezas naturais, mas estas, além de não serem determinantes, eram limitadas para servir de fundamento para o desenvolvimento.

Ele mostrava exemplos de países que não possuíam grandes riquezas naturais, mas que, pelo fator humano, tinham conquistado o desenvolvimento, como era o caso da Alemanha. O fator preponderante para o seu progresso no pós-guerra, além das ajudas dos Estados Unidos, foi o próprio povo alemão. Os recursos naturais, quando existentes, somados à capacidade humana, resultam no desenvolvimento nacional. Quando o desenvolvimento se fundamenta no fator humano, o investimento não está focalizado em obras de cimento, mas está na civilização e na educação do homem, como enfatiza Gudin. Em suma, para ele, a educação seria um dos meios para se alcançar o desenvolvimento nacional.

Um país que tenha, durante vários anos, investido, eficientemente boa parte de seus recursos em educação estará, certamente, preparando para a nova geração um futuro melhor, tanto econômica como social e politicamente (GUDIN, 1965, p. 87).

Até quando teremos de esperar pelo advento de um estadista que compreenda que a educação e a saúde devem ter a primazia e a maior cota de recursos no plano de desenvolvimento econômico do País? (GUDIN, 1959, p. 140)

Por trás de Brasília, havia a tese desenvolvimentista de que o gasto estatal geraria renda para setores da economia nacional e, portanto, como esse gasto seria reprodutivo, a inflação não seria prejudicial. No entanto, em um artigo de 1960, Gudin o caracterizou como “falácia perigosa”.

Ainda em 1960, o autor publicou um artigo sobre o pensamento corrente de que a geração de então estava se sacrificando pelo bem do futuro desenvolvimento do país.

[...] A inflação é o preço que a atual geração está pagando para aceleração do progresso do Brasil [...] Podemos, portanto, nos orgulhar, nós da geração atual, de nosso papel pioneiro de redescobridores do Brasil. E quem não concorda não é patriota (GUDIN, 1965, p. 31).

As palavras do economista, que soavam como indignação, apresentam questões importantes.

A primeira é a ideia de aceleração do progresso, a ideia contida no lema “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek. Essa proposta feria o ideário do progresso natural que fazia parte do pensamento liberal de Gudin.

A segunda é sua crítica à maneira como a inflação foi tratada no Brasil nesse período, ou seja, à ideia de que ela não seria um grave problema econômico a impedir o progresso e sim um mal necessário para a consecução do progresso. Como a inflação era vista como algo negativo para o desenvolvimento, seu combate deveria ser feito de forma ortodoxa: corte de custos e suspensão de emissão de papel-moeda, o que implicava uma reforma monetária. Porém, tais argumentos não eram interessantes no contexto de busca por aumento da demanda efetiva e de incentivo a novos investimentos; por isso, o discurso de Gudin era considerado uma fala pessimista em um contexto de expansão econômica.

A terceira é sua crítica ao planejamento. De acordo com o economista, o desenvolvimento prefixado por meio de planos ou metas era como um mito, que convencia e apaziguava a massa, aumentando a popularidade desse Estado provedor, que, no entanto, exercia um controle maior sobre a economia, aumentando assim o intervencionismo. Acerca desse tema, Gudin travou debate e atacou principalmente Celso Furtado, um dos gestores do Plano de Metas e criador do Plano Trienal. Veremos, com atenção, esse episódio no próximo capítulo. No momento, podemos observar alguns pontos dessa crítica ao planejamento.

Primeiramente, o autor não era contra o planejamento. Em entrevista que nos foi concedida pelo neto de Gudin, o também economista Luiz Roberto Cunha, este afirmou que o avô era extremamente cuidadoso com o planejamento de sua vida, que fazia metas, cujo cumprimento considerava fundamental. De fato, em seus artigos, Gudin apontou a necessidade do planejamento, como no artigo publicado em 1961: “A reflexão é uma categoria própria e inerente ao homem. O Governo ou a Empresa que vai realizar uma obra não pode deixar de ‘planejá-la’ e orçá-la [...]” (GUDIN, 1965, p. 418).

Porém, ele criticava esse planejamento, à medida que se tornava um projeto de planificação econômica. Orientando uma grande massa de investimentos, intervindo no mercado, expandindo crédito ou emitindo papel-moeda para subsidiar os planos, o Estado engessaria a economia para atingir seus interesses, muitas vezes esbarrando nos interesses privados.

[...] Caberá à Comissão de Planejamento, por suas subcomissões técnicas, completar e coordenar os planos [...] Pode, portanto, prestar excelentes serviços, se a direção for confiada a gente capaz e se o Governo não permitir que a Comissão sirva de pretexto para ainda mais invadir o campo da iniciativa privada (GUDIN, 1965, p. 420).

Assim, pensar o conceito da dinâmica da história em Gudin implica observar como esse economista concebeu a dinâmica da própria economia, tendo em vista o capitalismo no Brasil.

Suas análises o levam a reafirmar quão importante seria a liberdade para os indivíduos empreenderem o desenvolvimento da própria história do país, bem como a criticar todo tipo de excesso de ação do Estado.

No ano de 1962, no Jornal *O Globo*, Gudin publicou dois artigos: *A filosofia do desenvolvimento I e II*. Nesses dois textos, o autor elaborou o raciocínio de que o progresso econômico do Brasil não se daria simplesmente por otimismo e, questionando a frase “O Brasil é o país do futuro”, observou que existiam problemas sérios nos quais a nação deveria se focar para que a realidade acontecesse, para que o futuro fosse um estágio desse desenvolvimento.

Por vezes, a impaciência de muitos, ao ver esse horizonte de atraso, gerava ações inconsequentes na opinião do autor, que não acreditava que o estado pudesse resolver um problema tão grave em cinco anos. De sua perspectiva, o progresso seria algo possível de atingir, mas custaria tempo e muito trabalho.

A impaciência é uma arma de dois gumes. Como estimulante de um esforço suplementar para o desenvolvimento, é benéfica. Como incitante a atacar todos os problemas de desenvolvimento ao mesmo tempo, sem a provisão de poupança ou de capital estrangeiro correspondente, é profundamente maléfica. Traz a inflação, gravemente danosa à realização, bem como a atomização de recursos e desperdício de esforços. É o caso típico do agitado, ambicioso e leviano senhor Kubitschek (GUDIN, 1965, p. 102).

Assim, Gudin começou a esboçar sua tese a respeito de um dos grandes fatores que impossibilitavam o desenvolvimento espontâneo no Brasil: a falta de educação, que gerava um cenário de políticos mal orientados e um eleitorado facilmente engabelado. O resultado da ganância por poder e dinheiro somada à demagogia seria catastrófico, construiria uma democracia fraca e desorientada. Não se podia confiar o desenvolvimento à ação racional desse Estado frágil, mas sim ao que o liberalismo chamava de mão invisível do mercado.

4.11 Análise dos Problemas Políticos

Os artigos em questão foram escritos em um palco de intensa agitação econômica e política no Brasil. Forte fora a crise econômica e política que se desencadeara ao longo dos anos e que resultou no grande abalo político vivido em 1964. Os anos do governo de João Goulart foram analisados por Gudin, que, nesse contexto, tornou-se um dos grandes intelectuais a defender publicamente a intervenção militar ocorrida em 1964. Uma de suas teorias legitimava esse pensamento, a da necessidade de um poder moderador para organizar a política do país. Porém, uma das questões importantes para a comprovação de nossa tese é que parte dessa teoria

do poder moderador fundamentava-se na ideia de que, ao longo da história, o Brasil não tinha construído um contexto de educação política para desenvolver sua democracia. Tais questões serão abordadas neste importante tópico do capítulo.

É importante salientar que, embora nosso objeto não seja a análise que a historiografia fez desse momento tão discutido da história do Brasil, iremos nos valer de alguns indícios historiográficos para procurar compreender o contexto em que Gudin produziu suas ideias e que fez dele um defensor da intervenção militar na política brasileira.

Grande parte da historiografia aponta que o contexto entre os anos de 1961 e 1964, quando João Goulart esteve no poder, foi aquele em que os conflitos de classes no Brasil alcançaram um de seus períodos mais intensos, dinâmicos e significativos.

Segundo Toledo (2004), entre 1961 e 1963, o sindicalismo alcançava um de seus momentos de intensa atividade. Observamos que, enquanto de 1958 a 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, ocorreram cerca de 180 greves, no período de 1961 a 1963, com Goulart, foram mais de 430 greves. Destaca-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, com o propósito de organizar e dirigir os sindicatos nacionais.

Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classe, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (GORENDER, 1987, p. 66-67).

Segundo Gorender (1987), 1963 representou o ano em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) viveu um momento de grande força, provavelmente nunca visto em sua história. Porém, a liderança do partido, aliando-se ao governo de Goulart, negligenciou os aspectos de governo que outrora a esquerda acreditava ser negativos. Havia uma grande esperança no governo de João Goulart: várias vertentes de pensamento, incluindo a desenvolvimentista de Furtado, não viam outra alternativa senão uma reforma institucional, que se desdobraria em várias frentes como: reforma agrária, reforma tributária, reformas fiscais e a implantação de uma legislação antitruste, prometidas em sua campanha.

Ridenti (2000), com base no conceito de “estrutura de sentimento” de Raymond Williams, propôs uma análise do pensamento crítico dos intelectuais e artistas nas décadas de 1960 e 1970 em relação ao contexto em que o Brasil vivia. Segundo o autor, esse pensamento buscava resgatar no passado valores que seriam importantes para a superação do

subdesenvolvimento. Tais valores teriam se perdido em meio aos conceitos do próprio sistema capitalista e, por isso, a crítica a esse sistema.

No contexto dessa “estrutura de sentimento”, Ridenti observa um segundo conceito do “romantismo”, que, de modo geral, seria o olhar para o passado em busca de princípios importantes para a construção do presente. O que se destaca, no trabalho de Ridenti, é uma certeza de que o homem poderia, de forma racional ou por vontade própria, gerar o contexto de modernidade. Várias frentes intelectuais pensavam assim, talvez de formas diferentes, mas todas ligadas ao passado. Destarte, o passado, o conceito de tempo, estava presente nas reflexões acerca da necessidade de superação do atraso brasileiro.

Furtado estudou arduamente o passado em busca de respostas para o subdesenvolvimento e encontrou as falhas estruturais que o tempo não resolvera e que, de forma urgente, precisariam ser concertadas com base no planejamento de reformas institucionais, a ser promovidas pela ação do Estado.

Por sua vez, Gudín olhou para o passado de outras nações para entender o que gerara suas riquezas e a modernidade e também para captar uma fórmula de desenvolvimento do capitalismo. De sua perspectiva, esta passava por uma agricultura que rendesse acúmulo de capital, suficiente para motivar o advento da indústria, bem como pela valorização do conceito de liberdade, principalmente para a iniciativa privada.

Olhar para o passado, no sentido de construir uma lógica para a explicação do atraso, era um procedimento geral, tanto do pensamento de “direita” ou “conservador”, quanto do pensamento de “esquerda” ou “revolucionário”.

Assim, Ridenti (2000) nos mostra que, nos anos de 1960 a 1970, o Brasil viveu um florescimento cultural, cuja temática central era a transformação, “a ação para mudar a História e para construir o homem novo” (RIDENTI, 2005, p. 84), um homem que estaria ligado aos valores do passado, o homem do campo.

Esse cenário favorecera a eclosão do pensamento de que era necessária uma revolução de cunho socialista, mas essa revolução seria muito mais reformista que revolucionária, já que a luta de classes não era o alvo inicial e sim a luta contra o que se acreditava ser o poder do imperialismo, do capital externo. Como aponta Ridenti (2005), para vencer o atraso, era necessário o rompimento com esse capital. Para uns, essa seria a primeira etapa da revolução, cujo propósito era desfazer os traços feudais que persistiam na economia brasileira; a segunda etapa, dependendo da linha de pensamento do momento, seria de um socialismo de fato.

Nesse sentido, a estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária não nasceu do combate à ditadura, mas vinha de antes, forjada no período democrático entre 1946 e 1964, especialmente no governo Goulart, quando diversos artistas e intelectuais acreditavam estar na crista da onda da revolução brasileira em curso (RIDENTI, 2005, p. 85).

Ainda sobre essa questão, vimos em Gorender (1987, p. 51):

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionava num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.

Assim, esses dois fatores se casavam. De um lado, a ânsia geral por vencer o passado e construir um Brasil moderno; de outro, uma crítica intensa ao capitalismo, principalmente quanto à condição de dependência do Brasil em relação ao cenário internacional. Essa fora uma das principais teses da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL) e também de Furtado, ou seja, desenvolver a indústria nacional, na tentativa de romper com a dependência nacional do capital externo. Portanto, houve um casamento de interesses, de um lado, os desenvolvimentistas, ainda capitalistas, mas críticos do capital externo e da dependência que esse capital causava para o Brasil; de outro, a proposta de esquerda de reformas que eliminariam o subdesenvolvimento e preparariam o país para uma revolução de fato.

A teoria da dependência nacional, que buscava romper com o domínio econômico das grandes nações em detrimento das nações subdesenvolvidas, valorizava a expansão do mercado interno, expandindo as barreiras ao capital externo. A ela se contrapôs Gudin, o criador da Instrução nº 113, que previa o estímulo de entrada de capital estrangeiro no Brasil, principalmente para atrair investimento em tecnologia.

Assim, o discurso contra o capital externo se mostrou, na visão de Gudin, um discurso comunista, pois o rompimento com o mundo dinâmico do capitalismo construiria um contexto semelhante ao de Cuba.

Esclarecemos aqui que nossa pesquisa não abrange o interesse por uma revolução de cunho comunista no Brasil antes de 1964. O importante, para nós, é entender o cenário em que as ideias de Gudin se desenvolviam e, para ele, uma revolução comunista no Brasil seria possível naquele momento.

De acordo com Gudin, a iminência de uma revolução socialista era real. O economista constata no comunismo em Cuba as pretensões de se instaurar essa revolução em toda a

América Latina. Assim, na visão de Gudin, a sociedade brasileira, fundada em princípios cristãos e democráticos, não seria conivente com um Estado comunista.

Foi na crista de uma onda de confusão, de balbúrdia e de anarquia como essa que João Goulart e seus cúmplices tentaram há cinco anos levar-nos ao caos pré-comunista. Quanto aos verdadeiros desígnios de Goulart e de seu grupo, ninguém sabe exatamente quais eram – e é possível que eles também não soubessem –, mas é bem certo que em poucos meses estaríamos perfeitamente integrados no mais autêntico Fidel Castrismo (GUDIN, 1970, p. 51).

Sendo assim, o economista se posicionou como um dos invocadores da revolução, mas de uma revolução de reação à ameaça comunista, que Gudin acreditava estar presente no governo de Goulart. Desse modo, seu instrumento para essa ação era a imprensa, seus artigos jornalísticos:

Numa idade em que as aspirações já não existem, digo pois, sem falsa modéstia, que não me arrependo um só instante da violenta campanha jornalística com que nos anos de 62, 63 e 64 procurei conchamar as Forças Armadas à Revolução que ora comemora seu 5º aniversário (GUDIN, 1970, p. 106).

Em um artigo publicado n' *O GLOBO* em 1969, Gudin fez uma retrospectiva de seus artigos e do que eles apontavam antes de março de 1964:

[...] Em artigos que se prolongaram de 1962 a março de 1964, procurei alertar a Nação, em linguagem contundente e angustiada, para o abismo em que ela se projetava. Exemplo: em 3 de janeiro de 1964, eu escrevi:

Temos tido governantes inertes e governos incapazes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na república ou no império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado (GUDIN, 1970, p. 108).

Após o golpe de 1964, Gudin usou um tom diferente para falar do governo em seus artigos. O economista não tratava o Estado como um oponente, ou adversário, como muitas vezes se posicionara outrora, desde a revolução de 1930; no novo momento, ele se colocou como uma figura de “conselheiro”, que advertia seus companheiros, como observa Maria Angélica Borges (1996).

No trecho a seguir, retirado de um artigo de março de 1968, observamos claramente a visão que Gudin tinha do golpe de 1964 e sua utilidade.

A Revolução de 1964 foi uma medida de salvação pública, promovida pela avalanche da opinião do país e apoiada nas Forças Armadas, contra a subversão de poderes e valores humanos, contra o solapamento sistemático da hierarquia, contra o caos econômico e financeiro e contra a desordem social. O objetivo primacial da Revolução

foi portanto o da restauração da Ordem, ordem social, ordem militar, ordem econômica (GUDIN, 1970, p. 84).

Grande parte da historiografia defendia a tese de que Gudin teria sido um dos grandes intelectuais da revolução militar, como mostra Carneiro.

Foi Eugênio Gudin um dos mais destacados pregadores da revolução de 31 de março de 1964. Os artigos que escreveu sobre a situação em que se achava então o país exerceram forte influência na opinião pública, alarmada com a desordem que dia a dia se acentuava. Os índices de uma inflação galopante e a indisciplina generalizada levaram-no a apoiar a instituição de um governo militar [...] (CARNEIRO, 1979, p. 15-16).

Seriam inúmeras as citações que mostram Gudin defendendo o governo militar em seus primeiros anos. É importante frisar que houve uma adesão ao governo de Castelo Branco, por quem o economista tinha uma admiração intensa, mas, depois dele, Gudin se distanciou dos elogios e retomou um tom de maior crítica ao governo militar.

4.12 Castelo Branco e Costa e Silva

Um elemento a ser analisado é a posição de Gudin diante do governo de Castelo Branco, governo esse que durou de 1964 a 1967. Nesse período, o intervencionismo não diminuiria, porém houvera uma ação coordenada do governo para combater a inflação e restaurar a capacidade do investimento público e privado, além de uma abertura maior para o mercado externo.

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi muito importante para sanar a crise econômica no país. O PAEG teve como focos: o combate à inflação, o aumento dos investimentos e conseqüentemente do emprego e a correção da tendência ao desequilíbrio externo, tendo em vista o desenvolvimento econômico nacional. Como resultados do PAEG, observaram-se: o saneamento das finanças do estado, a recuperação da credibilidade nacional, em face das negociações internacionais, o aumento da capacidade de investimento do Estado, o aumento da participação do Brasil no mercado internacional, com o estímulo à exportação e o controle razoável dos altos índices de inflação. Esses elementos fomentaram um pequeno crescimento econômico nesse momento. O plano teve apoio do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do governo norte-americano e foi expressão do ideário da ortodoxia econômica militar.

A filosofia por trás da ação do ministro da Fazenda, Octávio de Bulhões, e do então ministro do Planejamento, Roberto Campos, era o ideário defendido por Gudin. Roberto Campos e Octávio Bulhões colocaram em prática o ideário liberal, baseando a política econômica na teoria monetarista.

Em sua formação, Roberto Campos contara com forte influência de Hayek e Schumpeter e também aderira à ortodoxia liberal. No entanto, participou do governo apenas no governo de Castelo Branco, sendo substituído pelo desenvolvimentista Delfim Netto em 1967.

Esse fato foi apontado por Gudin, que, com saída dos liberais e a entrada de Delfim Netto, deixou de apoiar a política econômica do governo militar. Delfim adotara uma política desenvolvimentista ao assumir o Ministério da Fazenda.

Em um artigo publicado no jornal *O Globo*, em 1967, Gudin elogiou o esforço do governo de Castelo Branco para combater a crise econômica no país em 1964.

As dívidas com o exterior foram reescaladas e os novos compromissos cumpridos à risca. No plano doméstico, a inflação catastrófica de mais de 140% ao ano foi reduzida a um ritmo de 20 ou 30%. Não pode fazer tudo, mas fez muito. Restabeleceu assim a ordem econômica (GUDIN, 1970, p. 81).

Em 1968, Gudin criticou o governo militar por sua ineficiência em resolver o problema da inflação, que, mesmo com a diminuição das taxas, ainda era visualizada como um problema crônico e perigoso para a economia brasileira.

Se eu fosse governo (o que para a felicidade geral da nação não é o caso) teria adotado a outra opção. É de certa forma uma vergonha para os governos da Revolução, em seu conjunto, não terem ao fim de 4 anos eliminado a inflação. Mas não é por defesa dos brios da Revolução que eu optaria pelo combate à Inflação e sim porque sua excessiva persistência exerce um efeito de perigosa erosão não só sobre o Sistema Econômico, como sobre a Conjuntura Social e Política do País (GUDIN, 1970, p. 342).

Assim, o governo de Arthur da Costa e Silva foi considerado por Gudin de forma negativa. A empolgação com o que ele chamava de “revolução” foi substituída pelas críticas, principalmente ao foco da política econômica desse governo, que deixou de dar atenção ao controle da inflação e se concentrou na busca de crescimento rápido da economia. Dessa maneira, o governo teve maior liberdade na política monetária, tendo em vista a valorização da moeda e do crédito, com o argumento de que a velocidade de valorização da moeda tendia a declinar com a desaceleração da inflação.

Dentre os Atos Institucionais desse governo, um chamou a atenção de Gudin: o AI5. O economista criticou o excesso de poder, que orientava e mudava as regras do mercado que, para

el, e eram regras do mercado e não do Estado. “O Ato nº5 pode muito, é verdade. Mas não pode tudo. Pode revogar muitas leis. Mas não a ‘lei’ da Oferta e da Procura que, até nova ordem, é a que regula os preços [...]” (GUDIN, 1970, p. 305).

A idéia, ora em voga, de ‘tabelar preços em função de custos’ é uma das maiores barbaridades que se podem perpetrar em teoria econômica. Começa porque custo não é um ponto; é uma curva. Essa curva começa pelos custos da empresa de maior produtividade (isto é, de custos mais baixos); mas como sua produção não dá vazão à demanda, entram no mercado outras empresas de custos mais altos do que a primeira (a curva dos custos vai subindo) e por fim outras de custos ainda mais elevadas, até que a curva ascendente esbarre na curva da demanda [...] (GUDIN, 1970, p. 309).

Não é foco desta pesquisa investigar a política econômica do período militar, mas consideramos importante observar como Gudin lidava com os governos militares. Seu otimismo com esse tipo de governo restringiu-se aos primeiros anos, sobretudo aos do governo de Castelo Branco; depois, com o avançar dos anos, o regime militar se mostrou altamente intervencionista e a inflação continuou sendo um grave problema econômico. Portanto, o teor crítico de Gudin se manteve nos demais anos do regime militar. Ao mesmo tempo, por maior que fosse a esperança de que a democracia seria reconstruída no Brasil, o economista não via um cenário propício para isso.

Gudin não faz uma análise profunda, de conteúdo, com relação à política econômica da ditadura. Ele simplesmente comenta os pontos de concordância e discordância em relação à execução técnica desta política, principalmente a monetária. Neste sentido, ele repete o comportamento analítico econômico; mais uma vez é a razão técnica o parâmetro para o entendimento do que está acontecendo, e não há motivo – nesta visão metodológica – para içar o econômico ao todo social. Portanto, a análise restringe-se ao comentário técnico e à recusa em reconhecer outro caminho que não seja este... (BORGES, 1996, p. 234).

Entender o apoio de um liberal a um regime autoritário como foi o militar pós 1964 não é uma tarefa fácil. Consideramos, entretanto, que tal análise nos leva a compreender um dos pilares da concepção de dinâmica da história em Gudin. Na análise, precisamos observar dois elementos. O primeiro, que já vimos anteriormente, é a luta do economista contra o pensamento reformista que existia às vésperas de 1964 e, que, para Gudin, seria uma ameaça de cunho comunista. O segundo é que existia um fator histórico que dificultava a instauração de uma democracia forte no Brasil. Essa realidade colocava a necessidade do que o autor chamou de “poder moderador”, conceito que abordaremos a seguir.

4.13 O Poder Moderador

Na ótica gudiniana, a partir de 1889, desde a República, uma oligarquia governara o país por 40 anos. Nesse período, apesar do vasto território brasileiro e da falta de educação política, nenhum presidente deixara de exercer seu mandato e Gudin acreditava que o regime não fora falho.

A defesa que ele fez do regime militar tem origem em sua concepção da história, do que seria o motor da história. Tal concepção está clara em uma obra de 1943, *Para um mundo melhor: ensaios sobre o problema de após-guerra*, na qual analisa o fenômeno do nazismo e a figura de Hitler, ou seja, o que ele chama de “hitlerismo” e considera que Hitler foi fruto do seu contexto, principalmente do contexto das ideias.

Para o autor, as ideias possuem um papel fundamental na história de uma sociedade, elas podem alterar o progresso natural e espontâneo da riqueza. Cada contexto histórico e cultural está alheio às ideias que podem acelerar ou retardar esse processo; assim, Hitler seria fruto de uma sociedade cujas ideias valorizavam esse poder central e planejador que o levantou e o legitimou no poder.

Então, analisar essa concepção de movimento da História em Gudin é essencial para compreendermos as razões que o levaram a defender o regime militar, mesmo aguardando ansiosamente pela democracia. Segundo ele, faltavam ideias que sustentassem e legitimassem um governo democrático liberal no Brasil, pois, na cultura brasileira, predominava o que ele denominou de “falta de educação política” e esse era o problema central causador do subdesenvolvimento.

[...] o grande problema político dos países da América Latina reside na incapacidade e na inexperiência para o pleno exercício do sistema democrático. A falta de ideologias definidas dos partidos, o caráter mais personalista do que público das divergências e dos debates, fazem com que as disputas, agravadas pelas paixões e os interesses, conduzam por vezes esses países a situações que põem em perigo a ordem pública civil e militar [...] (GUDIN, 1970, p. 67).

Em muitos de seus artigos, ele denunciou a falta de investimento na educação brasileira, apontando o que isso gerava para a nação em termos de desenvolvimento intelectual da sociedade, elemento essencial para o fortalecimento das instituições democráticas.

A democracia, apesar de ser um dos pilares da teoria liberal, tornou-se, no discurso de Gudin, um elemento a ser agregado, mas não o principal: o fim era o desenvolvimento nacional, os meios poderiam passar pela democracia ou não. O importante era que os meios estivessem

norteados pelo ideário da liberdade de comércio, que desenvolveria a riqueza em toda a nação, orientado por um único propósito, o desenvolvimento do Brasil, uma nação subdesenvolvida, pobre e com uma economia frágil, em sua visão. Para o economista, o desenvolvimento não dependia da democracia; com ela, o Brasil não havia conquistado o avanço, e, portanto, sacrificá-la não significava impedir o cumprimento do fim desejado. É importante salientar que, nesse momento, o conceito de liberdade ganhou uma conotação de acordo com o contexto: a liberdade econômica seria vital para o projeto de desenvolvimento liberal.

Essa concepção de liberdade em Gudin somente pode ser entendida na perspectiva de que a democracia seria bem-sucedida se fosse com base na liberdade maior, que seria a liberdade econômica, a sustentação da propriedade privada.

Não pode haver liberdades civis nem democracia onde o governo é economicamente onipotente. Capitalismo, diz muito bem o articulista, é apenas o nome de um sistema de liberdade econômica. Em regime predominantemente socialista, não pode haver liberdade econômica, nem liberdade política (GUDIN, 1970, p. 19).

Ao defender a intervenção militar em 1964, o economista acreditava que estava defendendo a liberdade econômica no Brasil, especialmente porque visualizou no horizonte político nacional a possibilidade de um levante comunista. Dessa forma, defender a liberdade econômica seria garantir a futura liberdade política.

Há outro fator a ser observado nesse ideário: a fragilidade da democracia no Brasil. Essa instituição, para o autor, não lograva estabilidade há muitos anos, e um dos argumentos do economista era o de que o grau de educação cívica no Brasil era muito baixo, gerando um eleitorado facilmente iludido por propostas populistas e produzindo candidatos corruptos e demagogos. Não existiam projetos políticos fortes, com consistência de ideias, e os partidos não representavam propostas, mas sim interesses particulares.

Em artigo no Jornal *O Globo*, em 1962, Gudin afirmou: ‘Se me perguntassem qual o maior problema político do mundo hoje, eu diria que é o da disparidade entre a forma de governo, isto é estrutura política, e o grau de educação cívica dos povos’ (GUDIN, 1965, p. 114).

Assim, a história da República brasileira foi marcada por uma democracia vestida de oligarquias e corrupção. A revolução, em 1930, tinha a intenção de implantar a “verdadeira democracia”, nas palavras do autor, mas resultou em uma ditadura que durou 15 anos. “É que não basta um texto constitucional, por melhor que seja, para instaurar um regime que é função genética do grau de educação política” (GUDIN, 1965, p. 116).

A história, para Gudín, teria uma dinâmica natural, espontânea, que não poderia ser alterada por planos, projetos e constituições. O desenvolvimento se daria por meio de ações racionais do Estado, que promoveria um contexto de liberdade e de educação. Isso facilitaria a espontaneidade do desenvolvimento, porém o tempo e o modo não poderiam ser previstos ou coordenados, porque esse desenvolvimento independeria da vontade dos homens, porque seria fruto de sua ação. Movidos por diferentes interesses, os homens constroem contextos melhores que os outrora vividos.

Ao analisar a história do Brasil, o economista constatara que, desde a Constituição imperial, o Poder Moderador se fazia presente, buscando adaptar o ideário do regime inglês à realidade brasileira. Assim, o Poder Moderador, do Imperador, foi peça fundamental nesse contexto.

Na Inglaterra a substituição de um partido por outro no poder depende de novas eleições; o partido majoritário na Câmara dos Comuns assume o governo do país. Ao passo que, no Brasil Imperial, podia o Imperador, em casos de crise, promover a substituição de um governo liberal por um conservador, ou vice-versa, independentemente de eleições que só a posteriori se realizavam, com o habitual resultado favorável ao partido do poder [...] graças a esse mecanismo, a esse instituto, do Poder Moderador, que foi possível transplantar para o Brasil o regime inglês (GUDIN, 1965, p. 116).

Segundo Dreifus (1981), Gudín, com sua teoria do poder moderador, teria sido o criador do mito que sustentaria ideologicamente a existência do governo militar. “Contudo, e apesar da evidência histórica, o mito do papel moderador proporcionou a racionalização para o controle militar autoritário do sistema político depois de 1964” (DREIFUS, 1981, p. 82)

Oliveira (2003) também considera que Gudín foi um dos líderes ideológicos da ação militar em 1964, um representante da classe burguesa e um dos “patriarcas do liberal-autoritarismo brasileiro” (p. 193).

Para Gudín, as Forças Armadas foram a grande herdeira do poder moderador, devendo intervir em momentos de “salvação pública”, como os de 1930, 1945, 1954 e 1964.

A mudança de forma de governo, de monárquico para republicano não tivera, como não podia ter, o efeito mágico de melhorar subitamente os costumes e a educação política. A República não podia, portanto dispensar, nas horas de crise, o recurso ao Poder Moderador. Mas com o desaparecimento do monarca, a quem poderia passar o exercício desse poder? As forças armadas ou ao Poder Judiciário, únicos que se devem conservar alheios às lutas políticas (GUDIN, 1970, p. 69).

Com base nesse construto, Gudín defendeu a existência do poder moderador, afirmando que o Brasil seria dependente dessa instituição até o dia em que a educação fosse realidade para

todos os cidadãos. Então, estes poderiam se governar por meio da tão esperada democracia. No entanto, no pós 64, a instabilidade política ainda caracterizava o longo horizonte nacional, e um Estado politicamente forte seria necessário para proteger a liberdade econômica.

O poder moderador, ideal possível de prática política para o país, testado e aprovado desde os idos do Império, deveria permanecer, com base nas Forças Armadas e na Constituição de 67, inclusive como antídoto aos rebeldes que ameaçavam a ordem, pois o espaço que ocupavam no passado não deveria mais existir (BORGES, 1996, p. 241).

Mas o fato é que, por trás do conceito de poder moderador de Gudin, vemos sua tese de que essa instituição só seria necessária por falta do fator educação. O que faltava para que o desenvolvimento fosse concreto no Brasil era a educação.

O capitalismo seria o sistema que orquestraria o desenvolvimento, isso é visível ao longo da análise que fizemos dos textos do autor. Porém, no Brasil, o capitalismo precisava elaborar um contexto de maior produtividade; para tanto, eram necessários, por um lado, o capital externo e, por outro, a educação nacional, que seria a base para o processo de desenvolvimento do capitalismo.

Em uma conferência de 1936, cujo tema era “*Educação e Riqueza*”, o economista apontou a necessidade de investimento no que hoje podemos chamar de “capital humano”. Na ocasião, ele incentivava a necessidade de escolas técnicas que preparassem a mão de obra para diferentes tarefas e que, em três anos, formassem engenheiros com boa base em matemática, trabalhos manuais e elaboração de projetos. Esse ensino deveria ser oferecido pelos melhores professores, até mesmo de outros países, na busca pelo aperfeiçoamento de técnicas que ainda não eram praticadas no Brasil. Era necessário preparar mão de obra qualificada para lidar com as demandas do desenvolvimento no Brasil.

Para aperfeiçoar a técnica, base para o desenvolvimento da indústria nacional, seria de suma importância o aprimoramento da pesquisa no país. O Estado incentivaria financeiramente os pesquisadores que proporcionariam ganhos futuros para toda a sociedade.

Segundo Gudin, o Estado era ineficiente, não tinha condições de suprir todas as necessidades do país, mas tinha o dever de agir em áreas como educação e saúde, de incentivar a pesquisa e a disseminação de técnicas agrícolas pelo país.

Assim, a base para o desenvolvimento da industrialização nacional estava no capital acumulado no campo, portanto, seria importante disseminar técnicas modernas para a maior produtividade no campo e também incentivar a ampliação da pesquisa com a finalidade da elaboração de tecnologia. Tais elementos eram essenciais para o desenvolvimento natural da indústria.

O economista sempre foi considerado um conservador, já que defendia a agricultura em um momento em que todos queriam a industrialização. Esse foi um dos pontos do debate que aqui estudamos, mas, na realidade, o que constatamos no pensamento de Gudin é que sua concepção da dinâmica da história estava pautada no processo natural. Dessa lógica, ao longo dos anos, a educação resultaria no aumento da produtividade em todos os setores, o que repercutiria no avanço da industrialização. Isso ocorreria de forma espontânea sem haver a necessidade de o Estado assumir a tarefa a ser desempenhada pelo próprio indivíduo no mercado.

O investimento na educação também formaria um indivíduo com conhecimento de várias ideias; a ampliação dessas possibilidades de pensar seu espaço formaria um eleitor mais consciente quanto à escolha de seus governantes. Assim, a base para o desenvolvimento estaria na educação, no investimento no indivíduo, que é o motor da história. Em artigo no *O Globo*, em 1960, Gudin expôs a seguinte ideia:

[...] o ÚNICO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DURÁVEL, a única decolagem firme, o único take off verdadeiro, capaz de resistir à evolução da procura mundial como da técnica, É AQUELE QUE SE ESTEIA NA CAPACIDADE HUMANA, isto é, NA CIVILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DO HOMEM.

Pena que isso seja tão difícil de meter na cabeça e mais ainda no caráter dos homens de governo dos países subdesenvolvidos como o nosso, em que o valor de um governo se afere unicamente pelo volume das obras novas que ele inaugura ou promove, sem sequer indagar-se qual a produtividade desses investimentos nem quais as contas a pagar que ela deixa, no país e no exterior (GUDIN, 1965, p. 93, destaques do autor).

O que precisava ser construído no Brasil para vencer o subdesenvolvimento não seria uma nova capital ou prédios de concretos; o que se deveria construir seria um homem brasileiro, que tivesse suas características naturais, sua genética e sua história, de seu clima e território, mas que fosse livre para elaborar suas ideias e executá-las. A educação seria o meio para que o sistema atingisse não só a razão do indivíduo, mas também sua postura diante do mundo, sua moral.

Esse problema de ordem moral, somado à falta de tradição com governos legitimamente democráticos, fizera do país um lugar em que os indivíduos desenvolveram vícios que afetariam o desenvolvimento da democracia, e explicaria também a falta de políticos sérios que se importassem com as questões do povo. Portanto, segundo Gudin, a democracia não seria uma instituição coerente com a realidade do Brasil, mesmo que fosse o alvo a ser atingido um dia, ou seja, o contexto real não apontava para tal realidade.

Ao mesmo tempo, Gudin seguiu e acompanhou os anos do governo militar, mas denunciando seus abusos. No início da década de 1970, o economista assumiu a liderança do discurso contra o estatismo, denunciando o processo de crescimento das empresas estatais, como mostrou Bresser Pereira (1985).

Nesse momento, era grande o número de descontentes com a ditadura militar, e Gudin, utilizando suas ideias como forma de protesto, destacou-se no cenário.

Não há consenso sobre o significado ideológico e o impacto político da chamada campanha pela desestatização. Na época, houve quem visse naquele clamor contra o ‘estatismo’ – que teve início com a escolha de Eugênio Gudin como Homem do Ano pela revista *Visão*, em 1974 – uma das alavancas fundamentais do processo de abertura [...] (LAMOUNIER, 1994, p. 76).

Ainda sobre esse contexto, Borges (1996) mostra que outros autores reconheceram a importância da figura de Gudin no processo de questionamento do governo militar, principalmente do governo de Geisel. É o caso de Cruz e Martins:

Exercida sobre o governo Geisel em seus primeiros anos foi constituída a campanha da antiestatização. Deslançada pelo discurso de Eugênio Gudin ao receber o título de Homem de *Visão* – 1974, ela se mantém, por dois anos seguidos, impulsionada pelos maiores jornais e pelas revistas de negócios mais importantes do país, mobilizando lideranças e entidades empresariais, que tornam públicos os seus temores quanto ao avanço desregrado da intervenção estatal na economia e fazem propostas no sentido de refreá-la. Alguém se referiu a essa campanha como a ‘rebelião empresarial’. Ela sacudiu o poder em suas bases sociais mais sólidas (Velasco e Martins, 1983, p. 54) apud (BORGES, 1996, p. 242).

Compreendemos que os conceitos que constituem as ideias de Gudin são produtos de seu contexto. Nesta breve análise de seu pensamento, podemos observar o confronto entre suas ideias e as de Furtado, constatar que esse debate se construiu com base em diferentes visões da dinâmica da história e que esses diferentes discursos deram origem a diferentes propostas políticas para solucionar o problema do subdesenvolvimento brasileiro.

5 Capítulo 4 - O Debate em Perspectiva

A proposta para este capítulo é apontar as características fundamentais do debate teórico entre Eugênio Gudin e Celso Furtado, identificando, nesse debate, suas diferentes concepções acerca da dinâmica da história no Brasil. Buscaremos contextualizar esse debate, considerando que, no momento, existia uma intensa discussão acerca dos possíveis caminhos para que o Brasil alcançasse o desenvolvimento. Para tanto, analisaremos o espaço de sociabilidade no qual ocorreu o debate, especialmente as conferências e os periódicos. Focalizaremos também a figura do intelectual na discussão da política brasileira, salientando seu papel na elaboração de projetos políticos distintos. De uma perspectiva mais ampla, consideramos o debate entre Gudin e Furtado como um dentre outros que giraram em torno das distintas possibilidades para a superação do atraso econômico do Brasil.

Abordaremos, portanto, os principais temas debatidos pelos dois autores, como inflação, planejamento, intervencionismo, industrialização. Esses são os temas encontrados nos textos em que, diretamente ou indiretamente, eles trocaram argumentos a respeito dos problemas e de suas possíveis soluções.

Com base nessa abordagem, podemos visualizar seus diferentes conceitos de dinâmica da história, assinalando que tais conceitos estão na base dos argumentos que cada um elaborou, ou seja, que as bases desse debate estão nas diferentes visões de história ou de sua dinâmica.

5.1 Debate e a Historiografia

Primeiramente, salientamos que, em sua maioria, os autores que escreveram sobre a historiografia econômica do Brasil observaram que, principalmente a partir dos anos 1930, formatou-se no país um debate entre dois ideários: o do liberalismo e o do nacional-desenvolvimentismo. Obviamente, o ideário do socialismo também fez parte do debate⁷, imprimindo-lhe um alto grau reformista.

De nossa perspectiva, a grande questão do debate é a necessidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois tanto Gudin quanto Furtado não visualizavam no “horizonte de expectativas”, no futuro, outro sistema que não fosse o capitalismo: o do livre mercado ou o gerenciado pelo Estado. Portanto, pensar o desenvolvimento do capitalismo seria pensar o

⁷ Para mais esclarecimento acerca do assunto, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

desenvolvimento da própria História do Brasil. Assim, delimitamos a análise bibliográfica a essa problemática.

Há duas obras que tratam da história do pensamento econômico brasileiro de forma sistemática, e, para parte da historiografia⁸, essas obras teriam inaugurado essa fase de análise do pensamento econômico brasileiro. As obras são resultantes das pesquisas de doutorado de Guido Mantega e de Ricardo Bielschowsky realizadas na década de 1980, o momento histórico de decadência das ideias desenvolvimentistas. Nelas, encontramos uma análise tanto do desenvolvimentismo como pensamento majoritário no Brasil até a década de 1980 quanto do debate travado com outros ideários, como o liberalismo. O objetivo dos autores foi mapear e analisar o pensamento econômico brasileiro até o final da década de 1960. Nos resultados apresentados, ambos ressaltam a ideia de que a temática do desenvolvimento e subdesenvolvimento orquestrou o pensamento e o debate econômico no Brasil até a década de 1960.

A pesquisa de Ricardo Bielschowsky resultou no livro: *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Trata-se de uma abordagem sistemática do contexto em que ambos os ideários se processaram e se chocaram, construindo o debate que marcou as décadas de 1940 a 1960. O autor elabora o conceito de ciclos ideológicos do desenvolvimentismo, destacando a existência de diferentes correntes: desenvolvimentista estruturalista; liberalismo; socialismo.

Ele sinaliza também a importância que o debate entre Simonsen e Gudin teve para esse contexto:

[...] em fins de 1943, como já observamos, teve lugar o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, provavelmente a primeira reunião ampla, na história do país, voltada para debates sistemáticos sobre a economia brasileira; durante o ano de 1944, transcorreram debates no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que trouxeram como resultado mais conhecido a famosa controvérsia entre Simonsen e Gudin e, embora não tão conhecida, uma proposta de criação de uma Junta Nacional de Planificação, formulada por Simonsen [...] (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 269).

A figura de Gudin é apresentada não apenas como líder da corrente liberal no Brasil, mas também como um economista que participou do primeiro debate marcante acerca dos rumos que a economia deveria tomar no Brasil. De um lado, Gudin defendia o avanço do setor

⁸ BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MALTA, Maria. **Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Stuart**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

agrário para a obtenção de maior produtividade e, portanto, de maior acúmulo de capital, que, posteriormente, poderia ser investido na indústria. De outro, Simonsen defendia a ideia da industrialização imediata, subsidiada pelo Estado.

Na década de 1950, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a intensificação na difusão das ideias estruturalistas, desenvolvimentistas, o debate se tornou mais acirrado. De um lado, o liberalismo tentando desmitificar o pensamento desenvolvimentista; de outro, o desenvolvimentismo buscando se consolidar como discurso político, na busca da superação de ideias ortodoxas.

Mantega (1984) também sinalizou a figura de Celso Furtado como fundador da economia política brasileira, que seria resultado do debate teórico de duas frentes: liberalismo, representado desde a década de 1940 por Gudin, e desenvolvimentismo, representado por Simonsen.

Destacamos também, na história do pensamento econômico brasileiro, abordagens de outros intelectuais que também participaram desse debate acerca do desenvolvimento. Dentre outros, Fanganiello (1970), com o estudo sobre Roberto Campos; Mamigonian e Rego (1998), organizador de uma coletânea sobre Ignácio Rangel; Iglesias (1981); Bresser Pereira e Rego (2001); Mallorquin (2005); Sabóia e Carvalho (2007); Lima e David (2008); Araújo (2009); Silva (2011) e Aguiar (2013), autores de uma série de trabalhos acerca do intelectual Celso Furtado.

Identificamos, ainda, aqueles que se dispuseram a entender o contexto do debate acerca do desenvolvimento no Brasil e se incluem nessa tarefa de estudar o pensamento econômico brasileiro. Dentre suas obras, mencionamos as seguintes: *Conversas com economistas brasileiros*, de Biderman, Cozac e Rego, (1996); *50 anos de ciência econômica no Brasil*, organizado por Maria Rita Loureiro (1997); *Ensaio da História econômica no Brasil contemporâneo*, de Tomás Szmrecsányi e Francisco Oliveira (2007).

Importa, para o trabalho, mostrar que a historiografia observou a existência de um debate específico entre Gudin e Furtado. É o caso da obra de Maria Angélica Borges, na qual Furtado é apresentado como um adversário de Gudin:

Por seus adversários foi visto como retrógrado, ligado a uma postura conservadora, defensor dos interesses alienígenas. Isto se deu com Roberto Simonsen, com Celso Furtado e com os desenvolvimentistas em geral, unindo, do centro à esquerda, críticos à sua postura neoliberal. Com a mesma veemência com que lutou contra as ideias de Roberto Simonsen, esgrimou com Celso Furtado, protestando contra o discurso econômico, que procurava uma explicação própria para o nosso atraso em relação aos polos hegemônicos do capitalismo mundial. Bradava que existia somente uma teoria econômica que podia ser reconhecida como ciência (BORGES, 1996, p. 275).

5.2 As Personagens e o Cenário: os intelectuais e o espaço de sociabilidade

Consideramos que, antes de pensar os cenários desse debate, é importante observar quem eram suas figuras, suas personagens. Em capítulos anteriores, buscamos, de forma detalhada, analisar suas ideias, porém, para compreender o debate, é essencial analisar os debatedores. Gudin e Furtado, sobretudo, elaboraram o debate conforme o pressuposto de sua posição: a intelectualidade. Intelectuais, com teorias originais, ou adquiridas, eles professavam seus argumentos segundo seus pressupostos teóricos com a finalidade de pensar a política e a economia do Brasil.

Em nenhum momento nossa pretensão neste trabalho foi fazer uma história dos intelectuais; no entanto, consideramos que alguns elementos dessa área da História seriam importantes para compreendermos o debate em questão.

Na atualidade, muitos se consideram intelectuais, mas o que seria um intelectual? Segundo Sirinelli (2003), a acepção de intelectual não é única e sim polissêmica. As duas concepções mais utilizadas são: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...]” (SIRINELLI, 2013, p. 242).

Uma das questões levantadas por Sirinelli (2003), essencial para este trabalho, é de que o campo intelectual é um cenário de conflitos de ideias, de debates, uma outra faceta do político: “[...] Este meio, é em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do político (as disputas eleitorais, sobretudo) [...]” (SIRINELLI, 2013, p. 261). Tal formulação leva-nos a refletir sobre como as ideias se transformam em práticas, já que o debate entre Gudin e Furtado não se concretizaria no poder, mas nas ideias. Assim, ele estaria inserido na história política, que se constrói com um novo pensar da própria política.

Segundo Miceli (2001), no Brasil, desde a década de 1920, os intelectuais se coadunam com a classe dirigente, muitas vezes ocupando posições importantes nos setores público e privado. Esses intelectuais, no entanto, não deixam de ter idiosincrasias individuais. Analisar a idiosincrasia no grande contexto em que cada intelectual se coloca é uma tarefa árdua, embora importante para entendermos até que ponto essas individualidades se formatam como força política.

A força intelectual, seja a de Gudin seja a de Furtado, criou gerações de seguidores, que fizeram ressoar seus postulados na academia, nos centros de pesquisa e até mesmo no governo. Assim, muitos ministros ao longo do século XX ainda defendiam o liberalismo econômico de Gudin ou o desenvolvimentismo de Furtado.

As ideias desses homens moldaram parte da história política e econômica do Brasil. Eles não eram meros portadores de opiniões, mas apresentavam soluções fundamentadas por suas pesquisas e estudos teóricos, com o objetivo de nortear o Brasil na luta contra o subdesenvolvimento. Em suma, o debate se configurou entre intelectuais, homens portadores de uma convicção teórica capaz de mudar a história.

No entanto, no enfrentamento, tais intelectuais construíram cenários diversos, que podemos denominar de espaços de sociabilidade.

Segundo Gotijo (2005), a noção de sociabilidade vem sendo observada por diferentes áreas, como antropologia, sociologia e história. Max Weber visualizou as estruturas de poder encontradas na sociedade e deu importância ao Estado, à Igreja, à comuna, à família, caracterizando-as como “sociologias das associações”. Vários trabalhos se desenvolveram nessa perspectiva que considera a sociabilidade como forma autônoma de associação. Sendo assim, o debate se torna uma das possibilidades de sociabilidade.

[...] Georg Simmel, [...] considera a sociabilidade como uma forma autônoma ou lúdica de associação, um fenômeno que, em sentido estrito, pode ser caracterizado pelo ‘estar com um outro, para um outro, contra um outro’, de modo a estabelecer vínculos aos quais se atribui algum valor devido à satisfação que promovem (SOIHET, 2005, p. 260).

Há uma especificidade no meio intelectual, em sua sociabilidade, e Michel Trebitsch (1992) mostra como ela se desenvolve. De sua perspectiva, o espaço público é o grande meio de debate político, nele se faz o intelectual moderno. Para o autor, não há intelectual sem um espaço público de debates; tais espaços são lugares de sociabilidade, essenciais para a formação do intelectual.

Cabe ressaltar o quanto eram valorizados os debates nas palestras, nos encontros e congressos de economia, entre liberais e desenvolvimentistas. Mesmo quando contrariados, tais intelectuais não hesitavam em participar dos debates, pois viam neles um estímulo para o desenvolvimento de suas teorias. O próprio Eugênio Gudín foi quem aprovou a publicação do “Manifesto da Cepal”, como ficou conhecido o texto de Raul Prebisch. Mesmo discordando das ideias deste, o primeiro acreditou ser importante sua divulgação, demonstrando a importância que dava ao debate das ideias.

Outra questão relevante apresentada por Trebitsch (1992) é que cada grupo de intelectuais possui seu próprio conjunto de valores, ou seja, os indivíduos abrem mão de seus interesses em favor do interesse do grupo, já que são unidos por valores comuns. Na perspectiva de Sirenelli (1996), isso seria uma “cultura comum”, uma aproximação ideológica que resultaria

em um tipo de rede de sociabilidade; nesse momento, ocorreria uma interação peculiar ao microcosmo desse grupo de intelectuais, delimitando e formatando suas formas de ação. Tanto entre os liberais quanto entre os desenvolvimentistas cepalinos, com seus subgrupos, há especificidades de ação, de produção e de exposição de ideias, de uso de estratégias, etc.

Para Sirenelli (1996), os intelectuais são intérpretes da realidade, de seu meio, de seu tempo; eles criam diagnósticos e prognósticos de seu contexto; são atores da esfera política e produzem conhecimento. O debate é fruto desse movimento.

No debate em questão, o suporte para as ideias foram, principalmente, revistas, jornais e livros. A escrita foi o canal mais utilizado por esses intelectuais para tentar convencer o leitor de que seus argumentos eram os mais coerentes.

Entre as atitudes ou práticas que fundam a sociabilidade intelectual está a elaboração de escritos comumente identificados como efêmeros, por possuírem o objetivo imediato de persuadir o interlocutor, através de argumentos nem sempre concluídos; do investimento em polêmicas; dos recursos a frases de efeito; da constante elaboração e revisão de diagnósticos e prognósticos; da manifestação de impressões. Esse conjunto de textos inclui a correspondência privada, os artigos dados a ler em periódicos, assim como alguns discursos e assemelhados [...] (SOIHET, 2005, p. 263).

Consideramos importante, neste momento, abordar como se configurou o espaço de sociabilidade para o debate em questão. Para isso, precisamos mapear como essas ideias formaram os grupos intelectuais e que ferramentas esses grupos utilizaram para expandi-las.

5.3 Cenários do Debate

No período de 1930 a 1964, podemos observar a expressão clara do pensamento econômico brasileiro, que se mostrou em forma de debate. De um lado, o nacional desenvolvimentismo e, de outro, o liberalismo.

A historiografia mostrou-nos que, até os anos 1930, o liberalismo tinha forte tradição ideológica no Brasil, porém, a partir da crise internacional, o liberalismo precisou ser rediscutido. Na análise do pensamento de Gudín, percebemos seu esforço para reinterpretar o pensamento liberal na nova conjuntura de crise no capitalismo. Nesse novo horizonte, surgiu também o pensamento desenvolvimentista.

Tais ideários se alojaram no pensamento intelectual, que era expresso nesses espaços públicos, nesse espaço de sociabilidade. Para a representação desse antagonismo, foram promovidas instituições, nas quais os diferentes pensamentos eram debatidos.

Na prática, esses intelectuais promoviam os congressos e as conferências de economia, publicavam revistas e sustentavam os grupos de pesquisa, criando, assim, os cenários para a proliferação do pensamento econômico brasileiro, principalmente desde a década de 1940.

Em 1943, ocorreu no Brasil o primeiro congresso de economia, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento foi um desdobramento do I Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em 1944 em São Paulo, e do I Congresso Nacional das Classes Produtoras, de 1945. Tais eventos tiveram uma singularidade: foram os primeiros a tratar da questão da industrialização como um projeto para o desenvolvimento da nação. Tal projeto se articulava em oposição ao pensamento liberal de Gudin, gerando assim o clássico debate entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, já abordado no capítulo anterior.

A importância desses congressos industriais da década de 1940 explica o comportamento dos industriais como atores sociais, principalmente no tocante à questão do conflito entre liberalismo econômico (defendido por Gudin) e desenvolvimentismo/ industrialismo (defendido por Simonsen) (AQUINO, 2010, p. 61).

O fato é que esse debate inaugurou uma fase de intensa proliferação de pesquisas acerca da situação da economia brasileira e latino-americana, nas quais se expressavam as acirradas oposições teóricas, principalmente entre liberais e desenvolvimentistas. Estendendo-se pelos próximos anos, os intensos debates aglutinaram os intelectuais e seus diferentes grupos, os quais, com suas diferentes ferramentas, fundados em concepções distintas acerca da dinâmica da história no Brasil, divulgavam seus projetos de nação.

Segundo Loureiro (1997), o principal núcleo de militância intelectual dos economistas liberais foi a Fundação Getúlio Vargas. Criada em 1944, com o apoio direto de Eugênio Gudin, juntamente com o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, sua finalidade era formar grupos voltados para a pesquisa econômica. Em 1950, esses grupos se organizaram no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Ainda em 1948, uma equipe composta por Gudin e Bulhões fundou a *Revista Brasileira de Economia*, considerada a primeira revista de economia acadêmica do Brasil. Outro periódico importante nesse contexto foi a revista *Conjuntura Econômica*, criada em 1947 sob a direção de economistas desenvolvimentistas, mas que, em 1952, passou a ser editada pela equipe de Gudin.

Uma instituição que também teve participação nos debates foi o Conselho Nacional de Economia (CNE) com suas publicações, como o relatório anual, *Exposição geral sobre a situação do Brasil*, e a *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Esse conselho teve atuação à medida que defendia as teses liberais de controle da inflação e de luta contra os abusos do

intervencionismo estatal. Segundo Bielschowsky (2000), o CNE manteve essa vertente até a primeira metade da década de 1950 e, depois, tornou-se mais eclético.

Nesse contexto, destacaram-se outros núcleos de relevância do pensamento liberal, como a Confederação Nacional do Comércio (CNC), organizadora do I Congresso Brasileiro de Economia, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP). A revista *Digesto Econômico*, periódico de responsabilidade da ACSP e FCSP, embora tenha se mostrado aberta a diferentes ideias, teve como um dos maiores colaboradores Eugênio Gudin.

Assim, fica evidente a luta de Gudin contra o desenvolvimentismo: seus escritos não eram apenas a expressão de sua teoria, mas a recusa da teoria desenvolvimentista que estava se destacando no cenário intelectual, principalmente a partir da criação da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina) em 1949.

Uma marca desse período, que tanto faz falta nos dias atuais, era o respeito entre as diferentes ideias. Mesmo não concordando com muitos dos pontos das análises cepalinas de Raúl Prebisch, Gudin sempre manteve um ótimo relacionamento com ele, sendo o primeiro a publicar o manifesto da Cepal, texto que inaugurou o pensamento cepalino no Brasil.

Em 1951, Furtado conseguiu publicar o texto de Prebisch na *Revista Brasileira de Economia*, na qual também participava e sob a supervisão de Eugênio Gudin. Posteriormente, narrando uma visita a Gudin, ele contou a impressão que este manifestou acerca do texto de Prebisch:

[...] Fiz-lhe uma visita de cortesia e pude constatar que ele havia lido o texto e feito algumas anotações. Tomou-o nas mãos e observou: ‘A verdade é que nós, economistas, não lemos uns aos outros. Na mesma época em que Prebisch começou a falar de ‘periferia’, eu me referi a ‘economias reflexas’. Era autêntica a admiração que devotava ao colega argentino, que conhecia como dirigente famoso do Banco Central [...]’ (FURTADO, 1997, p. 161).

Esse foi um momento em que os dois tiveram contato direto.

Além disso, Furtado trabalhou na revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas e, antes mesmo de participar da CEPAL, publicou, em 1948 e 1949, seus primeiros textos na *Revista Brasileira de Economia*, também editada pela FGV.

A heterogeneidade de ideias contida nessas revistas demonstra que essa geração de intelectuais estava aberta ao diálogo e que os debates buscavam o aprimoramento e não a negação das ideias.

Ainda a respeito de Gudin, Furtado (1997, p. 161-162) afirmava:

O professor Gudin era mais cético com respeito à eficácia dos instrumentos de intervenção do economista. Era um representante típico das velhas classes dirigentes, que se deliciava na leitura de Renan e Anatole France. Com respeito a este último, observou-me certa vez que ficara gagá no fim da vida. Retruquei que o socialismo de Anatole France fora fruto de seu gosto de *épater*, do desejo de manter-se em evidência, do ciúme da popularidade de Georges Ohnet, mas que sua sensibilidade para o social sempre existira. Homem de extraordinária presença, o convívio com o professor Gudin era sobremodo gratificante. Estava sempre disposto a transigir. Como bom eclético, sabia que a verdade não podia estar totalmente de um lado [...]. Seu fino ceticismo se prolongava em pessimismo quando se tratava de observar a realidade econômica brasileira, como se tivesse dúvidas profundas sobre a firmeza de caráter de gente deste país. Formara-se em uma época em que era opinião corrente que um país sem fontes próprias hulha não tinha vocação industrial. O Brasil não era apenas um país condenado a viver da agricultura, era também um país de solos pobres [...].

O debate ocorria até mesmo nos bastidores das revistas, nas propostas de artigos, em sua aprovação, mas a disposição de Gudin ao concordar com a publicação de um texto que contradizia seu próprio ideário mostra que ele era aberto à pluralidade de argumentações e à liberdade de pensamento.

[...] Era suficientemente perspicaz para dar-se conta de que não se combatem ideias dificultando sua circulação. A luta se daria no próprio terreno das ideias, podendo para isso mobilizar as baterias pesadas das sumidades internacionais (FURTADO, 1997, p. 249).

Com a publicação do texto de Prebisch, as ideias cepalinas se cristalizavam e o debate também. No entanto, o campo de batalha não se caracterizaria pela retenção dessa possibilidade, pelo silenciamento dessas ideias, e sim pela oportunidade do próprio debate, da discussão, da troca de palavras.

Em 1949, quando foi publicado pela primeira vez, o texto de Prebisch causou um grande alvoroço no meio acadêmico. O próprio Gudin buscara comentários de professores americanos, como Jacob Viner e Haberler, acerca das teses ali contidas. Assim, segundo Furtado (1997), Gudin foi um dos iniciadores da ofensiva intelectual contra as ideias da Cepal a partir de 1950.

[...] Assim, a partir de 1950, abriu-se por iniciativa deste [Gudin] uma ofensiva no plano acadêmico contra as ideias da CEPAL. Ou, caso se prefira o ângulo oposto, um esforço para restabelecer a verdade em pontos essenciais de doutrina, particularmente no que respeita a teoria do comércio internacional. Dentre os muitos professores ilustres convidados para participar dessa cruzada de purificação ideológica, ninguém era mais eminente do que o professor Viner, da Universidade de Princeton. Coube-lhe fazer uma série de seis conferências, entre junho e agosto de 1950, na Fundação Getúlio Vargas, que enfeixavam um bela e rigorosa exposição do pensamento ortodoxo. Uma das conferências foi dedicada a demonstrar a total falta de fundamento das inquisições de Prebisch, esse heresiarca que estava confundindo os espíritos despreparados (FURTADO, 1997, p.249).

Nas palavras de Furtado, fica evidente que existia realmente um debate e que as conferências eram armas para essa batalha, que contava com intelectuais internacionais, como Jacob Viner, um dos grandes inspiradores de Gudin.

Ainda sobre esse período, a sensação de Furtado era a de que a linha dos intelectuais liberais se fortalecia, e que a simples discussão não acalmaria os ânimos. No entanto, o contexto propiciava um novo momento do debate à medida que as ideias se fortaleciam e as rivalidades se salientavam.

[...] carecia de sentido discutir com o Professor Gudin sobre certas matérias. O que devia preocupar era a influência que ele tinha, que traduzia a preeminência do complexo primário-exportador na visão do Brasil (FURTADO, 1985, p. 139).

O acirramento das rivalidades entre liberais e desenvolvimentistas é explicado também pelo próprio fator político: em 1951, teve início o governo democrático de Getúlio Vargas, assumidamente defensor do nacional desenvolvimentismo.

Por ocasião de um evento, nesse mesmo ano, Ragnar Nurkse visitou a FGV e abordou a temática do subdesenvolvimento, instigando Furtado a rebater suas ideias no texto *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1952 pela *Revista Brasileira de Economia*. Em 1953 Nurkse, também na *Revista Brasileira de Economia*, em tom amistoso, publicou uma réplica a Furtado. Além disso, no mesmo número da revista, foram publicados outros textos, como os de E. M. Bernstein, Robert E. Baldwin e Eugênio Gudin, nos quais os autores atacavam diretamente a teoria da Cepal. O texto de Gudin, intitulado *O caso das Nações Subdesenvolvidas*, que analisaremos adiante, foi o que mais incomodou Furtado.

A partir de então, o convívio amistoso em um mesmo periódico já não seria possível, mas esse não era o fim do debate: nesse novo momento, em vez de conflitos teóricos ocorreriam guerras teóricas.

Os desenvolvimentistas também se organizaram em grupos. O Clube de economistas foi criado em 1954, no Rio de Janeiro, sob a liderança do intelectual Celso Furtado. Desse clube, surgiu a *Revista Econômica Brasileira*, cujas edições se mantiveram entre 1955 e 1962. O clube correspondia ao objetivo de se criar uma instituição desenvolvimentista nacionalista como alternativa, tendo em vista os atritos com o grupo da FGV- RJ e a *Revista Brasileira de Economia*, liderada por Gudin.

Outro grupo criado na mesma época que o Clube de Economistas foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

[Os intelectuais] desembocaram na industrialização como meta prioritária para a situação brasileira naquele momento. Entretanto, a liderança do movimento ficou nas mãos de um grupo de intelectuais de centro esquerda denominado Grupo de Itatiaia... esse grupo se transformaria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) [...] encarregado de discutir os grandes problemas nacionais e de auxiliar na elaboração dos programas de governo (MANTEGA, 1987, p. 12).

Criado em 1955, ainda no governo de Café Filho, o ISEB funcionou como um órgão do Ministério da Educação e Cultura e tinha como intuito divulgar as ciências sociais e coordenar e promover estudos voltados para o entendimento do contexto brasileiro, bem como para a busca de soluções para o desenvolvimento nacional. Um dos representantes desse grupo na economia política desenvolvimentista foi Celso Furtado, ministro no governo de Juscelino Kubitschek e participante ativo na elaboração de projetos para os fins da modernização. A instituição teve destacada atuação ao longo do governo JK e, como centro elaborado da ideologia do desenvolvimento, promoveu cursos, conferências, seminários e pesquisas.

Os jornais e as próprias obras dos intelectuais era ferramentas do debate. Gudin, como vimos no capítulo anterior, utilizou-se da imprensa em toda a sua trajetória; Furtado, por sua vez, destacou-se pela produção de obras, que se tornaram clássicos da literatura geral brasileira. Dessa forma, estabeleciam um diálogo não só com seus opositores teóricos, mas com uma sociedade que aos poucos conquistava o acesso a essas leituras.

Na sequência, abordaremos os textos que fizeram desses intelectuais atores do desenvolvimento de teorias voltadas para as questões da economia e, mais do que isso, para a formulação de diferentes projetos políticos. Mais ainda, nesses textos, eles expunham suas concepções diferentes acerca da dinâmica da história no Brasil.

5.4 Temáticas do Debate

A questão central do debate entre Gudin e Furtado sempre foi a da intervenção ou não intervenção do Estado na economia. Sabemos que a discussão foi bem além dessa questão, envolvendo questões de ordem política, bem como distintas concepções da dinâmica da história. Com base na análise das fontes, observamos que, tendo como foco a grande discussão acerca do intervencionismo, o debate foi orientado por diferentes temáticas, dentre as quais: inflação, planejamento, industrialização e produtividade.

5.4.1 A inflação em debate

Após o distanciamento entre liberais e desenvolvimentistas no início da década de 1950, o Clube dos Economistas patrocinou a revista *Econômica Brasileira* que, como já observamos, se tornou uma alternativa de divulgação do desenvolvimentismo. Em 1955, nessa revista⁹, na seção denominada “Crítica Bibliográfica”, foi publicado um comentário de Celso Furtado acerca da obra mais conhecida e divulgada de Gudin: *Princípios de Economia Monetária* (1943). Por décadas, essa obra não só foi um clássico para os estudos econômicos no Brasil, como também a expressão teórica da ligação de Gudin com o monetarismo.

No início do texto, Furtado (1955) exalta a figura de Gudin, observando que a obra era relevante para as ciências econômicas no Brasil e, portanto, como uma obra de tamanha magnitude, deveria ser analisada e colocada em discussão. Nas palavras do autor: “[...] é injustificável [...] que suas ideias centrais não sejam submetidas à prova do debate, prova esta sempre tão fecunda para um homem de pensamento” (FURTADO, 1955, p. 120). Fica claro que, nessa discussão, estava implícito o debate com Gudin.

Seu primeiro destaque na análise do texto é o argumento de Gudin de que na teoria de juros de Wicksell não estaria descartada a teoria quantitativa da moeda. Faremos uma breve explicação dessas teorias, pois elas ampliam a visão do debate.

Segundo a teoria de juros de Wicksell, existiriam duas taxas de juros: a taxa de juros do mercado, norteadas pelos bancos, e a taxa de juros natural, resultado de vários elementos, tais como: procura de capital para o investimento e oferta de poupança; rendimento que se espera obter do novo capital. Portanto, quando a taxa de juros de mercado é menor que a taxa de juros natural, é possível notar o aumento do consumo e, portanto, no primeiro momento, o aumento dos lucros, pois pagam-se juros mais baixos do que seria o rendimento do capital. Tal situação gera um crescimento econômico inicial; porém, com o aumento da procura, a tendência dos preços e dos salários é subir, causando assim um desequilíbrio monetário, em outras palavras, um processo inflacionário.

Por outro lado, na teoria quantitativa da moeda, a tese é de que os preços dependeriam da quantidade e da velocidade da circulação da moeda. Esta seria uma das teorias em que se baseava o monetarismo de Gudin.

⁹ No mesmo número da revista, João Paulo de Almeida Magalhães e José O. K. de Souza fazem críticas a Gudin, principalmente à sua postura de simplificar o desenvolvimento econômico, considerando-o como puro aumento da produtividade, e de negar a industrialização pregada pela Cepal e pelo desenvolvimentismo. O breve comentário desses autores mostra que Gudin foi um dos intelectuais mais confrontados entre os desenvolvimentistas.

Em sua obra *Princípios de Economia Monetária* (1943), Gudin resgatou a teoria de Wicksell, alegando que essa teoria era totalmente coerente com a teoria quantitativa, já que Wicksell, ao analisar a taxa de juros, teria proposto que esta fosse pensada com base na ideia de produtividade marginal. Portanto, a taxa de juros natural cairia com o aumento da produtividade, ao passo que esta geraria mais capital, aumentando o consumo sem atingir o preço, pois a taxa natural poderia caminhar em consonância com a taxa de mercado. Assim, o aumento na quantidade de moeda seria resultado do aumento da produtividade e não simplesmente da ação do Estado ou das instituições financeiras. Esse aumento na quantidade de moeda seguiria o aumento da riqueza.

Para Furtado, esse raciocínio não era verdadeiro. Primeiro, o autor descarta a ideia de que a teoria de Wicksell poderia se conciliar com a teoria quantitativa e faz a seguinte colocação: “Em realidade, ninguém viu mais claramente do que Wicksell a insuficiência do raciocínio quantitativista” (FURTADO, 1955, p. 121).

Na perspectiva de Furtado, a teoria de Wicksell dava base para se pensar na teoria de flutuações do nível geral dos preços, desmistificando a tese da teoria quantitativa de que a quantidade de moeda nortearia os preços. Tal ideia não permaneceria, principalmente após a crise de 1929, quanto se quebrara a crença no equilíbrio dos preços e do mercado.

Ainda segundo Furtado, Gudin tinha uma facilidade imensa de recorrer às novas ideias e aglutiná-las aos seus velhos ideários, de forma que muitas dessas tentativas se tornavam inconciliáveis.

Eis a cena do embate por um dos autores. Antes de analisarmos a resposta de Gudin, cabe-nos observar o contexto do pensamento dos economistas.

Primeiramente, surgiu no meio liberal uma teoria que apoiou o monetarismo, chamada “teoria dos ciclos econômicos”. Tal teoria era a de um dos líderes da escola austríaca, F. von Hayek, que admitia a importância de se ampliar o entendimento da teoria quantitativa, sem descartá-la, mas incluindo o elemento indivíduo como essencial para se compreender a economia. Portanto, observar o elemento indivíduo, potencializado por seu contexto, nada mais era do que admitir a existência de elementos variáveis no processo de desenvolvimento econômico. Esse produto do contexto seria expressão do que podemos chamar história.

Esse autor foi citado por Gudin na obra *Princípios de Economia Monetária* (1943), o que nos indica a semelhança entre suas ideias. Quando Gudin se refere à teoria quantitativa, ele não desconsidera o equilíbrio do mercado, mas admite a intervenção da ação humana no mercado com a variação dos juros, pois a taxa de juros natural seria movida pela ação natural dos homens e pela busca da satisfação de seus interesses individuais. Embora a intervenção

racional do estado ou das instituições financeiras pudesse gerar um contexto artificial de desenvolvimento econômico, não poderia alterar o nível da renda, que seria proporcional ao nível de produtividade.

Quando Furtado critica o pensamento de Gudin, contesta a crença de que o mercado naturalmente tenderia ao equilíbrio e defende a ação racional do Estado, que, ao controlar os juros, estimularia o aumento do consumo e da produção. Assim, mesmo que gerasse um processo de inflação, esse cenário ainda seria benéfico, pois seria uma alternativa para que se desenvolvesse um mercado interno forte e competitivo no Brasil.

Esse primeiro ponto leva-nos novamente à nossa tese de que Gudin via o desenvolvimento como resultado da lógica da ação do indivíduo, e esta seria o motor da história. Por sua vez, Furtado atestava a importância da ação coordenada entre mercado e Estado para a superação do atraso e a mobilização para a modernidade.

Outro ponto destacado por Furtado é a alegação de Gudin acerca da necessidade de poupança para coordenar a taxa de juro, teoria essa presente na tese de Hayek. Para Furtado, mesmo que, em alguns momentos, Gudin quisesse utilizar Keynes, distancia-se dele quando defende a poupança como base para a taxa de juros, já que Keynes postulou a baixa dos juros como forma de se alcançar um aumento da demanda efetiva.

Por fim, Furtado admite a importância da obra de Gudin, salientando que, embora fosse polêmica, essa obra era expressão do interesse pelo aprofundamento das questões econômicas. Por isso, ele indicava e recomendava sua leitura.

A revista apresenta também as observações de Gudin. Em geral, este recebe com humildade intelectual todas as observações, admitindo que muitos temas em economia são tratados de forma condensada, o que, em alguns momentos, foi criticado por Furtado. Ao mesmo tempo, afirma que a crítica deveria prezar pela clareza das ideias.

Outro ponto rebatido por Gudin é o entendimento da teoria quantitativa: tal entendimento não deveria ser simplesmente o de que os preços são norteados pela quantidade de moeda, já que outros elementos fazem a dinâmica dos preços acontecer e eles se resumem aos rendimentos, o que ele considera ser a teoria dos rendimentos: “[...] O quantitativismo de Wicksell é esse da teoria dos rendimentos” (GUDIN, 1955, p. 124).

Acerca do ecletismo denunciado por Furtado, Gudin alega que seu posicionamento não era o de negar teorias antigas para simplesmente acolher as novas e que ele preferia acreditar na possibilidade de “suplementação”, em vez de “suplantação” das ideias. Assim, para Gudin, Wicksell abria caminho para se pensar a moeda e suas tendências de forma mais complexa do que a teoria quantitativa, equacionando alguns elementos outrora não salientados, como a

diferença entre produção de mercadorias de consumo e investimentos e a diferença entre rendimentos gastos em consumo dos rendimentos economizados.

Ao final, Gudin menciona a diferença entre a moeda emitida artificialmente e a moeda emitida por transações do mercado. Para o economista, a emissão de papel-moeda por ordem do governo não gerava riqueza e sim inflação.

Esse foi um dos temas do debate entre Gudin e Furtado, qual seja, o das causas e consequências da inflação. Para os desenvolvimentistas, o mercado se tornava mais dinâmico à medida que se injetava capital na economia, seja por meio da emissão de papel-moeda muitas vezes na forma de subsídios ou gastos públicos seja por meio da expansão de crédito na forma de diminuição das taxas de juros.

Portanto, esse episódio do debate entre Gudin e Furtado nada mais era que um desdobramento do debate acerca da inflação e, dessa maneira, do intervencionismo que a alimentava. Ou seja, um desdobramento do duelo a respeito do que gerava o desenvolvimento: o Estado, por intermédio da intervenção racional, ou a iniciativa privada, que seria prejudicada pelo processo inflacionário.

5.4.2 Planejamento e protecionismo

Provavelmente, foi a partir do governo de JK que mais se ouviram as palavras “planejamento”, “metas”, “plano”. Tais palavras demonstram a ânsia de então no sentido da superação do subdesenvolvimento por meio de ações políticas pontuais e racionais. O Estado seria, então, o grande responsável por acelerar a história do Brasil e não foi por acaso que o lema, conhecido como “50 anos em 5”, tornou-se um marco do governo JK.

Segundo Couto (2011), uma das primeiras ações de JK no poder foi a criação do Conselho de Desenvolvimento, que lançou seu emblemático Plano de Metas, dirigido por Lucas Lopes e Roberto de Oliveira Campos. O plano contemplou diferentes áreas, como indústria de base, alimentação e educação. No geral, eram 31 metas, que se desdobravam nos campos de energia, transporte, construções e reequipamento de estradas, incentivos à agricultura e sua modernização. Por fim, a metassíntese, a materialização da modernidade seria a construção de Brasília.

Ainda em 1962, Gudin lançou uma série de artigos no Jornal *O Globo*, intitulados Economia e Política e Literatura. Esses artigos tinham como objetivo criticar Furtado e sua crença no planejamento. Nessas críticas, identificamos diversas questões, tais como: inflação,

capital externo, desemprego, distribuição de renda, todas gravitando sobre o tema do planejamento e do intervencionismo.

Primeiramente, na visão de Gudin, Furtado desprezava princípios básicos da economia, principalmente quando delegava ao Estado a função que seria do mercado. Os números, a teoria quantitativa, eram de extrema importância para Gudin. A emissão de papel-moeda, por exemplo, automaticamente aumentaria a inflação, o que era uma lei da economia. No entanto, Furtado não acreditava na teoria quantitativa e principalmente na tese de que a inflação era um mal para a economia a ponto de afetar o desenvolvimento.

Nos artigos em questão, Gudin faz citações textos e falas de Furtado e, em seguida, explica suas críticas. Analisando-as, consideramos importante enumerá-las à medida que o autor as apresenta.

Diante do pensamento de Furtado de que as dificuldades de balanço de pagamentos, no Brasil daquele momento, seriam decorrentes das perdas provocadas pela deterioração dos preços no intercâmbio externo, Gudin alegou que os preços não estavam tão baixos quanto colocava Furtado e também que a queda da receita de exportações não estava relacionada com fatores externos. Ou seja, não seria culpa dos “americanos espoliadores”, nas palavras do autor, mas seria consequência da incapacidade nacional de diversificar seus produtos, visto que a procura pelo café estava em decadência.

Gudin considerava que o discurso de Furtado era muito próximo da fala da esquerda reformista e contaminado pelo comunismo. Assim, sua crítica não era dirigida apenas ao pensamento econômico de Furtado, mas também ao pensamento político do economista, principalmente quando este via no capital externo um inimigo para a economia nacional.

Se o Sr. Celso Furtado quer, de fato, como parece, preparar a revolução totalitária da esquerda, através da pré-revolução em marcha, ao menos que procure fazê-lo sem agredir tão violentamente os princípios mais mezinhos da Análise Econômica (GUDIN, 1965, p. 427).

Em um discurso de Furtado ao Conselho Interamericano Econômico e Social, o economista considerou uma ingenuidade acreditar que a inflação poderia ser controlada simplesmente por meio do controle de gastos, caso em que a consequência seria a elevação do índice de desemprego. Tal alegação foi uma afronta aos princípios ortodoxos monetaristas de Gudin, que reagiu em artigo n’*O Globo*.

Gudin retoma, primeiramente, a alegação de Furtado de que o desemprego seria um fenômeno proveniente de alguns fatores, dentre os quais: questões climáticas, desfavorecendo

determinadas atividades; desemprego por troca de atividade; desemprego regional, no caso do nordeste brasileiro, por conta da seca; desemprego cíclico ou keynesiano, que ocorreria em momentos de depressão econômica. Este último, para o economista, não se referia à realidade brasileira, já que a indústria nacional produzia para o mercado interno e, portanto, a demanda exterior não influenciaria a produção industrial. Mesmo o país estando alheio à demanda exterior no que diz respeito à questão dos produtos agrícolas, o que mais sofreria abalo, em um momento de crise na agricultura, seria o preço e não o emprego de forma significativa.

Na perspectiva de Gudin, a culpa do desemprego no Brasil estaria na falta de educação e de capacitação da força de trabalho disponível. Novamente, o autor associa um dos elementos do subdesenvolvimento à falta de educação no país.

No nosso caso, o desinteresse de todos os governos para o problema da educação deu lugar a uma superabundância de trabalhadores braçais a par de uma grave deficiência de operários habilitados, desequilíbrio que o atual governo só faz agravar elevando os salários dos primeiros muito mais do que dos segundos, fazendo desaparecer o estímulo para a formação de operários (GUDIN, 1965, p. 429).

Outro fator de desemprego seria a baixa produtividade, quando não se aproveita de forma eficiente a mão-de-obra e não se ampliam os mercados, principalmente na agricultura, que poderia ser um espaço de grande potencialidade, mas que, com o incentivo à industrialização, principalmente pelo discurso desenvolvimentista, tornava-se cada vez mais frágil. Assim, Gudin conclui o artigo voltando ao seu objetivo, a crítica direta a Furtado.

Quando, portanto, o Sr. Celso Furtado recorre ao argumento e ao espectro do desemprego como pretexto para não enfrentar a inflação pelos únicos métodos capazes de dominá-la, está praticando não só um erro de política, mas um erro de Análise Econômica (GUDIN, 1965, p. 430).

No sexto artigo da série Economia Política e Literatura, de 1962, Gudin destaca primeiramente seu apreço pessoal pela figura de Furtado, bem como sua honestidade nos propósitos, mas ressalta também a rivalidade entre suas visões teóricas, além de reafirmar a incapacidade de Furtado para ocupar a posição de ministro da Economia. O liberal expôs sua opinião de forma a expressar uma indignação que parecia lhe ser nata, e constantemente observada.

O que a meu ver torna o Ministro Furtado inapto para as funções que lhe foram confiadas, de Ministro da Economia, é de um lado o excesso de imaginação que quase o leva a uma economia romanceada e, de outro, a notória deficiência de sua vocação

para a Análise Econômica em geral e dos dados da economia brasileira, em particular (GUDIN, 1965, p. 437).

Nesse mesmo artigo, Gudin faz uma crítica a uma ideia contida na obra recém-publicada por Furtado: *Pré-Revolução Brasileira*. A ideia era de que a entrada de capitais externos significaria a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país; dessa forma, o investidor externo criaria novos hábitos de consumo e, reduzindo a poupança nacional, levaria esse capital para fora do país, o que geraria graves consequências para o balanço de pagamentos.

Gudin aponta dois erros no pensamento de Furtado, os quais, da perspectiva liberal, seriam graves. Primeiramente, Gudin afirma que o desequilíbrio no balanço de pagamentos só seria gerado pela inflação e que a existência de capital externo no país não abalaria o balanço de pagamentos. Em segundo lugar, o balanço de pagamentos não seria um fator econômico, indicativo de riqueza; pelo contrário, desde Adam Smith, com sua crítica ao mercantilismo, os liberais tratam a questão como um tabu que precisa ser desmistificado, alertando que o investimento externo pode potencializar a produção e gerar riqueza internamente.

No entanto, é interessante destacar que Gudin colocou essa questão no momento em que a teoria cepalina da dependência econômica das nações latino-americanas vivia o seu auge, priorizando políticas econômicas protecionistas, em busca de aquecer o mercado interno e fazer deste um mercado independente das economias desenvolvidas.

Tal teoria se respaldava no ideário de Furtado de que, por razões histórico-estruturais, a América Latina vivia um processo de subserviência diante das nações desenvolvidas. Portanto, em sua condição agroexportadora, não era capaz de vencer a falta de dinamismo econômico e promover a industrialização, gerando assim um cenário de subdesenvolvimento. Novamente, vemos a teoria de Furtado acerca da dinâmica da história sendo rebatida por Gudin.

Para tanto, Gudin utiliza a velha teoria liberal, a “lei das vantagens comparativas”, de que as trocas entre duas nações, por mais que possam ser diferentes, sempre produzem vantagens para ambas, mesmo que seja de um produto agrícola. Por isso, desde o debate com Simonsen, o autor se tornou um defensor da agricultura: ele acreditava que a indústria seria resultado espontâneo do capitalismo, pois, onde houvesse abundância de troca, haveria riqueza, cujo acúmulo promoveria o desenvolvimento de novos meios de produção. Segundo o liberal, o contato com o capital externo ampliaria a possibilidade de troca, bem como de novas tecnologias, que poderiam até mesmo incrementar a indústria nacional. No entanto, o maior bem que uma empresa internacional poderia fornecer ao Brasil seriam os bens de consumo,

melhores e mais baratos. Essa riqueza beneficiaria o empresário, mas também o consumidor, o indivíduo, o real motor da história.

Ainda comentando *Pré-Revolução Brasileira*, Gudin ressalta que a ideia chave de Furtado nessa obra é sua tese de que o desenvolvimento do Brasil nas últimas décadas teria sido resultado da ação do Estado. Desse ponto de vista, seria necessária uma reforma fiscal que ampliaria a arrecadação, criando condições para o investimento no projeto de desenvolvimento do Brasil. Para tal fim, o aparelhamento do Estado deveria ser imediato.

Com isso, o autor tocou em uma das questões cruciais para a compreensão do debate entre os intelectuais em questão: o intervencionismo *vs* a ação da iniciativa privada.

Seu pensamento fundava-se na tese de que a ação da iniciativa privada seria benéfica para toda a sociedade e, assim, citando exemplos de empresas, até mesmo estrangeiras, que contribuiriam de forma importante para o desenvolvimento do país, principalmente para a expansão da infraestrutura, ele se posiciona: “E vem o Sr. Furtado dizer, como de uma feita me disse um seu colega de ideologia, que no Brasil a iniciativa particular nada constrói; só o Estado é capaz de fazê-lo!” (GUDIN, 1965, p. 443).

Gudin não confiava no Estado por duas razões: uma era a da lógica liberal de que o Estado, por mais bem-dotado de cabeças pensantes, nunca poderia saber qual o melhor caminho para toda a sociedade; a segunda era de que o Estado no Brasil carecia de educação política e, dessa maneira, não tinha a mínima capacidade de realizar e administrar seus próprios empreendimentos.

Todavia, havia um outro elemento na crítica de Gudin: a ampliação do intervencionismo não só abalaria a economia, como também ampliaria o poder político do governo que Gudin acreditava estar atrelado aos interesses comunistas. Portanto, é visível que esse debate também expressava o debate político entre reformistas e conservadores que iria desencadear o golpe civil militar de 1964.

Em sua cegueira pela hipertrofia econômica do Estado, esquece-se Celso Furtado das conotações políticas que isso envolve. Porque a onipotência econômica (que o Estado no Brasil já está prestes a atingir, mesmo sem as ampliações recomendadas por Furtado) conduz fatalmente à onipotência política (GUDIN, 1965, p. 444).

Em seguida a esse trecho, Gudin (1965, p. 444) cita Trotsky: “Num país em que o único empregador é o Estado, oposição equivale a morte por inanição [...]”. Fica claro que, para o economista, o intervencionismo econômico correspondia a uma ação política, à ampliação de um determinado poder político.

Assim, o Estado, com amplos poderes econômicos, invadiria o setor privado, violando a liberdade da iniciativa privada, impedindo o desenvolvimento espontâneo do homem, na tentativa de melhorar seu meio com o passar do tempo. Em outros termos, o intervencionismo paralisava o desenvolvimento e também o instrumento dessa mudança, o indivíduo, representado pelo empreendedor e pelo consumidor.

Na perspectiva de Gudin, Furtado era um agente ideológico de Goulart e seu plano era “cubanizar” o Brasil, por meio da estatização e da planificação. O conceito de revolução em Furtado passava pela estatização, o que significava uma ameaça à liberdade de mercado. Mesmo que Furtado declarasse, no contexto em questão, que não era um militante de esquerda, nem mesmo um defensor do comunismo, Gudin insistia apontar sua ligação com o comunismo.

Para Silva (2015), Gudin situou a questão do planejamento em uma disputa ideológica, principalmente porque elevou o nível da discussão do campo econômico para o campo político, por sua referência ao comunismo.

Em grande parte de suas obras e principalmente em *Pré-Revolução Brasileira*, Furtado apontou a importância de a iniciativa privada se subordinar a critérios sociais. Consideramos bem provável, ao analisar as obras de Furtado, que realmente o que lhe interessava nos escritos de Marx era a preocupação com a distribuição da renda social. Assim, o resultado do desenvolvimento seria a própria distribuição de renda.

A questão é que, para Furtado, a ação espontânea dos indivíduos por intermédio do mercado não promovera essa distribuição de renda de forma justa, igualitária. A distância social entre os brasileiros foi sua preocupação constante até o fim de sua vida. Como ele não se convencera da crença no mercado, entendia que a distribuição de renda deveria ser função do Estado e que todas as forças econômicas, inclusive a iniciativa privada, deveriam convergir para esse fim: a justiça social.

Porém, para Gudin, a distribuição de renda não poderia ser promovida racionalmente, mas, sim, subjetivamente, por meio de indivíduos preparados para assumir o compromisso com seus próprios destinos, de se qualificar e melhorar seu meio. Nesse debate, ele entendia que a inflação nada mais era que uma das ações da intervenção estatal na economia; o que o enervava, portanto, não era somente a queda no poder de compra da população, mas também a audácia de se intervir em um mecanismo que deveria sobreviver de forma natural. A minimização do problema da inflação significava, para o liberal, a desvalorização da própria importância da liberdade no processo de desenvolvimento. A liberdade era a base do motor da história: o indivíduo nada poderia fazer se não houvesse liberdade, ela era a condição básica para as mudanças ocorrerem ao longo do tempo.

Em sua autobiografia, Furtado (1997) relata o que pensou naquele momento diante das críticas de Gudin e esboça, mais uma vez, sua própria crítica ao liberalismo e à tentativa de encaixá-lo no contexto brasileiro.

[...] O professor Gudin me disse um dia, em tom de reprimenda: ‘Você apela demasiadamente para a imaginação em suas análises. Devia ter sido romancista, e não economista’. Não cabe dúvida de que a imaginação descontrolada produz delírios, mas não conceber uma construção teórica sem um forte ingrediente de imaginação? Pelo fato mesmo de que são irreversíveis e comportam muito de aleatório, os processos históricos somente são compreendidos quando de alguma forma são reinventados. Daí que a capacidade analítica não seja suficiente para captar o que neles é essencial. Não se trata de fazer a teoria do particular, e sim de captar o que neste desborda do quadro explicativo convencional. Arregacei as mangas e comecei a pensar o Brasil com a desenvoltura de quem reunisse ignorância e intrepidez (FURTADO, 1997, p. 163).

Ainda se defendendo das alegações de que sua teoria desprezava princípios da Economia, Furtado, em sua base teórica, realça a história e descarta modelos teóricos pré-concebidos, como o liberalismo. “Em vez de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista” (FURTADO, 1997, p. 163).

O planejamento era uma ideia ligada ao desenvolvimento e, ao defender o desenvolvimento de metas e planos, o autor só reafirma a tendência desenvolvimentista. Essa tendência continuou no governo de João Goulart, no qual ele elaborou o chamado plano Trienal, já analisado neste trabalho.

O lançamento do Plano Trienal de Celso Furtado, em 1963, causou grande alvoroço de opiniões. Nesse momento, Gudin se posicionou, relacionando a ideia de planejamento à de reformismo, que acreditava ser uma preparação a um golpe da esquerda.

Na perspectiva de Rosa Freire D’Aguiar Furtado (2011), viúva de Celso Furtado, o Plano Trienal reunia diretrizes para a execução de reformas que não só representavam uma esperança para os problemas econômicos brasileiros, mas também cristalizavam o plano de governo de Goulart. Assim, o plano teria uma função política, e, portanto, estava alheio aos confrontos ideológicos.

É importante salientar que muitos pontos do Plano Trienal foram elogiados por Gudin, principalmente a proposta de uma política de contenção da inflação e o apontamento dos subsídios para o petróleo e o trigo, que se tornavam onerosos.

Porém, em alguns artigos, ele criticou vários pontos desse plano, principalmente as reformas de base, como a reforma agrária, expressando também uma crítica ao próprio

reformismo do governo de João Goulart. Quanto à política econômica proposta, Gudin ainda achava que, como se acreditava muito no desenvolvimento, mesmo em um contexto de inflação, algumas medidas deveriam ser tomadas e uma delas seria a diminuição dos gastos públicos, algo que, para o liberal, o governo de Goulart não conseguiria.

Para Bielschowsky (2000), a partir de 1962, o declínio das taxas de crescimento econômico tornou-se mais acentuado e o cenário brasileiro foi tomado pela crise financeira, apresentando altos índices de inflação. Nesse novo contexto, caracterizado pela maior politização alcançada pela sociedade brasileira, ocorreu uma crise do pensamento desenvolvimentista. Em face dos problemas de conjuntura decorrentes da inflação e das propostas de reforma de base, o projeto de industrialização deixou de ser o foco central das discussões dos intelectuais desenvolvimentistas.

As reformas de base seriam parte do projeto desenvolvimentista, no qual as reformas institucionais e o aparelhamento do Estado eram apresentados como o caminho para a efetivação do desenvolvimento econômico e social. Por mais que as reformas institucionais sempre estivessem na pauta do pensamento de Furtado, outros temas adquiriam prioridade entre os desenvolvimentistas em geral, principalmente o da industrialização. Essa mudança de foco seguia a nova conjuntura política, que se casou com a proposta desenvolvimentista. O Plano Trienal foi filho desse casamento. No entanto, podemos afirmar que, no contexto, houve uma transformação desse ideário.

Assim, embora não se possa, de modo algum, dizer que o desenvolvimentismo estivesse abandonado, uma nova dimensão política em um novo conteúdo social no pensamento econômico não conservador distanciava-o do projeto desenvolvimentista original, isto é, do projeto tal qual se havia afirmado nas décadas anteriores. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409).

Grande parte da historiografia observa que o período entre os anos de posse de Jânio Quadros e o golpe civil militar de 1964 foi considerado um período de crise política. Muitos trabalhos atestam essa conjuntura, como os de Skidmore (1976), Soares (1973) e Bandeira (1978), dentre outros. Um curto espaço de tempo transcorreu entre a renúncia do então presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart, líder político com características populistas. Também houve a alteração constitucional para o sistema parlamentarista, que durou até o segundo semestre de 1962.

Não é nosso objetivo analisar a complexidade desse período, uma vez que as obras mencionadas o fizeram bem, além de um grande número de diferentes trabalhos acadêmicos que se debruçaram para entender esse contexto. Quanto a nós, em razão do tema escolhido,

consideramos importante reconhecer que nesse momento se apresentava uma conjuntura de crise política e econômica.

Um dos fatos a ser abordados por nós como um dos grandes elementos causadores de tal crise econômica relaciona-se à inflação, tema incessantemente debatido por Gudin, e analisado por Furtado. A inflação alcançara altos índices históricos.

De fato, não há como negá-lo. A taxa de inflação, que ultrapassara o patamar dos 30% em 1959 e 1960, cresceu aos inéditos níveis de 41.7% e 51.3% em 1961 e 1962, chegando a 81.3% e 91.3% nos dois anos subsequentes. Autoridades governamentais de diferentes correntes praticamente chegaram a um consenso de que a principal causa da inflação era o déficit público, seguido pela falta de controle da expansão dos meios de pagamento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 413).

Portanto, uma nova postura se fazia necessária, e no Plano Trienal, para contenção da crise, foram propostas medidas monetaristas, as mesmas defendidas por Gudin. Assim, tal plano foi um reflexo da crise desenvolvimentista.

Esses foram alguns dos embates e críticas entre Gudin e Furtado, mas tal debate é só uma pequena e pontual amostra do grande debate que existiu no momento entre as duas teorias. É inquestionável, após toda a análise das fontes, a necessidade de defesa do desenvolvimentismo contra o liberalismo e vice-versa. Ambos os autores não se preocuparam apenas em desenvolver suas teorias, mas também em dialogar com seus oponentes teóricos. O debate ocorreu no campo da economia, mas teve cunho político, expressando duas diferentes concepções de dinâmica do desenvolvimento, do homem no tempo e espaço e que podemos chamar de duas concepções de história.

Com os eventos histórico-políticos de 1964, à medida que o governo militar foi instaurado, com o apoio de vários intelectuais, um dos quais era o próprio Gudin, o debate mudou de perspectiva. Furtado perdeu seus direitos políticos e se mudou inicialmente para o Chile.

Os fatos históricos mudaram a dinâmica das discussões políticas e econômicas, encerrando o debate. Depois disso, Gudin voltou a criticar os desenvolvimentistas, assim como Furtado voltou a criticar o pensamento liberal, mas o período militar colocara novas questões. Consideramos que não nos cabe aqui discuti-las, mas apenas sinalizar o fim de uma era de debates.

Em que pese tudo isso, fica claro, nas temáticas que marcaram o debate, que ambos se empenharam em defender não só suas teorias acerca da economia, mas em apresentar visões distintas sobre o desenvolvimento, propondo caminhos diferentes para que o

subdesenvolvimento fosse vencido, bem como o estado em que o Brasil se encontrava, qual seja: o estado de atraso. Nessas ideias díspares, apresentavam-se as concepções da dinâmica histórica que explicariam cada um dos temas do debate. Ou seja, todos os temas debatidos repousavam sobre a concepção basilar da dinâmica da história: essa é a hipótese deste trabalho. Assim, daremos prosseguimento ao capítulo em questão, analisando a constituição dessas concepções.

5.5 Concepções da Dinâmica da História

Para a análise das concepções da dinâmica da história dos intelectuais em questão, abordaremos inicialmente a perspectiva liberal, defendida por Gudin, bem como a concepção histórico estrutural, proposta por Furtado. Por escolha nossa, no recorte da bibliografia, estão apenas alguns dos principais teóricos que estudaram a forma como nossos debatedores elaboraram ou captaram tais teorias. Sabemos que uma vasta literatura poderia ter sido utilizada no trabalho, mas, por questões de objetividade, analisaremos as propostas teóricas mais importantes visualizadas nas obras de Gudin e Furtado.

5.5.1 A leitura de Gudin da dinâmica da história: a evolução cultural

A teorização a respeito da dinâmica da história na perspectiva liberal não foi preocupação de grande parte dos liberais, desde os mais clássicos até os do século XX. É uma tradição o pragmatismo entre esses intelectuais, que, em geral, estão focados no presente. Como afirma Koselleck (2006), o homem sempre conjectura seu presente, elaborando uma visão do passado e do futuro, e não foi diferente com Gudin.

Existe uma concepção da dinâmica da história em Gudin, embora não esteja tão clara como a de Furtado, que fez questão de esboçar, em todas as suas obras, seu método histórico estruturalista. Todavia, analisando seus escritos e o próprio debate, podemos identificar sua concepção da dinâmica da história. É essa concepção que iremos analisar neste momento.

Primeiramente, é possível associar o pensamento de Gudin ao de Mises, um dos liberais mais importantes do século XX e um referencial teórico da escola austríaca. Provavelmente, ele foi o que mais se preocupou em teorizar o liberalismo, bem como em se debruçar sobre a temática da história. Em 1957, em pleno debate, ele publicou *Teoria e História*.

Sua influência no pensamento de Gudin é evidente, pois este o citou várias vezes. No entanto, Gudin não se aproximou apenas de suas ideias, mas também da pessoa de Mises. Este

chegou a vir ao Brasil, aceitando o convite de Gudin para que expusesse suas ideias em uma conferência.

Muitos autores afirmam que Gudin não levava em consideração a história. Maria Angélica Borges (1996) é um exemplo, pois chegou a afirmar que o capitalismo de Gudin era a-histórico. O próprio Furtado afirmou que Gudin não observava a história do Brasil, mas sim sua cultura. Tais afirmações levaram-nos a tentar compreender até que ponto Gudin pensou historicamente.

Em sua obra *Capitalismo e Evolução*, o autor fez uma retomada histórica da evolução do capitalismo, e ressaltou o papel da técnica no processo produtivo. A técnica, para um liberal, nada mais é que uma habilidade aprendida em um tempo e um espaço. O tempo e o espaço dizem respeito ao contexto que possibilitou tal aprendizado, tal experiência, ou seja, dizem respeito às condições básicas referentes à instrução ou à educação e à liberdade. A habilidade de transformar os meios de produção surge das necessidades do indivíduo; portanto, a troca, o trabalho domiciliar, as primeiras manufaturas surgem das necessidades humanas e se desenvolvem com base no acúmulo de capital e de conhecimento. Estes só poderiam se dar em uma conjuntura de liberdade.

Segundo Mises (2014), em *Teoria e História*, existiria uma lógica no pensamento liberal, a qual consiste na seguinte questão: animais, plantas, astros vivem em um sistema previsto cientificamente; podem ser movidos ou se movem por conta desse sistema previsível. Porém, o homem não pode ser movido, ele se move, e seu movimento é imprevisível, em muitos aspectos, porque nele existe um elemento que em toda natureza não existe, a vontade. Durante suas vidas, as pessoas adotam metas, valores, experiências e isso as faz se mover para determinados lugares, as faz escolher ou decidir conforme suas próprias condições, que podem ser alteradas em grande medida por suas próprias forças. O único elemento que afeta o princípio da vontade humana seria a falta de liberdade; portanto, a liberdade é fundamental para o desenvolvimento da história.

A ciência econômica, ao analisar a subjetividade do homem em suas escolhas, amplia seu horizonte de conhecimento e percebe não só o mundo material, mas também os aspectos da vida desse homem, os quais o levam a escolher um caminho, um produto, uma ideia. Assim, a percepção da autonomia do indivíduo em suas escolhas seria a origem do que Mises (1990), em sua obra *A ação humana*, chamou de “praxeologia”. A ação do homem não seria nada mais do que a manifestação de sua vontade e, assim, a “praxeologia” seria a lógica da manifestação da vontade humana.

O mercado, por sua vez, como uma extensão da vontade dos indivíduos, evolui no tempo de forma a aperfeiçoar suas descobertas, demonstrando, assim, a capacidade do homem para aperfeiçoar suas técnicas e satisfazer suas necessidades e vontades. Por esse motivo, Gudin (1965) defendia a ideia de que o homem precisava estar preparado para desenvolver suas potencialidades produtivas. O foco de Gudin sempre foi o campo econômico, mas sempre colocando o indivíduo e a iniciativa privada no centro do palco, como atores principais no processo de desenvolvimento.

O nosso grande problema de desenvolvimento e progresso é, portanto, acima de tudo, um problema de escassez de valores humanos (quantitativamente, repito). E é por isso que é preferível entregar a execução do processo de desenvolvimento econômico, tanto quanto possível, ao MECANISMO IMPESSOAL dos preços do mercado, de preferência aos políticos que sobrepõem o interesse regional e eleitoral aos reclamos do progresso nacional (GUDIN, 1965, p. 104, grifo do autor).

Ao criticar a cultura brasileira, Gudin observava que alguns elementos, como experiência, valores, conhecimento e habilidades, constroem o indivíduo e, em consequência, formatam uma cultura. Para o liberal, o brasileiro, historicamente prejudicado pelo intervencionismo desde a colônia, não cultivou a importância de valores como a liberdade, a poupança, o empreendedorismo. O Estado, por sua vez, nunca possibilitou um fator que seria de sua responsabilidade, qual seja, uma educação adequada ao desenvolvimento do indivíduo, tornando-o ciente da imensa possibilidade de ideias que o mundo fornecia. Essa realidade limitou o desenvolvimento do próprio brasileiro, que construiu uma economia limitada e uma democracia frágil.

Em seu texto, *Les Vicissitudes de la Democratie em Amérique Latine*, escrito para a Academia de Ciências Morais e Políticas do Instituto Francês em 1965, Gudin defendeu o regime militar com base em seu conceito de “poder moderador” e utilizou em seus argumentos a história da América Latina. Ressaltou o domínio espanhol e português, salientando o quanto esse domínio foi empecilho para que o espírito empreendedor se desenvolvesse e para que a democracia tivesse fundamento, já que a vida política das colônias estava atrelada à da metrópole.

Portanto, quando a revolução contra a Espanha, entregou o poder nas mãos do povo, o povo não estava preparado para o exercer. Era fácil de redigir as constituições modeladas pela dos Estados Unidos. Mas onde estava o povo e quais eram suas capacidades e sua experiência para o exercício de um governo livre? Qual era, da outra parte, a capacidade dos cidadãos cujas vozes deviam escolher os legisladores e de qual gênero de pessoas seria composta a legislatura?

Os Estados da América do Norte buscavam formas de governo, que tinham existido durante várias gerações, seguindo princípios que seus ancestrais tinham estabelecido na Inglaterra cinco séculos anteriormente¹⁰ (GUDIN, 1965b, p. 77, tradução nossa).

Segundo Mises (2014), a experiência de um povo gera um contexto que pode ser passado de geração em geração. Essa é a ideia na qual Gudin se pauta ao analisar a história da América Latina. Ele trata o conceito de cultura como um conjunto de ideias e práticas herdadas do passado colonial e que norteiam a ação dos indivíduos no presente. Assim, a falta de governos autônomos no passado fez com que os países da América Latina tivessem dificuldade para instituir a democracia de fato.

Notamos que Gudin também trata da ideia de estrutura, e o faz em termos semelhantes aos de Hayek (1985), outro teórico liberal de extrema importância para ele. Na concepção liberal, a estrutura seria composta por valores, leis, normas de conduta, sentimentos, sendo, portanto, produto dos indivíduos ao longo da história. Nesse conceito, a estrutura não é estruturante do indivíduo, mas é estruturada por ele. Assim, podemos observar que essa estrutura pode ser um construto social, à medida que há uma convergência de interesses, princípios, valores, necessidades, sentimentos, com base na qual são criadas e mantidas as instituições por séculos. Esse conceito de estrutura pode ser ligado à ideia de cultura e, portanto, a transformação desses valores, ideias, costumes seria o que Hayek (1985) chamou de “evolução cultural”. Essa ideia é encontrada também no pensamento de Gudin (1965b).

Um interessante elemento do construto humano seriam os valores, que ordenariam a conduta moral dos indivíduos. Esse elemento faria parte do que Gudin pensava como um homem munido de educação.

Não uma “educação para desenvolvimento” como está na moda, mas uma

[...] educação em geral, inclusive educação moral, isto é, formação de caráter [...] Uma mocidade educada nos princípios do horror à mentira e do culto ao patriotismo (que consiste em sobrepor o interesse do país ao seu próprio) vale muito mais do que usinas e ferrovias, porque ela é facilmente capaz de construí-las (GUDIN, 1965, p. 94).

A formação do caráter ia além do conhecimento, abrangia os valores que construiriam o homem. Ainda no texto *Les Vicissitudes de la Democratie em Amérique Latine* (1965), Gudin

¹⁰ Done, lorsque la révolution contre l’Espagne, a remis le pouvoir aux mains du peuple, le peuple n’était pas préparé pour l’exercer. Il était facile de rédiger des constitutions modelées sur celle des Etats-Unis. Mais où était le peuple et quelles étaient ses capacités et son expérience pour l’exercice d’un gouvernement libre? Quelle était, d’autre part, la capacité des citoyens dont les voix devaient choisir les législateurs et de quel genre de personnes serait composée la législature?

Les Etats de l’Amérique du Nord poursuivaient des formes de gouvernement qui avaient existé pendant plusieurs générations, suivant des principes que leurs ancêtres avaient établis en Angleterre cinq siècles auparavant.

defendeu a ideia de que a história do Brasil teria contribuído para que houvessem muitos problemas na formação do homem brasileiro, problemas esses que constituiriam a cultura do país.

Um desses problemas seria a não proliferação do protestantismo em detrimento do catolicismo desde a colonização. Segundo Gudin, o catolicismo se preocupava mais com os ritos, do que com o caráter do homem; já, em nações como os Estados Unidos, de tradição protestante, essa realidade seria diferente.

A questão do contexto histórico é um fundamento da perspectiva liberal. O contexto produziria muitos dos elementos que o indivíduo carrega e, mesmo que não o aprisionasse a uma estrutura, o influenciaria por meio de experiências passadas por gerações e gerações, as quais podem ser assimiladas ou, em muitos momentos, rejeitadas, formatando assim a estrutura.

Cada indivíduo nasce dentro de um ambiente social e natural específico. Um indivíduo não é simplesmente um homem genérico, a quem a história pode enxergar de maneira abstrata; um indivíduo é, a qualquer instante de sua vida, um produto de todas as experiências às quais seus ancestrais foram expostos, além daquelas às quais ele próprio foi, até então, exposto. Um homem real vive como membro de sua família, de sua raça, de seu povo, e de sua época; como cidadão de seu país; como membro de um grupo social específico; como praticante de uma determinada vocação. Está imbuído de ideias religiosas, filosóficas, metafísicas e políticas, que por vezes amplia ou modifica de acordo com sua própria maneira de pensar. Suas ações são guiadas por ideologias que adquiriu através do seu meio (MISES, 2014. p. 123).

Para Gudin (1943), assim como para Mises (2014), as ideias movem os indivíduos, elas são os elementos vivos de uma cultura; são, portanto, fruto dos valores, das teorias conhecidas, da experiência. Por isso, ao observar a figura de Hitler, Gudin concluiu que o hitlerismo foi fruto das ideias que existiram e se fortaleceram nos indivíduos, ao longo da história da Alemanha. As ideias moveriam os indivíduos, e a falta de cultura, para Gudin, seria a falta de um contexto cujas ideias proporcionariam diferentes experiências, dando maior autonomia ao indivíduo para alterar seu contexto. No caso da Alemanha, Hitler só foi quem foi porque havia um contexto de ideias, de filosofias, que possibilitavam sua existência como líder político.

Hitler é um homem sem cultura (cultura no nosso sentido e não no sentido alemão de kultur que é muito diverso) cujas relações espirituais com Kant, Hegel e Fichte devem ter sido superficiais senão inexistentes. Mas as esperanças que ele despertou, eram como que o eco do sentimento íntimo da lama, da crença e dos anseios do povo alemão. Este sentimento é produto da infiltração dos ensinamentos dos filósofos germânicos nas atitudes e nos hábitos populares e é isto que explica a extrema receptividade que o povo alemão demonstrou pela nova metafísica armada de Hitler. (GUDIN, 1943, p. 28-29).

[...] vontade humana ou do livre-arbítrio, podemos dizer: entidades não-humanas reagem de acordo com padrões regulares; o homem escolhe. O homem escolhe primeiro fins últimos, e depois os meios para obtê-los. Estes atos de escolha são determinados por pensamentos e ideias sobre os quais, ao menos até o presente, as ciências naturais não sabem como nos dar qualquer informação (MISES, 2014, p. 23).

Ainda pensando no conceito de “cultura” em Gudin, recorremos a outro grande teórico do liberalismo: L. von Hayek. Sua obra, *Direito, legislação e liberdade*, foi publicada pela primeira vez em 1973, mas apresentava ideias anteriormente defendidas, as quais tinham sido incorporadas por Gudin, que o citara em muitos momentos. Cabe salientar que Hayek não só influenciou Gudin, mas também foi referencial para Habeler e Jacob Vinner, dois economistas que marcaram o pensamento de Gudin e o apresentaram ao liberalismo.

Analisemos a crítica de Hayek (1985) às teorias “racionalistas”, que ele chamou também de pensamento cartesiano. Para Hayek, esse pensamento teve início com Descartes, para quem o homem poderia ordenar e dominar seu contexto de forma racional ou por meio de sua capacidade de dedução lógica. Essa versão da história teria encontrado espaço na ideia de que a formação social seria resultante de um contrato social, ideia essa encontrada em Hobbes e Rousseau.

A crítica de Hayek a esse pensamento e aos ideários desses teóricos foi fundada na ideia de que a razão ou a intenção humana não levariam à possibilidade de entendimento e controle do contexto. Menciona ele a existência de instituições para as quais não havia explicação racional e que, ainda assim, permaneciam por muitas gerações, pois eram úteis a uma parcela da sociedade. Com isso, ele nos leva a retomar o que Mises (1990) nos leva a pensar: que a sociedade é resultado de forças inconscientes e conscientes da ação humana.

Contudo, o pressuposto básico da ideia de que o homem conseguiu dominar o seu meio sobretudo através da capacidade de dedução lógica, a partir de premissas explícitas, é factualmente falso, e toda tentativa de restringir as ações do homem ao que pudesse ser assim justificado privá-lo-ia de muitos dos melhores instrumentos de realização que tem que tem estado ao seu alcance. Simplesmente não é verdade que nossas ações devem sua eficácia apenas ou sobretudo ao conhecimento que somos capazes de verbalizar e que pode, portanto, constituir as premissas explícitas de um silogismo. Muitas instituições da sociedade que são condições indispensáveis para a consecução de nossos objetivos conscientes resultaram, na verdade, de costumes, hábitos, ou práticas que não foram inventados e nem foram observados com vistas a qualquer propósito semelhante. Vivemos numa sociedade em que podemos orientar-nos com êxito, e em que nossas ações tem boas probabilidades de atingir seu objetivo, não só porque nossos semelhantes são norteados por objetivos conhecidos ou por relações conhecidas entre meios e fins, mas porque eles são também limitados por normas cujo o propósito ou origem muitas vezes desconhecemos e das quais, frequentemente, ignoramos a própria existência (HAYEK, 1985, p. 5-6).

Destarte, ao longo do tempo, o conhecimento acumulado norteia a ação do homem, e não apenas o conhecimento científico, mas também o resultante de toda forma de vivência, da experiência e dos hábitos. Conforme o passar dos tempos e por força de necessidades que vão surgindo, vai sendo construída uma variedade de tipos de conhecimento, que podem ser uníssonos, ambíguos, etc., tão diversificados e tão humanos quanto os interesses que lhe dão razão de ser. Tais conhecimentos se preservam por meio de sua transmissão, o que se dá de três formas principais, ou seja, por intermédio da vivência, do tempo e da troca de informações entre pessoas de uma mesma geração. Esses diferentes tipos de conhecimento, de ideias, só serão compreendidos em sua razão de ser quando são relacionados aos problemas que os indivíduos de uma sociedade enfrentam, muitas vezes em situações semelhantes. Desse modo, o conhecimento ou a ideia a ser acatada seria o que se mostrasse mais eficiente, no entendimento da sociedade, para a resolução do problema.

Tais práticas, formadas muitas vezes de forma inconsciente, podem se tornar normas de conduta e evoluir conforme as necessidades dos homens. Isso pode ser entendido como a evolução cultural da sociedade, cujo ponto de partida é sempre o indivíduo, segundo a perspectiva liberal. Tais normas podem limitar a ação humana por meio de leis, formatando, assim, estruturas sociais, instituições. No entanto, a transformação dessa estrutura não poderia ocorrer de forma planejada, pois tanto sua formação quanto sua transformação são resultantes da ação subjetiva do indivíduo ao longo do tempo.

Portanto, para Gudín, o indivíduo seria norteado por sua cultura, que seria formada por todos os elementos herdados e captados ao longo do tempo, tanto os conscientes quanto os inconscientes. Essa cultura estaria sempre disposta a evoluir, tendo em vista as novas demandas que o tempo propunha a esses indivíduos. Dessa forma, o desenvolvimento nacional deveria ter como base a evolução cultural, o desenvolvimento do indivíduo, por meio de novas experiências adquiridas com o conhecimento racional e do impulso inconsciente por melhorar seu contexto.

Por fim, para se compreender a evolução cultural na concepção liberal, precisamos observar o pressuposto de que a “evolução”, ou o “progresso”, não pode ser planejada racionalmente. Essa é a base da grande crítica de Gudín aos planos de reformas institucionais. Ao longo da história, os erros dos homens seriam úteis para que estes avançassem na tentativa de satisfazer suas vontades, de atingir seus objetivos. Para tal fim, não haveria uma estratégia preestabelecida, uma teoria racional ou um planejamento coerente, pois o desenvolvimento seria um fenômeno inteiramente subjetivo. A única coisa pela qual racionalmente se poderia se

lutar seria a preservação dos fundamentos básicos da ação humana, acima de tudo a liberdade: primeiramente a econômica e, em segundo plano, a liberdade política.

Quando falamos de progresso em relação às nossas realizações pessoais ou de qualquer atividade humana organizada, entendemos um avanço em direção a uma meta conhecida. Não é neste sentido que podemos chamar de progresso a evolução social, pois ela não é realizada pela razão humana empenhada em alcançar um fim certo por meios conhecidos. Seria mais correto conceber o progresso como um processo de formação e modificação do intelecto humano, um processo de adaptação e de aprendizado, no qual não somente as possibilidades que conhecemos mas também os nossos valores e desejos mudam continuamente. Como o progresso consiste na descoberta de fatos ainda não conhecidos, suas consequências são necessariamente imprevisíveis. Ele sempre leva ao desconhecido e o máximo que podemos esperar é entender as forças que o tornam possível [...] É absurda a ideia de que nosso conhecimento nos permite deduzir leis necessárias de evolução as quais deveríamos obedecer. A razão humana não pode prever e nem moldar seu próprio futuro. Suas conquistas consistem em descobrir seus erros. (HAYEK, 1983, p. 40-41).

Para Mises (1990), não há ferramenta que dê mais liberdade ao indivíduo do que o dinheiro: o campo econômico é um espaço de interação humana que vai além de números e preços, expressando evidentemente a vontade do homem, a ação do indivíduo, e seu processo de aquisição de experiência e conhecimento.

O processo de aquisição de experiência e conhecimento é, portanto, um fenômeno subjetivo e, na visão de muitos, inclusive na de Furtado, essa era a grande falha, ou falta, na teoria de Gudín. Ao mesmo tempo em que este se mostrou rígido quanto ao objetivismo da economia, principalmente ao defender o monetarismo, acreditava crer no mercado e na capacidade do homem para mover a história. Isso nos leva a crer que ele acreditava que um mecanismo subjetivo e, portanto, cientificamente inexplicável, seria a mão invisível do mercado.

Outro fator importante da concepção de história de Gudín refere-se ao conceito moderno de história linear. O autor usou o conceito de “evolução”, que estaria ligado ao conceito de “desenvolvimento”, processo que ocorreria de forma linear, primeiramente com o desenvolvimento do campo e depois com o da indústria, o velho pensamento de Adam Smith, do “progresso natural da riqueza”. O debate histórico entre Gudín e Simonsen referia-se principalmente à defesa que o primeiro fazia de que o capital de fomentação da indústria deveria vir do campo, da agricultura, que, portanto, seria o setor econômico a ser valorizado, pois, naturalmente, geraria o capital necessário para o florescimento da industrialização. Nesses termos, a indústria que nascesse da intervenção do Estado não seria benéfica para a economia; sendo artificialmente criada, custaria caro à população brasileira, que pagaria duas vezes por esse empreendimento, primeiramente nos impostos, e, por fim, no consumo de produtos caros.

Assim, para nós, o que parece um simples discurso de economista, na verdade ressalta uma concepção da dinâmica da história.

Furtado, por sua vez, relativizou a análise do desenvolvimento em razão dos diferentes contextos histórico-estruturais, porém mostrou-se objetivo ao expor uma teoria que contemplava uma ação concreta e coordenada para a elaboração de um novo contexto para o Brasil.

5.5.2 Celso Furtado e a concepção histórico estrutural

Para compreendermos a concepção da dinâmica da história no pensamento de Celso Furtado, recorreremos primeiramente aos conceitos fundamentais da teoria estruturalista, analisando sua assimilação pela América Latina, principalmente pelos teóricos da Cepal. Mostraremos que tal método foi importante para a teoria de Furtado acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e que tais ideias nortearam seu pensamento ao longo do debate em questão.

Cabe ressaltar que muito se poderia dissertar acerca do estruturalismo, contudo, neste momento, pelas limitações deste trabalho e principalmente para manter o foco em nosso objeto, fizemos uso limitado da historiografia. Isso, por um lado; por outro, privilegiamos obras relevantes que nos auxiliaram a analisar e compreender os conceitos importantes da teoria estruturalista, cujos elementos são válidos para abordar a temática da dinâmica da história no pensamento de Furtado.

O estruturalismo surgiu na França e, mais que uma teoria, é fruto de um contexto histórico que promoveu o desenvolvimento das ciências sociais, dando origem a um cenário de aversão à cultura ocidental tradicional, de valorização do modernismo e de busca de novos modelos teóricos que contrastassem com o antigo. Tal pensamento adequava-se perfeitamente aos interesses surgidos na América Latina com a Cepal, escola de pensamento que defendeu o rompimento com as teorias econômicas ortodoxas que explicavam o desenvolvimento da Europa e insistiam em encaixá-lo no contexto latino-americano. Mostrou-se, portanto, uma oportunidade teórica para que a América Latina fosse estudada e compreendida com base em sua história, em suas próprias características. Ou seja, era adequado à proposta de independência teórica do “novo mundo”.

Consideramos importante salientar que o estruturalismo na América Latina se distanciou em muitos aspectos do estruturalismo francês; no entanto, por ora, abordaremos alguns elementos que os aproximam para, então, assinalarmos o estruturalismo de Furtado.

O conceito de estrutura, fundamental no pensamento de Furtado, foi desenvolvido antes mesmo do conceito de estruturalismo. Segundo Dosse (1993), foi a partir do século XIX, com Spencer, Morgan e Marx, que o termo “estrutura” foi absorvido pelas ciências humanas, sendo consagrado na figura de Durkheim. No século XX, esse termo foi ganhando espaço nas teorias da linguística e da psicologia, sendo assimilado também por outras áreas de conhecimento.

Em sua obra *Uma contribuição para a crítica da economia política*, Marx (2008) se contrapôs a Adam Smith e a Ricardo, por considerar que estes analisaram determinados elementos da sociedade de forma isolada, tais como: forças produtivas (máquinas, forças naturais, técnicas); relações sociais, norteadoras da posição social de cada indivíduo na sociedade, segundo a base material; padrões de comportamento que preservariam ou transformariam a estrutura social existente. Para Marx, esses elementos se relacionariam, estariam interligados, de forma que a mudança em um deles acarretaria mudanças nos outros. Assim, o modo de produção teria uma base material, que nortearia as relações sociais.

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos Anais franco alemães, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 46-47).

Observamos, na citação acima, que Marx explicitou sua aversão à ideia de uma autonomia do indivíduo, ao que ele chamou de “evolução do espírito humano”, já que considerava que a estrutura material limitaria a ação espontânea e consciente do indivíduo. Essa mesma lógica foi herdada pelo estruturalismo de Furtado, um economicista que ligou o desenvolvimento, portanto, a história, às bases materiais e defendeu a ideia de que as estruturas sociais de desigualdade econômica que vigoravam no Brasil impediam os indivíduos de alterar seu contexto.

Segundo Viet (1967), com base em Claude Lévi-Strauss, é possível pensar o conceito de estrutura com base no conceito de modelo, que oferece um caráter de sistema também. Como todo modelo é resultado de um grupo de transformações, cada transformação pode alterar as características desse modelo, sendo, portanto, previsível. Portanto, o modelo se constrói à medida que seu funcionamento explica os fatos observados e, segundo Claude Lévi-Strauss, são as relações sociais que constroem os modelos que expressam a estrutura social.

Provavelmente, foi nesse ponto que Furtado se distanciou do estruturalismo francês, pois, ao analisar o modelo ou o sistema capitalista, percebeu que os resultados gerados por esse sistema poderiam ser diferentes: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram fruto do mesmo sistema, do capitalismo. Portanto, outros elementos também poderiam explicar as estruturas do subdesenvolvimento e esses elementos estariam na construção da história da América Latina.

O estruturalismo atingiu diferentes áreas do conhecimento, mas, em face dos objetivos de nossa pesquisa, restringimo-nos a observar como ele afetou a economia, área de estudo de Celso Furtado. Para Jean Viet (1967), após a crise do capitalismo, a década de 1930 mostrou-se propícia para o retorno à teoria marxista de explicação do capitalismo. Em meio às discussões voltadas para a elaboração de uma política econômica de contenção das crises, surgiu a necessidade de “reformas estruturais” e, portanto, da utilização da análise estrutural como instrumento de tais reformas. Outra questão a ser enfrentada era a nova condição colocada ao mercado internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial: além da busca pela independência comercial dos países subdesenvolvidos, havia um plano de reconstrução econômica, segundo o qual o Estado teria um papel fundamental para o controle da economia. Era necessário entender sua estrutura.

A noção de estrutura se inscreve assim face à possibilidade de uma re colocação em forma da economia, e o método estruturalista solicita o estudo naquilo em que ela constitui o guia de uma intervenção apropriada (VIET, 1967, p. 226).

Com isso, surgiu o estruturalismo econômico latino americano que, por características próprias, distanciou-se do clássico estruturalismo francês. Fruto principalmente dos estudos cepalinos, esse estruturalismo correspondia à busca de uma teoria nova que atendesse às demandas do subdesenvolvimento latino americano.

Nessa versão estruturalista de Furtado, a história teria papel fundamental. Ele admitiu esse distanciamento entre seu estruturalismo e o estruturalismo francês.

O que se entende por pensamento ‘estruturalista’ em economia não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma ‘sintaxe’ das disparidades nas organizações sociais. O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros e a natureza dos mesmos pode modificar-se significativamente em fases de mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal da análise, os mesmos devem ser objeto de meticoloso estudo.

Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1967, p. 59).

Para entendermos o conceito de estrutura em Furtado, devemos recorrer à influência de F. Perroux, em cuja concepção a estrutura seria formada por relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço.

Segundo Rodrigues (2009), o estruturalismo de Furtado tinha características peculiares, nas quais se incluía a questão da cultura para o entendimento do desenvolvimento. Assim, a análise cultural e histórica de Furtado implicava a utilização do método histórico-estrutural.

Formação Econômica do Brasil é a demonstração de que o autor utilizou o método histórico-estrutural. Furtado abordou o subdesenvolvimento brasileiro, mostrando como a formação histórica do país resultou em um contexto de baixa diversificação produtiva e, ao mesmo tempo, de abundante oferta de mão-de-obra, ou seja, gerou um contexto de pobreza e atraso. Os ciclos econômicos históricos se sucederam sem alterar essa realidade, reforçando um contexto de economia de subsistência no qual as estruturas de propriedade e renda eram concentradas. Assim, apenas uma intervenção planejada do Estado poderia fazer dessa economia atrasada uma economia dinâmica e industrializada.

Em resumo, para Furtado, a ação racional do homem, somada aos valores materiais que marcam suas condutas, forma o núcleo do que o economista chamou de “civilização industrial”, na qual as mudanças tecnológicas correspondem à busca pelo aperfeiçoamento de seus meios de produção. No entanto, ele considerava também que com essa civilização coexistem outras realidades, como é o caso dos países latino-americanos ou das economias subdesenvolvidas, cujas culturas e histórias são distintas da “civilização industrial”.

Portanto, a indústria seria o marco do desenvolvimento e, por essa razão, os teóricos estruturalistas da América Latina perseguiram a ideia da necessidade urgente de industrialização¹¹.

Porém, as condições histórico-estruturais não produziram condições materiais para que os indivíduos pudessem empreender esse projeto, especialmente a concentração de renda, que era um problema estrutural no Brasil, na visão de Furtado. Este ressaltou a falta de um mercado interno capaz de produzir uma diversidade de bens de consumo e possibilitar o acúmulo de riqueza; no entanto, no Brasil, visualizava-se a necessidade de importação e, quando muito, o

¹¹ É importante salientar que, a partir da segunda metade da década de 1960 e 1970, Furtado concluiu que a industrialização não eliminaria o subdesenvolvimento: existiriam diferentes processos de industrialização e, em cada processo, fatores peculiares. Isso o levou a ressaltar ainda mais a importância do planejamento estatal nas nações subdesenvolvidas. Ver a obra de Furtado: *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina* (1968).

que se consumia era de investidores externos, de forma que o capital não permanecia no país. Essa condição de subserviência diante do mercado externo gerara uma tendência estrutural à concentração de renda e, ao mesmo tempo, a incapacidade empreendedora de transformação econômica, por meio da iniciativa privada. Destarte, era necessário que o Estado interviesse nesse processo e tentasse transformar tal estrutura: essa era uma solução para o combate ao subdesenvolvimento. “O desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade em função dos objetivos que se propõe alcançar essa sociedade” (FURTADO, 2003, p. 103). Assim, a transformação dessa estrutura não decorreria da ação dos indivíduos e sim da ação racional e planejada de um Estado aparelhado e preparado para fazer as reformas institucionais necessárias.

Ao analisarmos essas duas formas de conceber a dinâmica da história, podemos concluir que ambas tinham um objetivo comum, que não se colocava apenas no campo econômico, mas também no campo da política: a transformação do Brasil. O resultado dessa preocupação comum foi a elaboração de diferentes projetos políticos, de forma que esse debate não se constitui apenas como objeto de pesquisa para a história econômica do Brasil, mas também para a história política: ambas as visões expressam o embate político que se existiu às vésperas do golpe civil militar de 1964. Desse modo, aproximando-nos da conclusão da tese, analisaremos o debate político entre as duas concepções de dinâmica histórica.

5.6 Duas concepções da dinâmica da história em dois projetos políticos

O debate de ideias entre Gudín e Furtado teve um caráter eminentemente político, já que, mesmo se referindo a questões de economia, ambos os ideários apontavam para uma solução política para o problema do subdesenvolvimento. Essa polarização política não marcou apenas o debate em questão: foi uma amostra do confronto político instaurado em contexto que, como a historiografia nos mostra, era marcado pelo romper de uma crise econômica e política que, em parte, explicaria o golpe de 1964. Para dar desfecho à nossa tese, situamos nossos debatedores nesse contexto, observando que eles se posicionaram em lados opostos.

A historiografia pode até divergir quando buscou entender os fatores que levaram o Brasil a tal crise política e econômica. Essas divergências também expressam o grau de crença no desenvolvimentismo, teoria que esteve presente no governo desde Vargas até Goulart.

Em *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira (1987) analisa esse período como resultado do processo de aceleração da acumulação capitalista. No período do governo de Juscelino Kubitschek, principalmente, por meio do programa de metas, foi

ampliado o setor industrial e facilitada a entrada do capital estrangeiro no país. Esse contexto aumentou não só o acúmulo de capital, mas a pressão sobre o trabalhador, acirrando a luta de classes: até 1962, ao passo que a economia mostrava índices de crescimento, o salário real do trabalhador sofria forte deterioração. Desse modo, a crise econômica e política que tinha levado o país à crise política de 1964 seria resultado da ampliação do sistema capitalista e, portanto, do aumento de suas contradições.

Para Furtado, o que o Brasil estava vivendo era resultado de um processo de estagnação do crescimento capitalista, que não deu conta de distribuir a renda criada. Como a industrialização beneficiara as classes altas e diminuía a possibilidade de consumo do trabalhador, a pobreza não fora eliminada e o crescimento estava fadado à estagnação. Esse ponto de vista ficou claro em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, na qual Celso Furtado (1968) expressou sua insatisfação com a crise que se instalara no Brasil no início da década de 1960 e que resultara no golpe de 1964. Na década de 1970, essa obra foi duramente criticada e sua teoria foi acusada de “pessimista” por uma das alas de pensadores desenvolvimentistas.

A obra na qual essa crítica foi esboçada foi *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil*, de Maria da Conceição Tavares e José Serra. O ensaio, apresentado pela primeira vez em 1970 e publicado na *Trimestre Econômico* em 1971, não foi apenas a expressão da visão de uma parcela dos desenvolvimentistas, mas também se tornou uma crítica direta à ideia de “estagnação” presente na obra citada de Celso Furtado (1968).

Para Tavares e Serra (2000), o Brasil não estava vivenciando um momento de estagnação e, sim, um período difícil, porém compreensível, tendo em vista a dinâmica do próprio sistema capitalista, que passava por uma transição para uma nova etapa de seu desenvolvimento. O mercado não estaria limitado pela quantidade de consumidores, mas pela extração de excedente produtivo. A concentração de renda e o desemprego seriam consequências dessa etapa, principalmente em razão da falta de investimento, que seria o motor para que esse sistema continuasse a funcionar.

Uma análise mais detalhada do modelo de Celso Furtado sugere, de maneira paradoxal, que, se as categorias utilizadas fossem as mais pertinentes, dificilmente se poderia concluir que estagnação seria inevitável no tipo de economia por ele estudada. No máximo, haveria uma ligeira desaceleração durante um certo período até que os efeitos dos fatores que freiam a redução da relação produto-capital se fizessem sentir mais fortemente, mas a estagnação não seria de modo algum de natureza secular (TAVARES E SERRA, 2000, p. 600).

A obra de Francisco Oliveira denuncia o dualismo de grande parte dos intelectuais reformistas de esquerda que, munidos de um discurso marxista, acreditavam na possibilidade de transformação por meio das reformas estatais. Muitos teriam aderido ao projeto desenvolvimentista, principalmente porque neste o sentido da palavra “planejamento” se aproximava da ideia de “planificação”. Essa foi a tendência de parte da esquerda brasileira que se aproximou do governo de João Goulart quando este comprou a ideia da necessidade de reformas institucionais, reformas essas esboçadas no Plano Trienal de Furtado. Tal plano não descartava o capitalismo, mas via a necessidade de coordená-lo tendo em vista as necessidades do Brasil.

No entanto, nos anos de crise, o pensamento desenvolvimentista de Furtado passou por uma convergência e ele previu um papel mais intenso do Estado no processo de superação do atraso. Como as reformas se tornavam mais urgentes do que outrora se pensava, ao mesmo tempo em que a intervenção do Estado no controle do capitalismo se fazia necessária, mesmo o Brasil se industrializando, a distribuição de renda não se concretizava. Portanto, sua postura em face do próprio desenvolvimentismo foi readequada ao contexto de crise econômica que o Brasil enfrentava. Falar apenas de industrialização não resolveria as questões do subdesenvolvimento; era necessário que o discurso fosse acompanhado de uma defesa de reformas institucionais a ser planejadas e executadas pelo Estado. Este deveria ser aparelhado para essa tarefa, já que a estagnação seria inevitável, caso o intervencionismo planejado não aumentasse.

Dessa maneira, a polarização política tem de dois lados. De um deles, a esquerda, munida de um discurso desenvolvimentista reformista que concebeu a figura de Goulart como um representante de seus interesses e o plano Trienal de Furtado como um meio para que as reformas se concretizassem.

De outro, os chamados conservadores e, nesse meio, a historiografia aponta a importância intelectual de Gudin, que observava na política reformista de Goulart um interesse de planificação econômica socialista, portanto, passível de ser combatida.

Obviamente, esse momento, que é um dos mais críticos da história brasileira, não se resume a esse apontamento, ele foi analisado por uma série de trabalhos importantes que poderiam ter sido citados aqui. No entanto, a título de conclusão desta tese, seguimos o pressuposto prático e simplesmente pontual de situar Gudin e Furtado nessa polarização política que se deu às vésperas de 1964.

Em suma, o teor do debate, principalmente nos anos de crise, também expressa uma disputa política de projetos para o Brasil. De um lado, Furtado, que representava as forças

reformistas no momento, e, de outro, Gudin, que se apresentava como um dos intelectuais do que ele chamou de “Revolução de 1964”.

O projeto político proposto por Furtado previa uma intensificação do intervencionismo estatal na implementação das reformas institucionais necessárias para o ordenamento do capitalismo. O fim esperado pelo economista era a consolidação da distribuição de renda para que o subdesenvolvimento pudesse ser combatido de fato. Essa lógica relacionava-se à sua perspectiva da dinâmica da história, segundo a qual o Estado seria o promotor do desenvolvimento e, portanto, remodelador das estruturas que faziam proliferar o atraso econômico social.

Gudin contrapunha-se a esse projeto político, colocando o liberalismo econômico no centro da discussão, buscando proteger o que ele acreditava ser a base para o desenvolvimento intelectual e, portanto, para o aprimoramento do indivíduo: a liberdade econômica. Liberdade para empreender e consumir e liberdade da propriedade seriam os elementos fundamentais para que os indivíduos empreendessem de forma espontânea o desenvolvimento. O reformismo, que Gudin concebia como socialismo, seria uma ameaça à liberdade econômica, principalmente porque continha um alto grau de planificação. O sucesso das reformas poderia levar o Brasil a um ritmo espoliativo de distribuição de riqueza, ao desrespeito aos princípios da propriedade privada, ao solapamento das bases para o real desenvolvimento. Diante desse cenário, Gudin, que já não acreditava na solidez da democracia brasileira, por questões ligadas à sua concepção da dinâmica da história, coloca-se como um árduo defensor do projeto político pautado na intervenção militar imediata. Esperava que, com isso, cessaria o levante que Gudin acreditava ser socialista.

Portanto, a crítica de Furtado à ideia de desenvolvimento espontâneo de Gudin também foi uma crítica à sua visão da dinâmica da história, segundo a qual o indivíduo seria o ator central das mudanças sociais. Dessa forma, o intervencionismo se apresentava como resposta ao liberalismo: um projeto político pautado em reformas seria não só uma alternativa de governo, mas também um caminho para que a história se desvencilhasse dos tentáculos do subdesenvolvimento, que a prendiam. O Estado seria o grande motor da história.

Gudin, por sua vez, longe de propor um projeto político com o fim de resolver diretamente o problema do subdesenvolvimento, apoiou um projeto político de defesa das condições básicas para que as forças espontâneas da sociedade se desenvolvessem. O governo militar não seria o fim, mas o meio para que o atraso pudesse ser superado ao longo do tempo. Assim, para Gudin, o Estado não seria o ator central, mas um coadjuvante na oferta da

autonomia necessária para que o indivíduo empreendesse o desenvolvimento em um contexto de fortalecimento da esquerda.

O envolvimento na política, tanto de Furtado quanto de Gudin, sempre foi de cunho teórico. Por mais que tivessem participado em diferentes momentos da vida política do Brasil, com cargos governamentais, não se filiaram a partidos; mesmo quando defendiam ou criticavam determinado presidente, o faziam em prol de suas teorias e não de ideologias de partidos.

A observação do poder político foi necessária para ambos os intelectuais, já que o Estado era o elemento central de suas teses: Gudin lutou sua vida toda por menos Estado, e Furtado por mais Estado. O envolvimento na política seria inevitável, pois ambas as teorias passavam pela noção do poder estatal.

Assim, o debate que mostrou temáticas do mundo econômico se apresentou também um debate político, cujas suas bases eram duas distintas concepções da dinâmica da história.

Apontamos também para a realidade de ambos os teóricos: o intelectual pode mais do que conjecturar realidades, pode intervir nela com suas ideias, e o debate é um meio para isso, um passo para a transformação política que ambos buscavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar um texto produzido em quase quatro anos de pesquisa é verdadeiramente uma missão complexa. De um lado, buscamos apontar o fim de um trabalho e, de outro, nutrimos a expectativa de ter conseguido responder ao seu problema central. Assim, provavelmente sendo repetitivos, mas considerando isso necessário, voltemos ao problema central de nossa tese e à hipótese que formulamos como resposta a esse problema.

Como problema, propusemos a análise das diferentes concepções da dinâmica da História, contidas nos ideários que caracterizaram o debate teórico entre desenvolvimentistas e liberais nas décadas de 1950 e 1960. Tal debate foi cristalizado na produção intelectual de dois grandes nomes da história do pensamento econômico do Brasil: Celso Furtado e Eugênio Gudin.

Para solucionar o problema, visualizamos a hipótese de que essas diferentes concepções da dinâmica da História eram a base para a existência do próprio debate, que se mostrou no campo econômico, mas expressou um caráter político, aproximando, assim, a concepção de história do mundo político.

Inicialmente, procuramos aproximar o conceito de desenvolvimento da dinâmica da história e pudemos constatar que, para ambos os autores, o produto final da evolução histórica seria o desenvolvimento.

Após essa constatação, abordamos o intenso debate ocorrido principalmente no início do século XX acerca do desenvolvimento, identificando os caminhos propostos para que este fosse atingido. Dessa forma, situamos esse debate no contexto internacional de preocupação com o futuro do capitalismo.

Na sequência, elaboramos dois capítulos, nos quais analisamos separadamente cada um dos oponentes do debate, privilegiando suas principais obras e escritos e procurando captar os conceitos centrais de suas teorias. Esse trabalho nos levou a constatar que tais intelectuais defendiam concepções distintas da dinâmica da história, concepções essas que ficaram visíveis nas temáticas que o debate apresentou.

Concluimos que as teorias presentes no debate entre Furtado e Gudin apontavam para caminhos políticos opostos e que suas distintas propostas decorriam de suas diferentes visões do que seria o motor da história.

O fundo teórico de nossa pesquisa foi inspirado pelo pensamento de Koselleck (2006), que nos levou a compreender que os conceitos são elaborados tendo em vista o tempo histórico e que cada presente produz sua concepção de passado e futuro. Dessa perspectiva, consideramos

que ambos os intelectuais viviam um presente de subdesenvolvimento econômico e que seus argumentos e temáticas, ao longo do debate, relacionavam-se a questões contemporâneas do Brasil. O presente é que suscitava as discussões, porém os argumentos só existiam porque ambos observaram o passado e dele obtiveram conclusões norteadoras de suas lógicas. Tais lógicas possuíam um objetivo: fazer uma leitura do presente, para, então, propor um prognóstico para o futuro; os projetos políticos eram expressão de seus horizontes de expectativas.

Entender o atraso econômico que gerava graves problemas sociais no Brasil era o ponto de partida para a elaboração de projetos de superação dessa condição, que era uma realidade da América Latina.

Para Furtado, só seria possível entender esse problema, e resolvê-lo, buscando uma ferramenta metodológica fora do campo da economia. Somente a história, o estudo do passado, poderia revelar as razões dos problemas de seu presente. Ele fez parte de uma geração de intelectuais que acreditava que a história poderia ser a fonte de entendimento dos problemas do presente, mas não somente isso. O estudo do passado poderia lhe dar indícios para a resolução das causas do atraso, qual seja um projeto para o desenvolvimento, que, para Furtado, seria um projeto político. Assim, o teor de seu discurso nos debates foi político, pois o debate não era sobre o passado ou simplesmente sobre o presente: era principalmente sobre o futuro, sobre um projeto para a aceleração do tempo no Brasil.

Por mais que Furtado pensasse no Estado como promotor do desenvolvimento, o resultado positivo desse empreendimento só apareceria quando o brasileiro fosse realmente desenvolvido. A indústria era um componente importante do processo, mas não era o fim; era o meio para que o homem pudesse consumir mais e participar da riqueza nacional. O objetivo final de Furtado era o indivíduo, era que cada brasileiro desfrutasse do que ele acreditava ser a verdadeira justiça social, ou seja, de condições dignas de vida. Cabe ressaltar que o indivíduo não era o meio para o desenvolvimento, mas ele era o demonstrativo do desenvolvimento. Esse pensamento se cristalizou em uma das frases mais citadas do autor:

O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve (FURTADO, apud NETO, 2015).

Gudin, por sua vez, também fez parte dessa geração de intelectuais que olhava para o passado com outra concepção de dinâmica da História, que a concebia distante do Estado e que se concentrava na importância da ação das ideias na formação do homem e de seus valores.

Assim, ele observou o passado e fez comparações com o presente, buscando encontrar respostas para superação do mesmo atraso que Furtado visualizava. O fato é que Gudin não elaborou um projeto, pois acreditava no desencadeamento espontâneo do desenvolvimento, em um “progresso natural”, que aconteceria sob condições fundamentais. Foram essas as condições fundamentais que Gudin perseguiu e defendeu como necessárias para que ocorresse o desenvolvimento, o que podemos chamar de superação de um atraso de séculos ou de aceleração do tempo histórico no Brasil. Como o indivíduo é impulsionado por seus interesses, suas escolhas moveriam a história. Para tanto, esse indivíduo precisaria agir em um ambiente de ideias que valorizasse a liberdade econômica e política, e visasse uma sociedade de estado de direito legítima por cultura e não por intervencionismo. Assim, o desenvolvimento seria, de fato, um elemento natural da História.

Gudin também tinha um projeto, um projeto político para os indivíduos: cada um projetaria sua vida, sua escolha e faria a história. Todavia, esse projeto passaria pela constituição desse indivíduo; este deveria se desenvolver, através do acesso a educação de qualidade, para, então, ter condições de fazer a história e tirar o brasileiro da estagnação; esse era o prognóstico de Gudin, essa era a visão de futuro dele. “O subdesenvolvimento não é, pois, das coisas. É dos homens” (GUDIN, 1965, p. 85).

Portanto, foi por meio da averiguação do passado e da previsão do futuro, com base no presente, que, impulsionados por suas diferentes concepções da dinâmica da história, Gudin e Furtado elaboraram suas ideias, colocando-as em prática no debate. Cada contexto histórico produz sua história, sua visão da história e, mesmo quando essa não é a intenção dos homens pensantes, pensar a sociedade pressupõe pensar o homem. Este sempre será um ser de um passado, um presente e um futuro, sempre será um ser temporal, sempre será um ser histórico.

FONTES

FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 4, n. 1, p. 7-33, 1950.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, v. 6, n. 3, p. 7-45, dez. 1951.

FURTADO, Celso. **Economia brasileira**: contribuição à análise de seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. Princípios de Economia Monetária – volume II – Eugênio Gudín. **Econômica Brasileira**. Clube dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, 1955.

FURTADO, Celso. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: A Noite, 1956.

FURTADO, Celso. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **Prefácio a uma Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa, 50 anos. Apresentação Rosa Freire d'Aguiar Furtado. Introdução Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Dir.). **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. (Arquivos Celso Furtado).

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penquin Classics; Cia das Letras, 2013.

GUDIN, Eugênio. Notas sobre assuntos orçamentários e econômicos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1929.

GUDIN, Eugênio. Origens da crise mundial, política econômica do Brasil. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1931.

GUDIN, Eugênio. **Câmbio e café (1933-1934)**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1934.

GUDIN, Eugênio. **Capitalismo e sua evolução**. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1936.

GUDIN, Eugênio. **Educação e riqueza**. Rio de Janeiro, 1937. (Conferência).

GUDIN, Eugênio. Aspecto econômico do corporativismo brasileiro. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1938.

GUDIN, Eugênio. **Para um mundo melhor**: ensaios sobre problemas de após-guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

GUDIN, Eugênio. **A rendição da guarda e outros escritos**. Rio de Janeiro: Agir, 1949.

GUDIN, Eugênio. Notas e comentários. **Econômica Brasileira**. Clube dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, 1955.

GUDIN, Eugênio. **Inflação crédito e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

GUDIN, Eugênio. **Princípios da Economia monetária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974. v. 1.

GUDIN, Eugênio. **Princípios da Economia monetária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974. v. 2.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena; REIS, Geraldo Antônio dos; DANTAS, José Adalberto Mourão. **Gudin, Bulhões, Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro**. Maringá: Eduem, 1999.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- AQUINO, Arthur de. I Congresso brasileiro de economia 1943: atores intelectuais e ideologias na constituição de uma consciência de classe entre os industriais e a consolidação do projeto industrialista. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 59-88, jun. 2010.
- ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, César. Uma certa ideia de Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 15-25.
- BERRIEL, Rosa Maria Vieira. Celso Furtado – História e Estado na teoria do subdesenvolvimento. In: EAESP/FGV/NPP – Núcleo de pesquisas e publicações. **Relatório de pesquisa nº 47**, São Paulo, 2001.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 91-110, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, n. 97, p. 173-194, abr. 2009.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudín**: capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Bional; Educ, 1996.

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Coord). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Geral. Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro. Museu da Fazenda Federal. **Depoimentos**: Eugênio Gudín. Rio de Janeiro, 1986.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Pactos políticos do populismo à redemocratização. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CHACEL, Julian M. Eugênio Gudín, o professor. In: KAFKA, Alexandre et al. (Org.). **Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Marangoni (Org.). **Celso Furtado**: os desafios do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

COUTINHO, Maurício C. A teoria econômica de Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil. In: LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (Org.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. Goiânia: Verbena, 2008. p. 139-159.

COUTO, Ronaldo Costa. **Juscelino Kubitschek**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; Senado Federal, Edições Técnicas, 2011.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945/1966. São Paulo: Ensaio, 1993.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. València: Universitat de València, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: a ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENCYCLOPEDIA of the Social Sciences. New York: Macmillan, 1944.

FANGANIELLO, Helena. **Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico**. 1972. (mimeo).

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Temas – Brasil Contemporâneo. v. 3).

HAYEK, Friedrich A. (Ed.). **The capitalism and historians**. Chicago, IL: The University Chicago Press, 1963.

HAYEK, Friedrich A. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

HAYEK, Friedrich A. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova fórmula dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão, 1985. v. 1.

IGLÉSIAS, Francisco. **Celso Furtado, pensamento e ação em história e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

KAFKA, Alexandre et al. (Org.). **Eugênio Gudim visto por seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; CARNEIRO, Dionísio Dias; ABREU, Marcelo de Paiva. **50 anos de Brasil**: 50 anos da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (Org.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. Goiânia: Verbena, 2008.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no Governo**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LOVE, Joseph L. **A construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Tradução Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUZ, Nícia Villela. **A luta pela industrialização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MALTA, Maria Mello de. **Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Steuart**. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. (mimeo).

MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 32, 1998.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4. ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

MISES, Ludwig von. **Ação humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MISES, Ludwig von. **Teoria e História: uma interpretação da evolução social e econômica**. São Paulo: Instituto L. von Mises, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: SILVA, Fernando da et al. (Org.). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Editora da Unimep, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELAEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa América, 1973.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

REVISTA VEJA. A morte de JK. São Paulo, n. 416-A, ed. extra, 25 ago. 1976.

RIDENTE, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTE, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, jun. 2005.

ROCHA, Neilaine Ramos. **A economia política clássica no Brasil: o pensamento inovador de Eugênio Gudín**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialisation of Eastern and SouthEastern Europe. **The Economic Journal**, Cambridge University Press, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, 1943.

SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2007.

SCALÉRCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudín**: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Roberto Pereira. **O jovem Celso Furtado**: história, política e economia. São Paulo: Edusc, 2011.

SILVA, Roberto Pereira. **Celso Furtado, entre a história e a teoria econômica (1948-1959)**: uma interpretação historiográfica. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. 2. ed. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. 3. ed. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2010.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SZMREZANYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (Org.). **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 589-608.

TEIXEIRA, Aloísio et al. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. **Les Cahiers de l'IHTP**, Paris, n. 20, p. 11-21, mars 1992.

VIET, Jean. **Métodos estruturalistas nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.